

EXPANSÃO

Sexta-feira, 7 de Dezembro de 2018 | Número 502 | Director Carlos Rosado de Carvalho | Preço 700 Kz | www.expansao.co.ao



FINANCIAMENTO TERRORISMO
PGR investiga dirigentes
angolanos e rede
de libaneses

| P. 09

REPATRIAMENTO DE CAPITAIS
Especialistas alertam
para risco de fraude na
banca com accionistas PEP

| P. 02

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Jornais internacionais
e *Expansão* apresentam
negócios sustentáveis

| P. 38



FUNDO DECIDE PROGRAMA HOJE | P. 08

Ajuda financeira do FMI abaixo dos **4,5 mil milhões USD** solicitados por Angola

CONJUNTURA ECONÓMICA

**Confiança
dos
empresários
em terreno
negativo
há mais de
três anos**

P. 06

DESVIO DE FUNDOS

**Agentes
públicos
desviaram
5 mil milhões
USD em
dois anos**

A Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE) identificou despesas injustificadas, desvio de fundos públicos e pagamentos de obras públicas não realizadas na ordem dos 5 mil milhões USD entre 2016 e 2017. | **ÚLTIMA**

PUB

Seguro de Viagem BFA

**Tão simples que parece
que já lá está.**



FIDELIDADE

BFA

DESTAQUE REPATRIAMENTO VOLUNTÁRIO



As instituições bancárias domiciliadas em Angola tiveram conhecimento dos procedimentos apenas 25 dias antes do fim do prazo para o repatriamento voluntário

INSTRUTIVO DO BNA DEFINE PROCEDIMENTOS A OBSERVAR POR INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Bancos vão remunerar valores repatriados cativos com taxas de juro em vigor para depósitos

Para permitir o repatriamento voluntário de capitais, os bancos angolanos têm de criar contas autónomas, em moeda estrangeira, que serão remuneradas de acordo com a tabela de juros em vigor na instituição. O repatriamento pode ser solicitado por um representante, que tem de identificar a quem pertence o dinheiro.

Michel Pedro

Os bancos que receberem pedidos para domiciliar recursos repatriados, ao abrigo da Lei de Repatriamento voluntário, deverão remunerar os valores transferidos para o País, aplicando taxas de juro em vigor na instituição para os depósitos, como estipula o Decreto Presidencial n.º 289/18, de 30 de Novembro, que cria o regime jurídico sobre o Repatriamento de Recursos Financeiros domiciliados no exterior do País.

O n.º 3 deste diploma estabelece que “as instituições financeiras bancárias, no acto de recepção dos recursos repatriados, devem obter dos respectivos titulares a definição dos montantes a serem investidos

em cada uma das alternativas referidas no n.º 1 do decreto [ver infografia nas páginas 3 e 4], devendo cativar o valor global dos recursos repatriados até ao investimento integral do valor mínimo estipulado, aplicando a taxa de remuneração de depósitos em vigor na instituição.”

Para beneficiarem da lei do repatriamento voluntário, os titulares dos valores são obrigados a aplicar até 75% do montante transferido em projectos de in-

Instrutivo do BNA orienta os bancos sobre os processos de repatriamento voluntário de recursos financeiros

vestimento privado nos sectores de actividades prioritários, definidos pela Lei do Investimento Privado, ou obrigações do Tesouro a serem emitidas em moeda estrangeira. É esse montante que será cativado pelos bancos, através dos quais o repatriamento é feito, sendo remunerados pela instituição bancária durante o tempo em que esses valores permanecerem na subconta criada para o repatriamento. Os restantes 25% do valor transferido “podem ser livremente movimentados”, de acordo com o n.º 5, do referido diploma.

Dois dias antes da publicação da regulamentação da lei em Diário da República, o Banco Nacional de Angola (BNA) publicou um instrutivo, que orienta os bancos comerciais sobre os procedimentos a observar nos processos de repatriamento voluntário de recursos financeiros, previstos na Lei n.º 9/18, de 26 de Junho.

DESTINO DOS CAPITAIS REPATRIADOS

75%

Deve ser investido em dívida pública ou em projectos privados

25%

Podem ser utilizados livremente

26 Dezembro

Fim do prazo do repatriamento voluntários

O Instrutivo n.º 17/2018 dá orientações às instituições financeiras bancárias, domiciliadas em território nacional, sobre como agir, no caso de serem contactadas por titulares dos recursos financeiros domiciliados no exterior que queiram fazer o seu repatriamento e beneficiar da amnistia fiscal e penal prevista na lei. E estabelece os procedimentos a observar para o repatriamento, que deve ser feito através de uma conta de “natureza autónoma”, em “moeda estrangeira” e que deverá ser mantida em “arquivo” durante um “período de 10 anos”, para assegurar o “cumprimento do dever de sigilo”.

O repatriamento pode ser solicitado pelos titulares dos recursos financeiros, quer seja pessoa singular ou colectiva, ou por um representante legal, através de uma declaração devidamente preenchida. No caso de a declaração ser apresentada

por um representante legal é obrigatória a identificação do titular dos recursos declarados e a comprovação dos poderes de representação.

O *Expansão* solicitou esclarecimentos aos bancos se já tinham recebido propostas para o repatriamento de recursos financeiros e se estes iriam remunerar os depósitos e cobrar comissões pelas operações. Até ao fecho da edição, apenas foram obtidas respostas de três instituições, nomeadamente o Banco Económico, que, em relação à cobrança de comissões, afirmou que as contas à ordem estão sujeitas a comissões *standard*, que estão publicadas no preçário.

Já o BAI considera prematuro responder, “uma vez que o prazo para o repatriamento voluntário ainda não se esgotou”. O Banco de Investimento Rural manifestou desconhecimento da legislação, ao afirmar que não são aplicáveis taxas de remuneração, e esclareceu que não recebeu qualquer solicitação para repatriamento.

Orientação do BNA sai 25 dias antes do fim do prazo
Os procedimentos do processo de repatriamento de recursos financeiros transferidos de forma “ilegal” para o exterior foram tornados públicos pelo BNA, através do Instrutivo n.º 17/2018 de 28 de Novembro, 25 dias antes do fim do prazo determinado pelo Governo para o repatriamento voluntário de capitais

Os bancos devem estabelecer na sua estrutura de contas de clientes uma natureza autónoma para esses fundos

Este documento é aplicado a pessoas singulares residentes nacionais e pessoas colectivas com residência em Angola. O instrutivo orienta os bancos, no cumprimento do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 9/18, de 26 de Junho, a estabelecer na sua estrutura de contas de clientes uma “natureza autónoma” para os recursos repatriados.

Em caso de impossibilidade legal ou administrativa da realização do repatriamento voluntário até 26 de Dezembro, os titulares dos recursos devem, até lá, remeter os documentos directamente ao BNA.

O banco central esclarece que o presente instrutivo visa regular e uniformizar os procedimentos a observar nos processos de repatriamento voluntário. Desse modo, os bancos devem criar parâmetros de restrição de movimentação das contas, de modo a garantir o cumprimento do instrutivo, tal como obter dos seus titulares ou representantes legais uma “Declaração de Repatriamento de Recursos Financeiros”.

3 PERGUNTAS A

FAUSTO SIMÕES
Economista



“É PRECISO MAIS TEMPO PARA RASTREAR O DINHEIRO”

Como encara que os titulares utilizem 25% dos capitais repatriados, com liberdade de os aplicar até em depósitos a prazo?
Independentemente da Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros ter sido aprovada, não concordo que cidadãos que tenham transferido capitais de forma ilícita, no fim de contas, possam, a longo prazo, reaver esses fundos que fizeram falta aos programas de investimento do País. O Executivo deveria elaborar medidas que visassem a recuperação total desses fundos a favor do Estado.

A maneira como o processo foi preparado é correcta?
É um processo que leva tempo a preparar, devido aos destinos que os implicados deram ao dinheiro. O tempo necessário para permitir rastrear os fundos desviados do País e garantir que os acordos com países onde esses recursos financeiros foram parar estivessem bem asseguradas.

O Governo afirmou que procederia ao repatriamento coercivo, findo o prazo para o repatriamento voluntário. Existe alguma lei ou tratado internacional a que Angola se possa apoiar para trazer esse dinheiro?
Não existem, a nível internacional, tratados ou leis às quais Angola pode recorrer para trazer de volta os recursos financeiros transferidos ‘ilegalmente’. Por isso, o País precisa de mais tempo para estabelecer acordos bilaterais no sentido de negociar as transferências, uma vez que o processo pode traduzir-se em ruptura nos sistemas financeiros dos países onde se encontram esses recursos. Vai exigir da parte do Governo angolano negociações de fundo. Mas aplaudo que Angola tenha decidido fazer o repatriamento agora.

REFORÇO DOS MECANISMOS DE PREVENÇÃO E ALERTA

Especialistas alertam para risco de fraude na banca nos processos de repatriamento

Profissionais da banca alertam para maior fiscalização no processo de repatriamento de capitais devido à eventual adesão de pessoas com participações nos bancos que irão domiciliar os recursos financeiros.

O processo de repatriamento de recursos financeiros domiciliados no exterior pode favorecer a ocorrência de fraudes, através da banca, se não forem tomadas medidas que permitam o bom funcionamento dos gabinetes de *compliance* dentro das instituições financeiras, alertou uma fonte do sector bancário ao *Expansão*.

O risco é acrescido pelo facto de haver Pessoas Politicamente Expostas (PEP, na sigla em inglês) com participações no sector financeiro, podendo o processo de repatriamento, nos moldes definidos pela Lei, servir para o branqueamento de capitais, ao não exigir informação sobre a origem do dinheiro.

Um risco que Andrea Moreno, presidente da World Compliance Association - Capítulo Angola, admitiu, em entrevista ao *Expansão*, antes mesmo da aprovação da Lei do Repatriamento voluntário.

Com o processo de repatriamento de capitais, “as fraudes vão-se tornar num risco crescente, pelo que os bancos devem adaptar-se tendo em conta a sofisticação das fraudes e dos mecanismos de dissimulação de capitais,” defendeu uma outra fonte do sector financeiro.

Para esta fonte, que também preferiu o anonimato “o desafio para os bancos consiste em identificar as possíveis fraudes, evitando igualmente as perdas de recursos sem prejudicar a satisfação dos clientes e proprietários de fortunas, nem arriscar a reputação do banco”. Assim, avançou, “os bancos têm o desafio de identificar os beneficiá-

“Os bancos têm o desafio de identificar os beneficiários dos fundos, evitando contas intermediárias”

rios dos fundos, evitando as contas intermediárias e criando mecanismos internos de alerta”.

No que respeita à actuação dos gabinetes de *compliance* nos bancos e dado que ele é “fundamental” para o cumprimento das normas legalmente estabe-

lecidas, a consultora PwC alerta que, apesar de haver progressos na implementação de medidas em Angola com vista à adaptação da banca nacional aos padrões de exigência internacionais, ainda há instituições bancárias em que os departamentos de *compliance* não actuam com total independência.

Questionada sobre a possibilidade de as PEP com ligações à banca poderem movimentar os recursos financeiros cativos, Andrea Moreno considerou que a Lei de Prevenção ao Branqueamento de Capitais, a que o instrutivo se refere para a operacionalização das contas depois da repatriação dos capitais, não faz expressa referência às PEP.

“A Lei de Prevenção ao Branqueamento está inscrita, não há uma especial referência ao tipo de precauções a serem tomadas quanto aos PEP, porque não estão incluídos, logo, de acordo com o Direito Penal - *nullo crime sine lege* - ou, em português, não há crime sem lei que o ampare. Temos ainda que considerar que os valores repatriados estão criminalmente amnistiados, pelo que serão propriedade legítima do proprietário, seja ele PEP ou não”, reforçou Andrea Moreno.

M.P.



DESTAQUE REPATRIAMENTO VOLUNTÁRIO

Instruções chegam aos bancos

O Instrutivo do Banco Nacional de Angola (BNA) define, desde o dia 28 de Novembro, os procedimentos que os bancos domiciliados em Angola devem seguir para intermediarem o repatriamento de recursos financeiros no exterior. Veja quais são e o que implicam.

GUIA DO REPATRIAMENTO DE CAPITALIS

PARA ONDE VAI O DINHEIRO REPATRIADO

- 1 Os valores repatriados devem ser aplicados num valor mínimo de 75%.
- 2 Os restantes 25% podem ser livremente movimentados, apenas após apresentação à instituição financeira bancária dos documentos comprovativos da aplicação dos 75%.

COMO DEVEM SER APLICADOS OS CAPITALIS REPATRIADOS

- 1 Obrigações do Tesouro a serem emitidas em USD, com prazo de resgate a 10 anos.
- 2 Projectos de investimento privado nos sectores de actividade prioritários estabelecidos na Lei do Investimento Privado
 - Educação, formação técnico-profissional, ensino superior, investigação científica e inovação
 - Agricultura, alimentação e agro-indústria
 - Unidades e serviços especializados de saúde
 - Reflorestamento, transformação industrial de recursos florestais e silvicultura
 - Têxteis, vestuário e calçado
 - Hotelaria, turismo e lazer
 - Construção, obras públicas, telecomunicações e tecnologias de informação, infra-estruturas aeroportuárias e ferroviárias
 - Produção e distribuição de energia eléctrica
 - Saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJECTOS

- 1 Os projectos de investimento devem ser submetidos à Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX), num prazo de até 60 dias da data da recepção dos recursos pela instituição financeira bancária domiciliada em território nacional.
- 2 Os projectos de investimento devem iniciar a sua execução no prazo de 90 dias contados da data de apresentação do projecto à AIPEX.
- 3 Em casos devidamente fundamentados e mediante solicitação do investidor junto da AIPEX, pode o prazo referido no número anterior ser prorrogado para até 180 dias.
- 4 Se passado 60 dias após término do período para o repatriamento voluntário os recursos não forem investidos em projectos, serão obrigatoriamente investidos em Obrigações do Tesouro. Os bancos, imediatamente após o término do referido período, devem informar o departamento ministerial responsável pelas finanças públicas do valor das Obrigações de Tesouro a serem emitidas para cobrir os valores em causa.

REPATRIAMENTO COERCIVO

- 1 Findo o prazo para o repatriamento voluntário, a Procuradoria-Geral da República, vai identificar, instruir e representar o Estado nos processos de recuperação coerciva de recursos financeiros obtidos de forma ilícita e domiciliados no exterior do País.
- 2 Os recursos financeiros repatriados coercivamente reverterem na totalidade a favor do Estado e devem ser depositados na Conta Única do Tesouro, domiciliada junto do Banco Nacional de Angola.
- 3 Estes recursos financeiros vão financiar projectos sociais do Executivo inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

COMO DEVEM OS BANCOS PROCEDER PARA DOMICILIAR CAPI

01

Criar contas de natureza autónoma para os recursos a repatriar, em moeda estrangeira

Impossibilidade de repatriamento imediato

Nos casos em que, por impossibilidade legal ou administrativa o repatriamento não for possível, os titulares dos recursos devem remeter directamente ao BNA:

Comprovativo da existência dos recursos que pretende repatriar

Comprovativo da titularidade ou de que se trata do beneficiário efectivo dos recursos

Documento emitido pelo banco ou entidade onde estiverem domiciliados os recursos, a confirmar a impossibilidade do repatriamento, bem como a indicação do prazo de duração previsto para a impossibilidade

03

Definição dos montantes

No acto de recepção dos recursos repatriados devem obter dos respectivos titulares a definição dos montantes a serem investidos em cada uma das alternativas, e de seguida cativar o valor global dos recursos repatriados até ao investimento integral do valor mínimo estipulado, aplicando a taxa de remuneração de depósitos em vigor na instituição

TAIS REPATRIADOS DO ESTRANGEIRO

02

Depois de criar a conta bancos devem pedir aos clientes para:

Preencher declaração de Repatriamento de Recursos Financeiros
VER FAX SIMILE COM ANEXO I

Esta deve ser apresentada em três exemplares, ficando uma para a instituição bancária, uma para o BNA e outra para o titular dos recursos a repatriar

A declaração original deve ser remetida por carta registada ao BNA, direccionada ao Departamento de Controlo Cambial

Bancos devem guardar os registos durante 10 anos

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE REPATRIAMENTO VOLUNTÁRIO

1. Titular
Representante
B.º Fiscal
Morada
Telef./Telem

2. Recursos Financeiros do Titular Abrangidos pela Lei nº 9/18, de 26 de Junho

Banco Depositário no Estrangeiro / Emissor	País do Banco/Emissor	Natureza	Moeda	Valor	Recursos Repatriados / Rastreio pela Não Repatriação	Moeda e Valor	Conferido
Banco XYZ	Portugal	Depósito Bancário	USD	100.000	USD 1.000.000	✓	
Banco ABC (custodiante)	Inglaterra	Obrigações do Tesouro	GBP	100.000	GBP 1.000.000	✓	
Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	Unidades de Participação	EUR	100.000	Não repatriado por impossibilidade de venda	✓	

3. ASSINATURA
A presente declaração, preenchida de harmonia com as respectivas instruções, corresponde à verdade e não contém omissões ou incorrecções relativamente aos recursos financeiros abrangidos pelo artigo 1.º da Lei n.º 9/2018, de 26 de Junho.

4. Banco Interviente na Recepção dos Recursos Financeiros Repatriados
BANCO
AGÊNCIA
Declara-se que foram recebidos três exemplares da presente declaração e documentos comprovativos dos recursos

PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS

1 VERIFICAR NIFS

Mediante apresentação dos cartões com Número de Identificação Fiscal, os nomes e os NIFs declarados.

2 VERIFICAR LEGITIMIDADE DO REPRESENTANTE, CASO HAJA UM

Existindo um representante, deverá ser verificada a legitimidade da sua representação, através de procuração, de nomeação e aceitação no modelo de inscrição no número de contribuinte, ou qualquer outro documento que confira legitimidade à representação.

3 COMPROVAR TITULARIDADE DOS RECURSOS FINANCEIROS

Verificar os documentos comprovativos dos recursos financeiros repatriados, por exemplo, extractos de conta, de forma a comprovar a titularidade, directa ou indirecta, dos recursos financeiros.

4 CONFERIR INFORMAÇÃO DA DECLARAÇÃO

Se da conferência da informação inscrita nos documentos entregues pelos sujeitos repatriadores com a declaração resultar a evidência de algum erro, devem os titulares/representantes ser convidados a corrigi-lo. Em nenhuma circunstância devem os intervenientes na recepção da documentação substituir-se aos apresentantes na correcção de erros que a documentação evidencie.

5 CONFERIR MONTANTES DECLARADOS E RECEBIDOS

Conferir se o montante repatriado recebido pela entidade bancária corresponde ao montante declarado na documentação apresentada.

6 CERTIFICAR A RECEPÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DOS DOCUMENTOS COMPROVATIVOS

Os documentos comprovativos devem ser originais ou, então, autenticados.

7 PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

As Instituições financeiras bancárias devem aplicar aos recursos repatriados e aos seus titulares os procedimentos instituídos nas suas instituições para cumprir o disposto na Lei sobre o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e na Regulamentação do BNA.

ANGOLA

CONJUNTURA ECONÓMICA DO III TRIMESTRE

Confiança dos empresários em terreno negativo há 13 trimestres

As expectativas dos homens de negócio sobre a marcha da economia no curto prazo voltaram a piorar ligeiramente, fixando-se nos 16 pontos negativos no III trimestre do ano em curso, contra os -15 registados do trimestre anterior. São mais de três anos em pessimismo.

Martins Chambassuco

A confiança dos empresários e gestores empresariais voltou a cair um ponto no III trimestre de 2018, face ao anterior, fixando-se nos 16 pontos negativos. As expectativas dos homens de negócios estão em terreno negativo há 13 trimestres, revela o inquérito de Conjuntura Económica do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), referente aos meses de Julho a Setembro, publicado, esta semana, um mês depois do prazo para publicação.

Os -16 pontos do Índice de Clima Económico (ICE), que avalia as expectativas sobre a evolução da economia no curto prazo, correspondem ao saldo das respostas extremas, isto é, a diferença entre as avaliações positivas e negativas dos empresários e gestores sobre as perspectivas de evolução do País. O ICE é a média dos indicadores de confiança (IC) de sete sectores de actividade, nomeadamente, a Indústria Transformadora, Indústria Extractiva, Turismo, Comunicação, Comércio, Transportes e Construção. Tal como o ICE, os IC sectoriais reflectem a opinião dos empresários e gestores sobre o desempenho do respectivo sector no curto prazo.

A queda do Clima Económico, no III trimestre de 2018, segundo o INE, resultou dos indicadores da conjuntura económica que continuam desfavoráveis, apesar de haver contrariedade na tendência negativa de seis sectores, relativamente ao trimestre anterior, mas



Dificuldades financeiras das empresas e o difícil acesso a crédito são dos constrangimentos apontados no sector da Construção

Empresários da Indústria Transformadora apontam a falta de matéria-prima como principal dificuldade

em termos homólogos tiveram uma evolução negativa e permaneceram abaixo da média da série.

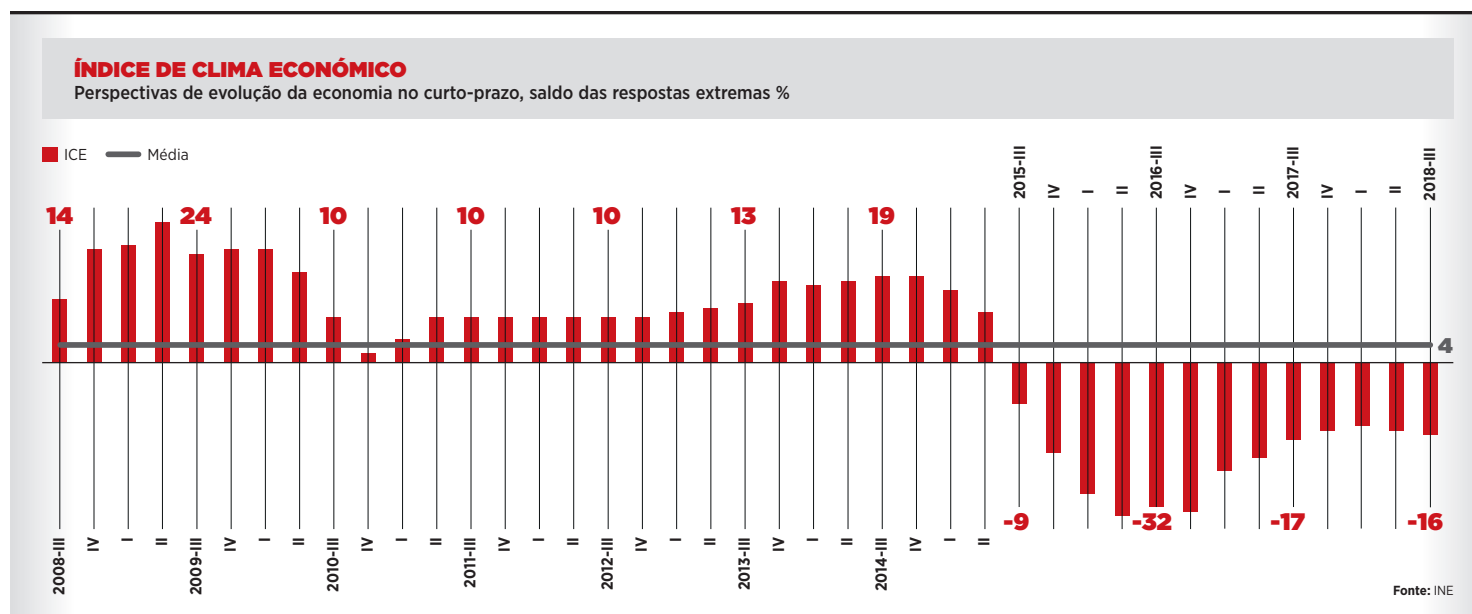
Construção mais pessimista
O sector da construção, pelo terceiro ano consecutivo, é o mais pessimista apesar de uma ligeira melhoria marginal de 1%, recuando para os 33 pontos negativos contra os -34 do trimestre

anterior. O menor pessimismo na Construção relativamente ao III trimestre, em relação ao período homólogo, deveu-se ao comportamento favorável de todas as variáveis que compõem o indicador. Quanto aos constrangimentos, as construtoras reconheceram que as dificuldades financeiras, excesso de burocracia, dificuldades na obtenção de

créditos bancários, juros elevados e a concorrência influenciaram negativamente nas actividades das empresas do sector.

No III trimestre, foram inquiridas 661 empresas distribuídas pelas províncias de Benguela, Huíla, Luanda e Cuanza Sul, cujos empresários e gestores foram convidados a dar opinião sobre a actividade actual e perspectivas, encomendas, vendas, exportações, stocks, empregos bancário entre outras variáveis, e também sobre as principais limitações que ainda enfrentam no exercício das suas actividades.

Os empresários e gestores empresariais do sector da Indústria Transformadora apontam a falta de matéria-prima, dificuldades financeiras, bem como a falta de água e energia eléctrica, como sendo os principais constrangimentos à actividade empresarial, enquanto a opinião dos empresários da Indústria Extractiva apontam as dificuldades financeiras, equipamentos insuficientes, bem como a falta de produtos intermédios e energéticos, interferências do Estado e regulamentações estatais, bem como a falta de recursos humanos especializados como as limitações às actividades do sector.





Cartier

SANTOS DE CARTIER COLLECTION



BOUTIQUE
DOS RELÓGIOS PLUS
LUANDA

EDIFÍCIO ESCOM - PISO 2 - 933 862 590

ANGOLA

ADMINISTRAÇÃO DO FMI DECIDE PROGRAMA 6.ª-FEIRA

Ajuda financeira do FMI abaixo dos 4,5 mil milhões USD

Luanda e Washington estão em *black out*, recusando-se a fazer qualquer comentário sobre o Programa de Financiamento Alargado (PFA) ou Extended Fund Facility (EFF), em inglês, solicitado por Angola na segunda quinzena de Agosto deste ano.

Carlos Rosado de Carvalho e Joaquim José Reis

O Conselho de administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá aprovar esta sexta-feira o pedido de ajuda financeira de Angola, a qual deverá ficar abaixo dos 4,5 mil milhões USD avançados pelo Governo, apurou o *Expansão*.

Responsáveis em Luanda e Washington estão em *black out*, recusando-se a fazer qualquer comentário sobre o Programa de Financiamento Alargado (PFA) ou *Extended Fund Facility* (EFF), em inglês, solicitado por Angola na segunda quinzena de Agosto. “Posso confirmar que o *board* vai analisar amanhã [hoje] o pedido de Angola, mas não posso especular sobre qual a decisão que sairá da reunião”, foi o máximo que o *Expansão* conseguiu “arrancar” de uma fonte próxima do processo de negociação.

Na realidade a fonte limitou-se a confirmar uma publicação da semana passada no site do FMI, onde se informava sobre a agenda da reunião de 7 de Dezembro onde consta o pedido de Angola. No âmbito da sua política de transparência o FMI publica o calendário de reuniões do conselho de administração para os sete dias seguintes.

Apesar da cortina de silêncio, ao longo das últimas semanas fontes próximas das negociações

estavam optimistas relativamente à aprovação do programa antes da visita de Christine Lagarde a Angola, prevista para 20 a 22 de Dezembro. Segundo as fontes, as negociações estavam praticamente fechadas. Faltava “apenas” definir os critérios de desempenho e os objectivos indicativos, que consistem na fixação de valores concretos para variáveis como as reservas internacionais líquidas, os atrasados ou défice sem petróleo.

Outra questão em aberto era o montante do empréstimo. O “acesso normal” ao EFF tem como limite de financiamento o equivalente a 435% da quota do país no fundo, sendo que os desembolsos anuais não podem ultrapassar 145% da quota. Os EFF têm a duração de três anos que pode chegar aos quatro e um período de reembolso entre 4,5 anos e 10 anos.

Angola tem uma quota de 740,1 milhões de SDR, acrónimo inglês de direitos especiais saque, moeda de reserva do fundo, correspondente a cerca de 1.043 milhões USD. Feitas as contas, em condições “normais” Angola pode receber um empréstimo de até 4.538 milhões USD, com desembolsos anuais máximos de 1.513 milhões USD. Excepcionalmente, numa base caso-a-caso, os limites previstos no “acesso normal” podem ser ultrapassados, embora não sejam adiantados valores.

Isso mesmo confirmou o Ministério das Finanças num comunicado colocado no seu site na quinta-feira. O programa de apoio financeiro do FMI tem uma previsão de USD 4,5 mil milhões a ser desembolsado em três anos, numa média de USD 1,3 mil milhões anuais, garantia o documento com o título “directora-geral do FMI visita Angola em Dezembro”.

O comunicado foi entretanto retirado da página sem nenhuma explicação. Fonte do MinFin afirmou ao *Expansão* que “ainda não é certo que a visita [da directora-



A directora-geral do FMI, Christine Lagarde, estará em Luanda após a conclusão do acordo

geral do FMI] decorra este ano, podendo ocorrer apenas no início do próximo ano. Mas a possibilidade de vir este mês também ainda não estará descartada”.

A confirmar-se que as negociações estavam no bom caminho, o Governo tomou algumas medidas exigidas pelo FMI como pré-condição para preparar o País para a intervenção. Em causa está, por exemplo, a publicação de um diploma legal obrigando os beneficiários de garantias soberanas a informarem o MinFin da sua existência. Outro diploma convida os credores do Estado a comprovarem os valores a receber. Aparentemente a ideia é evitar surpresas e garantir que não existem dívidas ocultas. Em discussão está ainda o

Imposto sobre o Valor Acrescentado cuja implementação o FMI vem reclamando. Por satisfazer continuam exigências de Washington como a eliminação dos subsídios aos combustíveis defendido desde 2016.

A confirmar-se o EFF será a segunda ajuda financeira solicitada por Angola ao FMI. Em Novembro de 2009, a braços com problemas na balança de pagamentos consubstanciada numa queda abrupta das reservas de divisas, devido à queda do preço do petróleo, Angola foi obrigada a bater à porta do FMI, de quem obteve um empréstimo de 1,4 mil milhões USD no âmbito de um *Stand By Arrangement*, programa de ajuda à balança de pagamentos, por um prazo de 27 meses.

AS AJUDAS FINANCEIRAS DO FMI

4,5 Mil milhões USD
É quanto o Governo angolano pretendia

1,4 Mil milhões USD
É quanto o FMI emprestou em 2009

“Posso confirmar que o *board* vai analisar o pedido de Angola, mas não posso especular sobre a decisão”, diz a fonte

PROCURADORA-GERAL ADJUNTA QUEIXA-SE DA FALTA DE MAGISTRADOS ESPECIALIZADOS

PGR investiga dirigentes angolanos e empresários libaneses suspeitos de financiamento ao terrorismo

Procuradoria-Geral está no rasto de uma rede de financiamento terrorista que alegadamente envolve altos funcionários do aparelho do Estado e empresários libaneses e israelitas.

Nelson Francisco Sul

A Direcção Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção (DNPCC) da Procuradoria-Geral da República (PGR) está no rasto de 10 casos de financiamento ao terrorismo, 43 de branqueamento de capitais, 24 de peculato e sete de corrupção, de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção 2018-2022, apresentado na quinta-feira.

Fonte do *Expansão* garante que entre os visados por financiamento ao terrorismo estão um grupo de libaneses e israelitas que, apoiados por cidadãos nacionais e altos funcionários

do aparelho de Estado e governativo, têm desenvolvido negócios em Angola “com a finalidade de apoiar algumas milícias que actuam no norte de África e no Médio Oriente”.

Alguns dos investigados, segundo soube o *Expansão*, foram já proibidos de sair do País, após terem sido interrogados em processos de instrução preparatória.

PGR apresenta plano de combate à corrupção

O Procurador-Geral da República apresentou o Plano de Combate à Corrupção, fenómeno que “priva a sociedade dos serviços básicos, acentua os níveis de pobreza, e é sempre factor de instabilidade, passível de gerar conflitos sociais”, disse Hélder Pitta Gróz, acrescentando que, na realidade an-



PGR e Polícia em sintonia na luta contra a corrupção

Alguns dos investigados foram já proibidos de sair do País, após terem sido interrogados pela justiça

golana, apesar de não se conhecerem estudos quantificados dos prejuízos causados, “a ONG Transparência Internacional, coloca o país na posição n.º 1 dos países mais corruptos ao nível da SADC e na posição n.º 5 dos países mais corruptos da União Africana”.

O PGR acrescentou que a DNPCC tem em mãos 118 processos de inquérito a actos de fraude fiscal, abuso de confian-

ça, corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de influência e outros crimes económico-financeiros.

Fenómeno que ‘custa’ 5% do PIB mundial

Durante a apresentação do documento, a Procuradoria-Geral adjunta, Inocência Gonçalves Pinto, queixou-se da falta de magistrados especializados em matéria de corrupção e criminalidade conexa, como o terrorismo, branqueamento de capitais e outros crimes económico-financeiros.

Paulo Balladalli, representante da ONU em Angola, elogiou a iniciativa de criar um plano para combater a corrupção, lembrando que este é um fenómeno que custa 5% do PIB mundial, 2,6 biliões USD. “Com isto, Angola diz que já não quer participar nesse fenómeno de corrupção e que tem o seu Plano Estratégico para evitar que esses fundos sejam perdidos e que a população angolana tenha acesso ao progresso e a uma vida digna”, sublinhou.

Depósito a Prazo Super Flash

Potência reforçada!

ACELERE O SEU RENDIMENTO EM APENAS 90 E 180 DIAS!

Corte a meta com mais potência em primeiro lugar!

Faça o seu dinheiro crescer num Depósito a Prazo **BNI SUPER FLASH**, agora mais potente, destinado a todos os Clientes, com taxas até 18% e prazos de **90 e 180 dias**, com um valor mínimo de subscrição de **AOA 5.000.000,00**.

Saiba mais em www.bni.ao ou ligue para o Contact Center BNI através dos seguintes números:

(+244) 222 632 900
(+244) 929 090 060

DEPÓSITO A PRAZO
BNI SUPER FLASH
www.bni.ao

 **BancoBNI**
Banco de Negócios Internacional

ANGOLA

GOVERNO ASSEGURA QUE IRÁ INICIAR REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS EM 2019

Agricultores arriscam falência por atrasos nos pagamentos do PAPAGRO

O Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários, extinto em 2017, tem uma dívida avaliada em 142 milhões Kz a fornecedores camponeses, que poderá começar ser paga em 2019. Mas os agricultores queixam-se da baixa produção e do risco de falência devido à falta de pagamento.

Mirene da Cruz

O ministério do Comércio conta iniciar em 2019 a liquidação das dívidas do Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (PAPAGRO). Para tal está já a decorrer a identificação dos fornecedores com pagamentos em atraso no âmbito deste programa que decorreu entre 2013 e 2017.

“A única coisa que ficou do PAPAGRO é apenas uma dívida para com os camponeses que já está equacionada”, disse recentemente o ministro do Comércio, Joffre Van-Duném Júnior.

O governante avançou que o trabalho de identificação dos credores já está em curso e anunciou que o Conselho de Ministros já aprovou um novo programa de comércio rural, cujas comissões interministeriais de implementação já estão criadas (ver caixa).

Dívidas a funcionários e fornecedores condicionam produção

No entanto, alguns camponeses que comercializaram os seus produtos através deste programa queixam-se de “quase falir” devido à dívida do programa, como é o caso de Gilberto de Novais.

Este agricultor queixa-se que teve que contrair dívidas avultadas para fazer face ao desafio deste programa agrícola do Governo, entretanto extinto, avaliadas em mais de 27 milhões Kz. “Preciso de dinheiro pagar também aos meus fornecedores”, disse.

Segundo este empresário, a produção está em baixa porque o grosso dos funcionários prefere ficar em casa a ter que trabalhar sem remuneração, enquanto que os fornecedores ficam à porta aguardando o respectivo pagamento dos utensílios e equipamentos que o agricultor foi adquirindo para a sua produção.

O agricultor lamenta o facto de o projecto não ter vingado, e considera que a agricultura deve ser vista como “o futuro económico do País”.

“O potencial agrícola de Angola é enorme e pode ser o ponto de partida para o desenvolvimento do País a todos os níveis, mas precisamos de projectos sustentáveis”, disse Gilberto de Novais, ao fazer menção à diversificação económica.

Fausto Menezes, outro agricultor, lamenta as dívidas em que se viu envolvido por conta



Empresários agrícolas de mãos atadas devido às dívidas do PAPAGRO

“O PAPAGRO devia ter um fundo que permitisse comprar e pagar os produtos no momento da compra”

do Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários, e acusa de “má fé” os responsáveis governamentais pelo programa.

O empresário dedicado à agricultura e pecuária conta que só se endividou porque acreditava que este programa era de extrema importância para si e para o País, uma vez que a agricultura sempre foi o forte de Angola, apesar de no momento, “não receber o devido tratamento”, de quem dirige os rumos do País.

Fausto Menezes considera também que o PAPAGRO só não teve o resultado almejado porque dependia das capacidades financeiras dos agricultores, quando, no seu entender devia ser ao contrário. “O PAPAGRO devia ter um fundo próprio que permitisse comprar e pagar os produtos no momento da compra”, considerou.

Neste momento o empresário agropecuário também está em risco de parar a produção, porque não consegue cumprir com os compromissos que foi assumindo com funcionários e fornecedores e outros compradores, além do Estado.

Outro produtor, Rui Carlos, apresenta-se como dos poucos agricultores que mantêm o seu nível de produção, uma vez que, apesar das dívidas, continua a produzir, aguardando ansioso o pagamento do montante que o ministério do Comércio deve no âmbito do PAPAGRO.

“A minha dívida está avaliada em cerca de 32 milhões de Kz”, disse, ao acrescentar que, “é muito para quem não tem grande capacidade de escoamento de produtos”, para reaproveitar as vendas e conseguir lucros.

Dados publicados por altura do lançamento e ao longo do desenvolvimento do Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários mostram que foram aplicados 515 milhões USD na aquisição de produtos agropecuários, sendo que 15 milhões USD iniciais foram usados no período de 2013 até 2015, tendo sido registado um acréscimo na ordem de 500 milhões USD em 2016, no âmbito de um acordo entre o Ministério do Comércio, com um financiamento do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

GOVERNO PREPARA NOVO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

O ministro do Comércio, Joffre Van-Duném Júnior informou recentemente que a par do processo desenvolvido para a extinção e regularização das dívidas decorrentes do PAPAGRO, o ministério trabalha na implementação de um novo programa de comércio já aprovado pelo Conselho de Ministros, cujas comissões interministeriais já estão criadas.

Segundo o titular do Comércio, trata-se de um programa “transversal porque abarca outros ministérios”. O Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários veio materializar a Estratégia Nacional do Comércio Rural 2013-2017, criada através do Decreto Presidencial n.º 28/14, de 14 de Fevereiro, com o objectivo de chegar ao interior das diferentes províncias de forma a facilitar o intercâmbio e o escoamento dos produtos produtores locais.

BREVES

FIDA TEM 200 MILHÕES USD PARA APOIAR PISCAS E AGRICULTURA

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) disponibilizou ao País 200 milhões USD para desenvolver projectos nos sectores das pescas e da agricultura, anunciou o presidente da organização. De acordo com Gilbert Hounbo, o novo financiamento vai juntar-se a outros já disponibilizados, nos últimos anos, avaliados em 250 milhões USD. Entre os programas em causa destacou o apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar nas províncias do Cuanza Sul e da Huíla, de 38,1 milhões USD, que estão a beneficiar 60 mil agricultores.

EMBRIAGUEZ VAI SER CRIMINALIZADA NO CÓDIGO DE ESTRADA

O Governo aprovou, esta semana, a proposta de Lei sobre a Criminalização das Infracções no Exercício da Condução Automóvel, prevendo-se penas, que podem ser de prisão, para casos de embriaguez e de ausência de documento válido. A decisão foi tomada no Conselho de Ministros, liderado pelo Presidente, João Lourenço, cujo comunicado final indica que o diploma tem por objectivo criminalizar o exercício da condução sem habilitação legal e sob a influência de álcool e de outras substâncias legalmente consideradas entorpecentes.

LEGISLAÇÃO AUTÁRQUICA VAI AO PARLAMENTO

O Governo vai enviar em breve ao Parlamento o pacote legislativo preparatório para as primeiras eleições autárquicas, previstas para 2020. Segundo um comunicado do Conselho de Ministros, entre as propostas destacam-se as leis orgânicas sobre as eleições autárquicas, organização, funcionamento, institucionalização das autarquias locais e sobre a transferência de atribuições e competências. Segundo o ministro da Administração e Desenvolvimento Territorial, Adão de Almeida, estas propostas representam “o modelo adequado à realidade” de Angola. No pacote legislativo, é proposto que o poder autárquico passe a tutelar o ensino pré-escolar e primário, a gestão dos postos e centros médicos e hospitais municipais, a produção e distribuição de energia eléctrica até cinco megawatts, a construção e reabilitação de vias secundárias e terciárias. “Mas os recursos humanos terão dependência das estruturas centrais”, frisou, lembrando que há igualmente uma proposta que estabelece o regime financeiro e de taxas para as autarquias.



**MAGIA DE NATAL É FAZER
APARECER SORRISOS.
E PARA ISSO BASTA
UMA BOA ACÇÃO JUNTO
DE QUEM MAIS PRECISA.**

Este Natal, o BIC Seguros vai apoiar o "Lar Nossa Sr.ª da Nazaré" oferecendo uma lembrança aos meninos daquela Instituição. Junte-se a esta iniciativa, deixando um presente em qualquer balcão Banco BIC.

Em troca, vamos receber sorrisos que vão dar mais magia ao nosso Natal.

Boas Festas e um Ano Novo de encantar.



BIC Seguros
Seguramente Juntos



ANGOLA

ESPERAVA-SE DECISÃO A 28 DE NOVEMBRO

Quarta operadora móvel das Telecom ainda sem decisão

Ministro das Telecomunicações diz que processo segue dentro do prazo e não revela quem são as empresas que estão a concorrer ao projecto.

O ministro das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, revelou esta semana que ainda não há decisão sobre a atribuição da licença da quarta operadora móvel, decisão essa que era esperada ser anunciada a 28 de Novembro.

Em declarações aos jornalistas, o governante sublinhou que se trata de um processo moroso, face ao número de empresas que entretanto se foram candidatando, já que se trata de um concurso limitado por prévia quali-

ficação. De acordo com o ministro, concorreram 17 empresas nacionais e oito internacionais.

Quando questionado pelos jornalistas sobre o prazo para a decisão que, segundo fontes do processo, estava agendado para 28 de Novembro, José Carvalho da Rocha adiantou que foi estabelecido “um roteiro e este roteiro está a ser cumprido. Nós estamos a cumprir na íntegra” e portanto “estamos num período de avaliação final”.

O *Expansão* avançou na edição de 23 de Novembro que a angolana Telstar Telecomunicações Lda, constituída a 26 de Janeiro de 2018, com um capital social de 200 mil Kz, é a única empresa a concorrer para tornar-se na quarta operadora móvel, depois de a gigante sul-africana das telecomunicações, a MTN, ter desistido do concurso alegando falta de transparência do processo.

O anúncio do concurso para a escolha da quarta operadora móvel surgiu através do Despacho Presidencial n.º 21-A/18 de



Gigante sul-africana MTN abandonou concurso para a 4.ª operadora alegando falta de transparência

Três meses antes deste despacho do Presidente da República, já o anúncio do concurso tinha sido publicado

23 de Fevereiro, no qual o chefe de Estado autorizou o ministro das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação a abrir um concurso público internacional, bem como a constituição de uma comissão de acompanhamento, coordenada pelo Ministério das Telecomunicações em articulação com o MinFin, o BNA e duas secretarias da Casa Civil do PR.

No entanto, três meses antes

deste despacho do Presidente da República, já o anúncio do concurso tinha sido publicado, a 28 de Novembro de 2017 no Jornal de Angola.

Os dois únicos operadores globais em Angola são a Unitel e a Movicel, estando a terceira licença entregue à Angola Telecom que já comunicou publicamente ter suspenso o projecto por incapacidade financeira.

Hamilton Cruz

PUB



SEGURO AUTOMÓVEL

FAÇA JÁ O SEGURO AUTOMÓVEL E GANHE UM ANO DE SERVIÇO DE REBOQUE.

Este Natal, a NOSSA Seguros oferece-lhe a assistência em viagem para a sua viatura durante 1 ano. Apenas em caso de acidente.

Dirija-se a uma agência da NOSSA Seguros ou contacte os nossos parceiros.
Campanha válida a partir de 15 de Novembro até dia 15 de Janeiro de 2019.

+244 923 190 860

CONTACT CENTER NOSSA SEGUROS

www.nossaseguros.ao

[f/nossasegurosangola](https://www.facebook.com/nossasegurosangola)



NOSSA
SEGUROS

PRODUÇÃO DE ENERGIA

Consórcio de bancos europeus financia Caculo Cabaça com 1.060 milhões de euros

O financiamento será garantido pelo consórcio formado pelo Commerzbank, da Alemanha, e pelo UniCredit, de Itália, conforme autorização, por despacho presidencial de 03 de Dezembro.

Um consórcio de bancos da Alemanha e da Itália vai financiar o Estado angolano em 1.060 milhões de euros, para garantir a construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Caculo Cabaça, que será a maior barragem de Angola.

O financiamento será garantido pelo consórcio formado pelo Commerzbank, da Alemanha, e pelo UniCredit, de Itália, conforme autorização, por despacho presidencial de 03 de Dezembro.

Segundo o despacho assinado pelo Presidente João Lourenço, que aprova este financiamento internacional, há “necessidade de garantir financiamento para o fornecimento e instalação dos equipamentos electromecânicos para o Aproveitamento Hidroelétrico de Caculo Cabaça,

inserido no Programa de Investimento Público, no âmbito da política de investimentos para o desenvolvimento económico e social do País”.

O Aproveitamento Hidroelétrico de Caculo Cabaça, na comuna do município da Banga, província do Cuanza Norte, será, dentro de cinco anos, a maior barragem em Angola, gerando 2.172 megawatts (MW) de electricidade.

Em Junho de 2015, a obra, avaliada em 4.532 milhões USD, que prevê também financiamento do Banco Comercial e Industrial da China, foi entregue, sem concurso público, pelo então chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, ao consórcio CGGC & NIARA Holding Limitada. A primeira pedra desta obra, a quarta barra-



Aproveitamento Hidroelétrico vai custar 4,5 mil milhões USD

Com 103 metros de altura máxima, a barragem vai armazenar 440 milhões de metros cúbicos de água

gem na bacia do médio Kwanza, foi lançada em Agosto de 2017 por Eduardo dos Santos.

Com 103 metros de altura máxima, a barragem vai armazenar 440 milhões de metros cúbicos de água e integrará uma central e um circuito hidráulico previstos para um caudal de 1.100 metros cúbicos de água a debitar por segundo, entre quatro grupos geradores. Segundo o ministro da Ener-

gia e Águas, João Baptista Borges, trata-se de um “grande projecto” nacional para Angola atingir a meta de 9.000 MW de capacidade instalada em todo o país até 2025.

Entretanto, João Lourenço, excluiu em Julho deste ano duas empresas, uma das quais associada a Isabel dos Santos, filha do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, do consórcio encarregado da construção daquela barragem.

Em causa está o despacho presidencial 79/18, de 12 de Julho, que apontava então a “necessidade da modificação subjectiva” do consórcio responsável pela obra, com a “saída das empresas CGGC & Niara Holding Limitada e da Boreal Investment Ltd”, justificada com o “objecto do contrato e do seu equilíbrio financeiro”.

Com esta decisão, fica como “parte única” no contrato com o Estado, e “respectivas prestações e responsabilidades”, a empresa China Ghezouba Group Company (CGGC).

Agência Lusa

PUB

**QUEM TEM SORTE,
COMEMORA.
QUEM NÃO TEM,
TAMBÉM.**



**AS MELHORES TAXAS E SORTEIO
DE 8 PRÉMIOS EM DINHEIRO.**

TAXA NOMINAL BRUTA. EXCLUSIVO PARA NOVOS FUNDOS.



BPC

Cuidar do presente, assegurar o futuro.

ANGOLA PROVÍNCIAS

DE NORTE A SUL

MAIS DE 50 TONELADAS DE MANGA COLHIDAS NO CUANZA SUL

Os agricultores da associação Sagrada Esperança, nas Cachoeiras do Binga, no Cuanza Sul, registaram uma produção de 55 toneladas de manga, mais 15 em comparação ao ano passado. Segundo o responsável pela associação, Domingos Manuel, que faz a gestão de 15 hectares de terra arável, existe oportunidade para os empresários investirem numa fábrica local de sumos, visto que muito deste produto termina por se estragar mesmo com o aumento da procura.

VENDA DE HABITAÇÕES EM CENTRALIDADES ARRANCOU NO NAMIBE

A segunda fase da venda de habitações nas centralidades Praia Amélia e 5 de Abril começou esta semana no Namibe. Segundo o director para a área comercial da Imogestim, Gilberto Monteiro, os funcionários públicos e privados, os grupos de venda dirigida a grandes empresas públicas e privadas e de vendas livres estão habilitados para o processo de candidatura, aberto até 15 de Janeiro. A primeira fase, a 2 de Fevereiro deste ano, ficou marcada pela comercialização de 500 residências em ambas as centralidades.

IMPORTADORES DE VIATURAS CONTESTAM BUROCRACIA CUNENE

Um grupo de 134 importadores de viaturas, que foram apreendidas por alegadamente entrarem no País com mais de 3 anos de uso, em Ondjiva, no Cunene, diz estar a ser alvo de um processo excessivamente burocrático na devolução dos 343 veículos automóveis. Segundo o coordenador da comissão de proprietários, Moniz Manuel, há 5 anos que a situação permanece, tendo estes sido agora chamados para reaver as viaturas. Uma resolução que foi, no entanto, adiada e que pode ir até 90 dias.

FEIRA DE NATAL RECEBE MAIS DE 100 EXPOSITORES NA HUÍLA

São 120 os expositores inscritos na Feira de Natal, que decorre de 10 a 15 deste mês, no Lubango, na Huíla. O evento que já vai na sua 6.ª edição, e que decorre em simultâneo com a Feira da Batata, pretende promover a produção da região e disponibilizar aos visitantes os produtos agrícolas locais. A iniciativa é da Associação Agropecuária Comercial e Industrial da Huíla que refere tratar-se duma feira especificamente de compra e venda e sem qualquer custo para o expositor.

OBRAS DA ESTRADA LUANDA-LOBITO PARADAS**Linhas de crédito da China paralisam reabilitação da EN100**

Há quatro anos que tiveram início as obras na estrada nacional 100. Uma via que regista cerca de 4 a 5 acidentes rodoviários por semana.

As obras de reabilitação e de ampliação da estrada nacional (EN) 100, que faz a ligação de Cabo Ledo ao Lobito, estão paralisadas por falta de verbas das linhas de crédito da China, segundo o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida.

O governante explicou que os pagamentos por parte da financiadora do projecto “não estão a acontecer”, alegando estar a resolver “a questão com os bancos chineses” para regularização da situação, alertando também sobre a gestão destas linhas de crédito.

“Estes financiamentos têm sido afiançados por parceiros económicos, através de linhas de crédito com a China que suportam a importação de bens e serviços fornecidos pelas empresas deste país. A linha de crédito com Portugal e com outros países, como a Alemanha e a Holanda destinam-se também a apoiar os bens e serviços das empresas dos seus países”, revelou.

Há quatro anos que tiveram início as obras na estrada nacional 100, que faz a ligação entre as províncias de Luanda, Kuanza

Sul e Benguela. Uma das vias que mais acidentes rodoviários regista no País, ocorrendo 4 a 5 acidentes por semana, de acordo com o Instituto Nacional de Estradas de Angola.

No encerramento do 2.º Conselho Consultivo do Ministério da Construção e Obras Públicas, Manuel de Almeida falou num novo período de desenvolvimento nacional e alertou sobre a necessidade de as empresas do sector adaptarem-se à possível redução dos custos das empreitadas públicas.

“O País vive hoje um novo ciclo político desafiador, mas tão natural quanto a evolução da sua própria história e dos acontecimentos internacionais, daí a necessidade de os funcionários da Construção e Obras Públicas adaptarem-se face a esta realidade”, frisou.

A inauguração da ponte sobre o rio Luachimo, no troço rodoviário entre Saurimo e Luenha, na estrada nacional 180, está prevista para 15 de Dezembro, prevendo-se também para este mês, segundo Manuel Tavares de Almeida, o término das obras das estradas nas províncias do Cuanza Norte, Huambo e Malange, estando apenas em fase de sinalização.

Hamilton Cruz

O ministro da Construção e Obras Públicas quer reduzir o custo das empreitadas

Estrada Nacional 100 regista 4 a 5 acidentes por semana, refere o INEA



A operação começou em todo País no dia 6 de Novembro

CESAR MAGALHÃES

LUANDA

Operação Resgate leva mais de 80 milhões kz aos cofres do Estado

Sem data para terminar, a Operação Resgate resultou na desactivação de 300 focos de venda desordenada na província de Luanda.

A Operação Resgate, lançada para combater a venda desordenada, a criminalidade, a existência de instituições ilegais, permitiu ao Estado arrecadar mais de 80 milhões kz, segundo o balanço mensal do Governo Provincial de Luanda (GPL).

A operação, que está a ser realizada por várias equipas de inspecção do GPL e da Polícia Nacional, resultou na desactivação de 300 focos de venda desordenada em todos os municípios da província, com realce para os perímetros da Gajageira, no bairro São Paulo, e no distrito urbano do Rangel.

Para além de permitir arrecadar mais de 80 milhões de kz, no mês de Novembro, a operação, de acordo com o Governo Provincial de Luanda, encaminhou para os mercados oficiais mais de 1.500 vendedores.

No sector dos transportes, foram emitidas 820 livretes, 476 licenças de condução de motociclos, 1.000 veículos foram licenciados para a actividade de táxi e 60 para empresas, entre *stands* e escolas de condução.

Fruto das acções da operação, o GPL registou, no sector da saúde, um aumento substancial na procura dos serviços de certifi-

cação de habilitação e de atestados médicos, tendo o número crescido de 60 para mais de mil solicitações mensais.

Quanto ao sector da educação, uma fonte do Governo Provincial contou que o encerramento das instituições de ensino ilegais estão condicionadas devido à realização das provas finais.

“Os alunos ainda estão a realizar provas finais, não podemos encerrá-las. Mas quando terminarem, o trabalho vai arrancar até que as instituições organizem a papelada para a legalização”, refere a fonte.

Sobre os dados relacionados com o combate à criminalidade, o director do Gabinete de Informação e Comunicação Institucional da Polícia Nacional, comissário Orlando Bernardo, recusou avançar informações em função da preparação do balanço mensal, que se prevê realizar na próxima terça-feira, dia 11.

“Estamos a fazer a recolha dos dados a nível das províncias para anunciar no balanço mensal que iremos realizar na próxima terça-feira”, informou.

A Operação Resgate implementada pela Polícia Nacional começou, em todo País, no dia 6 de Novembro.

Alexandre Lourenço

Foram emitidos 820 livretes, 476 licenças de motociclos e 1.000 veículos licenciados para actividade de táxi

TUDO O QUE É FEITO EM ANGOLA, À DISTÂNCIA DE UM CLIQUE.

PORTAL DE DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL



Se é um produtor nacional, este portal é para si.
Inscreva-se em www.ppn.co.ao e divulgue os seus produtos.
Baixe em qualquer loja online o aplicativo "Feito em Angola".

O portal e o aplicativo Feito em Angola, são uma iniciativa
da Comissão Multisectorial de Implementação do PRODESI
para aumentar a competitividade da produção nacional
e acelerar a substituição das importações.

Linha de apoio: +244 222 003 608

E-mail: feito.angola@mep.gov.ao



MUNDO



Recuo do Governo francês não desmobiliza protestos dos “coletes amarelos” agendados para o próximo fim de semana

GOVERNO FRANCÊS CANCELA AUMENTO DA TAXA DE CARBONO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS

Macron recua mas ‘coletes amarelos’ mantêm protestos

Após quase três semanas de bloqueios de estradas e de protestos violentos em várias cidades francesas, o movimento espontâneo “coletes amarelos”, lançado através das redes sociais, não se deixa impressionar pelo recuo do Governo e promete continuar a lutar contra o elevado do custo de vida.

Luís Galvão

O Governo francês cedeu à pressão social e desistiu da subida da taxa de carbono sobre os combustíveis, prevista para o início de 2019, mas a medida não convence o movimento dos “coletes amarelos”, que mantém para sábado a quarta ronda de protestos. No último fim de semana registaram-se cenas de violência e destruição em Paris, na zona do Arco do Triunfo, e noutras cidades, e as autoridades temem uma nova vaga de violência.

Na terça-feira, o primeiro-ministro anunciou uma moratória, por seis meses, às medidas incluídas na agenda de transição ecológica do Governo liderado pelo Presidente Emmanuel Macron, que resultariam em aumentos nos combustíveis, no gás e na electricidade, bem como no endurecimento da inspecção técnica de veículos em Janeiro.

Mas dois dias depois, no Parlamento, Édouard Philippe anun-

ciou que Governo cedeu definitivamente e deixou cair o aumento da taxa de carbono em 2019.

Segundo o governante, a contestação crescente às medidas anunciadas e os tumultos das últimas semanas são o reflexo de “uma raiva profunda que vem de longe, que há muito tem sido escondida por pudor e orgulho,” disse Édouard Philippe, para quem agora “é preciso dar aos franceses motivos para recuperarem a razão”.

O ministro da Economia e Finanças, por seu lado, anunciou um imposto nacional aos ‘gigantes’ da Internet se não houver acordo europeu para tributar essas empresas, que estão sujeitas, na prática, a uma taxa inferior. “A partir de 2019 avaliaremos os ‘gigantes’ digitais em todo o país se os estados europeus não assumirem as suas responsabilidades”, disse Bruno Le Maire, em entrevista à France 2.

No entanto, o Governo descartou a hipótese de recuperar o imposto sobre a riqueza (ISF), uma das exigências dos manifestantes, uma taxa eliminada pelo Presidente depois de

chegar ao poder, com objectivo de atrair investidores.

“Os franceses não querem migalhas, querem a baguete” Alguns dos representantes do movimento dos “coletes amarelos”, assim designado devido ao uso dos coletes de segurança rodoviária obrigatórios em todas as viaturas em França, consideraram que os recuos do Governo são “um primeiro passo”, mas alertam que “os franceses não querem migalhas, querem a baguete”, como explicou Benjamin Cauchy, citado pela Reuters.

Para os partidos da oposição, o Governo reagiu “muito pouco e muito tarde”, considerou Damien Abad, vice-presidente do Partido Republicano (conservador), enquanto o líder do Partido Comunista aponta que não foi feito “nada para melhorar o final do mês, nada no Smic [salário mínimo], nada em pensões, e nada no ISF [Imposto sobre Fortunas]”, disse Ian Brossat.

Segundo um relatório recente do Eurostat, o organismo europeu de estudos estatísticos, a França é o país da União Euro-

ÉDOUARD PHILIPPE
Primeiro-ministro francês

“Devemos evitar que a situação se degenera. É preciso dar aos franceses motivos para recuperarem a razão”

peia com a carga fiscal mais pesada, com as receitas obtidas em impostos a representar 48,4% do Produto Interno Bruto.

65 mil polícias em alerta máximo no sábado

Dado tratar-se de um movimento nascido nas redes sociais, sem líder ou estrutura, o Governo terá dificuldade em apaziguar os ânimos até sábado, até porque no final da semana começaram a desenharem-se protestos de outros sectores como os estudantes (na sexta-feira já protagonizaram protestos violentos) e os agricultores (que anunciaram protestos para a semana). Por isso, foram anunciadas “medidas excepcionais” de segurança, com a mobilização de 65 mil polícias, e canceladas várias iniciativas agendadas para as zonas nevrálgicas da capital, incluindo uma marcha pelo clima.

O Governo apelou também a que partidos políticos e parceiros sociais lançassem apelos à calma. Na quinta-feira, os principais sindicatos rejeitaram “todas as formas de violência na expressão das reivindicações” nas manifestações.

O MUNDO NUMA PÁGINA

Infografia: Expansão

EUA | Trump admite prolongamento da trégua comercial com a China



O presidente norte-americano admite prolongar a trégua comercial de 90 dias acordada com a China à margem da recente cimeira do G20. “As negociações já começaram, a menos que sejam prorrogadas, terminarão 90 dias depois do nosso maravilhoso e acolhedor jantar com o Presidente Xi, na Argentina”, escreveu Donald Trump no Twitter. A trégua suspende o aumento das tarifas alfandegárias anunciadas para o início do ano, de 10% para 25%, que iriam incidir sobre 200 mil milhões USD de importações chinesas. Mas Trump avisa que é “o homem das tarifas”. “Quando pessoas ou países entram para pilhar a grande riqueza da nossa nação, eu quero que eles paguem por esse privilégio”, escreveu no Twitter.

QATAR | Ministro da Energia anuncia da saída da OPEP e foco no gás

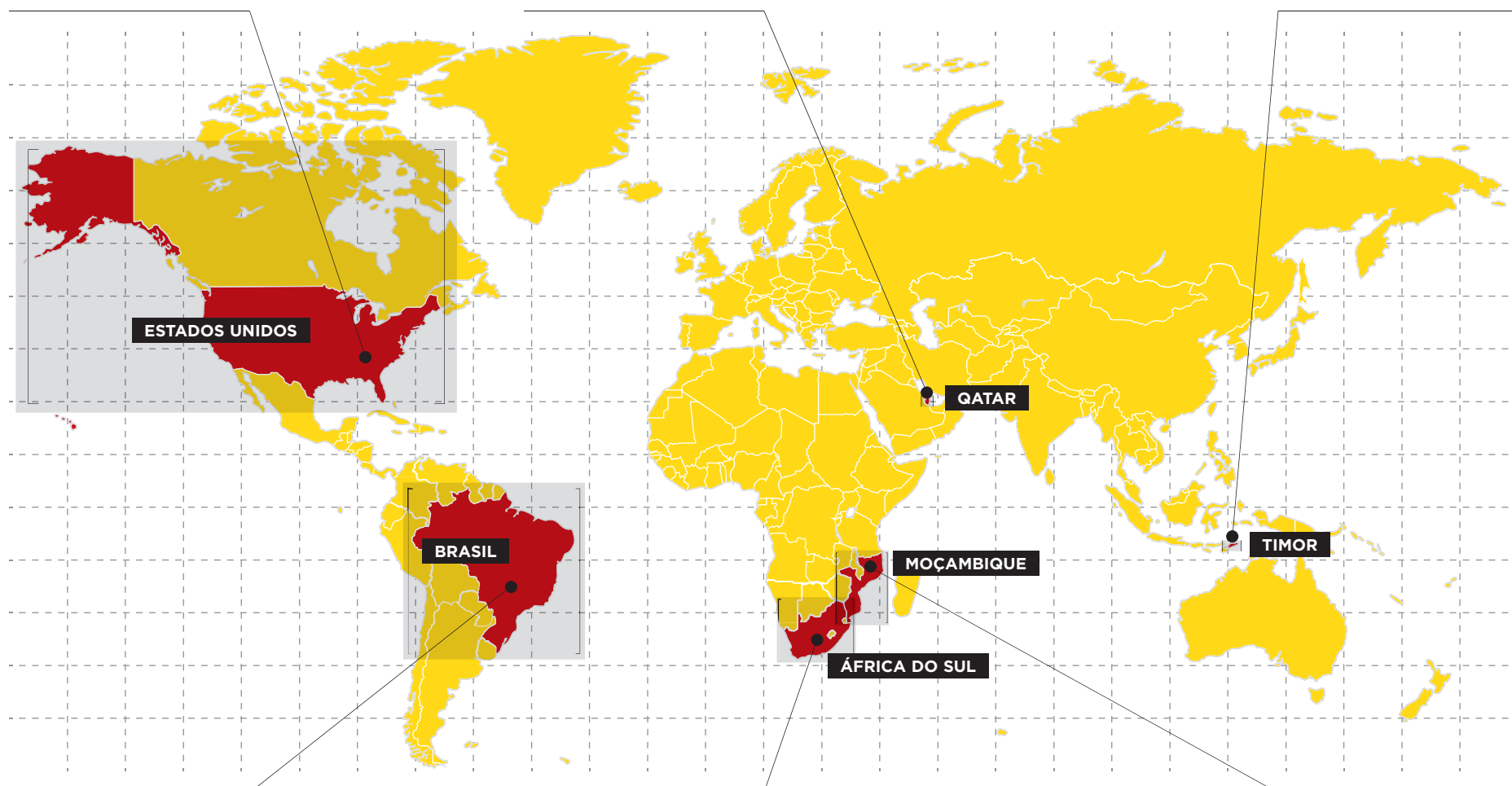


O Qatar vai deixar de ser membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) já em Janeiro, anunciou esta semana o ministro de Energia. “Não temos muito potencial [em petróleo], somos muito realistas, o nosso potencial é o gás”, disse Saad Al-Kaabi, segundo o qual o país continuará a produzir petróleo, mas vai concentrar-se na produção de gás, área em que o Qatar é o maior exportador mundial de gás natural em estado líquido. O ministro assegurou que a decisão de deixar a OPEP (a que o país pertencia desde 1961) “não tem nada que ver com o bloqueio económico” que a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU), Bahrein e Egipto impuseram ao Qatar desde Junho de 2017.

TIMOR | Negociações com petrolífera australiana para partilha de produção



As autoridades petrolíferas timorenses e a empresa australiana Carnarvon Petroleum estão em conversações para um contrato de partilha de produção no campo *Buffalo*, abandonado desde 2004, avançam fontes do sector à agência Lusa. A petrolífera estima que três poços poderiam produzir cerca de 31 milhões de barris de petróleo ao longo de cinco anos, com custos de capital a rondar os 150 milhões USD e um gasto operacional total entre 400 e 500 milhões USD. Desde a assinatura, em Março, do novo tratado de fronteiras permanentes entre Timor-Leste e a Austrália, este campo está agora em águas timorenses. Entre 1999 e 2004, o campo *Buffalo* produziu mais de 31 milhões de barris de crude.



BRASIL | Produção recorde de gás natural em Outubro



A produção de gás natural no Brasil bateu um novo recorde em Outubro, anunciou a autoridade supervisora e reguladora do sector. “Foram produzidos 117 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, um aumento de 3,7% em comparação ao mês anterior e de 2,1%, se comparada com o mesmo mês de 2017”, anunciou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. No mesmo período, o país produziu 2,614 milhões de barris de petróleo por dia, um aumento de 5,2% face ao mês anterior e uma redução de 0,5% face ao mês homólogo. Em Outubro, a produção total de petróleo e gás do Brasil foi de cerca de 3,350 milhões de barris equivalentes de petróleo por dia, indica o Boletim Mensal da Produção.

ÁFRICA DO SUL | Crescimento de 2,2% permite saída da recessão



A África do Sul saiu da recessão no terceiro trimestre deste ano, surpreendendo os analistas com um crescimento de 2,2% face ao período homólogo, apoiado nos sectores da manufatura e da agricultura. De acordo com dados oficiais, o país cresceu 2,2% de Julho a Setembro, o que compara com uma contracção de 0,4% no trimestre anterior. É o primeiro trimestre desde 2013 em que a economia sul-africana cresceu acima dos 2%. Segundo a Lusa, os analistas da *Capital Economics* admitem que “a recuperação foi mais forte que o antecipado”, mas alertam que “o crescimento deverá abrandar no quarto trimestre devido ao crescimento mais lento da agricultura e da imposição de cortes de energia pela eléctrica nacional”.

MOÇAMBIQUE | Diamantes com certificação de origem em 2019



Em 2019, Moçambique vai contar com um serviço de certificação dos diamantes produzidos no país, anunciou o ministro dos Recursos Minerais e Energia. “Estamos agora no processo de operacionalização do secretariado executivo, que é importante para certificar a origem dos diamantes”, declarou Max Tonela, citado pelo diário *Notícias*. Segundo o governante, esta certificação vai permitir que os diamantes moçambicanos sejam vendidos no mercado internacional e desta forma impulsionar a actividade de empresas concessionárias de minas de diamantes. O país já aderiu ao “Processo de Kimberley”, um mecanismo internacional de certificação de origem.

GRANDE ENTREVISTA

“Angola está determinada em melhorar a percepção sobre as suas empresas e o ambiente de negócios, e essa mensagem é muito importante”



ISABEL UCHA ADMINISTRADORA EXECUTIVA DA EURONEXT LISBON

“Abertura do capital em Bolsa requer esforço de transparência e rigor”

A gestora defende que Angola está preparada para as privatizações que se seguem, mas alerta que há empresas que vão ter que realizar um esforço para melhorar os seus sistemas de registo, organização e comunicação de informação financeira.

Mirene Cruz (texto)
e Adjali Paulo (fotos)

Esteve recentemente em Angola, onde participou na II Edição do Fórum de Mercado de Capitais. O que leva de Angola, numa altura em que o País se prepara para avançar com privatizações em bolsa? Vejo, com uma expectativa muito positiva, a determinação do Governo de Angola e das autoridades em geral, em proporcionar as condições para maior participação de investidores privados e investidores internacionais no capital das empresas angolanas. E, embora cada empresa a privatizar deva ter um modelo específico, vejo também como muito interessante o modelo genérico de privatizações que está a ser considerado, de envolver em algumas empresas, em simultâneo, investidores de referência (vendas em bloco) e investidores de mercado de capitais (através de IPOs em mercado).

A Euronext é o primeiro mercado de bolsa pan-europeu e um dos maiores mercados bolsistas mundiais. Que tipo de apoio a Euronext pode prestar à BODIVA?

O processo de desenvolvimento do mercado de capitais é exigente, essa é a nossa própria experiência em Portugal e nos outros países Euronext. Por um lado, é necessário mobilizar empresas, intermediários financeiros, investidores e Governo. Por outro, é fundamental ter uma infra-estrutura tecnológica de negociação, compensação e custódia muito fiável, segura, mas também flexível e moderna. Além de gerir os seus mercados de Bolsa, a Euronext tem hoje diversas parcerias de colaboração, de diferentes naturezas, com muitas outras Bolsas pelo mundo, disponibilizando as suas plataformas de negociação, de gestão e distribuição de dados, de serviço de índices, etc. Bolsas como a do Qatar, Polónia ou Luxemburgo, apenas para enumerar algumas,

utilizam sistemas e soluções Euronext na gestão dos seus mercados. Também ao nível da admissão de empresas em mercado, temos registado uma procura de *dual listings*, isto é, de empresas que se listam nos seus mercados de origem e também na Euronext, como forma de alargarem a sua base potencial de investidores, e ganharem mais visibilidade internacional.

A BODIVA pode vir a integrar o grupo Euronext? Se não, o que é preciso para que isso venha a acontecer?

Angola fez a opção de ter uma Bolsa local, independente e actualmente na esfera pública. Tenho o maior respeito profissional pela administração da BODIVA, e das conversas que temos tido, estamos a acompanhar com uma expectativa muito positiva os objectivos, as opções e as medidas e planos que estão a ser implementados para o desenvolvimento do mercado de capitais em Angola, incluindo o plano de privatizações. Neste momento, o foco das nossas relações tem sido no âmbito de criar as condições para que o programa de privatizações e o mercado de capitais angolano se possam desenvolver da melhor forma possível.

Uma vez que não há em Angola experiência de venda de acções em bolsa, considera que este é o momento certo para a privatização nestes moldes de dezenas de empresas públicas angolanas ou deveria existir um

período de maturação da bolsa angolana para que ela consiga crescer em condições?

Existindo, como é o caso, um enquadramento jurídico, regulatório e institucional adequado, uma infra-estrutura tecnológica de negociação e custódia eficiente, fiável e segura, e equipas preparadas, estarão criadas as condições para que algumas privatizações possam ser concretizadas na Bolsa, e também para que a Bolsa possa ser uma solução para abertura de capital de empresas privadas. Não vejo razões para que o processo não avance, com a consciência de que um programa de privatizações com alguma amplitude, como parece ser a opção de Angola, terá que ser necessariamente faseado no tempo, ao longo de alguns anos.

Algumas empresas angolanas não são bem vistas, por factores como a baixa produtividade e a corrupção. Isso pode comprometer o processo de privatização?

Entendo que Angola está determinada em melhorar a percepção sobre as suas empresas e o ambiente de negócios, e essa mensagem é muito importante, e tem de continuar a ser difundida incessantemente. Também entendemos que há empresas e sectores onde é possível melhorar a produtividade e a utilização dos recursos. O programa de privatizações e o acolhimento de novos investidores pode ser um contributo decisivo para ajudar as empresas a encontrar formas mais eficientes e competitivas de produção.

Como é que pode privatizar em bolsa acções de empresas públicas que não têm cumprido a obrigação de prestação de contas ou as poucas que o fizeram têm várias reservas dos auditores independentes?

A abertura do capital em Bolsa e a atracção de investidores em geral requer um esforço de transparência e rigor na prestação de informação financeira e da actividade das empresas. Assim, as empresas que pretendam realizar IPOs e que ainda não tenham práticas de organização e

“Não vejo razões para que o processo não avance, com a consciência de que é um programa de privatizações com alguma amplitude, como parece ser a opção de Angola”

reporte suficientes vão ter que realizar um esforço de melhorar os seus sistemas de registo, organização e comunicação de informação financeira e da actividade empresarial em geral.

Fala-se que a Bodiva deverá ser privatizada também...

Angola fez até ao momento a opção de ter uma Bolsa local e independente na esfera do Estado. A privatização é sempre uma possibilidade, desde que a empresa tenha condições, designadamente de rentabilidade actual ou futura, para atrair investidores que confiem no potencial de desenvolvimento do mercado de capitais e na economia angolana.

Algumas correntes consideram “muito perigoso” apostar no mercado de capitais agora, porque estes não crescem em período de depressão económica. Quer comentar?

Os mercados de capitais têm ciclos, com períodos mais positivos para a realização de IPOs e outros menos favoráveis. Mais recentemente, estes períodos, ou janelas de oportunidade, tendem a ser mais curtos, por vezes até de apenas alguns meses. Assim, o que é relevante para as empresas e para o Estado (no contexto de um programa de privatizações) é estar preparado. E sabemos que preparar uma empresa para um IPO pode demorar alguns meses ou até mais que um ano. O conselho aqui é sempre preparar as empresas, para conseguir concretizar a operação na melhor oportunidade.

“A EURONEXT TEM COLABORAÇÃO COM MUITAS BOLSAS”

Qual a importância de pertencer a um grupo internacional, a Euronext, para a credibilização da Bolsa de Valores de Lisboa?

A Bolsa de Valores de Lisboa faz hoje parte do grupo Euronext, o grupo pan-europeu líder na gestão de Bolsas na Europa, integrando, para além de Portugal, os mercados da França, Holanda, Bélgica e Irlanda, e com equipas a trabalhar também em Espanha, Itália, Alemanha e Suíça. Com mais de 1.300 emitentes, são negociados diariamente mais de 8 mil milhões de euros, a que correspondem mais de 2 milhões de negócios. A Euronext é também o grupo líder mundial de *listing* de obrigações e fundos de investimento, com mais de 37.000 títulos de dívida cotados, 5.600 fundos de investimento e mais de 1.000 ETF's (*Exchange-Traded Funds*). Estar integrado num grupo com esta relevância e presença internacional é fundamental para garantir que as empresas cotadas obtêm um serviço de excelência, que têm acesso a uma muito vasta e profunda rede de investidores nacionais e internacionais, e assim conseguem as melhores condições de financiamento e de valorização dos seus títulos.

Que tipo de apoio a Euronext pode prestar a Angola?

O processo de desenvolvimento do mercado de capitais é exigente, essa é a nossa própria experiência em Portugal e nos outros países Euronext. Por um lado, é necessário mobilizar empresas, intermediários financeiros, investidores e Governo. É fundamental ter uma infra-estrutura tecnológica de negociação, compensação e custódia muito fiável, segura, mas também flexível e moderna. Além de gerir os seus mercados de Bolsa, a Euronext tem hoje diversas parcerias de colaboração, de diferentes naturezas, com muitas outras Bolsas pelo mundo, disponibilizando as suas plataformas de negociação, de gestão e distribuição de dados, de serviço de índices, etc. Também ao nível da admissão de empresas em mercado, temos registado uma procura de *dual listings*.

“Neste momento, o foco das nossas relações tem sido no âmbito de criar as condições para que o programa de privatizações e o mercado de capitais angolano se possam desenvolver”

GRANDE ENTREVISTA ISABEL UCHA

“Gestão privada é mais ágil e eficiente, proporciona mais crescimento”

“A presença em mercado de capitais garantirá fontes mais alargadas de financiamento”



Existe um limite de tempo definido para que um país tenha um mercado de capitais operacional? Se não, que requisitos são necessários para que o mercado se efective?

Um país com ambições de crescimento e desenvolvimento deve ambicionar ter uma Bolsa activa e dinâmica. Não há um prazo, é um processo evolutivo, que caminhará em paralelo com outros elementos do desenvolvimento económico e social.

Que cuidados a Bodiva deve ter num mercado como o angolano?

Os mercados de capitais, em geral, assentam essencialmente num aspecto fundamental, que é a confiança. A confiança das empresas que se admitem à cotação, na expectativa de encontrar no mercado um pilar essencial do seu financiamento e crescimento. A confiança dos investidores, baseada numa informação clara sobre a situação das empresas e do país em que vão investir. A BODIVA e a CMC estão muito conscientes e empenhadas em fazer aplicar as melhores práticas de prestação de informação e transparência, bem como de governo societário, às empresas que se vierem a cotar, e o Governo em reforçar o

“Não acredito no capitalismo sem regras, mas também não sou favorável a um Estado que seja produtor da maior parte dos bens e serviços que necessitamos”

quadro jurídico, sancionatório e judicial, necessário a uma correcta implementação.

Economistas defendem a retirada urgente do Estado da economia, para que ela possa crescer. É da mesma opinião ou há sectores onde se justifica a permanência do Estado?

Cabe à esfera dos decisores políticos definirem quais as actividades e sectores que entendem que devem ser controlados mais de perto pelo Estado. Como economista e gestora, acredito que em muitas circunstâncias a gestão privada é mais ágil e eficiente, proporciona mais inovação e crescimento, desde que devida-

mente enquadrada em estruturas de mercado competitivas e adequadamente reguladas. Não acredito no “capitalismo sem regras”, mas também não sou favorável a um Estado que seja produtor da maior parte dos bens e serviços que necessitamos.

Em seu entender, como é que deve ocorrer este processo de privatização?

Existe uma larga experiência internacional de programas de privatizações em diversos países e continentes, dos quais é possível retirar muitas lições. Como tive oportunidade de referir no Fórum do Mercado de Capitais, parece-nos que as linhas fundamentais que estão a ser traçadas para o programa de privatizações em Angola estão no caminho certo. Designadamente, grande transparência em todo o programa e um processo decisório claro e envolvendo as entidades relevantes. Concordamos também que se considerem modelos de privatização, nos quais se incluem simultaneamente investidores de referência e investidores de mercado. Se os primeiros podem aportar conhecimento, alavancagem comercial ou fornecedores especializados, a presença em mercado de capi-

tais garantirá fontes mais alargadas de financiamento.

Receia-se que falem investidores para este tipo de privatizações em bolsa, numa altura em que o País procura também quem invista no sector da agricultura, no sentido de conseguir a diversificação económica...

Não sou especialista no sector agrícola, mas relativamente à atracção de investidores em geral, para a agricultura ou para qualquer outro sector, há aspectos fundamentais, como as infra-estruturas básicas de energia, água e comunicações, pessoas qualificadas e um ambiente de negócios aberto e seguro.

O potencial da agricultura dependerá sempre da indústria transformadora ou sozinho consegue caminhar?

Penso que a capacidade de integrar processos industriais de transformação de produtos agrícolas pode revestir muitos formatos e possibilidades, desde elementos muito simples até cadeias mais complexas de transformação. Há que avaliar correctamente, e concretamente para cada produto, quais são as condições de competitividade nacional e internacional, e decidir o nível de transformação adequado e desejado.

BOLSA NO SANGUE

É membro do Conselho de Administração da Euronext Lisbon há 4 anos e trabalha na Euronext desde 2008, sendo agora nomeada para CEO da Euronext Lisbon. Nas funções desempenhadas, acumulou uma experiência significativa no desenvolvimento e suporte de toda a actividade comercial e no desenvolvimento de produtos em Portugal. Também colaborou directamente, por duas vezes, com o Governo português, como assessora económica do Primeiro-Ministro durante 4 anos, e no início da sua carreira profissional no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Publicou os livros “Como viver com o Euro”, em co-autoria com Paulo Sande, e “Introdução à Economia”, manual académico sobre os princípios básicos da economia para estudantes universitários de Economia e Gestão, é seguido nas mais prestigiadas universidades portuguesas.

 UNITEL

POWER!!

UMA APP CHEIA DE POWER

**Resumo dos Programas,
Treinos e Galeria Power, Alimentação
Saudável, Passatempos e muito mais**



Instala já a App



Envia **Power**
para o **19151**

EMPRESAS & MERCADOS



Compra de notas, cheques de viagem ou carregamento de cartões pré-pagos está limitada a 50% do valor anterior

NOVAS REGRAS PARA COMPRA DE NOTA FÍSICA NAS CASAS DE CÂMBIO

Clientes só podem comprar 5 mil USD por mês

A anterior legislação permitia vendas até 10 mil USD mensais por cliente.

Sector diz que o mercado informal continua a prejudicar as casas de câmbio e será nas ruas que os clientes vão procurar superar o novo limite máximo imposto pelo banco central.

Michel Pedro

Cada residente cambial só poderá comprar até 5 mil USD por mês em moeda estrangeira nas casas de câmbio, de acordo com um instrutivo do Banco Nacional de Angola (BNA), que reajusta o valor máximo permitido, aplicando uma redução de 50% face à anterior legislação.

O instrutivo n.º 16/2018 de 21 de Novembro já está em vigor e regulamenta a venda de moedas estrangeiras a residentes cambiais e estabelece que, independentemente de as compras serem efectuadas numa ou várias casas de câmbio, o limite definido é aplicado à totalidade das compras por viajante residente cambial com mais de 18 anos, por mês, e inclui todos os instrumentos de pagamento: moeda estrangeira em notas, cheques de viagem ou através do carregamento de cartões pré-pagos.

Com o novo instrutivo, ficam revogados os Instrutivos n.ºs 21/2016 e 22/2016 que permitiam que as casas de câmbio vendessem moeda estrangeira até ao montante de 10 mil USD, ou o seu equivalente em outra moeda estrangeira.

O novo instrutivo obriga igualmente que as remessas de valores internacionais estão limitadas a 2.000 USD mensais ou o equivalente noutra moeda estrangeira, por ordenante e por beneficiário, o que se traduz a um aumento de um limite máximo permitido pela anterior legislação de 2013, que impunha um máximo de 500 mil Kz mensais, mas que face à desvalorização cambial seria hoje cerca de 1.600 USD.

Os residentes cambiais que ultrapassem os limites estabelecidos neste instrutivo poderão ser impedidos de realizar operações cambiais no sistema financeiro nacional por períodos a determinar. No espaço de um mês, esta é a segunda vez que o banco central produz legislação para definir as novas regras da activi-

dade das casas de câmbio. Agora, estas entidades já podem comprar divisas aos bancos comerciais, que têm que incluir as vendas nas suas listas de necessidades a remeter ao BNA.

Em declarações ao *Expansão*, o presidente da Associação de Casas de Câmbio de Angola (ACCA), Hamilton Macedo, disse tratar-se de mais uma medida que “beneficia tanto operadores como clientes, pois as reservas cambiais do País sofreram uma redução considerável, e é necessário que se pensem em medidas que controlem o mercado”. O responsável adiantou que o mercado informal continua a ter impacto no sector e, face aos limites impostos agora pelo BNA, a venda nas ruas pode constituir uma forma de que quem pretender comprar moeda estrangeira o possa fazer sem limite.

Aumento de capital social

Depois de no início do ano o BNA ter aumentado para 7,5 mil milhões Kz o capital social mínimo exigido aos bancos comerciais,

Capital social mínimo das Casas de Câmbio passa a ser de 50 milhões Kz, contra mínimo anterior de 10 milhões

agora também ‘mexeu’ no capital mínimo exigido às sociedades financeiras não bancárias. Desta forma, segundo o Aviso n.º 08/2018, as instituições financeiras não bancárias devem ter o seu capital social integralmente realizado e manter fundos próprios regulamentares no valor mínimo de 70 milhões Kz, contra o mínimo anterior de 25 milhões Kz. As sociedades prestadoras de serviços de pagamentos devem ter um capital mínimo de 70 milhões, as Casas de Câmbio 50 milhões (contra mínimo anterior de 10 milhões Kz), as Sociedades de Cessão Financeira 100 milhões, as Sociedades Cooperativas de Crédito 25 milhões e as Sociedades de Microcrédito também 25 milhões.

As instituições financeiras não bancárias estão autorizadas a aumentar o seu capital social através de um ou das duas opções determinadas pelo banco central, designadamente a emissão e subscrição de novas acções e/ou incorporação de reservas no capital social.



Standard
Bank

“Como aceleramos o
crescimento de África?”

“Dando-lhe confiança
para investir”

O Standard Bank de Angola oferece uma ampla gama de serviços de Banca Corporativa e de Investimento (CIB) aos seus clientes, localmente e em todo o continente africano. Conjugamos a nossa sólida presença em África e a nossa capacidade global a fim de realizar as ambições de empresas e instituições financeiras locais e internacionais.

Seja quais forem os desafios temos o conhecimento local e a experiência no terreno para estabelecer sinergias.

Somos o parceiro certo para o seu crescimento neste continente a que chamamos a nossa terra.

Linha Standard Bank: +244 923 190 888 | www.standardbank.co.ao

Standard Bank Seguindo em Frente

EMPRESAS & MERCADOS

DADOS DO INE DO II TRIMESTRE DE 2018

Produção industrial em queda pelo III trimestre consecutivo

A produção e distribuição de electricidade foi o sector que menos cresceu no segundo trimestre deste ano, seguindo da indústria transformadora. Os empresários dizem que a falta de incentivos fiscais e de investimentos estão na base da quebra dos indicadores da produção industrial no País.

Martins Chambassuco

A produção industrial em Angola está em recessão pelo terceiro trimestre consecutivo com a produção e distribuição de electricidade e gás a ser o sector mais afectado com a crise que o País vive, revela o Índice de Produção Industrial (IPI) divulgado, na semana passada, pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) ou seja, quatro meses depois do prazo estabelecido para a sua publicação.

O indicador (IPI) avalia a produção de quatro sectores, no curto prazo, nomeadamente, as indústrias extractiva, transformadora, distribuição de electricidade e captação e distribuição de água.

De acordo com os cálculos do *Expansão*, com base nos dados do INE, é preciso recuar ao terceiro trimestre de 2017, quando o indicador se fixou nos 3,5%, para encontrar um desempenho positivo na indústria em Angola. No IV trimestre de 2016, o sector da indústria atingiu os mínimos dos últimos quatro anos com o indicador a fixar-se nos -6%.

O relatório do INE indica que no segundo trimestre de 2018, a variação do indicador se fixou negativamente nos 4,3%, enquanto, em termos sectoriais, a produção e distribuição de electricidade, durante o período em referência, rondou os -10%.

Especialistas e industriais acreditam que a crise financeira que afecta o mercado angolano, com a escassez de cambiais e a instabilidade do mercado de consumo, no segundo trimestre de 2018, contribuíram para a queda do indicador da produção industrial no País. A falta de investimentos,



A falta de investimento privado está a atrasar o crescimento na indústria transformadora

Falta de investimento nos últimos dois anos pesa hoje na indústria petrolífera

bem como o quase inexistente acesso a crédito bancário em determinados sectores da actividade económica, permitiram o agravamento da vida das empresas, segundo estes especialistas.

A indústria extractiva, um sector que engloba a produção petrolífera e diamantífera, tem um peso de 90% na economia angolana. Nos últimos dois anos, a fal-

ta de investimentos em novos projectos contribuíram para o desempenho negativo do ramo, apesar da subida dos preços no mercado internacional. Os dados do INE referentes ao segundo trimestre indicam que este sector teve um desempenho negativo de 4%, comparativamente aos três primeiros meses do ano, apesar da extracção de diamantes e outras indústrias que mantiveram uma tendência positiva.

A indústria transformadora registou -7% no segundo trimestre, fruto da falta de matérias-primas e a redução do crédito às empresas, contrariando a tendência positiva regista entre Janeiro e Março do ano em curso. Ainda dentro da indústria transformadora, apesar do ambiente macroeconómico adverso, situação que tem afectado a vida das em-

presas, a fabricação de mobília, registou um crescimento de 22%. Quanto ao pessoal em serviço, dentro da indústria transformadora, as indústrias alimentares tiveram um desempenho negativo de 33%, seguindo-se a produção de electricidade com -10%, neste último, fruto da redução do pessoal na barragem de Laúca.

Ambiente de negócios

No recente balanço do Programa de Estabilidade Macroeconómica (PEM), referente ao terceiro trimestre deste ano, o ministro de Estado e Coordenador da Equipa Económica do Conselho de Ministros, Manuel Nunes Júnior, reconheceu as dificuldades que os industriais atravessam e disse que para inverter o quadro o Governo está a trabalhar para restaurar a confiança dos agentes na economia. "Sem a confiança dos agentes não poderemos cumprir o nosso objectivo fundamental que é o de aumentar a produção nacional, tornar os nossos empresários mais fortes e competitivos, promover as exportações fora do sector do petróleo e substituir as importações" lembrou o governante. Manuel Nunes Júnior acrescentou ainda que "temos de produzir em Angola os bens essenciais de que necessitamos para o nosso consumo e com isso a pressão sobre as divisas vai diminuir consideravelmente e passaremos a usar as nossas divisas para a importação de matérias-primas, equipamentos e outros bens importantes para o nosso desenvolvimento".

BREVES

MOODY'S CLASSIFICOU RATING DO BFA PELA PRIMEIRA VEZ

A Moody's atribuiu pela primeira vez um 'rating' ao Banco Fomento Angola (BFA), dando-lhe a nota máxima permitida pelo 'rating' atribuído ao País, já que as instituições bancárias não podem ter melhor 'rating' que o país em que operam. A qualidade do crédito do BFA está avaliada em B3 para os depósitos de curto e longo prazo em Kz, e em Caa1 para os depósitos em moeda externa. Ambos estão abaixo da recomendação de investimento, tal como acontece com Angola, por sua vez avalada em B3 com perspectiva de evolução estável desde Abril. A agência da 'rating' avalia também a qualidade do crédito do Banco Angolano de Investimentos (BAI).

EMPRESA DE BEBIDAS DESPEDE MAIS DE 70 TRABALHADORES

Cerca de 70 trabalhadores afectos à Sociedade de Bebidas de Angola "Soba Catumbela", unidade fabril privada em Benguela, e outros 25 da Coca-Cola, pertencente ao mesmo grupo, foram despedidos em Novembro último, devido à quebra acentuada nas vendas, segundo a Angop. Fonte junto da empresa disse à agência que o processo deverá arrastar-se até 2019, com a conclusão da indemnização dos trabalhadores com mais de 15 anos de serviço prestado avaliado em mais de 2 milhões Kz.

OCTOMAR APRESENTA NOVO BARCO PARA AS PETROLÍFERAS

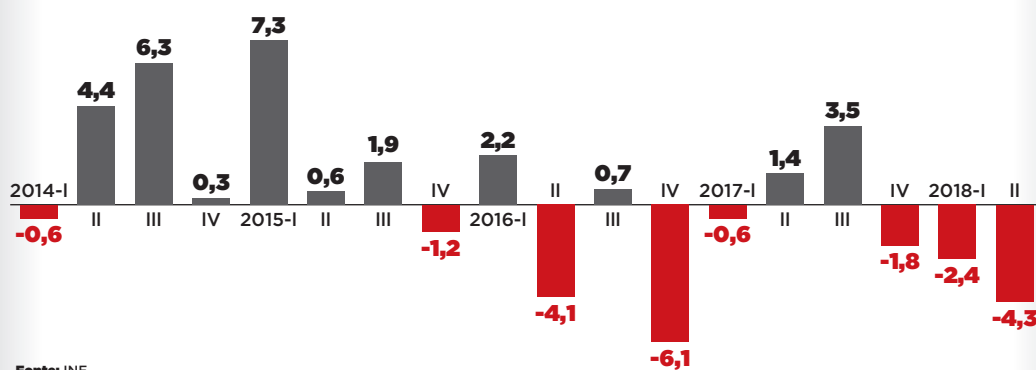
A empresa Octomar, vocacionada para serviços marítimos apresentou, esta semana, no Clube Naval, o barco OctoStar para apoio de mergulho, transferência de pessoal do bloco 17 e 32, na província do Zaire. O barco, construído em Singapura pela empresa Damer, tem capacidade para 40 lugares, painel de mergulho, dois capitães, dois motores com velocidade máxima de 30 nós. A Octomar conta com os barcos Octoblue, Octowave, Minisur, Octodiver.

ETHIOPIAN AIRLINES É MELHOR COMPANHIA DE AVIAÇÃO EM ÁFRICA

A Ethiopian Airlines ganhou o prémio de Melhor Companhia Aérea de África de 2018, pelo 7º ano consecutivo, prémio atribuído pela Associação Africana de Companhias Aéreas (AFRAA), na 50ª Assembleia Geral Anual realizada na cidade de Rabat, em Marrocos.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL EM ANGOLA

Índice de Produção Industrial em %



Fonte: INE

EPIC  SANA
★★★★★ Luanda

RÉVEILLON, A NOITE MAIS ÉPICA DO ANO

LUANDA.EPIC.SANAHOTELS.COM



Celebre com a família e os amigos a chegada do Ano Novo numa festa única, cheia de glamour, animação e o máximo de conforto do hotel EPIC SANA Luanda.

PROGRAMA

Jantar de Gala; Animação musical; EPIC Wishes & After Party

Desde 85.000 AKZ / 225 USD por pessoa

Programa com 2 noites de alojamento: Desde 387.000 AKZ | 1.160 USD

Informações & Reservas:

rsv.luanda@epic.sanahotels.com | +244 222 642 600 | + 244 930 405 621

**Seguramente,
a melhor protecção
para si e os seus
colaboradores.**

Os Seguros de Saúde e Acidentes de Trabalho da Aliança adaptam-se às necessidades reais da sua empresa. Temos planos competitivos e uma resposta eficaz com assistência nacional e internacional.

Fale connosco.

Não espere para dar a melhor protecção à sua equipa e ao seu negócio.



ALIANÇA
SAÚDE



ALIANÇA
ACIDENTES DE
TRABALHO


ALIANÇA
SEGUROS

Uma relação
de compromisso.

www.aliancaseguros.ao

T.: 222 632 946

EMPRESAS & MERCADOS



BNA deixou de publicar lista dos bancos que ficaram com divisas

MERCADO CAMBIAL

Bancos ficaram com 960 milhões USD em divisas no mês de Novembro

BNA apenas publicou a lista dos bancos que compraram divisas na primeira semana do mês sem justificar porque deixou de revelar quem ficou com quanto.

Os bancos comerciais compraram 960 milhões USD em divisas nos leilões do Banco Nacional de Angola (BNA), quase 95% do valor que o banco central disponibilizou ao longo do mês, tendo o banco central deixado de publicar a lista dos bancos que conseguiram adquirir divisas a partir da segunda semana.

Apesar do pedido de esclarecimento do *Expansão*, o banco central não justifica porque deixou de publicar quem ficou com quanto na segunda, terceira e quarta semana do mês. Assim, na primeira semana de Novembro, o BNA levou a leilão 200 milhões USD, tendo o banco BIC sido o campeão das divisas, ficando com 29,2 milhões USD, seguindo do Standard Bank Angola (SBA) que adquiriu 27 milhões USD. Os restantes 760 milhões USD foram colocados nas restantes semanas.

Dezembro com 1.200 milhões USD

No mês de Dezembro o banco central levará a leilão o equivalente a 1.200 milhões USD, por via de leilões de preço (venda de divisas) e de quantidade (plafonds para cartas de crédito), para todas as finalidades, numa frequência diária.

De acordo ainda com a informação do site, após cada sessão, o BNA divulgará, no seu portal institucional, o montante disponibilizado, o número de participantes, a taxa de câmbio

mais alta e a mais baixa admitidas bem como a taxa de câmbio média resultante da sessão.

Durante o mês de Novembro, a taxa de câmbio registou ligeiras variações, mantendo-se nos últimos dias nos 310 Kz por cada USD.

Comité de Política Monetária

O Comité de Política Monetária do banco central reuniu a 30 de Novembro, tendo decidido manter a Taxa BNA em 16,5%. O CPM decidiu também manter inalterados os coeficientes das Reservas Obrigatórias. “Estas decisões foram sustentadas pelo facto da inflação homóloga continuar a manter uma trajetória decrescente, bem como pela evolução da Base Monetária, variável operacional da política monetária, que contraiu 6,36% em termos homólogos”, revela o BNA em comunicado.

O banco central informa ainda que a conta de bens foi “superavitária nos dois últimos meses” em 4,61 mil milhões USD, o que representou um aumento de 15,1% face ao período homólogo de 2017, justificado, essencialmente, pelo aumento do valor das exportações em 15,2%. O BNA informou que a próxima reunião ordinária do Comité de Política Monetária será realizada no dia 25 de Janeiro do próximo ano.

Michel Pedro

O banco BIC foi o campeão das divisas, ficando com 29,2 milhões USD, seguindo do Standard Bank Angola com 27 milhões

ENTRE JANEIRO E OUTUBRO DE 2018

Receitas fiscais com a venda de petróleo atingiram 2,7 bilhões Kz nos primeiros 10 meses

Angola exportou, entre Janeiro e Outubro, 451,7 milhões de barris de petróleo. A província do Zaire, com 80% do total da produção lidera produção, enquanto Cabinda representa 20%.

Martins Chambassuco

As receitas fiscais resultantes da exportação de petróleo, entre Janeiro e Outubro, atingiram 2,7 bilhões Kz, com a venda de 451,7 milhões barris de petróleo, indicam os dados da Direcção de Tributação Especial do Ministério das Finanças.

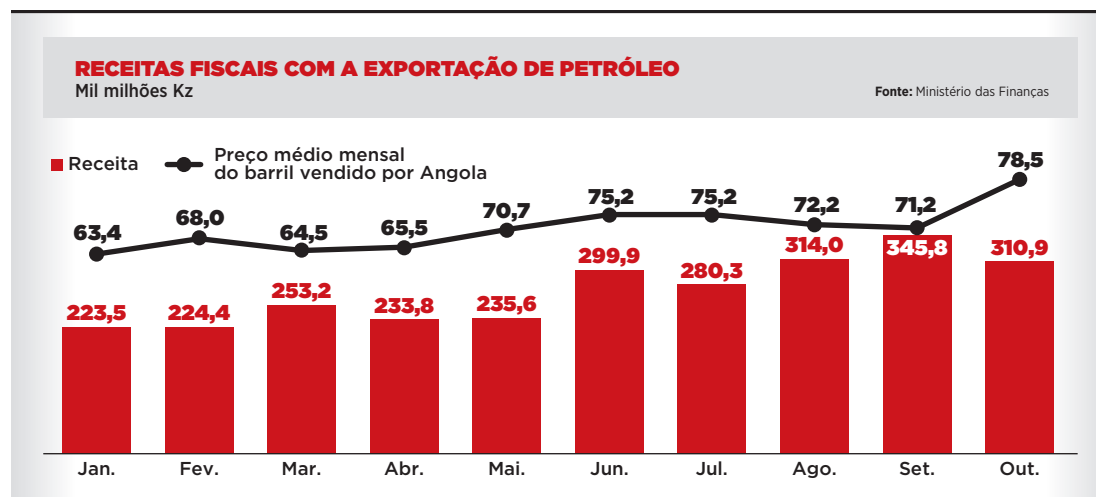
Os dados do fisco indicam que do valor tributado, 1,3 bilhões Kz, cerca de 48,1% do total arrecadado nos primeiros 10 meses de 2018, resultaram das exportações do petróleo produzido no Bloco 17.

Na posição imediatamente a seguir surge o Bloco 15, que exportou, durante o período em

referência 72,4 milhões de barris de petróleo por dia, o que resultou numa receita de 552,0 mil milhões Kz. As exportações do Bloco 0 A geraram uma receita de 208,8 mil milhões Kz com a venda de 51,6 milhões de barris de petróleo entre Janeiro e Outubro.

Dos 15 blocos em actividade, estes três são os mais produtivos, enquanto o Bloco 03/05^a, com uma exportação total de 18,0 mil barris, com um contributo de 107 milhões Kz é o menos cotado em termos de produtividade e geração de receitas.

Em termos de preços, o petróleo do Bloco 4/05 é o mais valioso e foi vendido a 77,8 USD, tendo sido exportados até Outubro 950 mil barris de petróleo.



Cerca de 48,1% do total arrecadado nos primeiros 10 meses de 2018 resultaram das exportações de petróleo do Bloco 17

A Administração Geral do Estado (AGT) revelou, no mês passado, que do total da receita arrecadada, apenas entram nos cofres do Estado cerca de 37% do total das receitas arrecadadas com a comercialização do petróleo, enquanto 41% servem para a recuperação dos investimentos e 22% constitui o lucro das companhias petrolíferas. O País está a produzir

diariamente 1,4 milhões de barris de petróleo.

Espera-se até ao final deste ano que o País produza 1,5 milhões barris/dia. Do total da produção de petróleo do País a AGT indica que 80% da produção global de petróleo do País é feita no Soyo na província do Zaire, em *offshore*, e Cabinda representa apenas 20%, explorado no bloco 0.

PUB

NCR
CORPORATE
SOMOS A SOLUÇÃO

SERVIÇO DE LICENCIAMENTO MICROSOFT

SAIBA COMO ADQUIRIR O LICENCIAMENTO MICROSOFT PARA A SUA EMPRESA DE FORMA SIMPLES E ECONÓMICA.

(+244) 222 638 600

www.ncrcorporate.co.ao

comercial@ncrcorporate.co.ao

EMPRESAS & MERCADOS

APROVADA EM CONSELHO DE MINISTROS

Regulamentação da comercialização de diamantes acaba oficialmente com monopólio no sector

Instrumento legal estabelece as modalidades de compra e venda, com o intuito de “atingir os objetivos estratégicos do setor mineiro e da política de comercialização.”

O Governo aprovou, esta quarta-feira, o Regulamento Técnico de Comercialização de Diamantes Brutos que, na prática, põe fim ao monopólio da venda da pedra preciosa, e criou formalmente a Agência Nacional de Petróleos e Gás (ANPG), instituição que vai exercer a actividade de concessionária.

O regulamento é considerado como um “instrumento legal” que estabelece as modalidades de compra e venda de diamantes, com o intuito de atingir os objetivos estratégicos do setor mineiro e da política de comercialização definida pelo executivo, visando aumentar a prospecção e exploração, fomentar o investimento externo, instalar fábricas de lapidação e obter maiores receitas para o Estado.

O ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino de Azevedo, disse que “foi aprovada há já algum tempo a política para a protecção de diamantes, que tem como fundamento primeiro a eliminação do monopólio da comercialização de diamantes brutos que existia no país”.

No início de Agosto, Diamantino de Azevedo anunciou uma reestruturação do sector geológico-mineiro no País, que passa pela remodelação das empresas públicas e concessionárias, como a Endiama e a Ferrangol. Na altura explicou que o processo culminaria com a separação da função de concessionária, por se entender que essas empresas só se tornarão mais eficientes quando se dedicarem efectivamente ao seu objecto



Governo liberaliza o mercado dos diamantes

A ANPG terá agora a cargo a realização das licitações de novas concessões petrolíferas e a gestão dos contratos de partilha da produção

social, evitando a dispersão da sua actividade.

A prospecção, exploração e o condicionamento dos recursos minerais como a vocação da Endiama e da Ferrangol, terão de mudar o paradigma, de acordo com a nova política do Executivo para dinamizar o sector dos recursos minerais. Diamantino de Azevedo lembrou que, à semelhança da criação, em Agosto, da Agência Nacional de Petróleo e

Gás (ANPG), há também um processo com calendarização e programação aprovadas, iniciado com a nomeação, pelo Presidente, da comissão instaladora e do grupo de acompanhamento da Instalação da nova entidade.

Quanto à ANPG, o Conselho de Ministros aprovou o relatório final do grupo de trabalho de reestruturação do sector petrolífero, lançado por um despacho Presidencial de Agosto, criando a agência e o respectivo estatuto orgânico, bem como uma proposta de lei sobre a tributação das actividades petrolíferas.

A nova agência, segundo o calendário então estabelecido, irá proceder à transferência de activos da Sonangol para a ANPG durante o primeiro dos três períodos de implementação. A ANPG terá agora a cargo a realização das licitações de novas concessões petrolíferas e a gestão dos contratos de partilha da produção, bem como representar o Estado na partilha do lucro do petróleo nas concessões petrolíferas.

Martins Chambassuco com Lusa

PUB

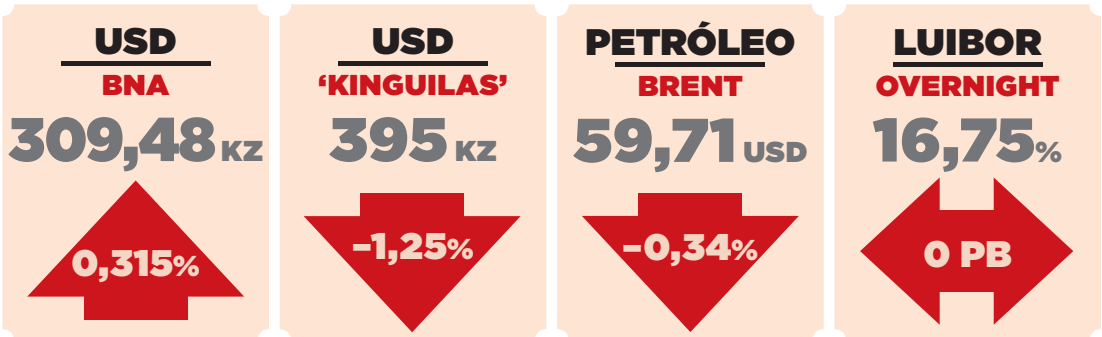
Feliz Natal todos os dias

Tenha uma mensalidade de OFERTA na renovação de três ou mais entre 15 Novembro e 31 Dezembro.

- Mais de 200 canais
- Internet com tráfego ilimitado
- Chamadas ilimitadas na rede TVCABO

923 168 000 | 222 680 000 | tvcabo@tvcabo.co.ao | www.tvcabo.ao

tvcabo



Dados de 30 de Novembro a 06 de Dezembro; Taxas câmbio médias USD; Setas indicam variações na semana, em % ou pontos base (pb).

SEMANA DE 30 DE NOVEMBRO 06 DE DEZEMBRO

Crude estabiliza abaixo dos 60 USD

No arranque da reunião da OPEP e aliados, o ministro da Energia da Arábia Saudita defendeu que o corte de produção necessário para fazer subir preços é inferior ao esperado pelo mercado, que reagiu em baixa.

Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros*

Os receios dos investidores em torno de um excedente da oferta no mercado petrolífero implicaram a pior performance mensal dos últimos 10 anos do preço do barril no mês de Novembro. Durante os primeiros dias de Dezembro o preço do petróleo evoluiu de forma incerta, com o Brent a negociar em torno dos 60 USD.

Na segunda-feira, um dia depois de ser conhecida a suspensão da guerra comercial EUA-China por 90 dias, os preços do petróleo chegaram a disparar mais de 5% durante o dia. Durante esta suspensão, os dois países vão iniciar negociações sobre mudanças estruturais em relação à protecção da propriedade intelectual, cibercrime e outras prioridades norte-americanas. Além disso, a ajudar a performance do preço do barril es-

teve a expectativa dos mercados sobre a extensão do actual acordo de cortes de produção petrolífera, que poderia ser materializada após a reunião dos produtores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e outros aliados (OPEP+), com início agendado para esta quinta-feira.

Contudo, no arranque desta reunião, o ministro da Energia da Arábia Saudita defendeu que o corte de produção necessário

Esta foi a 11ª subida semanal consecutiva das reservas petrolíferas dos EUA

é inferior ao esperado pelo mercado. Estas declarações tiveram repercussões imediatas no mercado, com a cotação do barril a perder acima de 5%. A ajudar à descida desta quinta-feira, está também a publicação do relatório semanal do Instituto Americano de Petróleo, que in-

formou sobre a 11ª subida semanal consecutiva das reservas petrolíferas dos EUA, com um crescimento de 5,4 milhões de barris na semana de até 30 de Novembro.

Ainda no mercado petrolífero, a semana também ficou marcada com o anúncio da retirada do Qatar como membro da OPEP em Janeiro de 2019. Segundo o ministro da Energia do Qatar, apesar do País continuar a produzir petróleo, o seu foco irá direccionar-se para a produção de gás, visto que é onde o País tem o seu maior potencial.

Nesta semana também foram divulgados dados relativos ao PMI (Purchasing Managers' Index) da Zona Euro, revelando uma desaceleração no crescimento empresarial da região. O índice recuou 0,4 pontos para 52,7 pontos em Novembro, sendo o ritmo mais fraco desde Setembro de 2016. Por outro lado, o *Beige Book* mais recente da Fed indicou que a economia dos EUA cresceu moderadamente em Novembro.

* Banco Angolano de Investimentos

EUROBONDS AFRICANAS PAÍS			YIELDS	VARIACÃO				ÚLTIMO ANO	
	Maturidade	Cupão	06-12-2018	1 Semana	1 Mês	1 Ano	Início do Ano	Mínimo	Máximo
Angola	12-11-2025	9,5000%	8,32%	-0,030%	0,836%	1,186%	1,482%	6,409%	7,977%
Rep. Democrática do Congo	30-06-2029	4,000%	11,66%	0,014%	0,288%	1,375%	3,197%	7,470%	8,674%
Etiópia	11-12-2024	6,625%	7,78%	0,028%	0,818%	1,829%	2,087%	5,401%	7,458%
Gabão	16-06-2025	6,950%	9,33%	-0,005%	1,047%	2,894%	3,107%	5,939%	8,980%
Gana	07-08-2023	7,875%	8,17%	-0,108%	1,010%	2,216%	2,485%	5,283%	7,448%
Costa do Marfim	03-03-2028	6,375%	7,91%	-0,209%	0,453%	2,304%	2,422%	5,230%	7,404%
Quénia	24-06-2024	6,875%	8,14%	-0,079%	0,744%	2,386%	2,546%	5,376%	7,205%
Mocambique	18-01-2023	10,500%	13,51%	0,274%	-0,874%	-4,381%	-3,687%	14,209%	18,695%
Namíbia	29-10-2025	5,250%	7,41%	0,019%	0,518%	2,398%	2,513%	4,466%	6,705%
Nigéria	12-07-2023	6,375%	7,42%	-0,024%	1,067%	2,259%	2,397%	4,825%	6,850%
Ruanda	02-05-2023	6,625%	6,84%	0,104%	0,521%	1,140%	1,356%	5,294%	6,733%
Senegal	30-07-2024	6,250%	7,04%	-0,021%	0,375%	2,198%	2,331%	4,550%	6,869%
Seychelles	01-01-2026	7,000%	6,59%	-0,739%	-0,601%	0,000%	-0,055%	7,072%	7,698%
África do Sul	16-09-2025	5,875%	5,83%	-0,135%	-0,138%	1,245%	1,376%	4,234%	5,562%
Zâmbia	30-07-2027	8,970%	14,47%	0,086%	-0,303%	7,266%	7,496%	6,896%	11,290%

Fonte: Bloomberg

MERCADOS ACCIONISTAS	VARIACÃO			ÚLTIMO ANO	
Índice (País)	06-12-2018	1 Semana	Início Ano	Mínimo	Máximo
AMÉRICAS					
Dow Jones Industrial Avg. (EUA)	25.027,07	-3,95%	-0,77%	23.344,52	26.951,81
S&P 500 (EUA)	2.700,06	-3,78%	-0,67%	2.532,69	2.940,91
Nasdaq (EUA)	7.158,43	-3,70%	2,26%	6.630,67	8.133,30
NYSE Composite (EUA)	12.221,98	-3,71%	-6,35%	11.820,33	13.637,02
Ibovespa (Brasil)	89.039,79	-1,82%	15,01%	69.068,77	91.242,22
EUROPA					
Euro Stoxx 50 (Europa)	3.189,25	-3,39%	-12,51%	3.056,09	3.687,22
FTSE 100 (Reino Unido)	7.022,76	-3,53%	-12,41%	6.716,70	7.903,50
DAX (Alemanha)	11.335,32	-3,32%	-15,75%	10.838,33	13.596,89
PSI 20 (Portugal)	4.938,51	-1,67%	-10,33%	4.783,34	5.801,45
IBEX 35 (Espanha)	9.061,70	-2,90%	-12,24%	8.627,60	10.643,40
CAC (França)	5.012,66	-3,89%	-9,47%	4.793,72	5.657,44
SMI (Suíça)	9.085,00	-3,43%	-6,97%	8.372,90	9.616,38
ÁSIA					
Nikkei 225 (Japão)	22.036,05	-3,80%	-5,55%	20.347,49	24.448,07
Topix (Japão)	1.649,20	-3,41%	-11,39%	1.581,56	1.911,31
Hang Seng (Hong Kong)	27.260,44	-1,32%	-12,58%	24.540,63	33.484,08
Shanghai All Share (China)	2.665,96	0,66%	-21,23%	2.449,20	3.587,03
CSI 300 (China)	3.267,71	0,28%	-21,07%	3.009,50	4.403,34
ÁFRICA					
FTSE/JSE All Share (África do Sul)	52.234,55	0,28%	-14,62%	50.032,74	61.776,68
EGX 30 (Egipto)	12.624,74	-7,00%	-17,52%	12.387,58	18.414,11
Botswana Gaborone Domestic Index (Botswana)	7.874,30	-0,67%	-11,17%	7.837,34	8.890,86
Nairobi SE All Share (Quénia)	146,49	-0,29%	-14,92%	141,78	196,57
Nigerian Stock Exchange All Share Index (Nigéria)	31.007,25	-0,18%	-19,41%	30.545,20	45.321,82
Ghana Stock Exchange (Gana)	2.535,84	-0,74%	-1,74%	2.504,73	3.536,20
Namibia Overall Index (Namíbia)	1.292,51	-1,48%	-4,47%	1.175,15	1.461,15
Tanzania All Share Index (Tanzânia)	2.085,84	1,63%	-12,27%	403,99	2.489,99
Tunindex (Tunísia)	7.409,58	0,96%	17,39%	6.105,33	8.457,82

MATÉRIAS PRIMAS	VARIACÃO			ÚLTIMO ANO	
	06-12-2018	1 Semana	Início Ano	Mínimo	Máximo
ENERGIA					
WTI Crude (US\$/barril)	53,25	-0,61%	-16,22%	49,41	76,90
Brent Crude (US\$/barril)	62,08	1,21%	-11,14%	57,50	86,74
Gás Natural (US\$/MMBtu)	4,46	-6,53%	45,99%	2,53	4,93
Gasolina (US\$/galão)	144,34	-2,80%	-22,13%	137,48	228,55
METAIS PRECIOSOS					
Ouro (US\$/onça)	1.238,54	1,80%	-4,63%	1.160,39	1.366,15
Prata (US\$/onça)	14,53	1,85%	-14,58%	13,90	17,70
Platina (US\$/onça)	804,61	-1,24%	-15,09%	755,55	1.028,70
OUTROS METAIS					
Cobre (US\$/libra)	6.295,00	-0,37%	-14,79%	5.773,00	7.348,00
Alumínio (US\$/tonelada)	1.974,00	0,56%	-13,18%	1.917,00	2.718,00
Zinco (US\$/tonelada)	2.583,00	2,99%	-21,12%	2.283,00	3.595,50
Estanho (US\$/tonelada)	18.850,00	3,37%	-3,89%	18.350,00	22.000,00
AGRÍCOLAS					
Cacau (US\$/tonelada)	2.105,00	-3,92%	6,13%	1.871,00	2.911,00
Café (US\$/libra)	101,90	-3,15%	-26,85%	95,10	141,35
Açúcar (US\$/libra)	12,75	-2,26%	-20,01%	10,80	15,96
Algodão (US\$/libra)	78,77	3,82%	7,52%	71,34	94,82
Milho (US\$)	384,75	1,26%	-2,73%	354,75	437,00
Trigo (US\$)	522,50	-0,87%	3,65%	482,25	627,50
Soja (US\$)	911,75	0,84%	-8,21%	826,25	1.063,25

MOEDAS	VARIACÃO			ÚLTIMO ANO	
	06-12-2018	1 Semana	Início Ano	Mínimo	Máximo
KWANZA (ANGOLA)					
Dólar (EUA)	309,49	-0,31%	86,53%	165,92	310,45
Euro	351,10	-0,41%	89,37%	185,40	356,04
Libra (Reino Unido)	394,10	0,17%	-43,27%	238,53	393,08
Rand (África do Sul)	22,35	1,95%	-38,65%	14,42	19,78
Real (Brasil)	81,75	1,77%	-36,50%	53,16	73,68
METICAL (MOÇAMBIQUE)					
Dólar (EUA)	61,63	-0,48%	-4,86%	57,57	62,95
Euro	69,92	-1,02%	0,19%	65,45	78,34
Libra (Reino Unido)	78,39	-0,48%	1,32%	73,39	88,96
Rand (África do Sul)	4,45	1,31%	8,87%	3,77	24,87
Real (Brasil)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
RAND (ÁFRICA DO SUL)					
Dólar (EUA)	13,85	-2,06%	-12,56%	11,51	15,70
Euro	15,71	-2,74%	-7,98%	14,18	18,12
Libra (Reino Unido)	17,62	-2,23%	-7,57%	16,08	20,13
Real (Brasil)	3,60	-0,67%	3,88%	3,28	4,21
EURO					
Dólar (EUA)	1,13	0,72%	-5,05%	1,12	1,26
Libra (Reino Unido)	0,89	-0,54%	-0,47%	0,86	0,91
Franco (Suíça)	1,13	0,15%	3,64%	1,12	1,20
Iene (Japão)	127,92	0,34%	5,68%	124,62	137,50

Fonte: Bloomberg

GESTÃO



AIKIDO

A gestão quotidiana confronta-nos com situações e relacionamentos, que implicam defesa e ataque, desencadeando, em cada momento, a capacidade de nos “esquivarmos ao confronto”, apenas atacando quando nos sentimos seguros e prontos para responder a esses desafios.

Mário Beírolas | Consultor

Quando falo da exposição diária a que está sujeito um gestor, seja pela permanente necessidade de tomar decisões, seja em qualquer momento de negociação, numa situação mais simples ou mais estruturada, logo me lembro do meu tempo de prática de artes marciais (com o meu mestre Honda), em que a esquiva e o ataque fazem parte do desafio de uma arte, onde o importante não é ferir o adver-

sário, antes trazê-lo para o nosso terreno, para desmontar a sua tática, demonstrando-lhe força e segurança.

Nos dias de hoje, como desde sempre, não é uma “mente sagaz”, nem uma “língua afiada”, que permitem ganhar espaço em qualquer tipo de contacto, antes a tão conhecida empatia, conhecida como a capacidade de compreender e de se identificar, de forma coerente, com os senti-

mentos, experiências e pensamentos do outro, combinando-a, isso sim, com o autocontrolo.

Este princípio da boa relação baseia-se na “não-resistência”, utilizado no Aikido, uma arte marcial, em que o peso do adversário é usado para imobilizá-lo, abordagem conhecida como o “ki”, que significa espírito ou energia, na procura da “verdadeira vitória”, uma vitória sobre si mesmo.

Trata-se de uma relação e uma postura que nunca é contraditória, ou seja, utiliza sempre a conciliação de interesses como ponto de convergência, a firme determinação de chegar a uma conclusão, um acordo de consenso, um resultado favorável para todas as partes.

Fixe-se, no entanto, um ponto de partida essencial: nunca deveremos abdicar dos nossos interesses, fazendo nessa postura

“ki”, com que o outro, ou a situação, traga energia a nosso favor.

Vejam, então, como sossegar a tal mente sagaz e calar a língua afiada.

Os melhores gestores começam por ser disciplinados, têm sentido de justiça, inspiram as pessoas, utilizam um pouco da cultura japonesa, que enfatiza a superação, respeitando o próximo e dando força de forma liberta à hierarquia situacional (uma estrutura de mando que delega em função dos níveis de maturidade de cada nível da estrutura).

Estamos numa época de quebra de paradigmas e conceitos, no entanto, existem bases milenares da gestão que ainda hoje funcionam, principalmente tudo quanto considera que o que é bom e justo se torna inesquecível.

Criado em 1883, pelo mestre Morihei Ueshiba, o Aikido é uma arte marcial de defesa pessoal, baseada essencialmente no princípio da não violência, redireccionando a força adversária ao invés de combatê-la directamente, controlando, desta forma, o fluxo dessa força.

Estarão a perceber que, como no Aikido, o trabalho de um gestor não é enfrentar os seus colaboradores, clientes ou concorrentes, mas sim saber direccionar adequadamente todas as suas forças, ao invés de optar pelo confronto desmedido.

Neste caso, a luta funciona como ganho de energia positiva, num posicionamento que permita preservar a equipa, da mesma forma que lhe dá o foco e a orienta.

Ganho de agilidade, capacidade de defesa, de ataque e de queda, sabendo cair e de novo recomendar, encarando novos desafios, de forma mais forte e consistente, levantar-se minimizando os efeitos dessa queda, são as bases de orientação desta arte, sabendo que, perante qualquer tombo, sempre haverá um novo recomeço, levantando, ficando de pé e firme, para encarar novos desafios.

Morieshi Ueshiba considera que a força de um homem não está na coragem, mas na capacidade de resistir aos ataques, da mesma forma que considera nove técnicas que me permitiriam correlacionar com as práticas de gestão quotidianas:

■ **Shiho** - capacidade de observação/acção 360 (percebendo tudo quanto se passa à sua volta, agindo e reagindo de forma controlada), antevendo situações e movimentos olhando em todos os ângulos - estar preparado para responder, de forma rápida, aos desafios colocados, pensar, reflectir e agir sem precipitação - pensar, sentir e reflectir, agir (defender antes de atacar, atacar depois de perspectivar e ganhar terreno)

■ **Irimi** - capacidade de observar e avaliar o interlocutor, deixando-o expor-se e avançar nos seus pontos de vista ou posição - à medida que o seu interlocutor avança, não se desvie, enfrente-o e dê-lhe reconhecimento, trazendo-o para o seu “terreno” - procure a harmonia e o entendimento, não abdicando dos seus

pontos de vista, demonstrando coerência, força e firmeza - enquadrar, harmonizar, sintonizar;

■ **Kaiten** - capacidade de desviar / esquivar, aproveitando a energia do interlocutor - “atacar” / argumentar, depois de captar a energia necessária, aproveitando para utilizar novos argumentos que lhe fazem ganhar terreno - observar, esquivar, reagir;

■ **Kokyu** - capacidade de controlar a respiração, como forma de controlar as emoções e os sentimentos negativos - usar adequadamente a inteligência emocional, sabendo fazer momentos de paragem (centésimos de segundo), que criem o desconforto do seu interlocutor - respirar, inspirar, reagir;

■ **Osae** - capacidade de manter o controlo - não se deixar levar por conversas vagas / moles, manter o foco objectivo, não ter distrações - conhecer, convergir, controlar;

■ **Ushiro-waza** - capacidade de prevenção e antecipação, com visão estratégica prática - ter sempre alternativas para as soluções, para ultrapassar objecções do seu interlocutor, neutralizando-as através de esquivas estratégicas momentâneas, transformando uma objecção numa vantagem alternativa - antever, perspectivar, ressurgir;

■ **Tenchi** - capacidade de manter sempre o equilíbrio físico (no semblante e na postura)

“Como no Aikido, o trabalho de um gestor não é enfrentar os seus colaboradores, clientes ou concorrentes, mas saber direccionar”

ra) e emocional (nas palavras e nas reacções) - nunca dar o flanco demonstrando desgaste ou fraqueza, de forma humilde e simples ir ganhando terreno - repensar, reequilibrar, “reatacar”;

■ **Aiki Ken e Aiki Jô** - capacidade de se manter sempre igual a si mesmo, com honestidade, ética, intuição, clareza - não pôr a descoberto a sua estratégia, desvendá-la gradualmente, de forma aberta - estar preparado anteendo possíveis ataques - constância, prevenção, segurança;

■ **Ukemi** - capacidade para enfrentar momentos difíceis, oposições fortes, injustiças, descontentamentos - saber ir abaixo, para vir para cima, cair, retemperar forças (em centésimos de segundo sem que o seu interlocutor se aperceba) - encaixar, reagir, responder;

Perceberão que pretendi associar alguns termos do Aikido com a prática diária nas relações de gestão, existindo em comum a capacidade de agir e reagir, com segurança, capacidade de observação e defesa (a esquivar e o ataque em contexto certo), a capacidade de demonstrar ao adversário firmeza, consistência e rigor (não dar o flanco em nenhum momento, dar espaço, observar e reagir, sem medos nem hesitações), a capacidade de garantir a concretização do objectivo ou objectivos (consistência, harmonia, decisão).

Muitas vezes, a deficiência no estilo de liderança, a falta de consistência nos projectos ou nos argumentos, ou a falta de conhecimento dos interlocutores (sejam eles colaboradores, clientes ou outras pessoas), leva à criação de “medos ocultos”, na maioria das vezes transformados em orgulho e vaidade (capacidade de camuflar os complexos, com rudeza e barreiras à sintonia).

O medo é o sentimento que mais obstáculos cria à gestão quotidiana, seja porque não se

tomam ou adiam decisões, seja porque se tomam decisões isoladas, ou mesmo porque se coloca o “macaco” nas costas do outro.

Sendo muitas vezes um mecanismo de defesa, que garante a sobrevivência, o medo não permite progredir e dá sinais claros ao outro de fraqueza (embora pareça que não), acabando por ser o outro a ganhar terreno.

O medo é, por isso, um possível aviso de perigo, não devendo ser ignorado, utilizando uma liderança pela coragem e determinação (uma liderança situacional, que reage em função de cada situação), nunca utilizando uma liderança demolidora, que utiliza a vingança como instrumento de defesa (liderança destrutiva, feita de irracionalidade e destruição dos outros).

De qualquer forma, não se deve confundir medo com prudência, esta sim faz parte da tal arte de esquivar para reagir, sempre depois de estarmos prevenidos com boas soluções / decisões.

Nesta metodologia de defesa e ataque controlado e comedido, deve evitar-se a ameaça (os argumentos vagos, mentirosos, manipuladores), tão pouco a força, pois esta significa perda de energia e demonstração de fraqueza (só necessita de exibir a força quem não a utiliza de forma regrada e certa). A força punitiva, essa sim deve ser utilizada, mas como recurso e em função de um ataque demasiadamente forte e desregulado do interlocutor.

Como prática de gestão, e fundamentalmente de vida, daria mais algumas bases de orientação, considerando a vida como uma arte de defesa e equilíbrio, na procura permanente de qualidade de vida e transformação positiva do outro, numa relação permanente ganha-ganha:

■ **Não seja agressivo** - a agressão é a arma dos fracos - transforme um problema numa solução, um confronto numa aliança, utilize uma boa

“Não chame a si o sucesso, partilhe-o, não seja egoísta, nem egocêntrico — valorize o que os outros fazem, motive pela exaltação”

energia para melhorar o seu estado físico e mental - saia de cada contacto com uma solução e em sintonia, nunca feche uma porta - utilize a técnica da porta aberta;

■ **Sinta-se bem consigo** - faça a sua conquista pessoal, com humildade e segurança, com o reconhecimento dos outros, sem vaidade nem exibicionismo - escute mais do que fale;

■ **Crie sempre o entendimento** - desenvolva à sua volta, uma atmosfera cheia de oxigénio, contaminando os outros com boa disposição, entusiasmo, alegria e sensatez - esteja aberto a outras opiniões, faça o outro sentir-se inteligente;

■ **Saiba reconhecer e agradecer** - não chame a si o sucesso, partilhe-o, não seja egoísta, nem egocêntrico - valorize o que os outros fazem, motive pela exaltação no momento certo;

■ **Aprenda, aprenda sempre** - a humildade e vontade de aprender fazem progredir sem limite, assumo o que não sabe pedindo ajuda a quem sabe - procure aliados de força e segurança;

■ **Não exija do outro o que sabe que ele não é capaz** - saiba delegar em função dos níveis de maturidade, ensine para aprender como ensinar da forma mais adequada - conheça e reconheça cada pessoa com quem se relaciona;

■ **Seja sincero e dedicado a tudo quanto faz** - não perca tempo, seja organizado e metódico, assumo de forma verdadeira e dedicada as suas responsabilidades - entregue-se ao que faz sem reservas;

■ **Seja disciplinado** - a disciplina é o centro da gestão, sem ela não existe orientação nem resultados - saiba orientar-se e orientar em cada momento, seguindo o caminho certo na direcção certa, sem desvios desprogramados.

Estes oito pontos remetem-nos, uma vez mais, para a prática do Aikido, considerando a defesa como base e não o ataque desregulado, o controlo das reacções e emoções, a harmonia, o reconhecimento e o entendimento de cada gesto, o respeito, a aprendizagem, a tolerância e a sinceridade dos gestos e das atitudes.

Bem, fico-me por aqui, e já agora, sugiro-lhe que faça uma passagem mais pelos ensinamentos do Aikido e desenvolva a sua espiritualidade de forma aberta e numa entrega permanente e ávida, que é sua e de todos nós.

Uma boa semana e até breve!

Mário Beirolas escreve semanalmente



D.R.

EM ANÁLISE

Os bancos enquanto *connected enterprises*

Para os bancos competirem de forma mais eficiente e capturarem o valor inerente aos canais digitais devem melhorar a sua organização interna, eliminando silos organizacionais e alinhando-se à volta do cliente, numa jornada que requer o alinhamento de 5 grupos de *stakeholders*: clientes, colaboradores, parceiros, funções de *front*, *middle* e *back office* e o ecossistema relacionado.

GONÇALO TRAQUINA



Partner da KPMG

Nas últimas duas décadas, o sector bancário alargou serviços a novos canais e pontos de contacto, e.g., possibilitando o acesso a *apps* para consultar saldos, realizar transferências ou pagamentos. Este aumento no número de pontos de contacto aumentou, consequentemente, o *cost to serve*. Não obstante as optimizações ao nível das redes de balcões, a redundância entre canais faz crer que a promessa de redução do *cost to serve* continua adiada.

Para os bancos competirem de forma mais eficiente e capturarem o valor inerente aos canais digitais (reduzindo o *cost to serve*), devem melhorar a sua organização interna, eliminando silos organizacionais e alinhando-se à volta do cliente, numa jornada que requer o alinhamento de cinco grupos de *stakeholders*: clientes, colaboradores, parceiros, funções de *front*, *middle* e *back office* e o ecossistema relacionado.

A KPMG, em associação com a Forrester, realizou um estudo que analisa os factores de sucesso no cumprimento da estratégia de orientação para o cliente seguida pelos principais bancos internacionais. O estudo indica que as organizações que se afastam de modelos com silos organizacionais, aproximando-se de uma visão de *connected enterprise* (uma organização conectada e alinhada transversalmente nos negócios, funções e canais) têm uma *performance* superior à concorrência. O trabalho conclui também que, apesar de 80% dos bancos terem como prioridade estarem conectados, a maioria apenas implementa medidas tácticas no que concerne à orientação para o cliente, focando-se em medidas



A redundância entre canais faz crer que a promessa de redução do *cost to serve* continua adiada

avulsas de multi-canalidade.

A criação de valor passa pela adopção integrada de oito capacidades fundamentais. Hoje em dia os clientes passam por complexas jornadas e utilizam múltiplos canais, tornando difícil a identificação, monitorização e aprendizagem de *pain* e *gain points* que condicionam a sua experiência. A evolução para uma *connected enterprise*, permitirá aos bancos maior visibilidade sobre as necessidades dos clientes e reforça a capacidade de cumprimento das suas expectativas.

De acordo com este estudo, os bancos que investem nestas oito capacidades têm o dobro da probabilidade de atingir maiores níveis de rentabilidade que os seus *peers* menos maduros. Os bancos devem entender os seus clientes, os seus comportamentos, preferências e necessidades,

mas também executar as suas promessas, de forma transversal aos seus serviços e produtos.

Verifica-se que os bancos mais maduros estão focados em cinco áreas: experiência de cliente, arquitectura tecnológica, dados e *advanced analytics*, produtos digitais e ecossistemas de parceiros. Através da consolidação dos seus investimentos numa estratégia única que potencie as oito capacidades, os bancos podem criar planos sustentáveis e de crescimento.

Reflexo deste movimento de investimento em capacidades integradas, estratégia de produtos, arquitecturas tecnológicas e de experiência de cliente é o facto de 40% dos bancos mais maduros terem investido mais de 16% das vendas nos últimos 12 meses e 65% pensarem investir esse montante ao longo dos próximos dois anos, de acordo com dados deste trabalho.

A trajectória rumo a uma *connected enterprise* não está imune a desafios e o trabalho da KPMG salienta seis aspectos fundamentais:

1. Tecnologia: a flexibilidade exigida pelo contexto omni-canal conflitua com arquitecturas monolíticas e a necessidade de criação de arquitecturas modernas, onde a

filosofia de uma camada de integração e a desacoplagem da lógica do negócio são requisitos fundamentais para executar uma estratégia *connected*.

2. Dados: a qualidade e o acesso a dados de cliente continua a ser um dos principais desafios tendo em consideração que dados transaccionais e comportamentais residem em bases de dados distintas;

3. Ciber-segurança: a segurança e a regulação do armazenamento e partilha dos dados com terceiros;

4. Regulação e *compliance*: o aumento da regulação e a limitação da disponibilidade de recursos para a sua gestão;

5. Alinhamento de processos/pessoas – os processos internos não estão alinhados com a estratégia global das organizações e verifica-se um reduzido incentivo para o trabalho *cross functional* e alinhamento com parceiros;

6. Desalinhamento de estratégia e silos organizacionais: insuficiente investimento e *sponsorship* do C-Level num período de continuada gestão de custos. Adicionalmente, 30% dos bancos consideram que os investimentos estão efectuados visando objectivos funcionais e não estratégias corporativas.

A maioria dos bancos com uma jornada de transformação à sua frente devem considerar quatro áreas prioritárias de actuação:

1. Priorizar os investimentos segundo uma análise de maturidade do *connected enterprise*, evitando o investimento em iniciativas desintegradas. Os bancos devem desenvolver uma análise objectiva de maturidade a cada uma das capacidades do *connected enterprise*, identificando onde estão e a sua ambição, de forma a priorizar os investimentos associados;

2. Planear e replicar inovações de produtos digitais: reforçando o foco na inovação. Os bancos têm vindo a fazer um excelente trabalho no *servicing* através de novos canais, mas chegou o momento de fazer mais. A inovação em produtos digitais necessita de novas formas de pensar, de gerar valor e enriquecer as vidas dos clientes;

3. Implementar um ecossistema de parceiros: os bancos têm de abandonar a perspectiva de cliente-fornecedor, evoluindo para a criação de ecossistemas de parceiros através da exposição de APIs.

4. Integrar os sistemas de *back-end* e aumentar o foco na arquitectura de IT: é fundamental repensar e criar uma arquitectura tecnológica de elevada *performance* e flexibilidade, de forma a responder às expectativas do negócio e dos clientes. Estratégias de desenvolvimento ágeis e modelos de *cloud* e *SaaS* permitem aos bancos evoluir dos ambientes *legacy* que impedem o seu sucesso num mundo de *connected enterprise*.

Para responder às expectativas dos consumidores, as organizações devem adoptar uma abordagem holística, abordando cada uma das oito capacidades críticas. Mas investir nessas áreas é apenas parte da equação. As organizações devem ter um entendimento claro de como os recursos estão alinhados e integrados para entenderem o verdadeiro valor de uma empresa conectada.

Parceria:





NOVIDADE



**SEGURO ACIDENTES
ESCOLARES**



**FORTALEZA
SEGUROS**

QUEM CONQUISTA, CUIDA

LINHA DE APOIO
FORTALEZA 24/7

ADIRA JÁ | 923 165 166

WWW.FORTALEZASEGUROS.AO

CAPITAL HUMANO

Angola e Liderança

Estes especialistas dizem que precisamos de mais líderes. Que existe uma falta de líderes e que urge que eles apareçam. Outra teoria é de que precisamos de melhores líderes. Melhores em quê? E para que efeito? E onde? E com que base se questiona a qualidade das lideranças existentes?

JOSÉ RODRIGUES



Expert in Human Resources & Entrepreneur, Certified Coach PLD19, Harvard Business School Alumni

Nos dias de hoje, todos são especialistas em liderança. Todos falam sobre o tema, com a argúcia de quem teve experiências infinitas de como transformar pessoas, desenvolvê-las, alavancar e recuperar negócios, de liderar transformações organizacionais em ambientes multiculturais, entre muitas outras situações de enorme complexidade.

Ora, o grande problema é que a maior parte destas pessoas o que sabe é dos livros. E mesmo assim, muitas vezes, dos maus livros. Nem tão pouco se dedicam a obter formação adequada junto de especialistas de renome internacional, mas, na sua maioria, recorrem a especialistas da “banha da cobra”.

Ainda pior é que estes especialistas dizem que precisamos de mais líderes. Que existe uma falta de líderes e que urge que eles apareçam. Outra teoria é de que precisamos de melhores líderes. Melhores em quê? E para que efeito? E onde? E com que base se questiona a qualidade das lideranças existentes?

Obviamente que, com isto, não se pretende que as pessoas não tenham opinião, mas daí a auto-denominarem-se especialistas num tema de tão elevada complexidade é quererem ter demasiado protagonismo.

Todavia, enquanto estes especialistas “apenas” escrevem, não é mau de todo, mas o que se verifica é que, com a “fama” atingida a escrever, são depois convidados a dar acções de formação e/ou palestras em conferências. E sem qualquer base científica ou experimental. E isso é grave, porque com tanta visibilidade acabam por influenciar outros



em torno deste tema, e estes assumem chavões e jargões como modo de vida, em vez de irem tentar perceber o que realmente significa ser um líder.

Outro tema completamente diferente é estes “especialistas” terem opiniões sobre as acções que os líderes tomam. Nesse caso, parece-me perfeitamente normal, uma vez que todos temos opiniões sobre o que líderes de grande visibilidade decidem, nomeadamente os políticos e os de grandes organizações.

E aqui não vão faltar especialistas a falar da visita do Presidente João Lourenço a Portugal. Nem dos vários

discursos que ele tem tido. Assim como da entrevista que deu ao Jornal Expresso. Ou da recepção dos activistas Rafael Marques e Luaty Beirão no Palácio Presidencial. O facto é que o Presidente da República, neste curto período temporal, está a marcar a agenda de uma forma bem diferenciada. Melhor ou pior que o seu antecessor, não sabemos. Isso só o saberemos mais à frente. Mas importa dar o espaço necessário, sem ruído inútil, para que o mesmo possa então marcar essa agenda e impor o seu estilo de liderança. Será obviamente caso de estudo e análise. Mas o justo será no fim do mandato e não agora.

Confesso que nutro uma simpatia especial por este Presidente. E aqui não me pretendo referir às quezílias criadas (pela imprensa e por ambos) com o anterior Presidente José Eduardo dos Santos. Importa perceber que são dois líderes em tempos e em circunstâncias bem diferentes. Um não é melhor que o outro, assim como o outro não é pior que o

primeiro. São diferentes, em tempos diferentes.

José Eduardo dos Santos teve um papel fulcral na paz de Angola e na reconstrução nacional. Em 38 anos de liderança, seria impossível atingir a perfeição. Poderia ter controlado melhor alguns temas? Sim, poderia e deveria. Mas o que está feito, feito está. Angola tem a capacidade de produzir os líderes certos, nos tempos certos. Primeiro, Agostinho Neto, depois José Eduardo dos Santos e, agora, João Lourenço. E são os certos, porque foi o partido que os escolheu numa primeira instância e posteriormente, e ainda mais importante, o povo que os elegeu.

Não tenho a menor dúvida que o actual Presidente vai marcar a sua liderança pela audácia, inovação, diálogo, parcerias internacionais e reformas estratégicas. Se vai ser um grande líder, não me atrevo a dizer, porque ainda é muito cedo. Mas que está no caminho certo para se afirmar como uma nova vaga, sim, está.

Tal como referi

Importa perceber que são dois líderes (JLo e JES) em tempos e em circunstâncias bem diferentes

anteriormente, todas as pessoas têm o direito à sua opinião e a discordar se as opções de um líder são de acordo com as suas convicções, mas ninguém tem o direito de hoje dizer que João Lourenço é um mau líder. Nem o direito a condicionar as suas decisões, discursos e entrevistas. Merece o seu espaço e a tranquilidade necessárias para dirigir aquele que é, na minha opinião, o País mais importante de África. No fim, o seu partido e o povo angolano terão a oportunidade de dizer se foi um bom ou mau líder, mas apenas no fim. No meu entender, e pelo que tenho visto, as perspectivas são as melhores que poderiam ter.

[João Lourenço] será obviamente caso de estudo. Mas o justo será no fim do mandato e não agora

EM ANÁLISE

A importância dos actuários nas companhias de seguros

Sendo as funções actuariais e de gestão integrada de riscos tão importantes na condução do negócio segurador dos ramos vida e não vida, a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (“ARSEG”), enquanto supervisor e regulador do Sector Segurador, deve ponderar a introdução da figura do “Actuário Responsável” no ordenamento jurídico-regulamentar nacional.

NUNO OLIVEIRA MATOS



Responsável
pelos Serviços Actuariais
da PwC

Uma companhia de seguros é uma instituição para-financeira que tem por objecto social compensar pessoas e empresas por perdas patrimoniais e de vida, em troca do recebimento de prémios.

O prémio puro resulta do produto da tarifa pelo capital seguro, sendo que a tarifa reflecte a probabilidade de ocorrência do sinistro em termos de frequência e severidade.

Se é verdade que o negócio segurador vive da aceitação da cobertura de riscos dos seus clientes, a sustentabilidade do mesmo passa pelas companhias de seguros conhecerem, mensurarem e gerirem os riscos resultantes dos contratos em carteira.

Os riscos associados aos contratos de seguros de vida são tipicamente os seguintes: (i) O risco de mortalidade, quando, em média, a incidência de morte entre os segurados é superior à esperada; (ii) O risco de longevidade, quando, em média, os pensionistas vivem mais tempo do que o esperado; (iii) O risco de morbilidade (i.e. invalidez), quando, em média, a incidência de doença ou de incapacidade entre os segurados apresenta taxas mais elevadas do que o esperado ou as percentagens de recuperação de deficiência são mais baixas do que o esperado; (iv) O risco de despesas, quando as despesas incorridas na aquisição e gestão de apólices são mais elevadas do que o esperado; (v) O risco de comportamento do segurado, quando, em média, os segurados descontinuem ou reduzem as contribuições ou retiram benefícios antes do vencimento de contratos, a uma taxa que é diferente da esperada; (vi) Risco catastrófico, que consiste no



Os actuários são os profissionais que mensuram e gerem os riscos tipificados, ou seja, a incerteza futura

risco de perda ou de evolução desfavorável do valor dos passivos de seguros, resultante de incerteza significativa nos pressupostos de tarificação e de provisionamento relacionados com a cobertura de riscos de ocorrência de eventos extremos ou de carácter excepcional.

Relativamente aos riscos associados aos contratos de seguros de não vida, estes tipicamente são como segue: (i) O risco de prémios e provisões, normalmente o mais expressivo do ramo não vida, que consiste no risco de perda ou de evolução desfavorável dos passivos de seguros, resultante de variações quanto ao momento de ocorrência, frequência e severidade dos eventos previstos nos contratos de seguro e ao momento e montante da regularização dos sinistros. O peso deste risco resulta, fundamentalmente, do volume de prémios e reservas relativos aos contratos de seguros automóvel (responsabilidade civil e outras coberturas), seguros de incêndio

e outros ramos e seguros de responsabilidade civil geral; (ii) O risco de descontinuidade, que consiste no risco de perda ou de evolução desfavorável do valor dos passivos de seguros, resultante de alterações no nível ou volatilidade das taxas de denúncia, resolução, não renovação, ou de outras formas de cessação dos contratos de seguro; (iii) O risco catastrófico, que consiste no risco de perda ou de evolução desfavorável do valor dos passivos de seguros, resultante de uma incerteza significativa nos pressupostos de tarificação e de provisionamento relacionados com a cobertura de riscos de ocorrência de eventos extremos ou de carácter excepcional.

Os actuários são os profissionais que mensuram e gerem os riscos acima tipificados, ou seja, gerem a incerteza futura, resultante de acontecimentos aleatórios. Consequentemente, é absolutamente fundamental que as companhias de seguros disponham de uma função actuarial robusta e eficaz, competindo-lhe, nomeadamente, a implementação de uma política de subscrição de riscos prudente e sustentável, a aferição de bases técnicas que permitam tarifar correctamente os riscos subscritos, a avaliação da suficiência e da qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas, a coordenação do cálculo das

provisões técnicas, a verificação da adequação das metodologias, o desenvolvimento de modelos de base e a fixação de pressupostos para efeitos de cálculo das provisões técnicas, informar a administração sobre o grau de fiabilidade e adequação da política de subscrição, da tarificação e do cálculo das provisões técnicas e contribuir para a aplicação efectiva de um sistema de gestão de riscos.

Assim, seria importante que os actuários do ramo vida regularmente analisassem, desde logo para efeitos de calibração da tarificação, o coeficiente de correlação entre o observado e o teórico resultante das bases técnicas adoptadas (por exemplo, entre a mortalidade observada e a mortalidade teórica resultante das tábuas utilizadas).

Nos ramos reais, a maioria das companhias de seguros provavelmente ainda adopta a abordagem denominada *burning cost premium* para efeitos de tarificação dos riscos a subscrever, na qual a tarifa resulta do rácio entre os custos com sinistros observados e o total de exposição ao risco. Esta é uma abordagem muito limitadora e pouco científica, susceptível de potencialmente fazer as companhias de seguros incorrerem em perdas futuras por deficiência dos prémios praticados, especialmente se existirem alterações no perfil de risco. Também aqui, os actuários do ramo não vida têm um papel

importante para efeitos de tarificação. Como estatísticos que são, normalmente, socorrem-se de modelos econométricos para efeitos de tarificação dos riscos a subscrever pelas companhias de seguros. São comuns os denominados modelos lineares generalizados (“GLM”), que na prática são modelos de regressão linear multivariada determinísticos e/ou estocásticos.

A gestão integrada de riscos (“ERM”) é, também, uma função-chave nas companhias de seguros, sendo igualmente conduzida por actuários. A função de gestão integrada de riscos deve estar embutida na estrutura organizacional e nos processos de tomada de decisão das companhias de seguros. São exemplos de tarefas cometidas à função de gestão integrada de riscos, a gestão activo-passivo, a dispersão dos investimentos (mitigador do risco de concentração), a gestão do risco de liquidez, a gestão do risco operacional, a adequação dos tratados de resseguro ao perfil de riscos subscritos, a política de distribuição dos resultados aos accionistas (i.e. dividendos), entre outros.

Sendo as funções actuariais e de gestão integrada de riscos tão importantes na condução do negócio segurador dos ramos vida e não vida, a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (“ARSEG”), enquanto supervisor e regulador do Sector Segurador, deve ponderar a introdução da figura do “Actuário Responsável” no ordenamento jurídico-regulamentar nacional. Noutras jurisdições, de que são exemplos o Reino Unido e Portugal, ao “Actuário Responsável” compete assegurar, de forma independente, a solvência da companhia. Como corolário, também lhe compete emitir parecer independente sobre a política global de subscrição, sobre a adequação da tarificação, sobre a suficiência das provisões técnicas, sobre a adequação dos tratados de resseguro e sobre o sistema de gestão integrada de riscos, em especial no que diz respeito à modelização dos riscos.

Os actuários são, portanto, uma peça absolutamente fundamental para uma gestão profissionalizada das companhias de seguros em Angola.

BREVES

INCLUIR A INOVAÇÃO E O EMPREENDEDORISMO NO ENSINO SUPERIOR

O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) estuda incluir a inovação e o empreendedorismo nos programas curriculares, de forma a reforçar a aplicação do conhecimento, anunciou o secretário de Estado. Segundo Domingos da Silva Neto, esta fase em que decorre o processo de harmonização curricular é uma “boa oportunidade” para se incluir a inovação e o empreendedorismo. Isto de forma a “reforçar a aplicação do conhecimento e da tecnologia obtida nos centros de saber, tanto na geração de novos produtos, como de novos negócios de base tecnológica, elementos-chave para o desenvolvimento sustentável de qualquer economia.” Para este governante, “a aposta na criação ou no reforço de um ecossistema de inovação e empreendedorismo no ensino superior em Angola é de inquestionável importância estratégica, tendo em atenção o potencial do ensino superior na condução de actividades de investigação científica e que está na base da competitividade das economias modernas”, frisou.

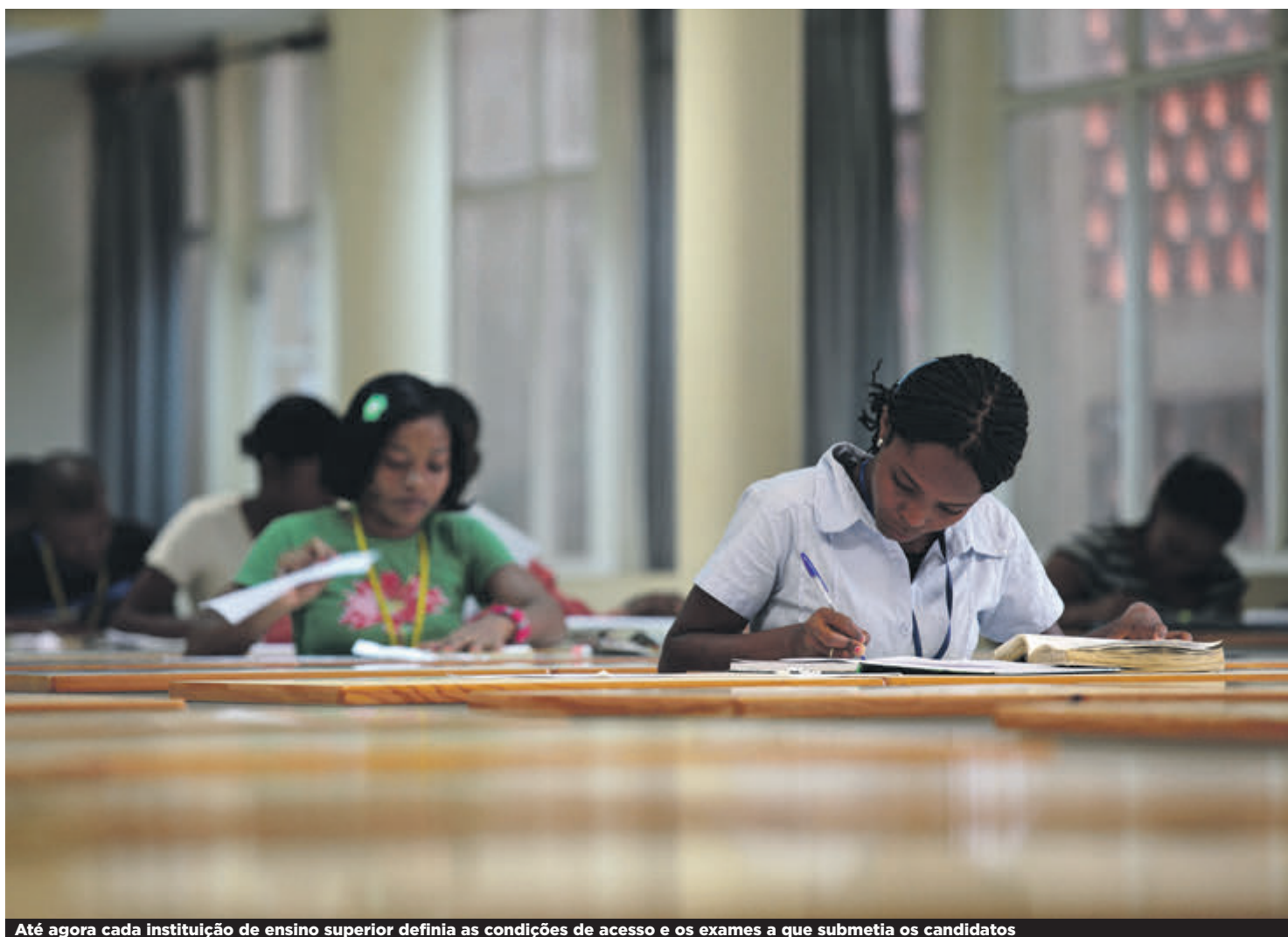
DITO

“O nosso País conta com alguns jovens superdotados que apostam na inovação e a quem devemos prestar especial atenção”

Luísa Damião
Vice-presidente do MPLA

“As estratégias traçadas devem ser utilizadas para que, a médio ou longo prazo, ajudem a transformar o ensino de base e universitário numa referência no País.”

Pacheco Francisco
Secretário de Estado para o Ensino Pré-Escolar



Até agora cada instituição de ensino superior definia as condições de acesso e os exames a que submetia os candidatos

NOVO DIPLOMA ENTRA EM VIGOR NO ANO LECTIVO DE 2019

Acesso ao ensino superior agora só com nota mínima de 10 valores

Para os cursos cujas vagas não forem preenchidas, os candidatos têm uma segunda oportunidade de fazer exames de acesso e subir a avaliação, de modo a satisfazer a exigência de 10 como nota mínima. As novas regras de acesso ao ensino superior entram em vigor, no próximo ano lectivo.

Sita Sebastião

O acesso ao ensino superior passa, a partir do próximo ano lectivo, a estar condicionado à obtenção de uma nota mínima de 10 valores nos exames de aptidão realizados nas instituições públicas e privadas, segundo o projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior, que foi apreciado esta quarta-feira, em Conselho de Ministros.

Segundo a ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria do Rosário Sambo, a medida entra em vigor no próximo ano lectivo, que começa no dia 2 de Janeiro, com o início das candidaturas, de acordo com o calendário académico proposto.

Apesar de reconhecer a possibilidade de haver cursos em que o número de admitidos não seja suficiente para preencher as vagas, Maria do Rosário Sambo esclareceu que, nesses casos, haverá uma segunda chamada para a

realização de exames, dando a possibilidade aos estudantes de melhorarem a nota.

Durante o Conselho de Ministros, a titular da pasta anunciou que vai ser preparada uma comissão nacional que vai trabalhar em conjunto com outras comissões provinciais, para analisar o acesso ao ensino superior.

Neste momento, não há um exame único de acesso ao ensino superior no País. Até aqui cada instituição definia os moldes e os critérios de acesso, assim como as provas ou exames de admissão. Situação que o ministério da tutela quer alterar, para uniformizar as condições de acesso.

Maria do Rosário Sambo explicou, durante o Conselho de Ministros desta semana, que o acesso ao ensino superior passará a ser regulado por um diploma legal comum, o Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior, cuja proposta foi analisada pelo Executivo.

De recordar que, em Junho, o Presidente da República, João Lourenço, orientou, numa reunião do Conselho de Ministros, que o Ministério do Ensino Superior deveria elaborar um re-

O novo diploma vai uniformizar a candidatura e as condições de acesso ao ensino superior em Angola

gulamento de acesso ao ensino superior, que preveja a realização de exames nacionais, aos quais todos os alunos, das escolas públicas e privadas, deverão ser submetidos.

A decisão foi anunciada pelo Chefe de Estado, durante um debate sobre o programa de formação de professores, onde afirmou que “só pode ser doutor quem merece”. João Lourenço sublinhou ainda que “não se pode falar em desenvolvimento sem apostar no capital humano”. E voltou a sublinhar a necessidade de corrigir o que está mal no sector da Educação, em geral, apelando a um maior rigor na admissão de alunos no ensino superior, quer público como privado.

A realização de provas nacionais insere-se nas medidas do ministério da tutela com vista à uniformização do ensino superior, entre as quais se inclui a publicação em Diário da República de um diploma legal sobre as normas curriculares gerais, que vai “amarrar as instituições de ensino a currículos standardizados”, como referiu a ministra Maria do Rosário Sambo, em entrevista ao *Expansão*, em Outubro deste ano.

“O novo formato de currículo para cada área de conhecimento deve ter, em 70%, semelhanças, portanto, a harmonização está a este nível e depois deverá ter 30% onde as instituições de ensino podem pôr a sua marca”, esclareceu a titular da pasta, sublinhando a importância desta harmonização para os processos de transferência e para a mobilidade dos estudantes, quer internamente, quer entre instituições de ensino regionais e internacionais.

A reforma curricular prevê a introdução de disciplinas semestrais, em vez de anuais, e unidades de crédito, como acontece na maior parte das instituições de ensino superior.

Seguro de Viagem BFA

Tão simples que parece que já lá está.

- Subscrição simples e rápida no BFA Net ou no Balcão
- Apólice individual ou familiar
- Cobertura de despesas de tratamento e repatriamento, em caso de acidente ou doença

Se está a planejar viajar, conte com o BFA. Para se proteger de qualquer imprevisto e poder fazer as suas viagens com mais segurança e tranquilidade, o BFA em parceria com a Fidelidade, coloca à sua disposição o Seguro de Viagem BFA. É um Seguro que garante o pagamento de capitais e/ou indemnizações em caso de danos materiais ou corporais, ocorridos durante a viagem, disponibilizando ainda um conjunto alargado de coberturas de assistência. Subscriver um Seguro de Viagem nunca foi tão simples. Aceda ao BFA Net, subscreva e já está. Também disponível em qualquer agência BFA.

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808



ESPECIAL **AMBIENTE**

EDITORIAL SOLUTIONS&CO 2018

Empresas lideram o 'big bang' ecológico

Pelo quarto ano consecutivo, a operação editorial *Solutions&Co* reúne 20 importantes jornais económicos de todo o mundo para explorar e destacar soluções concretas da luta contra as mudanças climáticas.

Christian de Boisredon*

EM 2015, nações de todo o mundo mandaram uma forte mensagem ao assinarem o Acordo de Paris, na COP21. E, no entanto, a batalha contra as mudanças climáticas está longe de terminar. Os países signatários ainda não se comprometeram com medidas concretas. Enumerá-los é uma meta da COP24, que se realiza de 3 a 14 de Dezembro, em Katowice, na Polónia.

Apesar desses passos, seria um erro pensar que somente os governos poderão conter o aquecimento global.

O último relatório de cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é absolutamente claro: para limitar o nosso impacto sobre o clima, todos devemos com-

prometer-nos com “mudanças rápidas, de longo alcance e sem precedentes, em todos os aspectos da sociedade”.

As empresas dispõem-se a atingir esses objectivos tornando-se um dever moral que exige uma acção rápida. É também uma ótima oportunidade para repensar os seus modelos de negócio e inseri-los na sociedade. Nos Estados Unidos, muitos no sector privado entendem o que está em jogo e estão a preparar-se para liderar a batalha climática, após a decisão da Administração do país de se retirar do Acordo de Paris. O compromisso de Michael Bloomberg, ex-mayor de Nova Iorque e bilionário que promove a inovação financeira de baixa emissão de carbono nos

mercados de capitais de Wall Street, é apenas um exemplo.

Nos últimos anos, empresas em todo o mundo aliaram lucros ao respeito pelo meio ambiente. Algumas são apoiadas por governos locais, enquanto outras estão a esforçar-se a batalhar, contrariando todas as expectativas. Mas elas devem ir ainda mais longe. Devem tornar-se pontas de lança desse *big bang* ecológico, acelerando e ampliando as soluções concretas para conter o aumento das emissões dos gases de efeito estufa.

Para limitar as consequências devastadoras das mudanças climáticas e garantir condições de

vida sustentáveis para as diferentes espécies do planeta – incluindo seres humanos –, devemos reduzir as nossas emissões de CO2 em até 45%, dos níveis de 2010, antes de 2030; e atingir a neutralidade de carbono até 2050. Em outras palavras, cada grama de CO2 emitido na atmosfera terá de ser compensado por práticas sustentáveis.

A missão não é impossível, segundo os cientistas do IPCC. Algumas das medidas necessárias para nos mantermos abaixo de um aumento de 1,5°C já estão em andamento, mas é vital ampliar e acelerar a sua implementação.

Ampliar o impacto de solu-

ções tecnológicas já eficazes é um primeiro passo. Mas as empresas ainda têm outro desafio – gerar valor e empregos sem superconsumo. Conforme o Banco Mundial aponta, um futuro de tecnologia verde que administra inadequadamente os recursos naturais, especialmente metais raros, pode estar em desacordo com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É por isso que o *Expansão* se une à Sparknews e a outros 19 grandes jornais económicos em todo o mundo, a partir do dia 3 de Dezembro, durante a COP24, para o projecto editorial *Solutions&Co*, desbravando soluções que reconciliam ecologia e economia. Replicar essas soluções em larga escala pode ajudar-nos a atingir as metas que os cientistas estabeleceram para limitar os impactos das mudanças climáticas.

Vocês – leitores, cidadãos, líderes, investidores, consumidores – podem ajudar a espalhar e ampliar os efeitos dessas soluções, para que a economia de amanhã se torne verdadeiramente sustentável. ■

* Fundador da Sparknews & membro da Ashoka

Mathilde Imer | Gerente de Projectos Solutions&Co e a equipa da Sparknews

PUB

Hoje, 20 dos principais jornais económicos apresentam soluções inovadoras para uma economia de baixo carbono

#Ideas4Climate
@SolutionsAndCo | solutionsandco.org

spark news

Acelerador de inovações positivas e fundador de Solutions&Co

THE CLIMATE GROUP

suez

Um líder na gestão sustentável de água e resíduos

ENGIE

Soluções bem-sucedidas e sustentáveis que contribuem para um progresso harmonioso



Network France

SOLARIMPULSE FOUNDATION

Pelo segundo ano, o *Expansão* integra o projecto *Solutions&Co* que, este ano, arrancou a 3 de Dezembro, data de início da COP 24, Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Durante várias semanas, divulgamos projectos empresariais amigos do ambiente de vários países.

ANGOLA 'ATACA' EMISSÕES COM HIDROELÉCTRICAS

Quinze por cento para lá do Acordo de Paris

Fazer a transição para um desenvolvimento de baixo carbono não é uma tarefa fácil para a maioria dos países. Angola assumiu metas ambiciosas e está a fazer caminho para as cumprir. Os resultados só serão testados em 2030.

Isabel Costa Bordalo
Expansão

ANGOLA comprometeu-se a reduzir até 35% as emissões de gases com efeitos de estufa (GEE), no âmbito do Acordo de Paris, assinado em 2015. A essa meta acrescentou uma redução adicional de 15% até 2030, através de esforços de mitigação condicional, que tornam o compromisso angolano num dos mais ambiciosos entre os 195 países que assinaram o documento, na 21.ª cimeira da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, realizada em Paris, França.

Três anos depois, e sendo Angola o segundo maior produtor de petróleo do continente africano e sendo a indústria dos hidrocarbonetos a principal responsável pela emissão de GEE no País, será que o compromisso definido pelo Governo angolano é viável? E como é que o País planeia cumprir as metas que definiu para si próprio?

Estas perguntas encontram explicações na Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC) 2018-2030, na legislação aprovada pelo Governo de João Lourenço e na opinião de ambientalistas e especialistas, mas só terão respostas concretas quando se começarem a ver os efeitos do plano traçado pelo Executivo.

“Angola tem uma meta de cinco anos de redução da intensidade de carbono na produção de energia eléctrica, fundamentalmente. Essa é a nossa contribuição”, esclarece Giza Martins, director do Gabinete das Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente.

Aldeias solares onde o hidroeléctrico não chega

Como se trata de um “País menos avançado”, Angola não se comprometeu com metas globais. A sua proposta, segundo Giza Martins, é “circunscrita ao sector de energia” e assenta sobretudo na “construção e entrada em funcionamento de grandes aproveitamentos hidroeléctricos”.

É, pois, por aí o caminho que Angola tem de trilhar ao direccionar a sua trajectória para um desenvolvimento de baixo carbono. E para impulsionar a produção de electricidade, permitindo a diversificação económica, que assenta, não só no aumento da produção agrícola, como no desenvolvimento do sector industrial.



Os aproveitamentos hidroeléctricos fornecem 78% da electricidade produzida no País, percentagem que era de 60% há um ano

Na última década, foram investidos mais de 17 mil milhões USD, que corresponde a 35% da dívida pública contratada até 2017, no sector da produção de electricidade de baixo carbono, com a aposta a recair no sector hidroeléctrico para abastecer os grandes centros populacionais e sistemas solares nos locais mais recônditos, através do programa “Aldeias solares”.

“As metas podem ser viáveis se houver um sério investimento, não apenas na energia de origem hídrica, como está a ser feito com a

construção das barragens de Laúca e Caculo Cabaça, mas também com a implementação de mini-hídricas e sistemas de energia eólica e solar, conforme consta no Plano Estratégico Angola Energia 2025”, resume o ambientalista Vladimir Russo, director executivo da Fundação Kissama.

Os aproveitamentos hidroeléctricos fornecem actualmente 78% da electricidade produzida no País, percentagem que, há 12 meses, era de 60%, como frisou o Presidente angolano, João Lourenço, a 15 de Agosto, no seu discurso à Nação, na abertura do ano parlamentar, um ano e dois meses depois da sua eleição para a chefia do Governo.

Mas, até 2022, o investimento deverá subir para os 23 mil milhões USD para aumentar a energia produzida anualmente, que numa década, de 2006 a 2016, passou de 2,9 GW para 10,7 GW, de acordo com números do Ministério da Energia e Águas, ainda assim insuficientes para garantir a electrificação universal do País.

Dos geradores às energias renováveis

O esforço feito na última década é fácil de ilustrar se dissermos que ainda há dois anos, na capital do País, como na maior parte do território nacional, o barulho de geradores, fonte de energia

geradora de grandes emissões de GEE, era presença permanente. Agora Angola olha para o potencial das energias renováveis: solar, com potencial de 17,3 GW; hidroeléctricas, com 10 GW; eólica, com 3,9 GW e energia eléctrica a partir de biomassa com 3,7 GW.

Uma oportunidade de negócio para o sector empresarial privado, como nota Vladimir Russo. Segundo o ambientalista, as empresas podem participar nesse esforço, como já estão a fazer algumas, com “investimentos em projectos de redução da emissão de GEE, com a substituição de tecnologia dependente da queima de combustível por energia verde e na gestão sustentável de florestas”.

O desafio da Estratégia Nacional para as Energias Renováveis, documento aprovado pelo Ministério da Energias e Águas, em 2015, é atingir 70% de potência renovável instalada até 2025. Objectivo que se insere nas medidas de mitigação dos GEE, que contemplam ainda, entre outros, a regulamentação do sector eléctrico e redução das emissões fugitivas resultantes da exploração e produção de petróleo e gás natural, que foram responsáveis por 49% das emissões de GEE em Angola, em 2005, primeiro ano em que há estudos.

Aproveitar o gás em vez de o queimar

Neste aspecto, a resposta do Governo passa por aproveitar o gás libertado na produção dos hidrocarbonetos. Trata-se, como explica Giza Martins, de um “gás carbónico e muito próximo do metano”, e que hoje é queimado, quando podia ser aproveitado. A Lei do Gás, aprovada pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/18 de 18 de Maio, vem regulamentar a actividade dos operadores petrolíferos, assim como a Agência de Petróleo e Gás, que será criada até 2020, como estipula o decreto presidencial de 15 de Agosto.

Dois instrumentos importantes para não negligenciar o potencial energético de um recurso que hoje é a principal fonte de emissão com GEE em Angola.

O fracasso ou não de toda a estratégia será medido pelo Sistema Nacional de Monitoramento do factor de emissão da rede que, de acordo com Giza Martins, vai ser instalado em todas as fontes de produção energética, incluindo na indústria petrolífera. Será este sistema que irá medir o cumprimento das metas, enquanto a população, “normalmente guiada por padrões de consumo elevados, refreados apenas por dificuldades financeiras”, como refere Vladimir Russo, não despertar para esta temática e não ser ela própria guardiã do ar que respira. ■

“ANGOLA TEM UMA META DE 5 ANOS DE REDUÇÃO DE CARBONO NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA”
GIZA MARTINS

ESPECIAL **AMBIENTE****CULTIVAR SEM TERRA**

Aquaponia em defesa da agricultura nos Camarões

Uma empresa inovadora com sede em Douala recebeu o prémio inaugural Pierre Castel, este ano, graças a uma técnica que permite que residentes urbanos cultivem vegetais e criem peixes usando apenas 10% da água necessária para a agricultura convencional.

Pierre Nka
Le Quotidien de l'Economie

TUDO COMEÇOU quando o engenheiro Flavien Kouatcha tentou cultivar batatas na sua região no Oeste dos Camarões. “Vimos a realidade da situação dos agricultores africanos, os obstáculos que estão a restringir o seu crescimento, principalmente a falta de soluções logísticas baratas para ligar as fazendas rurais aos mercados urbanos”, explicou Kouatcha, fundador da *Save Our Agriculture* (Salve a nossa agricultura). “Queríamos encontrar uma maneira de cultivar alimentos directamente em povoações e cidades, em grandes quantidades e a um preço acessível”.

Para cultivar alimentos em áreas urbanas, onde a terra arável é escassa, ele desenvolveu sistemas aquapónicos em *kits* individuais. Esses sistemas reproduzem ecossistemas artificiais, onde plantas, peixes e bactérias vivem em simbiose, de modo que o desperdício de uma espécie serve de alimento para outra.

Kouatcha criou a sua *startup* em 2015, em Douala, o coração industrial dos Camarões.

Em 15 de Outubro de 2018, a sua empresa ganhou reconhecimento internacional. A *Save Our Agriculture* recebeu 10 milhões de francos CFA (equivalente a 17,3 mil USD) por vencer o Prémio Pierre Castel, criado em 2018. Esta iniciativa do fundo de doações da Pierre Castel, “Agir avec l'Afrique” (Agir com África), visa fornecer apoio e suporte financeiro a projectos iniciados por jovens empreendedores africanos na agricultura, agronegócio, tecnologia e recursos agrícolas – sectores

A EQUIPA DA SAVE OUR AGRICULTURE FORNECEU VERDURAS E PEIXES ORGÂNICOS A 100 MIL CAMARONESES EM 2017

que têm alto valor agregado e contribuem para a redução da pobreza em África. Durante um ano, o fundador da *Save Our Agriculture* receberá orientação e apoio de André Siaka, ex-director-executivo da empresa *Brasseries du Cameroun*, uma subsidiária do Grupo Castel, para desenvolver o seu projecto.

Inicialmente, a *startup* de Kouatcha fabricou pequenas unidades de produção aquapónica para uso individual. Desde então, “também desenvolvemos unidades de médio volume, mas os custos permanecem muito acima do poder de compra médio dos Camarões”, diz Kouatcha.

O engenheiro financiou o lançamento da *Save Our Agriculture* com as suas próprias economias. Projectado para uso pessoal ou profissional, os *kits* custam entre 138 USD a 1.000 USD. Desde o final de 2017, a *Save Our Agriculture* também comercializou um protótipo num contentor de 40 m².

Numa tentativa de se espalhar para além das fronteiras dos Camarões, a empresa lançou operações no Senegal e no Ruanda, em 2018. “A maneira como a agricultura vem sendo praticada em África até agora não nos permitiu alimentar eficientemente as

nossas populações”, observa Kouatcha. “Precisamos produzir alimentos de maneira diferente, sem que os agricultores precisem de conhecimento técnico de alto nível”. A *Save Our Agriculture*, actualmente, vende as unidades de aquaponia, mas também vegetais e peixes frescos da própria fazenda da empresa. A longo prazo, espera-se que o seu modelo de negócios se concentre exclusivamente na concepção e fornecimento de equipamento agrícola em toda a África, através de uma rede de fabricantes certificados.

Três anos depois de se tornar operacional, a *startup* ainda não obteve lucro. “Devemos obter o nosso primeiro resultado líquido positivo em 2019, levando em conta os investimentos que fizemos até agora”, diz o serviço de contabilidade da *Save Our Agriculture*.

Kouatcha reconhece que o seu projecto de aquaponia “não é o mais directo dos investimentos”, mas continua optimista em relação à sua rentabilidade potencial. A equipa de 11 pessoas da *Save Our Agriculture* forneceu verduras e peixes orgânicos para quase 100 mil camaroneses em 2017. “Não é grande coisa quando você

lembra que os Camarões têm pouco mais de 23 milhões de habitantes. Mas consideramos que o principal indicador do nosso desempenho é o rendimento dos nossos sistemas, a duração dos ciclos de produção, a simplicidade de uso e a estruturação e eficiência de procedimentos internos dentro da nossa empresa. Uma vez que todos esses aspectos tiverem sido aperfeiçoados, começaremos a ver um crescimento exponencial no volume de negócios”, diz Kouatcha.

Os sistemas de aquaponia estimulam os vegetais a crescer até três vezes mais rapidamente do que com fertilizantes químicos, e com apenas 10% da água usada na agricultura tradicional. A técnica também possibilita o cultivo de alimentos em pequenos espaços nas cidades, eliminando a necessidade de logística convencional, que consome grandes quantidades de combustíveis fósseis. Isso significa uma redução de 20% no carbono emitido na atmosfera, acrescenta. Esta iniciativa promete ter um impacto ambiental positivo nos Camarões, um país que se comprometeu com uma redução de 32% nas emissões de gases de efeito estufa até 2035. ■

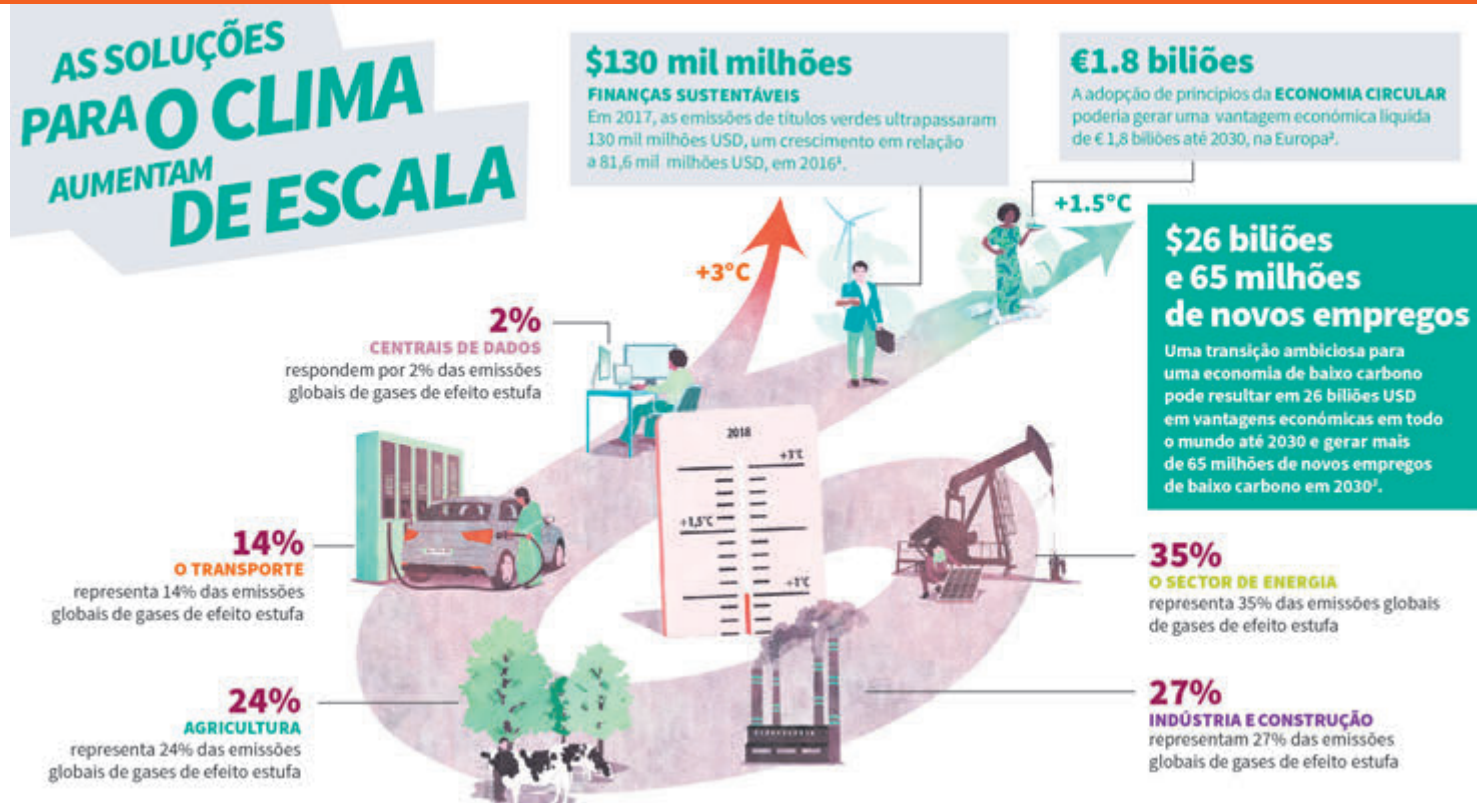


A aquaponia estimula os vegetais a crescer, três vezes, mais rápido

MUDAR A ECONOMIA

O clima continuará a mudar se não optarmos por finanças mais sustentáveis, por princípios da Economia Circular, e pela transição para uma economia de baixo carbono.

AS SOLUÇÕES PARA O CLIMA AUMENTAM DE ESCALA



NIGÉRIA

Um fogão sustentável chama a atenção para a saúde, meio ambiente e emprego

Com o preço dos combustíveis fósseis e a distribuição ‘corrupta’ de querosene e carvão, um biocombustível sustentável em gel está a ajudar as famílias nigerianas a obter segurança energética permanente a um custo menor. Um projecto que nasceu de uma tragédia e que ajuda a evitar outras.

Hadassah Egbedi*
Ventures Africa

FEMI OYE tinha apenas 9 anos quando perdeu a avó, que também era a sua guardiã legal, para o cancro do pulmão, doença que provavelmente desenvolveu depois de uma vida a cozinhar com carvão e lenha, na Nigéria. A perda teve um impacto tão grande na vida do rapaz que, naquele momento, decidiu que faria algo quando crescesse para evitar mortes semelhantes.

Em 2010, já com 32 anos, Oye fundou a *Green Energy Biofuels* (GEB), empresa que fabrica e distribui um fogão inovador e sem fumo. O aparelho utiliza etanol em gel como combustível, uma fonte de energia limpa feita a partir da biomassa. Foram precisos dois anos de pesquisa e desenvolvimento para que ele e a sua equipa criassem dois produtos viáveis – o fogão e o gel –, lançados em 2012.

O fogão *Kike Green Cook* é metálico e portátil, reforçado com revestimento de esmalte. Contém um regulador de segurança e uma bacia de aço no meio, que serve como tanque para o gel de cozinha. O gel é 100% orgânico e é produzido a partir de fontes de energia renováveis – aguapé, serradura, grama (relva), alimentos e resíduos agrícolas. De acordo com a GEB, é mais seguro, mais limpo e queima com mais eficiência do que gás liquefeito de petróleo, querosene, lenha ou carvão, que são os combustíveis populares para cozinhar na Nigéria.

Quase quatro milhões de pessoas morrem prematuramente, a cada ano, devido a doenças atribuídas à poluição do ar doméstico, o que contribui para uma série de doenças crónicas, como o cancro do pulmão. Mas, além da poluição do ar e o seu efeito negativo sobre a saúde, a queima de combustíveis fósseis tem um enorme impacto no meio ambiente. Juntamente com os processos industriais, representa cerca de 65% dos gases de efeito estufa que lançamos na atmosfera em todo o mundo e é uma das principais causas do aquecimento global.

Empresas como a GEB pretendem combater as mudanças climáticas. Oye diz que os seus fogões ecológicos



Com uma fábrica em Lagos, e presença comercial em seis países africanos, a Green Energy Biofuels produz 50 mil litros de biogel por dia

reduziram as emissões de CO2 em mais de 600 mil toneladas até ao momento, substituindo combustíveis fósseis prejudiciais, como o querosene, por mais de 10 milhões de litros de biocombustível.

“Temos de continuar a inovar de forma a que possamos criar uma alternativa mais limpa, segura e saudável à energia convencional. Por isso, desenvolvemos uma fórmula que pode modificar geneticamente enzimas que têm o potencial de decompor a

celulose em plantas ou biomassa”, diz Oye. “Os combustíveis fósseis são perigosos, produzem fuligem, material particulado, óxido de nitrito e outros gases nocivos à saúde pessoal e ao meio ambiente. Mas o etanol emite menos CO2 e os seus outros subprodutos são oxigénio e água. Estes não apresentam riscos para a saúde ou para o meio ambiente”.

Utilizando resíduos como recurso, a GEB promove um sistema de gestão de resíduos funcional e sustentável, participando do desenvolvimento de uma economia circular em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O etanol em gel é vendido em garrafas plásticas recicladas, que a empresa adquire a um custo mínimo.

O modelo de *marketing* da GEB opera por meio de uma rede aberta e orientada por mentores. Distribui os seus produtos aos consumidores através de mais de 27 mil agentes e distribuidores que ganham comissões a cada venda. A empresa também criou uma franquia de lojas de distribuição chamadas *Green Centers* (centros verdes). Esse modelo de *marketing* social gera renda a distribuidores independentes

enquanto ajuda os negócios a crescer em escala local.

“A GEB capacitou cerca de 38 mil mulheres empresárias nos seus 28 centros de distribuição, criou 1.054 empregos directos e cerca de 45 mil empregos indirectos”, acrescentou Oye.

No entanto, o custo pode ser um problema. Akinbode Odunlami, dono de um *Green Center* em Lagos e distribuidor da GEB nos últimos 6 anos, diz que a empresa aumentou os preços ao longo dos anos, o que afectou as suas vendas e lucros. “Inicialmente, o fogão de uma boca custava 3.500 nairas (10 USD), enquanto o de duas bocas custava 5.500 nairas (perto de 15 USD). Mas agora o de uma boca custa mais de 4.500 nairas (12,3 USD) e o de duas é vendido por mais de 9.000 nairas (25 USD) aponta. “O gel também aumentou. Não há dinheiro na cidade agora, devido à actual situação económica da Nigéria; [a GEB] deveria baixar o preço dos produtos para que mais pessoas possam comprá-los”.

A preocupação de Odunlami é compreensível. Um litro de biogel da GEB custa cerca de 360 nairas (9 centavos USD), enquanto um litro de querosene é vendido por 220 nairas (6 centavos USD). O gás liquefeito de petróleo é ainda mais barato. Considerando a

diferença de preço, convencer o nigeriano médio a optar pelo biogel em vez dos combustíveis fósseis convencionais será difícil.

Embora os negócios da empresa pareçam estar a crescer, Odunlami também acredita que ela poderia ganhar com o aprimoramento das suas estratégias de *marketing* e publicidade. “Muitas pessoas não sabem nada sobre [os produtos], então, eu tenho de fazer panfletos e posters”, atalha. “Mas aqueles que utilizam o gel dizem que ele salva vidas. Não explode como o gás e não liberta fumo como os fogões convencionais”.

Com uma produção de 50 mil litros de biogel por dia, uma fábrica em Lagos e uma presença comercial em 6 países africanos, incluindo o Gana, Togo e o Senegal, a GEB ambiciona tornar-se a fonte de energia preferida para o futuro em África.

“Com o aumento do preço dos combustíveis fósseis e a distribuição ‘corrupta’ de querosene e carvão, um biocombustível sustentável em gel ajudará a maioria das famílias a obter segurança energética permanente a um custo menor”, diz Oye. ■

* Com **Abiola Durodola** e **Kaaranja Daniel**
Editado por **Felicia Omari Ochelle**
Ventures Africa

COM PRESENÇA COMERCIAL EM 6 PAÍSES, A GEB AMBICIONA TORNAR-SE FONTE DE ENERGIA PREFERIDA EM ÁFRICA

SÉRGIO ROMEU PIÇARRA

“Oxalá a educação financeira dos gestores tenha melhorado”

O actual momento político “está mais para rir” do que para chorar. Mas a crise financeira “dá um nó na garganta” que apertou, ainda mais, com a Operação Resgate, diz o criador do Mankiko, no dia em que lançou mais um livro do ‘Imbumbável’

Mirene da Cruz

O que é que nos reserva a sua quarta colectânea de cartoons?

Trata-se de uma colectânea dos meus trabalhos publicados em vários órgãos, inclusive no *Expansão*, durante este “suculento” período entre 2017 e 2018.

Porque optou pelo título “Não quero discutir”?

É uma expressão popular muito interessante pela sua carga irónica: quando alguém diz que não quer discutir, fá-lo exactamente depois de ter dito algo de controverso que daria uma boa discussão! No caso concreto, o conflito silencioso entre João Lourenço e o ex-Presidente, assenta que nem uma luva nessa expressão.

Quase 30 anos depois, ainda sente algum tipo de ansiedade quando publica um cartoon? Porquê?

Sinto sempre. Uma das razões é o impacto que ele vai ter junto do leitor, sobretudo sobre a clareza da mensagem, se é clara, se os símbolos são compreensíveis, e se o humor foi conseguido. E, naturalmente, às vezes, a impressão (só impressão!...risos) de ter ido longe demais, para o nosso contexto!

O Sérgio Piçarra fez o Mankiko ou o Mankiko fez o Sérgio Piçarra?

Acho que um pouco as duas coisas... Não era suposto ser cartunista, mas talvez ele me tenha convencido a ser.

E se algum dia o chapéu do Mankiko voar, o que fará o Sérgio Piçarra?

Bem...espero que não! Mas se acontecer, teria de ir apanhar o chapéu e colocá-lo na cabeça de um outro personagem, ou na cabeça de uma outra actividade, relacionada com o desenho, com a banda desenhada ou com o de-



CÉSAR MAGALHÃES

Criador do “imbumbável” que agita a vida social e política

Natural de Luanda, onde nasceu em Julho de 1969, Sérgio Piçarra é o mais conhecido e conceituado cartunista angolano. O criador de Mankiko, o ‘imbumbável’ que, em 1990, ganhou vida nas páginas do *Jornal de Angola*, retrata semanalmente, a vida social, política e económica do País, nas páginas do *Expansão* e no *Novo Jornal*, duas das inúmeras publicações por onde dispersa os seus desenhos. Mankiko é hoje uma constante na vida dos angolanos e o seu criador

uma referência no cartunismo nacional. Casado e pai de “muitos” filhos, Sérgio Piçarra gosta de ler, ver filmes e documentários, nos tempos livres. Não tem uma música preferida, tem “muitas”, como diz, e nos projectos para o futuro destaca a “licenciatura em Belas Artes e continuar a ‘bumbar’ no ‘imbumbável’”. Com o ensino médio de Ciências da Educação, está a reler o livro “Quando tudo se desmorona”, de Chinua Achebe.

sign gráfico, que são as coisas que sei fazer. De resto, estou a pensar ainda - ainda, repare bem - em fazer uma licenciatura em Belas Artes... Portanto, trabalho não deverá faltar.

Nesta “nova Angola”, o Mankiko poderá deixar de ser “imbumbável” [que detesta o trabalho]? E, nesse caso, que profissão escolheria?

A profissão dele é ser “imbumbável”. Isso dá-lhe um leque de oportunidades de “trabalho” únicas. Mudar para quê?

Os seus cartoons retratam personalidades e acontecimentos da vida do País. Já sofreu algum tipo de pressão? Qual?

Nunca sofri pressões. Não que eu me tenha apercebido. Agora, há situações nada agradáveis que aconteceram como por exemplo, em 1994, ter sido dispensado do *Jornal de Angola* por causa de um cartoon, para nunca mais voltar (pelo menos até agora). Ou o caso de um grande supermercado da capital se ter recusado a vender os meus livros porque não estavam dentro da sua “linha editorial” (foi aí que aprendi que supermercados também têm linha editorial...risos!)

Como olha para a liberdade de expressão em Angola? Há um antes e um depois João Lourenço?

De certa forma, sim. As coisas estão melhores embora ainda falte muito mais contraditório e

opinião nas grelhas de informação. E de rigor, também. Falo, particularmente, dos órgãos públicos, pois são pagos por nós.

A crise económica melhorou a sua educação financeira para lidar com a crise?

Que remédio! A minha e a de todos nós. Oxalá que a dos gestores públicos também tenha melhorado!

Quando olha para a sua carreira, o que lhe ocorre dizer?

Não serei a pessoa mais indicada para avaliar, mas assim por “alto” e pelo retorno que me tem chegado das pessoas que me acompanham, acho que o resultado é positivo. Penso ter dado o meu modesto contributo para a liberdade de expressão no País.

O actual momento político e económico dá-lhe mais vontade de rir ou de chorar? Porquê?

O momento político está mais para rir. O económico dá um nó na garganta. E a operação Resgate veio apertar mais um bocado esse nó.



EVENTO DEDICADO A BEBIDAS

Luanda Nightlife lança a Luanda Cocktail Week

Nova iniciativa após a conclusão da 5.ª *Angola Restaurant Week*, que resultou em doações para várias instituições sociais.

O projecto Luanda Nightlife (LNL) apresentou a *Luanda Cocktail Week*, um evento de celebração e divulgação do mundo dos *cocktails* e dos seus entusiastas, cujo programa decorrerá entre os dias 6 e 15 de Dezembro, num roteiro pelos melhores bares, restaurantes e outros locais “surpreendentes”.

Com esta iniciativa, Luanda passa contar com uma semana dedicada aos *cocktails*, às marcas de bebidas espirituosas e aos profissionais da área, enquanto os consumidores terão acesso a preços mais baixos.

Recentemente, o LNL concluiu a 5.ª edição da *Angola Restaurant Week*, outra iniciativa

que promove e que contempla uma vertente solidária. Em Luanda, os 34 restaurantes participantes venderam 6.844 menus, no valor de 3.394.000 Kz, o que permitiu a doação de 1.697.000 Kz ao Lar Dom Bosco e o mesmo valor à Obra de Caridade Criança Santa Isabel.

Em Benguela, aderiram nove restaurantes, e os 260 menus vendidos, num total 878.000 Kz, resultaram na doação de 130 mil Kz à Casa do Gaiato de Benguela.

No Lubango, foram três os restaurantes com 16 menus vendidos, num total de 80.000 a kz. Neste caso, o LNL irá fazer uma doação de bens materiais.

M.C.

AGENDA CULTURAL

CONCERTO



MÚSICA MATIAS DAMÁSIO NO CLUBE S

Cantor apresenta o seu novo álbum “Augusta” em concerto, no embarcadouro do Mussulo, a partir das 21h.

07 de Dezembro

CELEBRAÇÃO



FESTA 1º ANIVERSÁRIO DO ROOFTOP PARK

Selda, Gari Sinedima & Mauro Edson “Cantam Tim Maia” às 19h. Após as 23h, os Dj Nuno Di Rosso e Hugo Lara fazem a festa.

08 de Dezembro

INAUGURAÇÃO



ARTE “APROPRIAÇÃO” NA CIDADE FINANCEIRA

Às 19h, a galeria LAB Art&Co apresenta o projecto “Apropriação”, do artista plástico Hildebrando de Melo.

08 de Dezembro

CULTURA

Teatro no ‘Camões’ a 11 e 12 de Dezembro

O Centro Cultural Português, em Luanda, promove mesas redondas sobre “A Inserção dos Formados de Arte no Mercado de Trabalho” e “O Artista Como Empreendedor”

Nos dias 11 e 12 de Dezembro, a partir das 17h, o auditório Pepetela do “Camões” acolherá grupos teatrais, actores, encenadores, dramaturgos e reputadas figuras ligadas ao mundo teatral angolano.

No dia 11, decorre uma mesa redonda sobre “A Inserção dos Formados de Arte no Mercado de Trabalho” e será apresentada

a peça “Helena”, sobre a história de um grupo de jovens actores que sonham em formar uma família e viver juntos para sempre. No segundo dia haverá uma mesa redonda sobre “O Artista Como Empreendedor” e será apresentada a peça “A Dor do Meu Sangue”, sobre a problemática das drogas na sociedade.

M.C.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Natal chega mais cedo às crianças de Belas

Crianças “especiais” da Fundação Ana Carolina vão celebrar o Natal antecipado no Belas Shopping.

O Belas Shopping e a Fundação Ana Carolina uniram-se para oferecer um Natal diferente às “crianças especiais” no dia 8 de Dezembro, nas instalações desta superfície comercial.

Para além de terem a oportunidade de brincarem no cenário, as crianças portadoras de deficiências físicas e mentais vão ter outras atracções.

Enquanto aguardam a chegada do Pai Natal, os pequenos vão divertir-se com os brinquedos da “cidade dos ursos” e te-

rão direito ainda a um lanche especial. Por outro lado, e inserido no seu programa de reestruturação, o Belas Shopping promete para Dezembro inovações como o “WhatsApp do Pai Natal” para conversar com os clientes sobre o funcionamento e as lojas do shopping.

A “Loja de Embrulhos de Natal” e os “Duendes Carregadores de Natal” são outras novidades preparadas por esta superfície para a quadra festiva.

M.C.



OPINIÃO

CARTAS DO LEITOR

Quer opinar, criticar, elogiar ou simplesmente desabafar sobre um tema da actualidade económica nacional ou internacional? Escreva ao Director do Expansão para: **redacao@expansao.co.ao** ou Avenida Lénine, n.º 72, 3.º andar — Edifício Domo Business Center, Ingombota, Luanda, indicando nome, profissão e local de residência. Por questões de espaço, *o Expansão* reserva-se o direito de resumir as cartas seleccionadas para publicação.

Alves da Rocha: Dívidas públicas devem ser encaradas com cautela

“Se o preço do petróleo continuar com tendência negativa, porém quisermos manter os mesmos níveis de despesa pública no OGE 2019, acredito que haverá necessidade de novo endividamento para custear as despesas. Caso contrário, a solução será reduzir as despesas e apertar mais os cintos da população. Face à fraca capacidade do Estado em arrecadar mais receitas por motivos da inexistente diversificação económica, fraca arrecadação fiscal, ou mesmo por motivos dos baixos preços do petróleo, penso que só existem duas saídas: aumentar a dívida pública com novos empréstimos ou então diminuir as despesas públicas e apertar o cinto da população”.

Fernando Cariango
Facebook

Angola e Portugal querem “conciliar” segurança social

“Acho bom e espero que seja breve!”

Emanuel Ngozulu Moyo
Facebook

Portal de Divulgação lançado pelo Governo em estado inacabado

“Eu bem que tinha dito, se nem num semáforo conseguem fazer a manutenção, imagine num portal”.

Avelin Martins
Facebook

“Estou a terminar a mensagem para o governo com sugestões para melhoria”

Leandro Paiva
Facebook

Editorial: Chega de humilhar os jornalistas Sr. Presidente (Parte II)

“Infelizmente são sempre os jornalistas que quando têm algum poder limitam a liberdade de imprensa e foi o caso do ordens superiores”.

Manica Malembe
Facebook

VISTO DO CEIC



Francisco Miguel Paulo
Economista e Investigador auxiliar

Agricultura orgânica em África e no mundo

Há quatro coisas intimamente ligadas entre si na natureza: o solo, as plantas, os animais e as pessoas. A saúde deste último depende em grande medida da saúde dos outros três elementos e vice-versa. Compreendi melhor este conceito na 4.ª Conferência sobre a agricultura orgânica em África, realizada no Senegal de 5 a 8 de Novembro de 2018, organizada pela African Organic Network (Afronet), Ecological Organic Agriculture (EOA), International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), entre outras organizações que apoiam e advogam a agricultura orgânica no continente e no mundo.

Participei na qualidade de investigador do CEIC-UCAN, a convite da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Este organismo das Nações Unidas está a ajudar o Governo angolano a rever a estratégia nacional de exportação de produtos verdes (National Green Export Review – NGER).

Durante quatro dias discutiu-se sobre as vantagens da agricultura orgânica ou biológica para a saúde dos solos, das plantas, dos animais e das pessoas. Analisou-se ainda toda a cadeia de valor desde a aquisição de insumos à produção e comercialização dos produtos orgânicos.

Mas afinal o que é a agricultura orgânica? De acordo com a definição da IFOAM “a agricultura orgânica é um sistema de produção que promove a saúde dos solos, ecossistemas e pessoas. Tem como base os processos ecológicos, a biodiversidade e os ciclos adaptados às condições locais em alternativa ao uso de insumos com efeitos adversos. A agricultura orgânica combina a tradição, a inovação e a ciência de modo a ser benéfica para o espaço partilhado, promovendo relacionamentos justos e assegurando uma boa qualidade de vida a todos os envolvidos.”

Este tipo de agricultura é diferente da agricultura convencional que usa muitos insumos, como o caso de pesticidas e fertilizantes, que frequentemente são bastante tóxicos e causam danos ao ecossistema onde são utilizados. Os trabalhadores que manuseiam tais produtos químicos podem vir a sofrer de doenças graves como o cancro e outras enfermidades. Os ecossistemas, por

sua vez, sofrem graves danos com a destruição, por exemplo, dos insectos que nem sempre são prejudiciais às culturas.

Por isso é que, em muitos países ocidentais, apercebendo-se dos perigos para a saúde pública e para o ambiente causados pelo uso de pesticidas e fertilizantes, alguns governos proibiram o uso de certos produtos químicos nas plantações agrícolas pela sua toxicidade e perversidade em relação ao ecossistema. É importante que os países em desenvolvimento tomem consciência dos problemas causados pela agricultura convencional com a utilização de produtos químicos que danificam a biodiversidade e põem em causa a saúde do próprio homem e adoptem políticas públicas que garantam o equilíbrio entre a necessidade de se obterem alimentos e a harmonia da biodiversidade e do ecossistema.

Em 2016 o mercado da agricultura orgânica estava estimado em 89,7 mil milhões USD, com os EUA à frente

Os dados disponíveis, divulgados pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), dão conta que, em todo mundo, em 2016, quase 58 ⁽¹⁾ milhões de hectares foram cultivados tendo em conta os princípios da agricultura orgânica e havia 2,7 milhões de agricultores orgânicos, um aumento de 15% em relação aos dados de 2015. O número de países com a prática de agricultura orgânica é de 178, e dentre estes 87 têm regulação e legislação própria sobre a agricultura orgânica.

Em 2016 o mercado da agricultura orgânica estava estimado em 89,7 mil milhões USD, sendo os principais países em quota de mercado os Estados Unidos da América (48%), a Alemanha (11%) e a França (8%). A procura por produtos orgânicos nos países desenvolvidos e, em geral, os produtos agrícolas orgânicos são comercializados a preços relati-

vamente superiores em comparação com os produtos da agricultura convencional.

Em África, países como Marrocos, Gana, Nigéria, Senegal, Quênia, Uganda, Ruanda e Etiópia têm a agricultura orgânica já bem estruturada e desenvolvida. Nestes países há organismos próprios que certificam os produtos orgânicos que são comercializados, quer no mercado interno como no externo. Na zona Austral, a agricultura orgânica certificada é praticada na Zâmbia, Zimbabué, Namíbia, África do Sul e Madagáscar.

No caso de Angola, não há registo de agricultores certificados que produzam tendo em conta os princípios de agricultura orgânica. Se existem tais agricultores é importante que se associem, quer às redes africanas de agricultura orgânica (Afronet, EOA, etc), quer à mundial, a IFOAM. Em especial os que têm a ambição de exportar terão de necessariamente aderir aos princípios deste tipo de agricultura para que os seus produtos tenham aceitação no mercado internacional. O café é um dos casos que deveria merecer a devida atenção, pois trata-se de uma cultura em que o recurso a agrotóxicos é praticamente inexistente.

O governo de Angola, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022), está determinado em alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, entre os quais a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Este objectivo pode ser alcançado ao promover a agricultura orgânica, garantindo que os agricultores produzam tendo em conta o equilíbrio do ecossistema e da biodiversidade.

As políticas agrícolas do País devem ser elaboradas tendo em conta os princípios da agricultura orgânica. Para tal são necessários investimentos em tecnologias agrícolas que sejam amigas do ambiente, que até são mais baratos. Os próprios agricultores, em especial os de pequena escala, precisam de apoios técnicos que deverão ser disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, a nível nacional, ou pelas Estações de Desenvolvimento Agrário (EDAs), a nível local.

⁽¹⁾ Este valor corresponde a 1,2% do total de área agrícola cultivada em todo mundo em 2016.

EXPANSÃO

DIRECTOR
Carlos Rosado de Carvalho
carlos.rosado@expansao.co.ao

SUPERVISOR DESK
Joaquim José Reis
joaquim.reis@expansao.co.ao

SUPERVISOR DESK-ADJUNTOS
Isabel Costa Bordalo
isabel.bordalo@expansao.co.ao
Luis Galvão
luis.galvao@expansao.co.ao

REDACÇÃO
Alexandre Lourenço
alexandre.lourenco@expansao.co.ao
Hamilton Cruz
hamilton.cruz@expansao.co.ao
Martins Chambassuco
martins.chambassuco@expansao.co.ao

Mirene da Cruz
mirene.cruz@expansao.co.ao
Nelson Francisco Sul
nelson.sul@expansao.co.ao
Sita Sebastião
sita.sebastiao@expansao.co.ao
Patrícia Rios
(SECRETÁRIA DE REDACÇÃO)
patricia.rios@expansao.co.ao

CONTACTO REDACÇÃO
Telef.: (+244) 938 945 970
redacao@expansao.co.ao

COLABORADORES
António Estote,
Francisco Miguel Paulo,
Gustavo Amaral (KPMG),
Nauwick Tchilau, Nuno
Oliveira Matos (PwC)
e Teima Van-Dúnem

COLONISTAS
Alves da Rocha,
Eva Santos, Fernandes
Wanda, José Alberto
Rodrigues, Maria Luísa
Abrantes, Mário Beírolas
e Norberto Carlos

DESIGN GRÁFICO
Pedro Morais
(COORDENAÇÃO)
Ngombo José Manuel

FOTOGRAFIA
Quintiliano dos Santos
(COORDENAÇÃO)
César Magalhães
e Lídia Onde

MOTORISTA
Anselmo Moreira
António N'Gola Logila

PROJECTO GRÁFICO
Jorge Ribeiro

PROPRIEDADE
INVERSÃO, SA

REGISTO
MCS-520/B2009
TIRAGEM
15.000 exemplares
IMPRESSÃO
Damer Gráficas, SA

DEPARTAMENTO COMERCIAL
Alide Hussen
alide.hussen@novavaga.co.ao
+244 941 114 883

CONTACTO COMERCIAL
comercial@novavaga.co.ao
ASSINATURAS DIGITAIS
+244 921 358 582

DISTRIBUIÇÃO
Vaspe, SA
CONTACTOS
+244 937 581 904
+244 921 303 903
assinaturas@vaspe.co.ao

NOVA VAGA, SA
MORADA
Avenida Lénine, nº 72,
3º Andar, Edifício Domo,
Ingombotas, Luanda
Angola

CONTACTOS
Telef.: (+244) 222 332 819

NOVA VAGA PUBLISHING
DIRECTOR-EXECUTIVO
Victor Jorge
MORADA
Av. Elias Garcia, nº 137, 7ºC,
1050-099 Lisboa, Portugal

CONTACTOS
(+351) 215 801 682
geral@novavaga.pt
ASSINATURAS
Semestral: €87,50
(1 EDIÇÃO DE OFERTA)
Anual: €168,00
(4 EDIÇÕES DE OFERTA)

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO
VASP

MILAGRE OU MIRAGEM?



Fernandes Wanda

Docente e investigador da UAN

Fútila em Angola *versus* Adama na Etiópia: Um ineficiente Estado dificilmente leva o sector privado à prosperidade

Há um ano, aceitámos o desafio que nos fora colocado, i.e., de reflectirmos de uma forma breve e acessível, sobre as políticas de desenvolvimento adoptadas pelo Executivo em Angola (presente, passado e futuro) e vermos até que ponto essas políticas poderão levar o País ao tão desejado milagre económico ou tornar-se-ão numa miragem. No texto que marcou a nossa estreia indicámos que o fraco desempenho da indústria transformadora (como percentagem do PIB) servia para ilustrar a necessidade do sector privado apostar, para além do sector de serviços, no sector primário (agricultura) e secundário (indústria transformadora). Neste texto vamos rever essa nossa ilação.

Em Outubro de 2018 demos conta da notícia, segundo a qual o Estado angolano, através do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), iria reassumir a gestão do Pólo Industrial de Fútila, situado a cerca de 30 quilómetros da cidade de Cabinda, após uma menos frutífera gestão privada. Da notícia ficámos a saber que o Pólo Industrial de Fútila ocupa uma área de 2.345 hectares, dos quais 112 hectares correspondem à primeira fase. Essa fase começou a ser construída em 2013, mas até Outubro de 2018, i.e. 5 anos depois, ainda não estava concluída. Não nos surpreende que, passado este tempo, das 56 empresas inscritas apenas 12 funcionavam!

Nesse mesmo mês de Outubro, o Governo Etíope inaugurava o Parque Industrial de Adama (juntando-se este aos já existentes parques industriais de Hawassa e Bole Lemi I), localizado a 100 quilómetros da capital Addis Abeba, na região de Oromia. A primeira fase deste parque ocupa 102 hectares, i.e. ligeiramente inferior à área de Fútila. Esta fase de construção do parque levou dois anos a ser completamente infra-estruturada com, por exemplo, estradas asfaltadas, água e energia eléctrica e vai albergar indústrias ligadas ao sector têxtil, confecções, montagem de viaturas e alimentar. O parque está localizado próximo da linha férrea que liga a



Etiópia ao porto de Djibuti. Espera-se que este parque crie 25.000 empregos (particularmente para a juventude) e gere uma receita estimada em 38 milhões USD com a exportação de bens nele produzidos.

Ficámos a saber que, entre outras, estarão instaladas em Adama as empresas etíopes Antenx Textile PLC e Charter Ventures Apparel Ethiopia PLC ligadas ao sector têxtil e confecções, a empresa japonesa produtora de peças e acessórios automóveis WKK, as chinesas Jiangsu Sunshine Wool Textile PLC e Kingdom Linen Ethiopia PLC ligadas à produção de mobiliário (e não só) de

madeira e vestuários. Estas empresas vão produzir muitos dos seus produtos para grandes marcas internacionais, como a empresa sueca de moda H&M, Zara (Espanha), Decathlon (França), Calzedonia (Itália) e a norte-americana Walmart.

Num outro texto ⁽¹⁾, indicámos que a ‘promoção do crescimento da economia’ apresentada pelo actual Executivo como o ‘novo’ papel do Estado na economia exige muito mais do que nos indica o discurso político. Tudo começava com a disponibilidade de dados fiáveis para que se soubesse o momento oportuno para intervir, os sectores a interver, de preferência aqueles com a possibilidade de expansão para os mercados externos e maior retorno, passava pela existência de quadros competentes capazes de executar essa mesma intervenção com o mínimo de corrupção, para sermos realistas. Dos dois exemplos acima apresentados podemos ver com alguma clareza qual dos dois Governos,

angolano *versus* etíope, parece estar a fazer bem o seu trabalho de levar o sector privado à prosperidade e daí tirarmos ilações.

Ao longo deste primeiro ano, procurámos ilustrar a necessidade que Angola, através do seu actual Executivo, tem de empreender acções pragmáticas visando a sua rápida industrialização e consequente transformação da base da estrutura económica. A transformação estrutural que defendemos não deve ser confundida com a reforma estrutural (sinónimo de liberalização) que o Executivo leva hoje a cabo via Programa de Estabilidade Macroeconómica. Ela envolve também mudanças na composição das importações, i.e. reduzir progressivamente a importação de bens de consumo passando a priorizar bens intermédios e de capital.

Enfim, para levar o sector privado à prosperidade, investindo na indústria transformadora i.e. aquela capaz de gerar uma economia de escala e dinamizar outros

O Estado tem de tornar-se, não só agente promotor da inovação, mas acima de tudo empreendedor

sectores (agricultura e serviços), é necessário que o sector público crie capacidades internas. O sector público não pode ficar atrelado ao sector privado, tem de haver uma sinergia entre ambos. Por outras palavras, o Estado tem de tornar-se, não só num agente promotor da inovação, mas acima de tudo empreendedor! Afinal, ao compararmos Fútila com Adama, compreendemos que um ineficiente Estado dificilmente leva o sector privado à prosperidade.

⁽¹⁾ Wanda, F. (2018) ‘Que Papel para o Estado’. Expansão, Edição 470, 27 Abril.

OPINIÃO

CONVIDADO



Hironori Sawada

Embaixador do Japão em Angola

TICAD e Expo: oportunidades para Angola e Japão

Na semana passada, fui convidado para a gala da 8.^a edição dos Prémios SIRIUS, organizada pela Deloitte Angola. Encontrava-me num universo de 400 convidados presentes no Hotel Epic Sana. A gala é o maior evento de empresários aqui em Angola, segundo um embaixador sempre convidado para o evento.

Sem dúvida nenhuma, foi uma honra muito grande estar neste maravilhoso evento, mas senti a falta da presença do Japão: nenhuma empresa e nenhum empresário japonês estavam entre as dezenas denominadas para os prémios. Estou convicto de que, no futuro, uma empresa ou empresário japonês merecerá um prémio Sirius ou, pelo menos, estar entre os nomeados.

O Presidente da República, João Lourenço, tem estado empenhado em implementar várias reformas económicas, políticas e administrativas, em particular, medidas anticorrupção, a fim de criar um melhor ambiente de negócios e investimentos, e diversificar e estabilizar a economia angolana. Queria manifestar o meu maior respeito pelos actos do Presidente e, convicto de que estes esforços darão resultados positivos, o Japão dispõe-se a dinamizar as relações entre os dois países.

À margem da Reunião Ministerial da TICAD (Conferência Internacional de Tóquio para Desenvolvimento de África) realizada em Outubro, na cidade de Tóquio, o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, aquando da sua participação no evento, abordou com o seu homólogo ministro Taro Kono, o fortalecimento das relações bilaterais, bem como assuntos globais.

Cimeira da TICAD

Em Agosto do próximo ano, o Japão sediará em Yokohama, a cimeira da TICAD 7, na qual esperamos contar com a participação do Presidente João Lourenço. Perspectivamos que as relações entre as duas nações se fortaleçam ainda mais em resultado da visita presidencial.



Estou convicto de que, no futuro, uma empresa ou empresário japonês merecerá um prémio Sirius

A TICAD é uma plataforma importante que começou por iniciativa do Japão, em 1993, visando discutir o desenvolvimento de África. No entanto, uma das prioridades discutidas na TICAD 6, realizada em Nairobi, em 2016, foi a “Promoção da transformação económica através da diversificação e industrialização em África”. Por conseguinte, em Maio, foi realizado em Joanesburgo, o Primeiro Fórum Económico Público-Privado, Japão-África, com a participação de proeminentes personalidades, nomeadamente, o ministro da Economia e Planeamento de Angola, Pedro Fonseca, e a ministra da Indústria de Angola, Bernarda Martins, que, na ocasião, se encontraram com o ministro da Economia e Indústria do Japão, Hiroshige Seko. Participaram no evento cerca de 100 empresas japonesas e 400 africanas.

Consequentemente, a empresa japonesa Marubeni

participou pela primeira vez na 34.^a edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA/2018), realizada em Julho. Até ao ano de 2016, a Marubeni, com financiamento do JBIC (Banco do Japão para a Cooperação Internacional) em torno de mil milhões USD, reabilitou as fábricas de têxteis em Luanda, Benguela e Dondo, no Kwanza-Norte, o que gera a criação de empregos para o povo angolano e contribui para a diversificação económica e substituição de importações através da exportação de fios e produtos de algodão para Portugal e outros países.

A cimeira da TICAD poderá ser utilizada para encontros entre empresários japoneses e africanos. Paralelamente à Conferência Ministerial da TICAD acima referida, várias empresas do sector privado do Japão e de África organizam eventos para procurar oportunidades de negócios entre o Japão e África.

Frutos da TICAD

As empresas japonesas têm grande interesse em concretizar negócios com Angola, decorrentes das potencialidades que o País possui, o que já se pode constatar com resultados concretos subsequentes às discussões abordadas na TICAD. Em menção de realce, foi realizada, em Setembro, a entrega dos Sistemas de Cabos

do Atlântico Sul “SACS” (South Atlantic Cables Systems) à empresa angolana Angola Cables S.A., o primeiro circuito de informação digital do género no Atlântico Sul, instalada pela empresa japonesa NEC Corporation, com um empréstimo de 100 milhões USD do JBIC. Isso fez com que fosse estabelecida uma rede de cabos submarinos que ligam os continentes africano, sul-americano, europeu e norte-americano, propiciando, por conseguinte, um serviço de comunicação mais barato, rápido, seguro e estável. Este facto ilustra a possibilidade de Angola tornar-se num centro de África no sector da comunicação.

Parceria Público-Privada

A JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão) tem estado a promover a cooperação com Angola nos mais variados sectores, através do apoio financeiro, transferência de tecnologia e formação humana nos domínios da educação, saúde, agricultura, indústria, energia e infra-estruturas, em parceria com o sector privado do Japão. A título de exemplo, estão actualmente em curso, entre outros, o “Projecto de Reabilitação do Porto do Namibe” visando a facilitação da logística e diversificação da economia em Angola, o “Projecto de Elaboração

do Plano Director de Desenvolvimento do Sector Eléctrico na República de Angola” planificado em conjunto com o Ministério da Energia e Águas a fim de esboçar as directrizes na área de energia, e, na mesma senda, o “Projecto de Cultivo de Algodão em fase de experimentação, na província de Malanje”.

Expo 2025

Tenho uma notícia animadora para um maior intercâmbio económico entre o Japão e Angola: foi determinado que a Expo 2025 será realizada em Osaka-Kansai, Japão, na eleição que teve lugar no dia 23 de Novembro de 2018, aquando da realização da assembleia geral do Bureau Internacional de Exposições (BIE), em Paris. A Expo será uma oportunidade de ouro para que os angolanos marquem presença no evento e mostrem potencialidades susceptíveis de atrair investimentos do Japão e do mundo.

O tema principal da nossa Expo é “Projectando a Sociedade Futura para as Nossas Vidas”. Outrossim, em conjunto com os nossos parceiros globais, incluindo Angola, temos o ensejo de projectar a visão de uma sociedade futura intrínseca onde os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adoptados pelas Nações Unidas sejam plenamente alcançados.

O Governo do Japão, como anfitrião de inúmeras exposições realizadas no passado, possui *know-how* prático e intende estender aos países participantes assistência integral necessária (financeira e técnica) envolvendo as etapas prévias, durante e após a realização da Expo, nomeadamente: encargos financeiros inerentes à construção, planeamento, decoração e desmontagem de pavilhões, transporte e custos relacionados com o embarque de peças para a exposição, apoio de consultores de exposições, entre outros.

O Japão aguarda, receptivo, na expectativa de dar a todos os cidadãos angolanos as boas-vindas ao evento.

Project Syndicate



Carl Manlan

Economista e director de operações da Fundação Ecobank

Capitalizar os dividendos demográficos de África

África alberga a população mais jovem e em mais rápido crescimento do mundo. Com cerca de 20 milhões de jovens preparados para entrar no mercado de trabalho todos os anos durante as próximas três décadas, o continente tem uma oportunidade para alterar o equilíbrio do crescimento local e global com uma finalidade: empregos. Mas está longe de ser inevitável que tal aconteça.

Para que os países africanos capitalizem este dividendo demográfico, a mão-de-obra futura deverá ser educada, formada e dispor de oportunidades de emprego adequadas. Não será fácil reunir todas as peças necessárias.

Vivemos tempos incertos para a economia global. As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China ameaçam a integridade das cadeias de valor globais, e a saída iminente da Grã-Bretanha da União Europeia tem potencial para causar ainda mais perturbações. A previsão de Outubro do Fundo Monetário Internacional alerta que a estagnação dos factores económicos históricos poderá fazer baixar o crescimento global neste ano e no próximo para 3,7%, uma diminuição de 0,2 pontos percentuais comparativamente a estimativas anteriores.

Mas à medida que este abrandamento for avaliado pelos mercados bolsistas mundiais, emergirão novos factores de crescimento. África está bem posicionada para se transformar num destes factores.

Segundo o Banco Mundial, seis das 10 economias mundiais com crescimento mais rápido estão em África. O comércio intra-africano poderá ser a porta para o futuro crescimento local e global, com novas oportunidades transfronteiriças a serem criadas pela florescente população do continente. Mais importante ainda, a mão-de-obra africana está à beira de uma expansão ra-



Os jovens [em África] estão a ser deixados de lado mesmo antes de procurarem emprego

dical. Hoje, 60% dos africanos têm menos de 25 anos e 41% têm menos de 15 anos. Em 2050, a população juvenil de África deverá atingir os 840 milhões.

Mas esta reserva enorme de talentos potenciais é uma espada de dois gumes. Apesar do forte crescimento do PIB dos últimos 10 anos, a maioria dos jovens em África não conseguiu capturar as oportunidades económicas. Além disso, o relatório da União Africana/OCDE Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018 sublinha que, se a tendência de

subemprego continuar, serão os jovens africanos quem mais sofrerão. A incapacidade de empregar todos os jovens de África poderá marginalizar uma geração inteira, e destiná-los a um caminho disruptivo para o qual podem não estar preparados. Para que os países assegurem o crescimento do emprego no longo prazo é vital que sejam criadas oportunidades de qualidade na agricultura. Se isto não acontecer, e se a escassez de empregos de qualidade continuar, não acontecerá a expansão económica que está ao alcance de África.

Por outras palavras, os governos africanos têm um prazo para fazerem corresponder o crescimento do emprego ao desenvolvimento de competências. De momento, infelizmente, há poucos países que estejam a enfrentar este desafio de forma eficaz.

Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento, a taxa de desemprego juvenil em África é já o dobro da taxa para os adultos.

Com efeito, os jovens estão a ser deixados de lado mesmo antes de procurarem emprego. Existem demasiadas escolas primárias que sofrem com faltas terríveis de professores, por exemplo, e a discriminação de género impede que milhões de raparigas cheguem a frequentar o ensino secundário. Para ultrapassar estas insuficiências serão necessários investimentos significativos em capital político e financeiro.

Alguns líderes já estão a mover-se nesse sentido. No Fórum de Paris sobre a Paz (FPP), que teve lugar no início deste mês, líderes africanos e globais reuniram-se para discutir a poderosa ideia de que a cooperação internacional é a chave para resolver os desafios globais e para garantir a paz duradoura.

Nos bastidores do FPP, a atenção dirigiu-se para a juventude africana. O Centro para a cooperação juvenil UA/UE, um dos 119 projectos seleccionados para participar no Fórum, esteve pre-

sente na reunião para discutir a Agenda UA/UE para a juventude. Tendo como objectivo o envolvimento dos jovens de África e da Europa nas decisões que lhes digam respeito, agora e no futuro, esta iniciativa pretende divulgar estratégias para aproximar África e a Europa na resolução de desafios, como é o caso do dividendo demográfico.

Uma abordagem para capitalizar a explosão demográfica de África consiste em expandir a disponibilização de iniciativas de formação que reúnem as necessidades dos empregadores aos talentos africanos. Como antigo associado do programa de Liderança Ibrahim, posso confirmar o poder transformacional dos regimes de formação de nível superior, e o seu valor como incubadores de competências profissionais.

O sucesso de África depende da sua capacidade de aproveitar o seu dividendo demográfico, equipando os seus jovens com competências tecnológicas e inovadoras, que permitirão catalisar o crescimento económico. Isto inclui programas de formação e centrados na agricultura que absorvam competências ao longo das cadeias de valor que relacionam matérias-primas com as indústrias e os mercados de África.

Em 2030, uma em cada cinco pessoas no planeta será africana. Devido à sua dimensão, a mão-de-obra de África terá potencial para condicionar o crescimento global durante décadas. Mas para consegui-lo os africanos devem começar hoje a implementar as reformas necessárias. À medida que o nosso dividendo demográfico dá frutos, os governos, as instituições e as organizações devem ajudar a posicionar os jovens no sentido do sucesso. Se os países africanos conseguirem ultrapassar este desafio, a recompensa será o crescimento económico prolongado, tanto em África como no resto do mundo.

Centro de Formação Profissional
Administração, Finanças e Bancaformacao@academiabai.co.ao tel (+244) 227 281 005 / 006 A
V. COMANDANTE LOY, EDIFÍCIO A ACADEMIA BAI, MORRO BENTO, ANGOLA

A ARTE & CIÊNCIA DO COACHING CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL EM COACHING

12 FEV>15 FEV 1º MÓDULO // 12 MAR>15 MAR 2º MÓDULO
74 HORAS + 10 HORAS DE MENTORING // 2 MÓDULOS
PREÇO DA INSCRIÇÃO: 2.100.000,00 AKZ

07.12.18

EXPANSÃO

Prémio
Mabouque
de melhor
Órgão de
Comunicação
Social de
Angola 2018DÊ-NOS
NOTÍCIASO **Expansão** quer saber notícias da(s) sua(s) empresa(s), do(s) seu(s) negócio(s), do(s) seu(s) trabalho(s) e do(s) seu(s) eventos.Informe para redacao@expansao.co.ao ou para (+244) 938 945 970

TELECOMUNICAÇÕES

Ainda não há decisão
sobre a quarta
operadora | P. 12

DADOS DO INE

Produção industrial
em queda há três
trimestres | P. 24

CASAS DE CâMBIO

Clientes só podem
comprar 5 mil USD
por mês | P. 22

DESVIO DE FUNDOS E DESPESAS INJUSTIFICADAS

Agentes públicos desviaram
5 mil milhões USD em dois anos

A Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE) identificou despesas injustificadas e desvio de fundos públicos na ordem dos 5 mil milhões USD entre 2016 e 2017. “O Estado terá sofrido prejuízos financeiros na ordem de 787.797.461.159,41 Kz, 60 milhões USD, bem como 15 milhões de euros, resultantes essencialmente de pagamentos de despesas injustificadas, pagamentos de obras públicas não realizadas e desvios de fundos públicos”, avançou o inspetor-geral, Sebastião Domingos Gunza, numa sessão de balanço das actividades desenvolvidas em 2018.

Estes resultados foram apurados no âmbito da actividade da IGAE, como as 65 inspeções realizadas este ano a ministérios, governos provinciais, missões diplomáticas e consulares, institutos e empresas públicas. Segundo o inspetor-geral, fo-

ram também realizadas por todo o País um conjunto de acções de formação destinadas a gestores e funcionários públicos, para uma melhor gestão dos bens públicos. “Essas acções irão prosseguir, pois muito mais do que inspecionar e fiscalizar, pretendemos contribuir para a educação e consciencialização

Em 2018, a IGAE
inspeccionou 65
organismos públicos

dos funcionários, agentes e gestores públicos relativamente à observância rigorosa da legalidade e da disciplina no tratamento dos bens públicos”, explicou Sebastião Gunza.

No âmbito do programa governamental de combate à corrupção, a IGAE formalizou esta

semana um protocolo de cooperação com o Ministério das Finanças, destinado a reforçar a união de esforços entre quadros da IGAE e do Serviço Nacional de Contratação Pública (SNCP), incluindo na programação de auditorias, fiscalização e inspeções.

O protocolo subscrito pelo ministro das Finanças, Archer Manguera, e pelo inspetor-geral, Sebastião Gunza, contempla ainda a realização de acções conjuntas de formação e certificação nas áreas de auditoria e fiscalização interna no âmbito da contratação pública, consultas e intercâmbio de informações científicas e tecnológicas. Está igualmente contemplada a realização de estudos e a produção de manuais de auditoria e fiscalização para as Entidades Públicas Contratantes (EPC), no quadro da Contratação Pública.

Luís Galvão

EDITORIAL

Carlos Rosado
de Carvalho
DirectorSerá o OGE injusto
com a Justiça?

Longe vão os tempos em que bastava a palavra e um simples aperto de mãos para selar um negócio. Hoje são necessários contratos escritos. De nada vale um contrato se não houver alguém que force a parte que violou o acordado a reparar os danos causados à outra parte num horizonte temporal adequado e a um custo suportável. Num Estado Democrático e de Direito esse papel cabe aos Tribunais.

Mais do que remediar, reparando danos, a aplicação da justiça pelos tribunais a tempo e a horas e a um preço justo ajuda a prevenir, obrigando eventuais prevaricadores a pensarem duas vezes antes de o fazerem.

Sem uma justiça pronta e eficaz, os negócios só são feitos em círculos fechados entre familiares, amigos e conhecidos, devido àquilo que em economia se chama assimetria de informação. Uma forma de dizer que as partes não dispõem da mesma informação.

Tomemos como exemplo uma simples transacção de mercadorias. Até que a mercadoria muda de mãos, quem vende está em vantagem sobre o comprador porque sabe se tem, ou vai ter, o produto para entrega e se esse preenche os requisitos acordados. A partir do momento em que a mercadoria muda de mãos, quem compra passa a estar em vantagem sobre o vendedor porque sabe se tem ou vai ter, em tempo útil, os valores para efectuar o respectivo pagamento.

Os tribunais estão mal em matéria de
prioridades orçamentais: no OGE 2019,
só a Casa de Segurança do PR recebe
85,2 mil milhões Kz, quase o dobro
de todos os órgãos judiciais juntos

Segundo o relatório *Doing Business* 2019, em Angola, uma disputa comercial para a cobrança de cerca de um milhão de Kz de mercadoria demora 1.296 dias e custa 444 mil Kz, o que coloca o país em 186.º lugar entre 190 países.

Com esta demora e a este preço, muitas transacções económicas, de mercadorias ou outras, não chegam sequer a realizar-se. Sem troca não há produção de excedentes, que gera lucros, cria emprego e dá poder de compra. Sem poder de compra não há mercado. Numa palavra, não há economia.

Tribunais prontos e eficazes reduzem os riscos inerentes à assimetria de informação e consequentemente facilitam a actividade económica.

O estado caótico em que se encontra a Justiça em Angola não surpreende. O OGE para 2019 prevê 48,9 mil milhões Kz para os órgãos judiciais. Não sei se é muito, ou se é pouco. Mas para termos ideia onde estão os tribunais em matéria de prioridades orçamentais, só a Casa de Segurança do Presidente da República deverá receber do OGE 2019 quase o dobro de todos os órgãos judiciais juntos: 85,2 mil milhões Kz.

PUB

10%
BÓNUS*
CONDUÇÃO
SEGURA

ENSA AUTOMÓVEL
15%
DESCONTO*

PAGUE ATÉ
12 MESES
SEM JUROS!

ENSA
SEGUROS DE ANGOLA
A ESTRELA QUE PROTEGE

Aproveite esta Excepcional Campanha

SÓ O LÍDER PROTEGE O SEU AUTOMÓVEL
OU A FROTA DA SUA EMPRESA E AINDA
OFERECE UM BÓNUS POR CONDUÇÃO SEGURA!

*Campanha + AUTO é válida de 15 Outubro 2018 a 26 Abril 2019

EXPANSÃO

Sexta-feira, 14 de Dezembro de 2018 | Número 503 | Director Carlos Rosado de Carvalho | Preço 700 Kz | www.expansao.co.ao



AJUDA FINANCEIRA
FMI quer programas
sociais para compensar
medidas duras
| P. 06

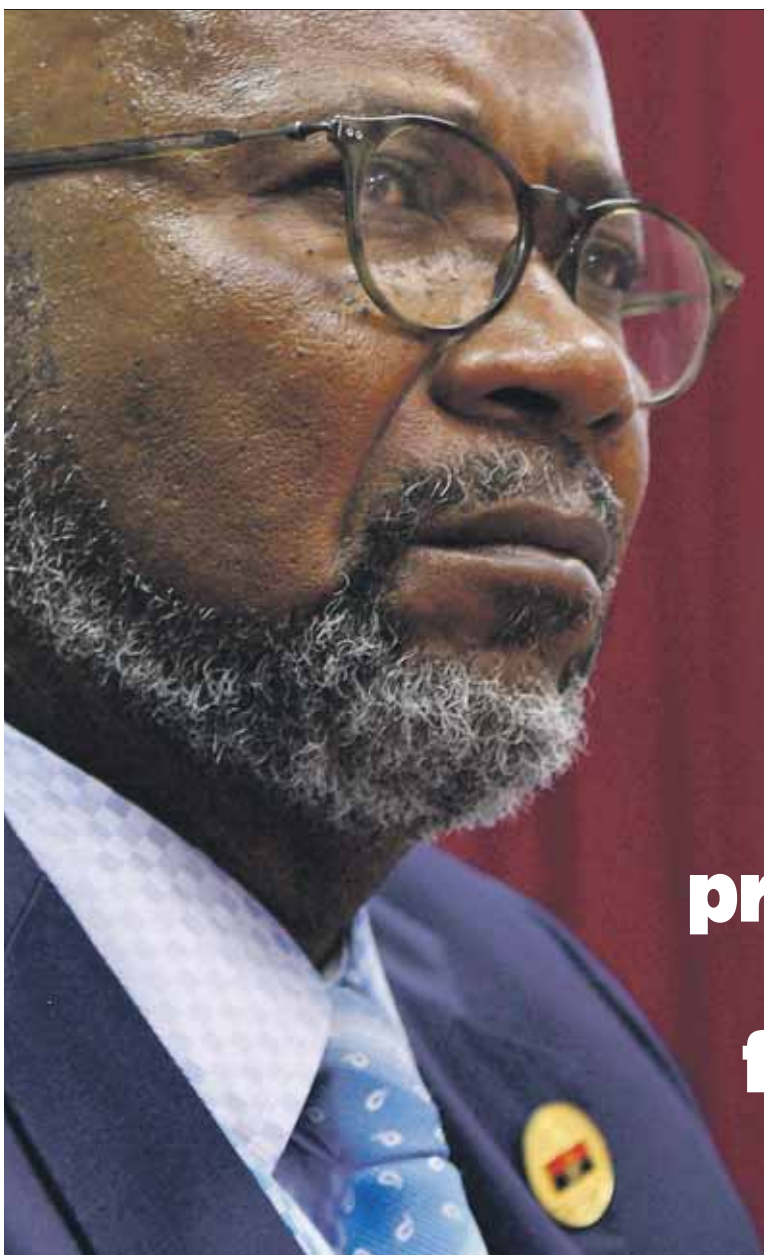
PRIVATIZAÇÕES
Condições especiais
para trabalhadores
e pequenos accionistas
| P. 26

REVISTA GRÁTIS
Sugestões para
uma quadra festiva
em grande estilo
| SUPLEMENTO



INFLAÇÃO ACUMULADA DE 3 ANOS ACIMA DOS 100% | P. 08

Angola arrisca continuar na lista de 2018 de países com **hiperinflação**



ENTREVISTA | P. 20

ÁLVARO BOAVIDA NETO
SECRETÁRIO-GERAL DO MPLA

**“Nunca vou
estar contra
o camarada
José Eduardo
dos Santos”**

**“Não estou de
acordo que se
prendam pessoas
por causa de
factos ocorridos
até 2012”**

EXCLUSIVO | P. 28

**Governo tira
centralidades
das mãos da
IMOGESTIN
e entrega
ao Fundo
de Fomento
de Habitação**

PUB

Seguro de Viagem BFA

**Tão simples que parece
que já lá está.**



FIDELIDADE

BFA

DESTAQUE COMÉRCIO EXTERNO



Exportações de Angola com o petróleo rondaram os cerca de 19 mil milhões USD nos primeiros seis meses

CÉSAR MAGALHÃES

À 'BAILA' DA SUBIDA DOS PREÇOS DO PETRÓLEO

Saldo comercial dispara 32% no primeiro semestre de 2018 para 13 mil milhões USD

No primeiro semestre deste ano, a soma das exportações e importações angolanas ascendeu a cerca de 25 mil milhões USD, equivalente a 53% de todo o ano de 2017. A Europa foi o continente que mais vendeu produtos a Angola, enquanto a Ásia liderou os destinos por continente das exportações.

Martins Chambassuco

A subida dos preços do barril de petróleo nos mercados internacionais fez disparar o saldo comercial angolano para 13 mil milhões USD no primeiro semestre deste ano, reflectindo um aumento de 32% face aos 10 mil milhões registados no mesmo período do ano passado, indicam os dados dos relatórios trimestrais das Estatísticas do Comércio Externo do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Nos primeiros seis meses deste ano, Angola exportou mercadorias no valor de 19,3 mil milhões USD, representando uma subida de 18% comparativamente ao período entre Janeiro e Junho de 2017, quando o País

exportou produtos no valor de 16,3 mil milhões USD. Por outro lado, no período em análise, Angola manteve a mesma tendência que no ano passado e voltou a importar 6,0 mil milhões USD em mercadorias, metade do total das importações do País em 2017 (ver página 4).

Contas feitas, o saldo entre importações e exportações está claramente positivo e no primeiro semestre deste ano foi de

O preço médio do barril foi de 72,3 USD, representando um aumento de 36% face aos 53,1 USD do I semestre de 2017

13 mil milhões USD, um aumento de 3 mil milhões face aos 10 mil milhões verificados no mesmo período do ano passado.

O petróleo continua a ser praticamente o único produto exportado por Angola, pois representa 97% das exportações do País. O total das trocas comerciais de Angola (a soma das exportações com as importações), fixou-se, no primeiro semestre, nos 25 mil milhões USD, o equivalente a 53% do total do ano passado, quando a soma das vendas e as compras do País rondaram os 48 mil milhões USD.

Esta subida nos valores as trocas comerciais devem-se, dizem os especialistas, ao aumento do preço do crude nos mercados internacionais. De acordo com contas do Expansão, nos seis primeiros meses de 2018, o preço médio do barril de crude foi de 72,3 USD, representando

COMÉRCIO EXTERNO NO I SEMESTRE

19,3 Mil milhões USD
Valor das exportações angolanas

97%
É o peso do petróleo nas exportações

6,0 Mil milhões USD
Valor das importações angolanas

um aumento de 36% face aos 53,1 USD praticados no mesmo período do ano passado.

Para o delegado da economia alemã em Angola, Ricardo Gerigk, é tempo de o País efectivar a tão esperada diversificação económica, de forma a deixar de estar sujeito aos choques de baixas de preços na única mercadoria que exporta, o petróleo. Segundo o economista, é ainda necessária a adopção de uma política fiscal mais atractiva ao investimento interno e externo, de forma a aumentar investimentos no País.

Os maiores clientes

A China mantém-se no primeiro lugar da lista dos maiores clientes das exportações angolanas. O gigante asiático comprou mercadorias no valor de 10,9 mil milhões USD, o equivalente a 57% do total das exporta-

ções angolanas para o resto do mundo no primeiro semestre de 2018. A Índia vem logo a seguir, tendo comprado a Angola 1,7 mil milhões USD em produtos diversos, sobretudo petróleo.

Entre os 10 maiores clientes angolanos, Portugal foi o segundo país europeu a receber as exportações angolanas, num total de 489 milhões USD, abaixo dos 540 milhões que a França comprou. A África do Sul continua a ser o maior parceiro comercial africano de Angola. No primeiro semestre, comprou a Angola mercadorias no valor de 472 milhões USD, o equivalente a 66% do total das exportações angolanas para aquele mercado em todo o ano de 2017.

No sentido inverso, Angola comprou a Portugal mercadorias no valor de 930 milhões de USD, enquanto à China comprou produtos diversos com um custo de 848 milhões USD. Portugal e China são, respectivamente, o primeiro e o segundo maior vendedor a Angola. Verificou-se também, durante o período em referência, que o Togo vendeu a Angola merca-

A persistência do peso do petróleo nas exportações é indiscutível, mas é determinante, investir no País e estimular o mercado interno

dorias no valor de 295 milhões USD, tornando no maior fornecedor africano. Do outro lado do Atlântico, Angola comprou ao Brasil 298 milhões USD, sobretudo máquinas agrícolas e equipamentos.

Ásia lidera destino

Quanto às exportações, o País vendeu aos países asiáticos cerca de 15,0 mil milhões USD nos primeiros seis meses de 2018, o equivalente a 77% dos 19,3 mil milhões em vendas globais. A Europa ocupou a segunda posição de maior destino das vendas angolanas, com 1,9 mil milhões USD, ou seja 10% do total do valor das mercadorias exportadas por Angola no semestre de 2018.

No sentido inverso, o 'Velho Continente', com 44%, isto é, cerca de 2,6 mil milhões USD liderou as vendas a Angola. Já a Ásia vendeu a Angola mercadorias no valor de 2,0 mil milhões USD, isto é, cerca de 34% do total das importações angolanas.

Uma vez que o principal produto vendido por Angola é o petróleo e que a maior parte das importações são de alimentos, o empresário Galvão Branco diz que é preciso adoptar medidas de apoio que se traduzam no crescimento de determinados sectores da actividade económica, com destaque para o sector produtivo.

3 PERGUNTAS A

RICARDO GERIGK
Economista



“ANGOLA CONTINUA NO MARASMO DAS RECEITAS DO PETRÓLEO”

Qual a estratégia que Angola deve adoptar para desenvolver as exportações?

Não há receitas milagrosas, mas decisões políticas que venham a fomentar a exportação e que já foram várias vezes fruto de discussão. Infelizmente as acções não acontecem e, por isso, Angola continua no marasmo, dependendo das receitas petrolíferas. É necessário eliminar a burocracia na tramitação dos processos de importação e exportação, criando mecanismos para incentivar a produção para poder exportar, nomeadamente incentivos fiscais para o exportador que efectivamente produza no País.

O que representa a persistência do petróleo nas exportações?

De momento não vejo alternativa, pois o petróleo ainda representa em torno de 70% da arrecadação tributária. É uma riqueza do País e que é a realidade angolana e os fundos deveriam servir de base para criar condições de investimentos em outras áreas, criando as bases para aumentar e diversificar a produção local. É um longo caminho a trilhar, mas tudo começa com o primeiro passo.

Em que sectores vê potencial de exportações?

Basta analisar o que Angola produzia no passado sem a dependência do petróleo, alimentos. Angola foi um dos celeiros em África e pode voltar a sê-lo. O Agro-negócio está a aumentar. Basta ver quão rapidamente se desenvolveu o negócio da banana, principalmente na região do Bengo. A produção de ovos cresceu nos últimos cinco anos, a tal ponto que não é mais necessário importar. Angola pode vir a se tornar novamente um grande produtor de alimentos em África. De resto, ainda é muito oneroso produzir em Angola.

CERCA DE 3% DO TOTAL DAS VENDAS

Exportações angolanas para o continente africano rondaram 580 milhões USD

Mais de 80% das vendas do País para África tiveram como destino o mercado sul-africano. Gestores defendem que é fundamental aumentar a taxa de penetração de produtos em África e financiar a produção.

Angola vendeu aos países africanos cerca de 580 milhões USD, enquanto as importações rondaram os 659 milhões USD, representando um saldo comercial deficitário de 79 milhões USD. Vendas para África representam apenas 3% do total das exportações angolanas.

Gestores empresariais e economistas defendem o aumento da taxa de penetração das exportações de produtos angolanos na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) por considerarem ser uma plataforma e alternativa ao desenvolvimento das exportações fora do petróleo.

O delegado da economia alemã em Angola, Ricardo Gerigk, vê um potencial de crescimento das exportações do País para a SADC na “área da produção de fertilizantes e também de medicamentos.” O economista explica que a distância física entre os países facilita este comércio, principalmente com a África do Sul, o parceiro económico africano mais importante para Angola, representando 81% das vendas globais de Angola aos países africanos.

Ricardo Gerigk explica ainda que um dos sectores que pode gerar receitas com as exportações é o da agricultura. “É ne-

cessário uma política fiscal voltada para estimular a criação de pólos industriais, com áreas dotadas de infra-estruturas e não áreas no meio do nada nas províncias”, disse. O economista defende ainda o financiamento com juros subsidiados para actividades voltadas para a produção e exportação.

É preciso “estimular o financiamento com juros subsidiados” para produção e exportação, diz o economista

“Os Juros praticados pelos bancos locais não são recomendados a nenhum empreendedor, pois significam o suicídio do negócio. Só assim podemos estimular a tão desejada diversificação da economia”, sublinha o especialista, que avança que não há como criar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

“Angola ainda vai importar quase todos os produtos de que necessita enquanto não tiver condições de iniciar a produção local”, revela, o responsável, sublinhando que “na minha modesta opinião, os produtos considerados de alto luxo ou supérfluos à realidade local, deveriam ser sobretaxados para poder destinar as divisas para produtos prioritários.”

No entanto, Angola deveria abrir mais o seu mercado, pois quanto maior a interferência do Estado na economia, maior o risco de proteger interesses monopolistas com o favorecimento de grupos que não estão interessados na produção local, acrescentou.

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, disse recentemente que o mercado da RD Congo deve ser visto como um destino privilegiado das exportações angolanas em função do número de consumidores. Para o gestor faz todo o sentido estimular as trocas comerciais na região. Mais do que estimular as exportações é “fundamental fortalecer” a relação com os investidores de países desenvolvidos e que tragam na sua bagagem tecnologia e o conhecimento que também falta a Angola, sublinhou.

M.C.

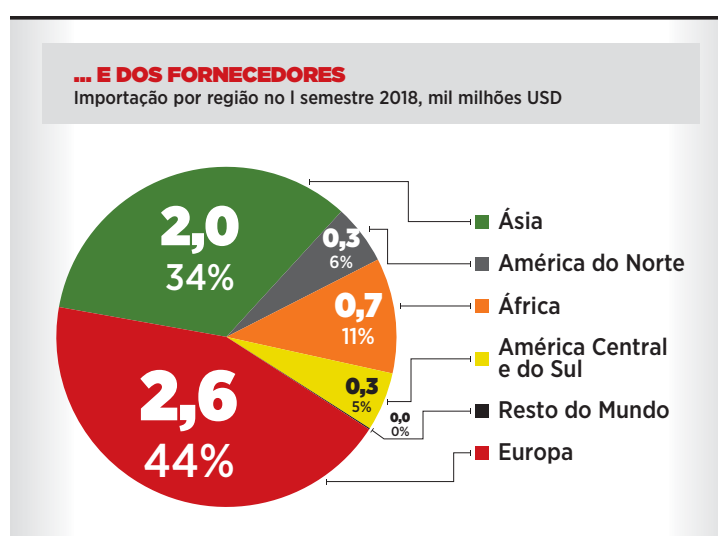
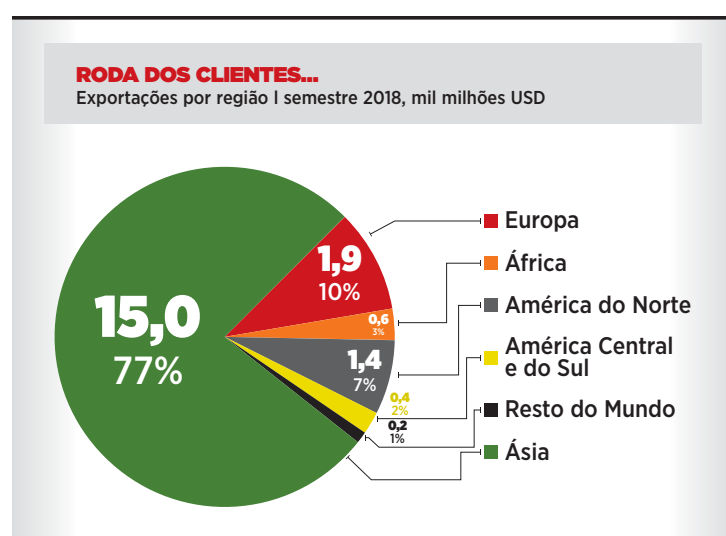
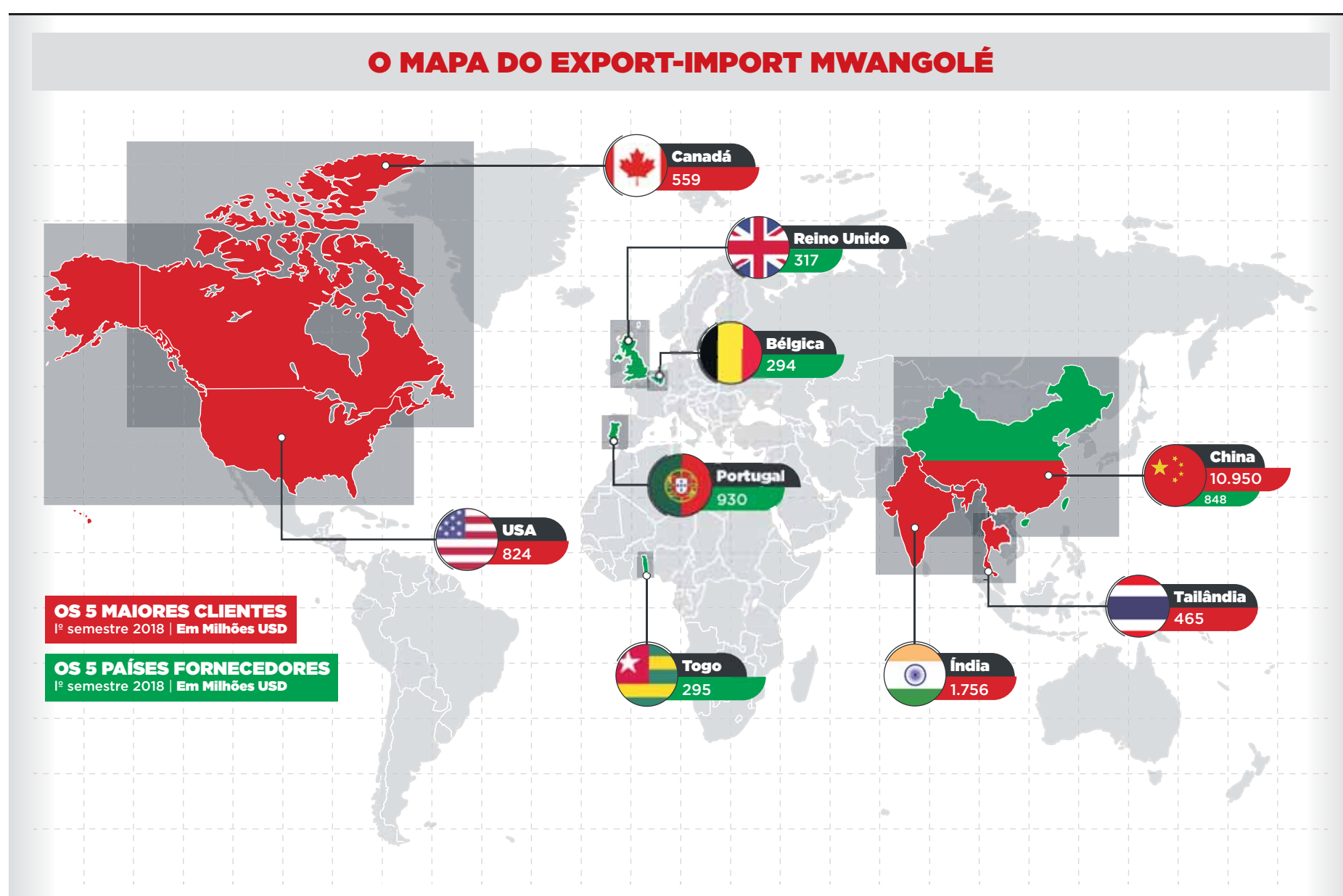
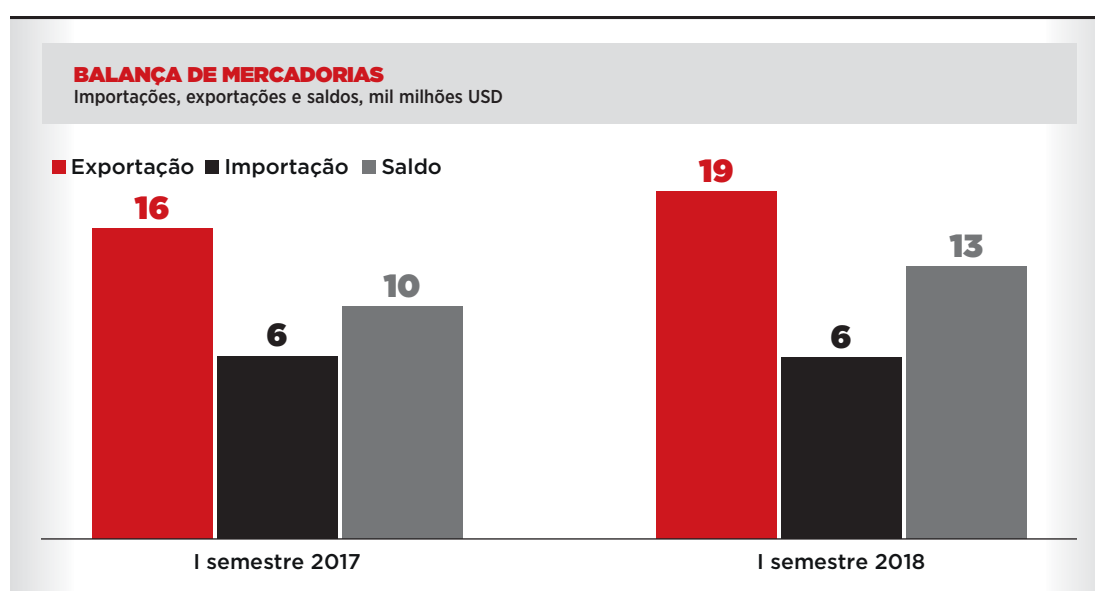


Vendas a países africanos pesam cada vez menos nas exportações angolanas

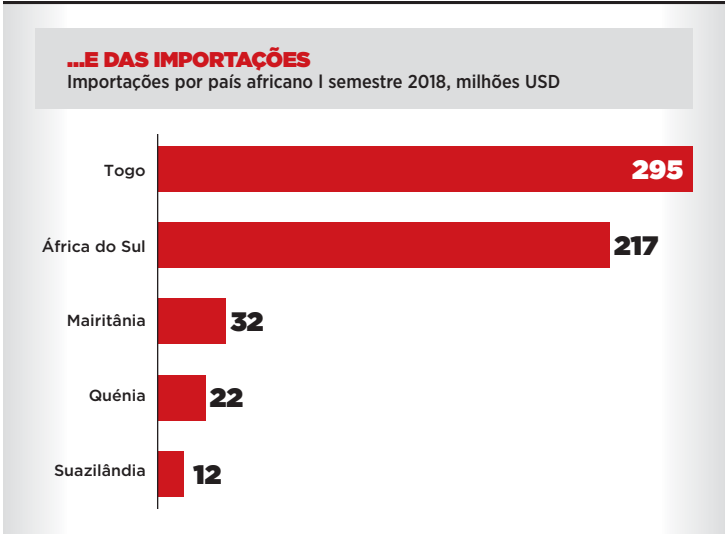
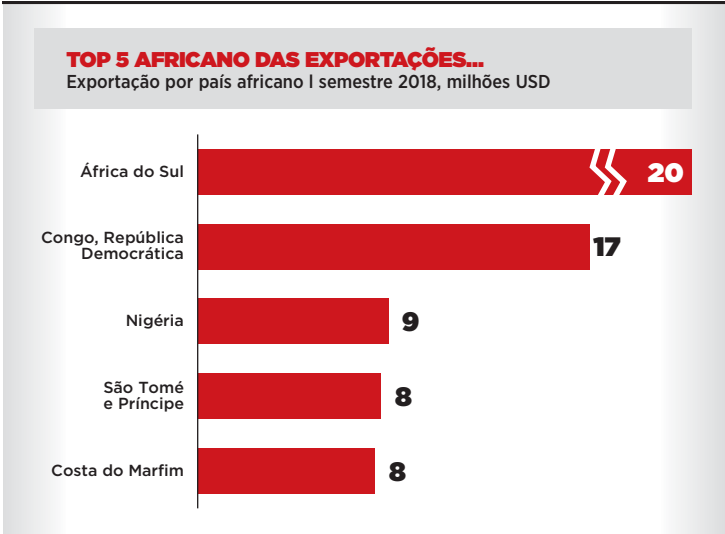
DESTAQUE COMÉRCIO EXTERNO

Comércio internacional de mercadorias angolanas no I semestre de 2018

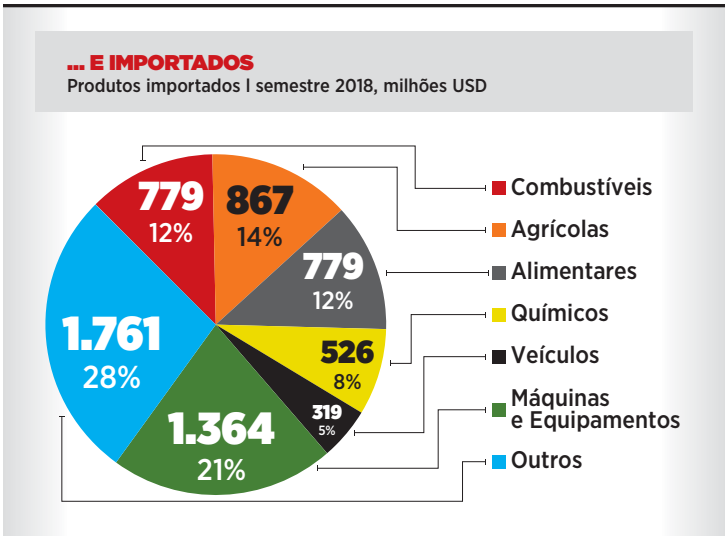
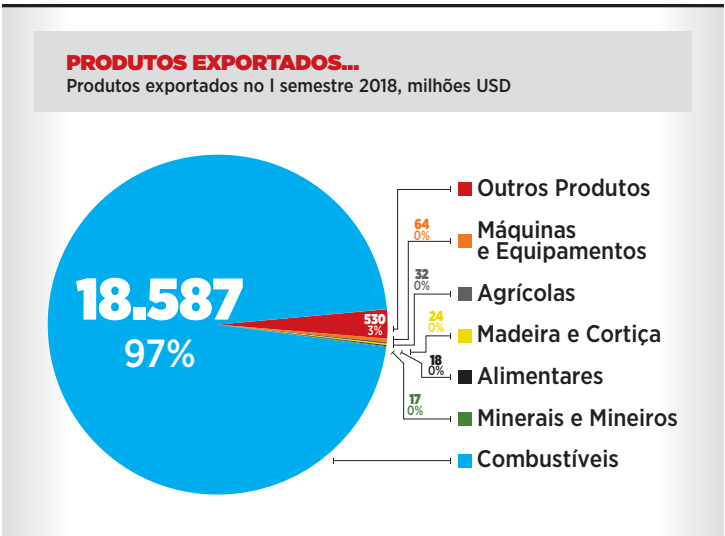
O saldo da balança comercial com o exterior disparou, influenciado pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional. O comércio com África é deficitário e o petróleo é a pérola das exportações, enquanto as máquinas dominam as compras do País.



Infografia: Expansão



Infografia: Expansão



ANGOLA

SOB CUSTÓDIA DO FMI

Programas sociais compensam medidas duras como fim de subsídios aos combustíveis

O FMI dá por um lado, mas tira por outro. Se a palavra de ordem é reduzir despesa, especialmente ao nível da máquina do Estado, volta a colocar em cima da mesa investimentos em programas sociais visando combater a pobreza e melhorar o acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico e a água.

Joaquim José Reis

Ao negociar um programa de financiamento a Angola no valor de 3,7 mil milhões USD, o Fundo Monetário Internacional (FMI) volta a colocar sobre o 'radar' do Governo medidas impopulares e algumas 'terapias de choque' que visam apoiar as reformas económicas em curso, mas também criar folga para programas sociais para atenuar o impacto dessas medidas na população.

A receita aceite pelo Governo assenta, segundo o comunicado do FMI a anunciar o acordo, no aumento das receitas não petrolíferas, incluindo a introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado, na eliminação de subsídios e no pagamento de atrasados internos, entre outras medidas.

O *Expansão* sabe que contrariamente ao procedimento verificado em 2009, em que o FMI publicou o acordo na sua página da internet sete dias após o anúncio da conclusão das nego-

ciações, desta vez como o irá fazer também em português está a atrasar o processo. Mas já são conhecidos alguns dos pressupostos desse acordo. Segundo Tao Zhang, director executivo adjunto do FMI, o empréstimo ajudará Angola "a restaurar a sustentabilidade orçamental e externa e lançará as bases para uma diversificação económica sustentável liderada pelo sector privado".

"Os pilares críticos do programa incluem a consolidação orçamental, para levar a dívida a níveis mais seguros; maior flexibilidade da taxa de câmbio, para recuperar a competitividade; e a redução da inflação com o apoio da política monetária", precisou

Os subsídios à gasolina e ao gasóleo retornaram, com a Sonangol a absorver os custos incorridos

Zhang. "O fortalecimento do sistema bancário; permitindo um melhor ambiente de negócios; actualizar o quadro legal sobre o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; e melhorar a governação", são outros dos pilares do programa enumerados pelo responsável.

Olhando para os relatórios que o FMI tem redigido ao longo dos anos no âmbito das visitas a Angola, o fim do subsídio aos combustíveis é um assunto que sempre esteve em cima da mesa. Há pouco mais de dois anos, por orientação do FMI, o Governo eliminou os subsídios aos combustíveis, com o litro de gasolina a passar de 115 Kz para 160 Kz e o de gasóleo saindo de 90 Kz para os actuais 135 Kz. Entretanto passaram dois anos, os preços do petróleo subiram, a inflação também, o Kwanza sofreu um processo de depreciação 'aguda', mas os combustíveis em Angola mantiveram o preço. É por isso que, no relatório de Junho de 2018 sobre a consulta a Angola ao abrigo IV, o FMI refere que "os subsídios à gasolina e ao gasóleo retornaram, com a Sonangol a absorver

os custos até ao momento". No ponto de situação sobre medidas concretas propostas em 2016, o relatório de Junho de 2018 refere que esta recomendação não foi implementada.

"Proteger os pobres e os mais vulneráveis é igualmente um elemento importante do programa", na opinião da instituição e, se por um lado o aumento dos preços dos combustíveis terá impacto no bolso dos angolanos, o FMI olha para os programas sociais que o Executivo deve implementar para atenuar algumas das medidas de austeridade no curto-prazo, que devem passar também por despedimentos na função pública.

À semelhança da recomendação para acabar com os subsídios, também "não foi implementada" a recomendação para expandir programas sociais de transferência condicional de renda, que o Fundo considera que têm custo baixo, mas são muito eficazes na redução da pobreza. Apesar de referir que em primeiro lugar é necessário criar folga orçamental através da melhoria da eficiência da despesa em infra-estruturas, da raciona-



Preços da gasolina e do gasóleo devem mesmo

Governo diz que acordo aumenta credibilidade e tem efeitos positivos na captação de investimento externo

lização da despesa corrente e do fortalecimento da base tributária, o Fundo aponta o caminho à expansão de programas sociais para as populações mais vulneráveis, que devem ser "bem direccionados para minimizar desperdícios e maximizar o impacto nas populações alvo". E até sugeria as áreas: cuidados bá-

CRONOLOGIA: O DITO POR NAO DITO

NOVEMBRO 2009

A braços com uma queda abrupta das reservas de divisas na sequência da queda do preço do petróleo, Angola vê aprovado pelo conselho de administração do FMI um empréstimo de 1,4 mil milhões USD no âmbito de um Stand By Arrangement (SBA). Este programa de ajuda a países com problemas na balança de pagamentos foi concluído em Março de 2012.

ABRIL 2016

Angola apresenta "um pedido formal" para iniciar negociações para um programa económico com apoio financeiro denominado Extended Fund Facility (EFF) ou Programa de Financiamento Ampliado, em tradução livre, destinado a apoiar países-membros com problemas da balança de pagamentos e fraco crescimento económico.

JUNHO 2016

O Ministério das Finanças anuncia que Angola desiste do pedido para um Programa de Financiamento Ampliado, justificando a desistência com a subida do petróleo. Contudo, Luanda manifesta o seu interesse em avançar com um programa de apoio técnico.

ABRIL 2018

O Governo anuncia ter solicitado ao FMI um Policy Coordination Instrument (PCI) ou Instrumento de Coordenação de Políticas Económicas, programa de apoio à implementação de reformas estruturais sem qualquer envelope financeiro associado.

AGOSTO 2018

No final da visita da missão que se deslocou a Luanda para negociar o PCI, o Governo anuncia que vai solicitar ao FMI apoio financeiro através de um Programa de Financiamento Ampliado, semelhante ao que havia solicitado em Abril de 2016.

DEZEMBRO 2018

O FMI anuncia ter aprovado um pacote de ajuda externa a Angola no valor de 3,7 mil milhões USD, no âmbito de um programa EFF.



aumentar já no próximo ano por imposição do FMI

CESAR MAGALHÃES

cos de saúde, programas de desenvolvimento da primeira infância, serviços nutricionais, vacinação e saneamento e higiene em áreas rurais e na periferia dos centros urbanos, acesso ao ensino básico e secundário e um programa universal de transferência condicional de renda “substituindo as iniciativas actuais, que são pequenas, fragmentadas e ineficazes”. O FMI refere mesmo que um benefício equivalente a 50% da linha de pobreza do Banco Mundial para países de rendimentos médios (cerca de 25 USD por mês e por família de cinco pessoas) custaria menos de 0,5% do PIB, enquanto uma medida mais ambiciosa de 50 USD custaria 0,75% do PIB.

O EFF aprovado pelo Conselho Executivo do FMI terá uma duração de três anos, num valor de 2,673 mil milhões de DES (Direitos Especiais de Saque, moeda de reserva do FMI), equivalentes a cerca de 3,7 mil milhões USD, 361% da quota de Angola na instituição.

Em comunicado, o Governo considerou esta semana que este acordo permite “aumentar a credibilidade económica externa” de Angola, com efeitos “positivos na captação de Investimento Directo Estrangeiro”, não fosse o facto de lá fora se olhar hoje para Angola como um país que procura diversificar a sua economia e as suas receitas, estando, para isso, a implementar algumas das medidas propostas nos últimos anos pelas organizações internacionais. É o caso da introdução do IVA, que o Governo já ‘empurrou’ para o próximo ano, ou o pagamento de atrasados do Estado e a intenção de reduzir o sector empresarial público, o que irá acontecer por via das privatizações em bolsa.

O GUIA DO FINANCIAMENTO DO FMI

O que é um Extended Fund Facility?

Um EFF, acrónimo de Programa de Financiamento Alargado, destina-se a apoiar países: (i) com sérios desequilíbrios de pagamentos devido a impedimentos estruturais; ou (ii) caracterizados por crescimento lento e défices na balança de pagamentos.

Quanto vai Angola receber?

O pacote financeiro do programa envolve o financiamento de 3,7 mil milhões USD, dos quais 990,7 milhões USD serão libertados imediatamente, sendo o montante remanescente desembolsado ao longo da duração do programa de três anos, sujeito a avaliações semestrais.

Qual os objectivos deste programa?

- Melhorar a governação
- Reduzir os riscos associados às empresas estatais
- Combater os obstáculos estruturais à competitividade
 - Melhorar o acesso ao financiamento
 - Restaurar a sustentabilidade fiscal e externa
 - Permitir a diversificação económica

O que o FMI exige:

- Consolidação fiscal para diminuir peso da dívida para níveis seguros
 - Maior flexibilidade da taxa de câmbio para recuperar a competitividade
 - Usar política monetária para reduzir a inflação
 - Fortalecimento do sistema bancário
- Actualização do quadro legal de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo
 - Melhorar governação
 - Aumento das receitas não petrolíferas (incluindo a introdução do IVA)
 - Eliminação de subsídios
 - Pagamento de atrasados internos

O SEU PARCEIRO TECNOLÓGICO



CONECTIVIDADE



VOZ



DATACENTER

A EXCELÊNCIA NO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES DESDE 2005

Com as melhores tecnologias de Fibra, Wireless ou Satélite, estabelecer parceria com a ITA significa colocar a sua empresa na vanguarda tecnológica.

- EXCELENTE RELAÇÃO QUALIDADE/PREÇO
- MONITORIZAÇÃO DE SERVIÇO 24/7
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA
- MAIS DE 500 CLIENTES EMPRESARIAIS



Internet Technologies Angola, S.A.

Rua 29 - Epal 30 • Patriota - Benfica • Luanda
Caixa Postal: 7477 - Angola
info@ita.co.ao | sales@ita.co.ao

www.ita.co.ao
[f/internettechnologiesangola](https://www.facebook.com/internettechnologiesangola)
[in/ita-internet-technologies-angola](https://www.linkedin.com/company/ita-internet-technologies-angola)

ANGOLA

COM VENEZUELA, SUDÃO E SUDÃO DO SUL, RDC E ARGENTINA

Angola em risco de continuar em 2018 na lista negra da hiperinflação

Jogando por antecipação, ABANC preparou um documento defendendo que não basta uma economia ter uma inflação acumulada no triénio superior a 100% para ser considerada hiperinflacionária. A maka é que este argumento foi “olimpicamente” ignorado pelas maiores firmas de auditoria do Mundo em 2017.

Carlos Rosado de Carvalho

Angola corre o risco de continuar na lista “negra” de 2018 das economias classificadas pelas firmas de auditoria como hiperinflacionárias pelo facto de exibirem taxas de inflação acumuladas nos últimos três anos próximas ou superiores a 100%, disseram o Expansão de fontes do sector.

Essa possibilidade levou já a Associação Angolana de Bancos (ABANC) a lançar, por antecipação, um comunicado no seu site onde defende a “que não se encontram reunidas as condições que justifiquem a aplicação da Norma Internacional de Contabilidade NIC 29 (IAS 29) - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias para o exercício que termina a 31 de Dezembro de 2018”.

A classificação como economia hiperinflacionária é uma decisão exclusivamente técnica tomada anualmente pelas seis principais empresas de auditoria a nível global: PwC, acrónimo inglês de PricewaterhouseCoopers, EY ou Ernst & Young, KPMG, Deloitte, BDO e a Grant Thornton. Fonte das auditoras disse que a decisão para 2018 deverá ser tomada em “breve”, sem adiantar uma data precisa.

Como refere a ABANC a elaboração da lista está relacionada com a aplicação da IAS 29 que obriga as empresas que utilizam essas normas contabilísticas a procederem ajustamentos nas suas contas quando operam em países com elevados níveis de inflação. Em Angola, as IAS são aplicadas pela banca e pelo Fundo Soberano.

O objectivo da IAS 29 é ter em conta a perda de poder de compra das moedas nacionais e tornar comparáveis as demonstrações financeiras de dois exercícios consecutivos de empresas que operam em países com hiperinflação.

Angola integrou pela primeira vez a lista das economias hiperinflacionárias em 2017, com uma taxa de inflação acumulada entre 2015 e 2017 de 105%, juntamente com a Venezuela que liderava o grupo com uma inflação acumulada de 30.415%, seguida do Sudão do Sul com 2.548%, e do Suriname com 108%.

Após a classificação de Angola como economia hiperinflacionária, todos bancos angolanos

deveriam ajustar o valor os seus activos de 2016 e de 2017 em função da inflação.

De acordo com um documento da task force para as práticas internacionais do Centro para a Qualidade da Auditoria, entidade afiliada do Instituto Americano de Técnicos Oficiais de Contas, em 2018 Angola mantém-se na lista das economias com inflação acumulada superior a 100%, com uma taxa de inflação de 123%. Contudo a task force ressalva que o documento a que o Expansão teve acesso é apenas para discussão e não vincula o Centro.

As contas da inflação angolana baseiam-se numa taxa de inflação de 25% em Luanda em 2018, valor provavelmente exagerado. Em Novembro a inflação na capital rondava os 18%. Mas mesmo considerando os dados de Novembro, a inflação acumulada 2016-2018 ascende a 108,7%, percentagem que corresponde à variação do IPC de Luanda que saiu de 114,3 pontos em Dezembro de 2015 para 239,5 em Novembro de 2018.

A lista da hiperinflação em 2018 continua a ser comandada pela Venezuela com uns impressionantes 1.524.495% de inflação acumulada nos últimos três anos – ver gráfico.

A ABANC admite que, em 2018, a inflação acumulada dos últimos três anos em Angola será superior a 100% mas argumenta que isso se deve ao ano “excepcional” de 2016, quando a inflação anual bateu nos 42%.

“Mesmo as estimativas do FMI mostram uma desaceleração ex-



BNA pediu ao sector financeiro que avalie o impacto da aplicação da norma antes de tomar posição para 2018

pressiva da inflação, indicando que não se perspectiva de todo a manutenção de uma taxa superior a 100% a partir de 2019”, garante a ABANC.

A desaceleração da inflação não é o único argumento dos banqueiros para pedir que Angola não integre a lista das economias hiperinflacionárias. Segundo a ABANC, a Norma refere também explicitamente que a determinação de uma situação de hiperinflação (...) não se limita ao preenchimento de determinadas características, mas requer a análise da situação como um todo e a aplicação de juízos de bom senso”.

Além da inflação acumulada, único critério quantitativo, a norma 29 das IAS considera mais quatro critérios qualitativos que devem ser considerados na classificação de uma economia como hiperinflacionária.

A primeira é se a população do País prefere conservar a riqueza em activos não monetários ou numa moeda estrangeira estável para manter o poder de compra. Outra, é se a população avalia os preços em moeda estrangeira em vez de moeda local. A prática de preços diferentes para vendas a pronto ou a crédito e a indexação das taxas de juros, salários e preços a um índice completam os critérios usados para dizer se uma economia é hiperinflacionária.

Nenhum dos quatro critérios qualitativos se aplica a Angola, garante a ABANC que dá como exemplo a desdolarização da economia, a não existência de preços diferentes para vendas e compras a crédito ou a pronto e a

não indexação dos salários e juros à inflação.

Os argumentos usados agora pela ABANC são uma réplica dos usados no ano passado com o mesmo fim: evitar que Angola integrasse a lista “negra” de 2017. Os argumentos foram “olimpicamente” ignorados pelas estruturas centrais das Big Six.

As Big Six ignoraram olímpicamente a ABANC e o Banco Nacional de Angola (BNA) ignorou olímpicamente as Big Six. O banco central tem a última palavra em matérias de normas contabilísticas do sector bancário em Angola e “dispensou” os bancos da aplicação dessa norma em 2017 por considerar que a economia angolana não estava em hiperinflação.

Ao não aplicarem a norma IAS 29, os bancos sujeitaram-se a levar com uma reserva dos auditores às contas de 2017. É que, se os bancos devem obediência ao BNA, o mesmo não sucede com as auditoras que são obrigadas a seguir a interpretação das normas emanada do comité que reúne as seis maiores firmas de auditoria do Mundo.

Basicamente a reserva alerta para o facto de as demonstrações financeiras de 2017 e 2016 não terem tido em conta a inflação. O Expansão consultou os relatórios e contas dos bancos a operar em Portugal e conclui que apenas dois, o Banco de Comércio e Indústria e o Banco , não tiveram reservas dos auditores. Os dois bancos são auditados pela empresa Crowe Horwat.

Sobre as consequências da aplicação da IAS 29 nas contas dos bancos, fonte de uma auditora garantiu que essa aplicação seria “neutra”, senão mesmo “positiva”. Talvez por isso, o BNA pediu ao sector financeiro que avalie o impacto da aplicação da norma antes de tomar posição sobre as demonstrações financeiras de 2018 deverão ser ajustadas em função da inflação.

A recusa do BNA em aceitar que Angola estava em hiperinflação em 2017 deverá ter estado relacionada com receios de danos na imagem externa do País. A inclusão do Angola na lista negra da inflação mundial juntamente com países como a Venezuela pode afectar a atracção de investidores estrangeiros uma vez que elevados níveis de inflação estão associados a instabilidade macroeconómica, nomeadamente desvalorizações, o que agrava a incerteza nos negócios.



“Monitorando a inflação em alguns países” é o título de um documento para discussão elaborado pela International Practices Task Force

ESPECIALISTAS DEFENDEM UM OGE MAIS REALISTA

Revisão do Orçamento Geral do Estado para 2019 em “Stand by”

Governo admite rever o preço do barril do petróleo no OGE, mas só lá mais para a frente, apesar de o preço médio de hoje estar bem abaixo dos 68 USD.

O ministro das Finanças, Archer Manguera, reafirmou a posição do Governo e afasta, para já, qualquer revisão do preço do barril do petróleo no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, apesar de os preços nos mercados internacionais estarem abaixo do projectado em sede orçamental. Talvez lá para Março, refere Archer.

Numa altura em que o barril de petróleo ronda os 60 USD, depois de há pouco mais de um mês ter estado próximo dos 90 USD, abriu-se a discussão no parla-

mento sobre a necessidade de o Governo rever os 68 USD que inscreveu no orçamento do Estado como estimativa de preço médio do barril para o ano de 2019.

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior já tinha afastado essa possibilidade e Archer Manguera reafirmou a posição do Governo: para já ainda não. “Se assistirmos a uma contínua queda do preço do petróleo, seremos forçados a propor à Assembleia Nacional um orçamento rectificativo”, disse.

Luanda tem acompanhado de perto e com “alguma preocupação” a queda dos preços da matéria-prima e aguarda, agora, pelos resultados práticos do novo corte anunciado pela OPEP e aliados, de 1,2 milhões de barris diários por um período de seis meses a partir de Janeiro.

Segundo analistas, a manter-se a tendência de descida do Brent, o segundo maior produtor petrolífero no continente africa-



Deputados devem aprovar OGE 2019 esta sexta-feira, dia 14 de Dezembro

QUINTILIANO DOS SANTOS

A manter-se a tendência de descida Brent, Luanda terá de fazer contas à vida, dizem alguns analistas

no, terá de fazer contas à vida.

Laurinda Hoygaard, consultora económica, continua a defender a “elaboração de um documento mais realista”, que não dependa dos acordos da OPEP, devido “às condicionantes políticas e sobretudo a correlação de forças entre os poderes” que norteiam esta organização.

Contudo, a economista entende que uma alteração neste mo-

mento “traria muita confusão”.

“Já existem muitas dúvidas sobre a possibilidade de cobertura das despesas que estão previstas, portanto, se quiserem fazer uma revisão, isto pode ser mais lá para frente. Por ora, eu acho que se deve trabalhar num programa de ajustes já em função de uma reversão do preço do petróleo”, disse Hoygaard.

Nelson Francisco Sul

Depósito a Prazo Super Flash

Potência reforçada!

ACELERE O SEU RENDIMENTO EM APENAS 90 E 180 DIAS!

Corte a meta com mais potência em primeiro lugar!

Faça o seu dinheiro crescer num Depósito a Prazo **BNI SUPER FLASH**, agora mais potente, destinado a todos os Clientes, com taxas até 18% e prazos de **90 e 180 dias**, com um valor mínimo de subscrição de **AOA 5.000.000,00**.

Saiba mais em www.bni.ao ou ligue para o Contact Center BNI através dos seguintes números:

(+244) 222 632 900
(+244) 929 090 060

DEPÓSITO A PRAZO
BNI SUPER FLASH
www.bni.ao

 **BancoBNI**
Banco de Negócios Internacional

**Seguramente,
a melhor protecção
para si e os seus
colaboradores.**

Os Seguros de Saúde e Acidentes de Trabalho da Aliança adaptam-se às necessidades reais da sua empresa. Temos planos competitivos e uma resposta eficaz com assistência nacional e internacional.

Fale connosco.

Não espere para dar a melhor protecção à sua equipa e ao seu negócio.



**ALIANÇA
SAÚDE**



**ALIANÇA
ACIDENTES DE
TRABALHO**



**ALIANÇA
SEGUROS**

Uma relação
de compromisso.

www.aliancaseguros.ao

T.: 222 632 946

ANGOLA



Plataformas digitais do Estado avaliadas bianualmente pelas Nações Unidas.

E-GOVERNAÇÃO EM 193 ESTADOS-MEMBROS

Serviços digitais do Estado caem 7 lugares no *ranking* da ONU para lugar 155

Nações Unidas coloca Angola no grupo de países de médio desempenho, 38 posições acima do último classificado na prestação de serviços digitais públicos.

Angola caiu sete posições no desenvolvimento dos serviços digitais prestados pelo Estado ao cidadão e ocupa agora o lugar 155 entre as 193 nações dos Estados-Membros da ONU.

No relatório das Nações Unidas, *'United Nations E-Government Survey 2018'*, há mais de quatro anos que Angola permanece no grupo de países de médio desempenho, apesar das constantes variações no *ranking* internacional que bianualmente analisa a prestação deste serviço público.

Já no indicador sobre a utilização dos serviços de Governo electrónico por parte do cidadão, o País assinalou uma queda mais acentuada ocupando actualmente nesta categoria a posição 125 face ao lugar 101 referente ao relatório de 2016. As Nações Unidas alerta também neste estudo para as prováveis desigualdades regionais no acesso a este serviço a nível nacional e local.

"A disparidade pode ser maior do que a apresentada, considerando que foram observadas as maiores cidades. Neste contexto, é provável que apresentem níveis mais altos de desenvolvimento do governo electrónico, podendo a diferença ser acentuada entre o desempenho a nível nacional e local".

Estes números mais recentes destacam África, com a maior taxa de cresci-

mento no acesso à internet, de 2% em 2005, para cerca de 24% da população no continente africano este ano.

Um factor que ainda assim coloca o continente atrás do europeu (80%), da Comunidade de Estados Independentes (68%) e das Américas (66%). No entanto os níveis globais de conectividade às plataformas digitais têm verificado avanços com mais da maioria da população mundial (51%), cerca de 3,9 biliões de pessoas, já ligadas à internet, de acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Um aumento que, segundo secretário-geral da UIT, Houlin Zhao, está relacionado ao crescimento dos países mais desenvolvidos, alertando para a necessidade de maior investimento no sector.

"Precisamos incentivar mais investimentos dos estores público e privado e criar um bom ambiente para atrair investimentos e apoiar a inovação tecnológica e de negócios, para que a revolução digital não deixe ninguém offline", referiu.

Este estudo, que se realiza desde 2001, avalia o nível de capacidade de resposta dos serviços digitais públicos em todos os 193 Estados-membros da ONU. As variáveis utilizadas são os serviços digitais públicos disponibilizados aos cidadãos e empresas e as infra-estruturas de telecomunicações.

Hamilton Cruz

Maioria da população mundial (51%), cerca de 3,9 biliões de pessoas, já estão conectadas à internet, diz a UIT

CRISE VOLTA A BARRAR ILUMINAÇÃO

Falta de verbas ‘apaga’ iluminação de Natal nas artérias de Luanda

Na capital do País, são poucas as zonas onde se encontra a tradicional iluminação desta época, sendo que apenas os privados têm investido nesta área.

A poucos dias do Natal, várias ruas e largos da província de Luanda continuam sem as habituais iluminações públicas alusivas à época, constatou o *Expansão* numa ronda efectuada nos municípios do Cazenga, Kikamba Kixi e nos distritos do Rangel e Ingombota.

As principais ruas de Luanda e mesmo edifícios públicos mantêm a tendência do ano passado e voltam a apresentar uma reduzida iluminação de Natal.

As típicas decorações da época estão condicionadas devido à

conjuntura económica do País revelou o director do gabinete de comunicação institucional da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), Francisco Alexandre.

“Nós estamos condicionados devido às condições financeiras que as instituições de Estado, de uma maneira geral, atravessam. Se há alguns anos a esta altura a cidade já apresentava àquele aspecto bonito, com luzes e com outros motivos que anunciam o Natal, este ano nós estamos com grandes dificuldades”, adiantou.

Apesar do ‘apagão total’ das luzes de Natal, Francisco Alexandre ressaltou que ainda não está afastada a hipótese de algumas das artérias mais emblemáticas da cidade serem enfeitadas, como o largo da Independência e o largo das Ingombotas. “Ainda não é definitivo, pois é possível que no decorrer dos dias haja fôlego do ponto de vista financeiro para alargarmos a nossa área de expansão para a colocação dos enfeites nas diversas artérias da



São poucos os locais que este ano têm iluminação de Natal na capital do País

CÉSAR MAGALHÃES

As principais ruas de Luanda voltam a estar sem iluminação de Natal este ano, devido à crise

cidade de Luanda”, rematou o director da CACL.

No município do Cazenga, as tradicionais iluminações têm sido enfrente à administração municipal, mas segundo verificou o *Expansão*, a tendência de ‘apagão’ também se mantém nesta zona.

“Até parece que estamos esquecidos, mas não. Não há mesmo dinheiro para embelezar o nosso município como nos tem-

pos das vacas gordas”, disse um dos moradores.

As verbas para as iluminações natalícias na província de Luanda, segundo uma fonte da CACL, resultam de vários acordos que o Governo Provincial mantém com algumas empresas como a Mota-Engil, que fazem a manutenção da iluminação pública e a manutenção dos passeios da cidade.

Alexandre Lourenço

PUB

bonws
Seguros

Agora o Seguro de Saúde da Bonws também dá acesso à **Maior Rede de Saúde e Bem-Estar em Portugal**, com mais de **27.000 prestadores**:

- Rede Médica • Aconselhamento Médico Telefónico • Médico ao Domicílio / Hotel
- Rede de Medicina Dentária • Rede de Partos
- Rede de Cirurgia Estética • Rede de Farmácias
- Rede de Ópticas • Check-Up Anual • Rede de Bem-Estar • Serviços de Concierge

LINHA DE APOIO 24H/7 E CENTRAL DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS

Para mais informações, contacte a nossa linha de atendimento **940150411**, ou consulte o seu corretor de seguros.
www.bonws.co.ao

SEGURO DE SAÚDE

Consigo. Com certeza.

ANGOLA

CABAZES DE NATAL MAIS ECONÓMICOS

Crise ‘arrasa’ valor dos cabazes à venda nas grandes superfícies

O Natal de 2018 será mais pobre para os angolanos habituados a receberem os tradicionais cabazes, já que, face a 2017, há quebras de até 80% no valor. No ano passado, o mais caro custava 7,5 milhões Kz e por esse valor levava para casa 242 produtos. Este ano, custa 1,5 milhões e só leva 108 produtos.

Sita Sebastião

Com propostas para todas as carteiras, as grandes superfícies comerciais continuam a apostar na venda dos tradicionais cabazes de Natal, mas a crise obrigou a repensar os valores praticados noutros anos.

No ano passado, o cabaz mais caro estava à venda no Candando e, por 7,5 milhões Kz, o cliente levava para casa um total de 242 produtos. Este ano, o hipermercado do Morro Bento volta a liderar o cabaz mais caro mas o valor baixou 80%. Baixou o preço, mas também o número de produtos e, este mês, o cliente leva para casa apenas 108 itens, com destaque para garrafas de champagne, de vinho e outras bebidas, mas também presunto, queijos e outros aperitivos. De fora ficaram alguns ‘presentes’ como brinquedos.

Numa ronda que o *Expansão* fez em alguns supermercados e hipermercados, constatou-se que apesar da crise, as superfícies comerciais não pouparam no requinte dos produtos dos cabazes, mesmo com a redução dos preços e da quantidade de itens.

No hipermercado Candando os cabazes variam desde alimentos, bebidas, electrodomésticos e produtos *gourmet*, e estão divididos por tipologia, com o preço a variar de 14 mil a 1.495.000 Kz. O mais caro é o cabaz clássico ‘prestige’, que contém diversos produtos nacionais e importados, enquanto o ‘platina’ está a ser comercializado ao preço de 995.000 kz, já o ‘ouro’ custa 595.000 kz e o ‘prata’ 395.000 Kz.

Além dos cabazes de produtos alimentares também dispõem de outros pacotes, como os cabazes ‘wammo’ (electrodomésticos), cabazes ‘cuida+’ (cosméticos), cabazes de bebidas, alimentos, acessórios e outros.

O grupo MegÁfrica também alterou alguns preços, e vende cabazes a partir de 35.950 Kz até ao mais caro, que este ano não ultrapassa os 1.169.000 Kz, quando há um ano atingia 7,2 milhões de Kz. Aqui os produtos estão expostos em caixas de papelão e em baús mais apelativos com forros de tecidos africanos.

O Jumbo, por seu lado, continua com a tradicional oferta de três tipos de cabazes: “sugestivo A”, a 193.658, 50 Kz, com cerca de 48 produtos; “sugestivo B”, ao preço de 102.254 Kz e 31



Os supermercados tentam oferecer opções para todas as bolsas

Apesar da crise, as superfícies comerciais não pouparam no requinte dos produtos dos cabazes, mesmo com a redução dos preços e da quantidade de itens.

artigos; e “sugestivo C sem cesto”, a 71.180,00 Kz e 27 artigos.

Este ano, a rede comercial Shoprite conta com os cabazes “clássico” que custa 59.999,95 kz, enquanto o “standard” está no valor de 39.999 kz e o “Familiar” a 79.999 kz.

Na Casa dos Frescos há apenas o cabaz “familiar” que custa 59.990 Kz e vem com mais de 10 produtos, enquanto na rede de hipermercados KERO, há três tipos de cabazes que custam entre 8.900 kz e 84.000 kz.

A rede de supermercados AngloMart também dispõe de três sugestões, com as cestas de cabazes a variar de 7.499 a 15.500 Kz.

Já o supermercado Alimenta Angola, tem disponíveis dois ti-

pos de cabazes com preços entre os 89.898 kz e os 145.703 kz.

Diferente das grandes redes de Supermercados, a Maxi optou novamente por apresentar cartões de presente, como os ‘Classic’ ou ‘Selective’, com preços de 15 a 250 mil Kz. Há dois anos que a empresa implementou este sistema de cartões porque o método permite ao cliente escolher o próprio cabaz seleccionando os produtos do seu interesse.

O *Expansão* contactou algumas empresas públicas e privadas, como a Sonangol, Endiama, Movicel, Unitel, BDA, para perceber que opções iriam escolher este ano para oferta aos funcionários, mas nenhuma respondeu até ao fecho desta edição.

BREVES

ENI DESCOBRE NOVO POÇO DE PETRÓLEO COM 5 MIL BARRIS/DIA

Um poço encontrado esta semana pela Eni, a sudeste da área do bloco 15/06, em Angola, com capacidade de 5 mil barris por dia, representa apenas 0,33% em comparação com os 1,5 milhões de barris diários produzidos pela Sonangol. A empresa transalpina estima que este bloco represente uma produção com potencial entre 170 a 200 milhões de barris de crude, numa área inicialmente prevista para a exploração de gás.

INFLAÇÃO CHEGA AOS 17,8% E ATINGE META DO GOVERNO

O custo de vida em Luanda aumentou 1,4% em Novembro face a Outubro, colocando a inflação acumulada nos 16,5% e a homóloga nos 17,8%. Já a inflação média situou-se nos 20,8%. A classe “Saúde” foi a que registou o maior aumento de preços com 1,8%. Destacam-se também os aumentos dos preços verificados nas classes “Hotéis, Cafés e Restaurantes” com 1,8%, “Vestuário e Calçado” com 1,7%. As menores subidas foram registadas na “Educação” com 0%, nas “Comunicações” 0,1% e na “Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis” com 1%. A nível Nacional, os preços aumentaram 1,3% entre Outubro e Novembro, colocando a inflação acumulada nos 17% e a homóloga nos 18,4%. Bengo registou o maior aumento mensal de preços com 2,1% e o Namibe o mais baixo com 0,9%.

ANGOLA VAI FORNECER GERADORES A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Governo vai enviar grupos de geradores para São Tomé e Príncipe com o objectivo de “superar” a crise de luz eléctrica que aquele país atravessa, enquanto especialistas angolanos trabalham na recuperação dos grupos avariados. O ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe, Osvaldo Abreu, informou que os trabalhos para a recuperação dos geradores pretendem assegurar que a electricidade seja reposta até à quadra festiva.

ANULADOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DE DIAMANTES

O Governo rescindiu dois contratos para exploração de depósitos secundários de diamantes na província da Lunda-Norte, por inviabilidade técnico-económica e incumprimento de obrigações legais.

CABAZES DE NATAL 2018

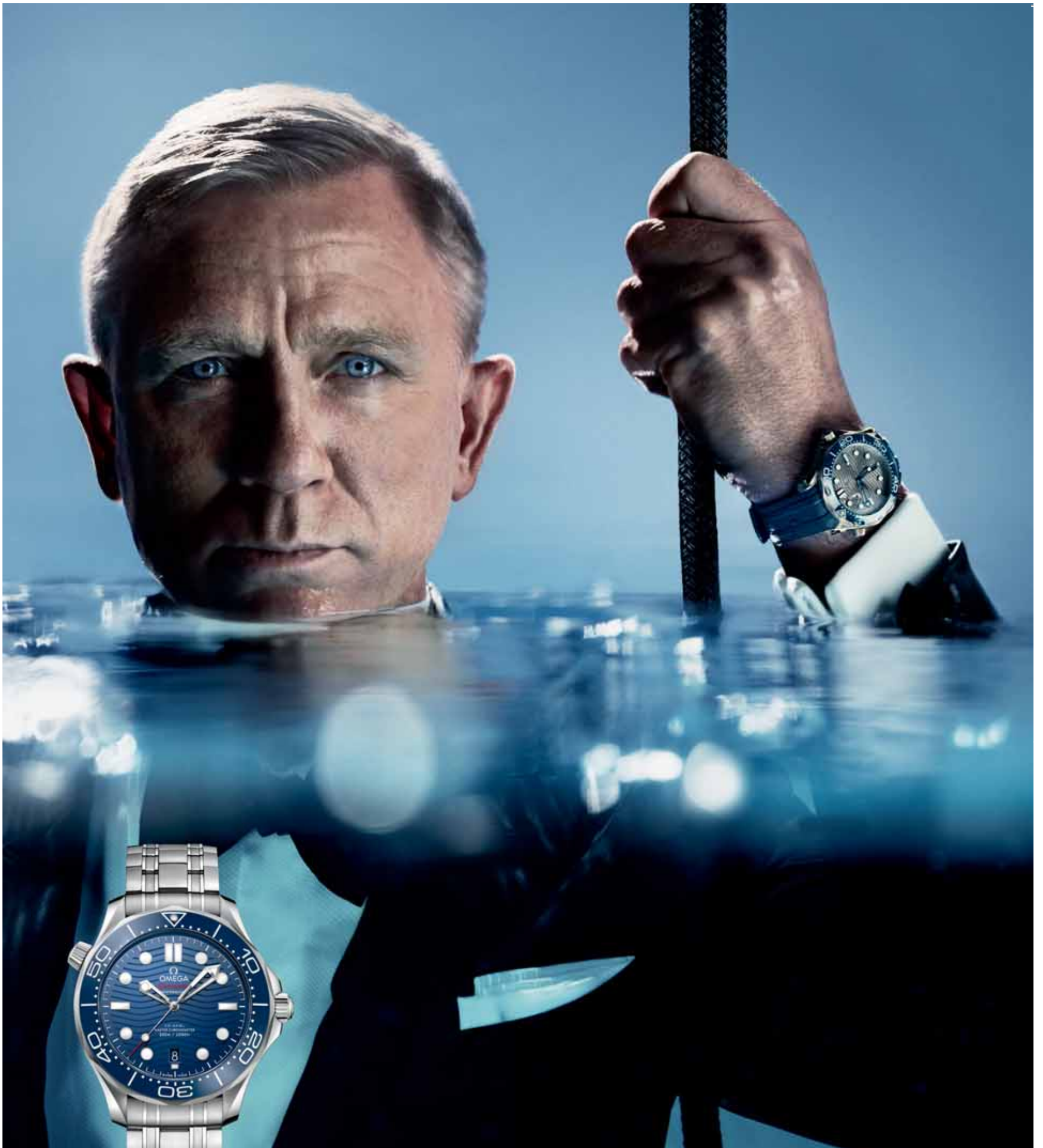
Preços variam em função dos produtos, para quem tem mais e menos poder de compra

TOP DOS MAIS CAROS...

Cabaz Prestige Candando	1.495.000
Cabaz Imbondeiro Megáfrica	1.169.000
Cabaz Platina Candando	995.000
Cabaz Ouro Candando	595.000
Cabaz Premium Candando	445.000

...TOP DOS MAIS BARATOS

Cabaz Presunto 4 Candando	4.999
Cabaz Acessórios 5 Candando	7.999
Cabaz Acessórios 8 Candando	12.999
Cabaz Mussulo Megáfrica	35.000
Cabaz Baía Azul Megáfrica	67.950



DISPONÍVEL NA:



**BOUTIQUE
DOS RELÓGIOS PLUS**

EDIFÍCIO ESCOM - LOJA 1
RUA MARECHAL BROS Nº 35/37 - LUANDA
TEL.: 933 862 590

NOITE DE GALA OU AZUL PROFUNDO

O Seamaster Diver 300M vai
levá-lo do fundo do mar para
o centro das atenções e até
ao topo do mundo.

**Ω
OMEGA**



ANGOLA PROVÍNCIAS

DE NORTE A SUL

OURO VOLTA A SER EXPLORADO NA HUÍLA

A exploração de ouro, no município de Chipindo, na Huíla, vai ser retomada pela mineira Demang em Janeiro do próximo ano, anunciou esta semana o administrador local, Daniel Salupassa. Numa visita efectuada à futura área de exploração de 67 mil hectares, o Governador desta província, Luís Nunes, informou que os trabalhos de prospecção foram concluídos em 2017, estando-se agora na fase final do estudo de viabilidade. O responsável pela empresa exploradora, João Nunes, falou também num investimento a rondar os 5 milhões de USD.

CAMPONESES ESTIMAM 80 MIL TONELADAS EM PRODUTOS NO HUAMBO

Os agricultores da Caála, no Huambo, estimam colher 80 mil toneladas de produtos agrícolas diversos, na campanha 2018/2019, um aumento de 30 mil toneladas em comparação a campanha anterior. Segundo o responsável dos serviços comunitários e de fiscalização do município, Daniel Saiengue, a estimativa em alta deve-se ao aumento da área de cultivo de 12 para 15 mil hectares, à distribuição de tractores e à aquisição de sementes e fertilizantes subvencionados pelo Governo.

COCA-COLA E N'GOLA DESPEDEM 94 OPERÁRIOS NA HUÍLA

As fábricas de refrigerantes Coca-Cola e da cervejeira N'gola, na Huíla, ambas detidas pelo grupo francês BGI, vão despedir 94 funcionários até ao final desta semana. Questionadas pela Angop, as empresas não quiseram prestar esclarecimentos. De acordo com o secretário-geral do sindicato das Indústrias de Bebidas e Similares de Angola, Gonçalves João Brandão, desde 2015 que contestam junto das referidas empresas a necessidade de negociações colectivas ao contrário de despedimentos em massa.

'RESGATE' DEIXA QUASE 200 COMERCIANTES LICENCIADOS NO SUMBE

O balanço feito no âmbito da operação 'Resgate' revelou que pelo menos 190 comerciantes foram licenciados, no Cuanza Sul, entre Novembro a Dezembro. Nesse mesmo período foram emitidos mais de mil cartões de ambulante, cinco de mercado e oito licenças comerciais, de acordo com este mesmo comunicado. Nesta operação policial estiveram também destacados, entre outros, os Serviços de Investigação e Criminal e de Migração e Estrangeiros.

GOVERNADOR RECEBEU ASSOCIAÇÕES DE EMPRESÁRIOS

Feira dos Municípios gera desconforto a empresários de Benguela

Preço para expositores leva associações empresariais a reunirem-se com o Governador de Benguela.

Mais de sete associações empresariais de Benguela estiveram esta semana reunidas com o Governador da província, Rui Falcão, para discutir, entre outros assuntos, o valor dos preços dos *stands* "extremamente altos" que foram praticados este ano na Feira dos Municípios. Um custo que rondou inicialmente o preço mínimo de 540 mil kwanzas mas que acabou por subir até aos 900 mil kz, causando desconforto a algumas associações cujos empresários associados se viram impossibilitados de expor os seus produtos.

"Foi uma questão dos preços dos *stands* e o monopólio da gestão desta feira quer em Benguela como em Luanda. Os empresários sentiram o peso dos preços e a base da reclamação foi esta", referiu o presidente da Câmara do Comércio de Benguela, Carlos Vasconcelos.

Neste encontro que serviu também para fazer o balanço da actividade do sector privado no envolvimento da Feira dos Municípios, segundo este representante, a gestão da feira ficou a cargo da empresa angolana Eventos Arena por ter sido condição obrigatória para a realização do acontecimento na província.

"O Governador informou que, quando conseguiu deslocar a feira para a província de Benguela, foi imposto um pacote em que existia já uma empresa gestora, agradecendo a nossa luta através da imprensa para baixar o preço dos *stands*", disse.

De acordo com o empresário Adérito Areias, devido aos "preços extremamente altos" foi acordado com o Governador de Benguela a apresentação de uma proposta para que na próxima feira participem menos localidades, alertando para problemas entre associações.

"Houve desentendimento por parte de algumas pessoas que diziam fazer parte de associações, mas não estavam a funcionar como indicam os regulamentos. Os empresários têm hoje dificuldade em pagar as cotas".

Feira dos Municípios e Cidades em Benguela

Pela primeira vez a Feira dos Municípios e Cidades que já vai na sua 3.ª edição não foi realizada em Luanda. O evento, ocorrido no estádio de Om-baka, em Benguela, juntou as 18 províncias e mais de 250 expositores referentes aos 164 municípios.

Hamilton Cruz

Presidente da Câmara do Comércio de Benguela fala em monopólio na gestão da feira



Empresários esclarecem dúvidas sobre valor dos stands no FMCA.



HXA é responsável por um grupo de empresas com várias actividades

ASSINATURA DE FOTO

MALANJE

Indústria assina acordo para promover a produção nacional

O acordo vai dar oportunidade aos agricultores de venderem directamente os seus produtos à fábrica para serem processados e comercializados com a marca Xyami.

Xa-Kimona Agostinho, presidente do Grupo HXA, acrescentou que o acordo vai permitir também o relançamento da marca Xyami, com mais de 18 anos de existência no mercado.

"Com esta parceria, temos a possibilidade de colocar no mercado a nossa marca com produtos nacionais. E, com isso, não estaremos apenas a valorizar a produção nacional, fomentar a indústria rural e combater a pobreza, mas estamos sobretudo a contribuir para a diversificação da nossa economia e a dar passos significativos para uma auto-suficiência alimentar num futuro próximo".

Além do Parque Industrial de Cacuso, o GEPI gere dois parques nas províncias do Zaire e Benguela. Segundo o director-geral do GEPI, Adérito Cusselama, o ministério pretende ter um parque em cada uma das 18 províncias até 2022.

O Grupo HXA, existente no mercado há mais de 15 anos, é responsável por um grupo de empresas com actividades em várias áreas de negócio desde o comércio, construção civil, obras públicas, prestação de serviços e saúde.

Alexandre Lourenço

O Gabinete de Engenharia e Projectos (GEPI) do Ministério da Indústria assinou um acordo com o grupo HXA para apoiar a comercialização e promoção dos produtos do Parque Industrial de Cacuso, na província de Malanje.

O acordo, que foi assinado pelo director-geral do GEPI, Adérito Cusselama, e por Herberto Xa-Kimona Agostinho, PCA do Grupo HXA, vai ajudar o Programa de Fomento Industrial Rural na materialização dos projectos, oferecendo aos agricultores a oportunidade de venderem directamente os seus produtos à fábrica para serem processados e colocados no mercado com a marca Xyami.

Neste programa, está prevista a participação de mais de 2.000 agricultores organizados em quatro cooperativas.

De acordo com Adérito Cusselama, este contrato é uma parceria público-privada que vai rentabilizar as infra-estruturas do Estado e ajudar a implementar um programa que se espera ter grande impacto social e económico, sobretudo na vida das pessoas do meio rural.

Programa de cooperação prevê a participação de mais de 2.000 agricultores organizados em quatro cooperativas



**MAGIA DE NATAL É FAZER
APARECER SORRISOS.
E PARA ISSO BASTA
UMA BOA ACÇÃO JUNTO
DE QUEM MAIS PRECISA.**

Este Natal, o BIC Seguros vai apoiar o "Lar Nossa Sr.ª da Nazaré" oferecendo uma lembrança aos meninos daquela Instituição. Junte-se a esta iniciativa, deixando um presente em qualquer balcão Banco BIC.

Em troca, vamos receber sorrisos que vão dar mais magia ao nosso Natal.

Boas Festas e um Ano Novo de encantar.



BIC Seguros
Seguramente Juntos





A justiça norte-americana pede a extradição de Meng Wanzhou por alegada violação das sanções impostas pelos EUA ao Irão

AUTORIDADES CANADIANAS DETIVERAM DIRECTORA FINANCEIRA DA HUAWEI A PEDIDO DOS EUA

Canadianos detidos na China em resposta ao caso Huawei

A China ameaçou e já começou a cumprir. O Canadá irá sofrer “graves consequências” caso não liberte a directora financeira da Huawei, actualmente impedida de sair de Otava após ter sido detida a pedido dos EUA. Em causa estarão negócios da empresa com o Irão, país alvo de sanções por parte dos norte-americanos.

Lusa

O Governo chinês confirmou na quinta-feira que os cidadãos canadianos Michael Kovrig e Michael Spavor estão detidos e a ser investigados. “Estas duas pessoas são suspeitas de levar a cabo actividades que prejudicam a segurança nacional da China”, afirmou o porta-voz do ministério chinês dos Negócios Estrangeiros.

Segundo Lu Kang, as autoridades tomaram medidas de acordo com as leis e regulamentos chineses. Kovrig terá sido detido na segunda-feira, pelo Gabinete de Segurança Nacional de Pequim, enquanto Spavor está sob custódia do Gabinete de Segurança Nacional da cidade de Dandong, na província de Liaoning, noroeste do país.

“Os dois casos estão sob investigação”, afirmou Lu, revelando que

as autoridades notificaram a embaixada do Canadá sobre os detidos, cujos “direitos legítimos e interesses estão a ser salvaguardados”.

O porta-voz recusou oferecer mais detalhes sobre o paradeiro dos canadianos, justificando-se com o acordo consular assinado entre os dois países.

O Governo do Canadá tinha já manifestado a sua preocupação com o desaparecimento de Spavor, o director do Paektu Cultural Exchange, e um dos poucos ocidentais que já se encontrou com o líder norte-coreano Kim Jong-un. O empresário organiza viagens turísticas e eventos desportivos na Coreia do Norte.

A confirmação sobre a sua detenção surge depois de, na quarta-feira, Lu Kang ter confirmado a detenção de Michael Kovrig, antigo diplomata do Canadá.

Lu assegurou que a organização para a qual trabalha, a unidade de investigação International Crisis Group (ICG), “não está registada na China”.

As detenções ocorrem depois de as autoridades chinesas terem ameaçado Otava com “graves consequências” caso a directora financeira da Huawei, Meng Wanzhou, não fosse libertada imediatamente.

Directora da Huawei detida no Canadá a pedido dos EUA

As autoridades dos EUA pediram ao Canadá que detivesse Meng, filha do fundador do Huawei Group, por suspeita de que a empresa tenha exportado produtos de origem norte-americana para o Irão e outros países visados pelas sanções de Washington, violando as suas leis.

Uma lei federal norte-americana proíbe responsáveis governamentais e militares de utilizarem aparelhos fabricados pela Huawei e as suas alegadas ligações ao Partido Comunista chinês são frequentemente salientadas.

As autoridades norte-americanas têm 60 dias após a detenção para apresentar ao Canadá



LU KANG
Porta-voz do MNE chinês

“Estas duas pessoas são suspeitas de levar a cabo actividades que prejudicam a segurança nacional da China”

um pedido formal de extradição. Caso não o façam Meng será colocada em liberdade.

Na terça-feira, um juiz canadiano ordenou a libertação, sob fiança, da directora financeira do grupo chinês de telecomunicações. Segundo a agência France-Presse, depois de três dias de audiências judiciais no tribunal de Vancouver, e em plena crise diplomática entre Pequim, Otava e Washington, o juiz aceitou o pedido de libertação de Meng Wanzhou e a empresária saiu algumas horas depois, sob fortes medidas de segurança.

Esta mãe de quatro filhos, de 46 anos, terá de cumprir várias condições: pagar um depósito de 10 milhões USD, entregar os dois passaportes, residir numa das duas propriedades que possui em Vancouver e usar uma pulseira electrónica no tornozelo.

A empresária será monitorizada 24 horas por dia, a suas expensas, e não poderá sair de casa entre as 23h e as 6h.

NOVA ESTRATÉGIA PARA ÁFRICA

EUA fora de missões de paz “infrutíferas e inexplicáveis”

Trump quer apostar nas relações comerciais directas com países africanos, mas mantém intenção de impedir as ameaças terroristas e os conflitos violentos.

Os Estados Unidos da América (EUA) vão deixar de contribuir financeiramente para missões de paz “improdutivas” das Nações Unidas no continente africano, segundo a nova estratégia da administração do Presidente Donald Trump para África, apresentada, na quinta-feira, em Washington.

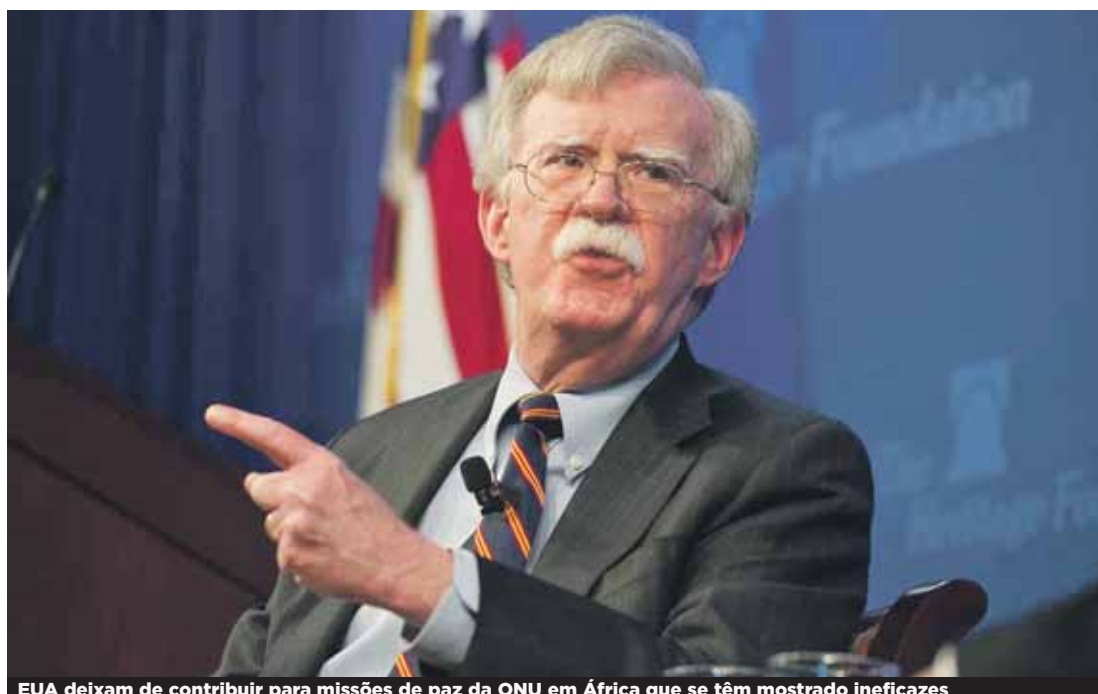
Segundo o Conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, os EUA “não vão fornecer mais assistência indiscriminada por todo o continente [africano] sem foco ou priorização”.

“E não vamos mais apoiar missões de paz da ONU improdutivas, infrutíferas e inexplicáveis”, afirmou John Bolton, num discurso de apresentação da nova estratégia para África, na Heritage Foundation, em Washington.

A nova estratégia baseia-se em três objectivos: apostar nas relações comerciais directas com países africanos, impedir as ameaças terroristas e conflitos violentos no continente e deixar de contribuir para missões de paz da ONU que se têm mostrado ineficazes.

John Bolton declarou que aquela administração pretende garantir que os impostos norte-americanos para ajuda internacional são usados de forma eficiente e eficaz e que, desta forma, será dada prioridade aos interesses nacionais.

Os fundos norte-americanos vão ser aplicados em “países-chaves” e objectivos estratégicos particulares dos Estados Unidos, apoiando o direito de autodeter-



EUA deixam de contribuir para missões de paz da ONU em África que se têm mostrado ineficazes

Os EUA “não vão fornecer mais assistência indiscriminada sem foco ou priorização”, diz John Bolton

minação e independência dos países africanos, declarou Conselheiro de Segurança Nacional.

As relações comerciais entre as regiões serão redefinidas por um benefício para os países africanos, na salvaguarda da independência e suficiência económica, e vão significar novas oportunidades para negócios originários dos EUA e trabalhadores norte-americanos, disse John Bolton.

As Nações Unidas têm actualmente perto de 88 mil efectivos, entre civis e militares, envolvidos em sete missões de paz em África, desde o Saara Ocidental, passando pelo Mali, República Centro Africana e República Democrática do Congo, até ao Sudão e Sudão do Sul. O orçamento global destas missões aproxima-se dos cinco mil milhões USD.

Lusa

PUB

NCR
CORPORATE
SOMOS A SOLUÇÃO

SERVIÇO DE GESTÃO DE FILAS

SAIBA COMO MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO, A EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO E A IMAGEM DO SEU ESPAÇO, REDUZINDO OS TEMPOS DE ESPERA, EVITANDO AS FILAS E MELHORANDO A PRODUTIVIDADE DA SUA EQUIPA COM UM SISTEMA DE GESTÃO DE FILAS EFICIENTE.

(+244) 222 638 600

www.ncrcorporate.co.ao

comercial@ncrcorporate.co.ao

O MUNDO NUMA PÁGINA

Infografia: Expansão

CABO VERDE | Empresários na Holanda à procura de investimentos



O Presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, realizou esta semana uma visita de Estado à Holanda, para estreitar e aprofundar a cooperação em “áreas como a segurança e a economia marítima”. Durante a visita terá lugar uma mesa redonda, organizada pela North African Business Council, que irá “permitir a empresários e profissionais cabo-verdianos e holandeses, do sector marítimo, trocarem ideias e experiências em áreas ligadas ao mar, energia eólica e turismo sustentável”, refere um comunicado da presidência cabo-verdiana. Carlos Fonseca terá ainda um encontro com representantes da 1.ª geração de emigrantes na Holanda e com um grupo de empresários cabo-verdianos estabelecidos no país.

R.D.C. | Sanções prolongadas por mais um ano dependerão das eleições

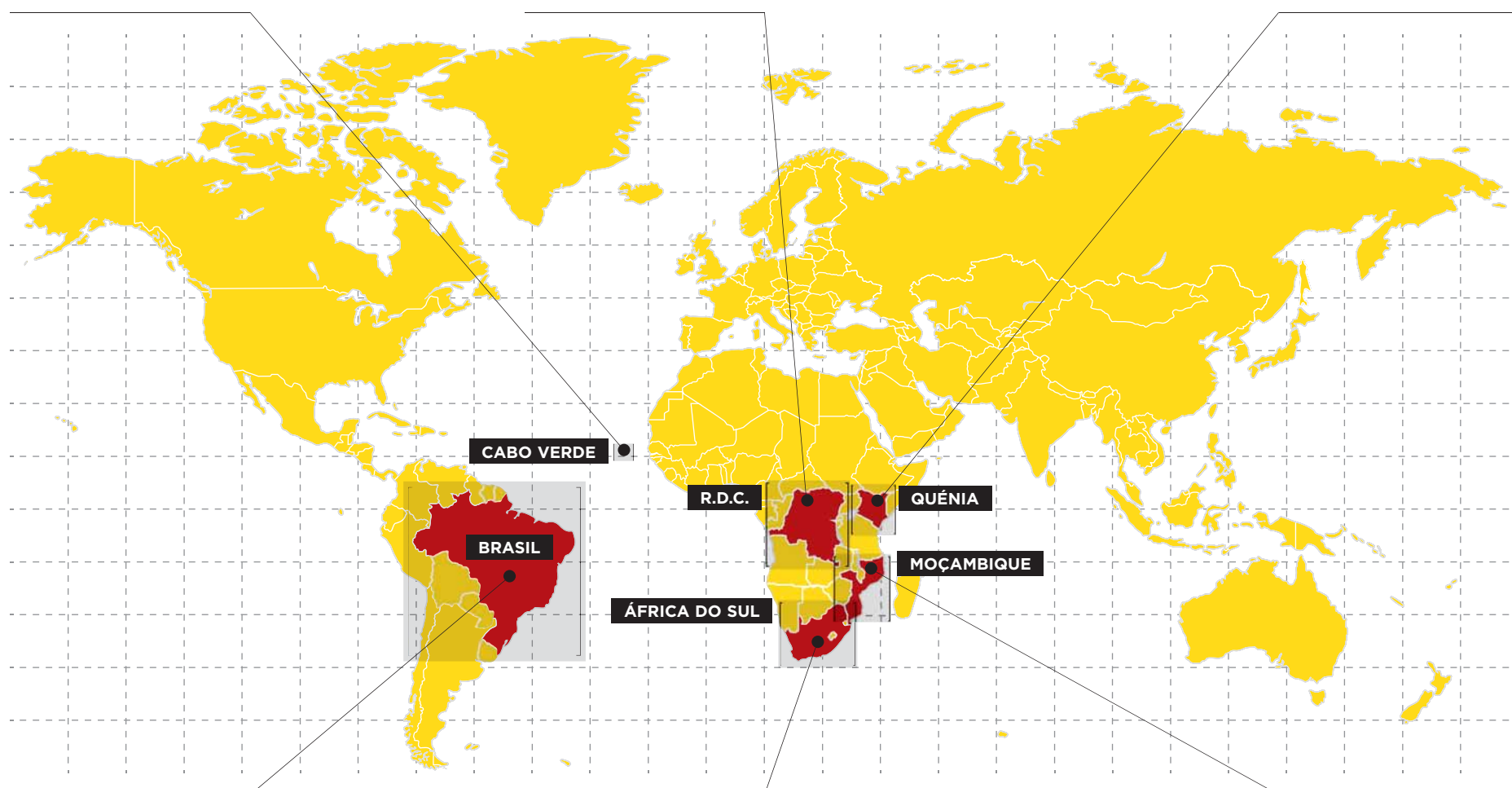


O Conselho Europeu anunciou a decisão de prorrogar por mais um ano, até 12 de Dezembro de 2019, as sanções contra a República Democrática do Congo (RDC), comprometendo-se “a reapreciar as medidas restritivas à luz das eleições”, agendadas para 23 de Dezembro, e que não contam com observadores da União Europeia. As sanções “consistem no congelamento de bens e na proibição de visto” para a UE aplicáveis a 14 pessoas” e foram adoptadas a 12 de Dezembro de 2016 e a 29 de Maio de 2017 como resposta aos entraves ao processo eleitoral e às violações dos direitos humanos no país. Entre as 14 personalidades alvo de sanções está o candidato presidencial e ex-ministro do Interior, Emmanuel Ramazani Shadar.

QUÊNIA | Consolidated Bank procura investidores para injectar 34,2 mil USD



O Banco Consolidado do Quênia anunciou, esta semana, que está à procura de um investidor, estrangeiro ou local, para injectar 3,5 mil milhões de xelins quenianos (34,21 milhões USD) como parte da sua reorganização patrimonial. Num comunicado publicado em jornais locais, citado pela Reuters, o banco estatal pediu aos investidores que enviassem as suas pré-qualificações como primeiro passo até 9 de Janeiro de 2019. No final de Novembro, o Consolidated Bank informou que havia autorizado os directores a distribuir 3,5 mil milhões de xelins em novas acções preferenciais a um investidor não identificado e que a reorganização do seu balanço era precursora da privatização numa data posterior.



BRASIL | Tribunal Federal chumba acordo de fusão Boeing/Embraer



Um acordo de fusão entre a empresa aeronáutica americana Boeing e a brasileira Embraer foi chumbado provisoriamente por um juiz do Tribunal Federal de São Paulo. A decisão foi tomada após recurso interposto por deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT). O acordo de fusão previa a criação de uma terceira empresa na área da aviação comercial, avaliada em 4,7 mil milhões USD, que seria detida em 80% pela Boeing, ficando a Embraer com os restantes 20% do capital social. O acordo preliminar para a formação da ‘joint venture’ foi assinado em Julho, entre a Boeing e a Embraer, que é a terceira maior fabricante de aeronaves do mundo e líder no segmento de aeronaves para voos regionais.

ÁFRICA DO SUL | Novo regaste da Eskom pode baixar rating do país



O rating de crédito da África do Sul pode ser reduzido ainda mais se o auxílio de 7 mil milhões USD da estatal Eskom for o começo de uma tendência, advertiu o principal analista da Fitch no país. A Fitch manteve o rating da África do Sul em ‘BB +’ com uma perspectiva estável numa revisão há uma semana, mas o seu principal analista africano, Jan Friederich, disse que havia vários problemas da Eskom que podem alterar a avaliação. A estatal de electricidade precisa de um resgate de 7 mil milhões USD, mas tem uma dívida de 29,7 mil milhões USD, que representa 10% do PIB anual do país. “Se apenas resgatarem a Eskom sem uma melhoria nas operações, o risco é que terão de o fazer continuamente”, alertou Friedrich à Reuters.

MOÇAMBIQUE | Qatar Petroleum com 10% de prospecção marítima



O consórcio dirigido pela Exxon Mobil concordou em vender uma participação de 10% em três blocos de prospecção marítima nas bacias de Angoche e Zambeze à Qatar Petroleum, anunciou a companhia petrolífera estatal do Qatar. Com a entrada do novo parceiro, a Exxon Mobil passa a deter 50% da participação, a estatal moçambicana, Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, detém 20%, a Rosneft outros 20% e a Qatar Petroleum fica com 10%, que, com este acordo, assinala a sua primeira incursão no offshore de Moçambique. Os blocos foram atribuídos ao consórcio, no quinto concurso internacional para pesquisa de petróleo, realizado pelo Estado moçambicano em 2014, segundo a agência Lusa.

SIMPLESMENTE BEST



BEBA COM MODERAÇÃO. PROIBIDA A VENDA A MENORES DE 18 ANOS.

GRANDE ENTREVISTA

ÁLVARO BOAVIDA NETO SECRETÁRIO-GERAL DO MPLA

“Não estou de acordo que se prendam pessoas por causa de factos ocorridos até 2012”

Governador provincial ao longo de dezasseis anos na era de José Eduardo dos Santos, Boavida Neto é, hoje, um homem de confiança de João Lourenço no MPLA, partido no poder. Nesta sua primeira grande entrevista, o antigo governador do Bié analisa o actual momento do País.

Nelson Francisco Sul (texto)
e Adjali Paulo (fotos)

É secretário-geral do MPLA. Em que circunstância foi escolhido pelo Presidente João Lourenço?

As circunstâncias são as mais naturais possíveis: houve um congresso, foi eleito o camarada presidente e, portanto, somos mais de 300 membros do Comité Central e o camarada presidente teve escolher alguém.

Ao aceitar o cargo, teve a noção de que estava perante um desafio que se pode revelar espinhoso?

A vida em si é um desafio, é um somatório de luta, vitórias e derrotas, mas o mais importante é sabermos o que pretendemos e como fazer as coisas. O partido rege-se por princípios e valores, e é dentro desta baliza que vamos dirigir a nossa acção.

Estamos, entretanto, perante uma encruzilhada contra a corrupção, sobretudo de actos praticados no passado, que podem comprometer a coesão interna do MPLA e até mesmo do País...

Quando se refere que estamos numa encruzilhada, é uma percepção que devemos respeitar, feita dentro e fora do partido, mas o importante é continuarmos a trabalhar para que haja

unidade e não perdemos o foco fundamental daquilo que é a nossa principal ideologia, que está na profecia de Agostinho Neto, que “o mais importante é resolver os problemas do povo”. É o que estamos a fazer. Os momentos parecem cinzentos, mas não há nada que não se concentra na vida, mediante um bom diálogo ou aproximação.

Falar em corrupção e em má gestão, de forma directa ou indirecta, atinge dirigentes do MPLA, porque é o partido que tomou o poder e administra o País há 43 anos. Aliás, o novo Presidente é produto desse MPLA. Que garantias transmitem de competência para salvar o País do caos?

Não é bom que estejamos à procura de culpados. Na construção da nação tivemos um momento fraco para sobreviver. O ideal agora é termos todos consciência de que o caminho que estávamos a seguir não era o melhor. Prejudicou-se muito o povo, a nação e a economia. As prisões não vão resolver o problema. O que estamos a fazer é dar sinais de que a moral e a ética não podem ser perversos à lei. Não podemos ser nós a aprovar as leis e, concomitantemente, sermos nós a violá-las. Não é que cada um de nós seja ímpoluto, nós fizemos parte do sistema, mas é um desafio que temos que vencer.

Como é que se pretende mudar a imagem de um MPLA maculado de corrupção, quando, ao olharmos para a composição

“Não estamos à procura de uma revolução, estamos à procura de uma transformação social. E não é correcto pensar que os corruptos só são os que estiveram ligados ao Governo”

do Governo, vimos as mesmas pessoas que levaram o País à situação actual?

Isso é um processo de transformação. Você, quando tem alguém doente em casa, não pega num frasco de xarope ou em quinze ampolas e dá de uma só vez ao doente. Você faz a medicação de forma gradual. Portanto, aqui não estamos à procura de uma revolução, estamos a procura de uma transformação social. E não é correcto pensar que os corruptos só são aqueles que estiveram ligados ao Governo...

Se estamos perante o fim de um ciclo e o começo de outro, como se pode aceitar que em vez das críticas, não são os primeiros a afastar em definitivo, esses membros, com a imagem envolta numa carga extremamente negativa?

Eu tenho dito que falta de aviso não está a deixar de haver para os nossos militantes e para popula-



ção no geral. Aqueles que insistem no erro vão ver-se com a justiça. Agora, eu não estou de acordo, não acho justo que prendam pessoas por causa de factos que ocorreram em 2010, 2012. Temos que encontrar um denominador comum, que satisfaça as pessoas, porque é importante que o espírito das pessoas tem que estar em harmonia, têm que ir para a unidade, porque, caso contrário, vamos ter depois muitas dificuldades... vamos lutar para que as mudanças que têm sido operadas sejam efectivas, ou seja, para não serem apenas um ‘fogo-de-artifício’.

Ou seja, não concorda que se levantem casos que tenham ocorrido até 2012?

Para perceber isto temos que ver a coisa em dois momentos: o momento de guerra, que tem os crimes militares, que para bem da unidade e reconciliação nacional foram amnistiados e, também, temos agora os crimes económicos. Há que pensar numa solução que seja boa para o País...

Uma Comissão Nacional da Verdade como a que foi criada por Nelson Mandela, na África do Sul, exemplo depois seguido pelo Brasil, seria o ideal? Aqueles que comprovadamente tenham desviado dinheiros públicos deverão, pelo menos, ser obrigados a devolver metade dos dinheiros roubados, ao



“A corrupção não deixa de ser um crime, mas a outra parte foi pior. A guerra foi pior para todos nós”

“Vamos lutar para que as mudanças que têm sido operadas sejam efectivas, ou seja, para não serem apenas um fogo-de-artifício”

invés de mandar as pessoas para prisão?

É um caminho... os caminhos constroem-se caminhando, então, estamos a construir. É uma situação nova, a sociedade e os partidos estão preocupados, mas todos nós queremos que façamos isso em harmonia. Aprovaram-se algumas leis, que acomodam mais ou menos o pensamento, acho que precisamos passar por outros caminhos.

Até que ponto o MPLA está preparado para ir às últimas consequências neste combate contra a corrupção, impunidade e nepotismo?

Isso é irreversível. Estamos a estudar as várias soluções, no fim

temos que ter um resultado que seja a favor da unidade, da reconciliação, do perdão, e avançarmos para aquilo que constitui a base do progresso e da justiça que nós queremos para o desenvolvimento de Angola.

O último discurso de João Lourenço, na reunião do Comité Central do vosso partido, demonstra um profundo agastamento com a anterior direcção. Não é tão verdade assim, é interpretação. Ela pode ser extensiva e cada um que vê a mensagem em razão do ângulo em que está posicionado. O que pensamos é que a corrupção é um mal que tem que ser combatido. Tem que ser combatida a partir de dentro. E o Presi-

dente está dar sinais do combate à corrupção e sobre isto não haverá recuo. Agora, na construção desse caminho, certamente que há altos e baixos, são coisas novas que temos gerir, e até poderá haver alguns mártires em razão dessa nova situação. Temos que apoiar o presidente, mas respeitando a constituição e as demais normas.

Como é que o MPLA está preparar-se para as autarquias?

Com a prudência necessária, é preciso que não se ponha a carroça à frente dos bois. Há perspectivas em serem realizadas em 2020, portanto estamos focados no pacote legislativo que vai ser aprovado brevemente, aí teremos os indicadores de como serão as eleições autárquicas e cada partido vai preparar-se nesta base.

Quando é que o MPLA vai debater cara a cara com as vítimas do 27 de Maio e seus familiares?

Isto é um problema da história. Debater agora vai trazer mais-valia para a sociedade? Acredi-

“Se cada um de nós cobrar o que é que você perdeu, o que que você não perdeu, não vamos a lado nenhum. Eu, por exemplo, só numa casa tive três irmãos que perderam a vida”

to que não?! O que tem que se fazer, penso, no tempo, é dialogar com as pessoas e dar-se resposta alguns problemas que existem.

Quando é que isto será feito?

Gostaria de ser vidente. Nós também já encontramos o problema, vamos passando por ele, e a direcção tomará a decisão de quando é o momento.

Teve familiares directos que foram mortos no 27 de Maio. Tal como o senhor, muitos merecem uma explicação sobre o assassinato dos seus parentes? É um processo, um processo de luta...

Nas funções que exerce pode influenciar a discussão...

Não, não acho pertinente.

Passaram 41 anos. Não acha que o MPLA está arrastar demasiado este assunto?

Qual é a pressa?

Não é tempo suficiente?

Há estados que consolidaram a sua República, depois de 100, 200 anos. Portanto, é um processo, se cada um de nós cobrar o que é que você perdeu, o que que você não perdeu, não vamos a lado nenhum. Eu, por exemplo, só numa casa tive três irmãos que perderam a vida.

“TENHO AS COISAS DECLARADAS, ESTÃO NA PROCURADORIA”

Apesar das suas origens humildes, o senhor hoje não é um homem pobre. Aliás, o volume de investimentos de que detém, fazendas, clínica e outros empreendimentos, também podem servir como meio para conotá-lo com a prática de enriquecimento ilícito. Também fez acumulação primitiva de capital? Não sei o que isso! Acumulação primitiva de capital o que é?

Na entrevista ao jornal semanário português Expresso, o Presidente da República, João Lourenço, disse que houve um “banquete”, em que, sem o menor controlo e fiscalização, os governantes se serviram como bem entenderam...

Eu não penso assim. Os angolanos têm que pensar que apesar de tudo ainda há angolanos honestos. Mesmo nas dificuldades puderam fazer alguma coisa. Agora, justificar o que está no vosso imaginário, eu não posso fazer isto. O que é que para si ter uma grande fazenda? É o quê? Tenho que compreender para poder responder... Uma grande casa é o quê?

O que o senhor tem hoje foi adquirido por meios lícitos?

À Procuradoria-Geral da República (PGR) e aos órgãos de inspecção do Estado caberá fazer o julgamento final. O que eu sei é que tenho as coisas declaradas, estão na Procuradoria, quando for necessário eles vão abrir. Agora, eu não sou extraterrestre. Eu vivi numa Angola conturbada, de guerra, de muitos sacrifícios, de muitas colunas, de muitos tiros. Eu vivi nesta Angola em que há angolanos que fizeram muito esforço, portanto, não precisamos de favorecimento absolutamente nenhuns. Não tive a felicidade de ter “a galinha de ouro”, mas fomos trabalhando na medida do possível. Portanto, não vou expor agora a minha vida publicamente, mas quando nos chamarem a gente vai responder tintim por tintim.

GRANDE ENTREVISTA ÁLVARO BOAVIDA NETO

“Aqui não se pode utilizar a figura mítica religiosa de Pilatos: livrar-se se disser quem é Jesus. Não! Temos que assumir todos”



“Nunca vou estar contra o camarada José Eduardo dos Santos”

“Estive em todas as decisões tomadas no MPLA, se houve erros ao longo desses anos, eu também me sinto culpado”, disse Dino Matrosse. Também se sente culpado da situação que vivemos?

Vivemos num contexto, defendemos o País daquilo que tivemos que defender, e fomos caminhando, uns para direita, outros para esquerda. É possível que, a parte final, até as últimas eleições, não tenha sido das melhores. Estamos a procurar redimir-nos do erro e ver o que é preciso fazer. Não sou apologista de culpar A, B ou C. Culpados somos todos nós. A corrupção não deixa de ser um crime, mas a outra parte foi pior. A guerra foi pior para todos nós.

Desde a tomada de posse de João Lourenço vários dirigentes do MPLA e membros do Governo têm lançado duras críticas à forma como o País foi governado até Setembro de 2017. Será politicamente correcto ver os que ontem participaram do “banquete” e hoje tecerem críticas ao anterior Presidente?

Cada cabeça uma sentença, por cada sentença cada um deve responder por ele, por aquilo que faz e diz. Como eu não disse, não vou responder pelos outros. Mas, eu, Boavida Neto, nunca em nenhuma circunstância vou

“São muitos motivos positivos que ele deu à pátria. Provavelmente, nós que éramos os seus auxiliares directos, não fomos correctos com ele e criámos essa grande encruzilhada”

estar contra o camarada José Eduardo dos Santos. Nunca.

Porquê?

São muitos os motivos positivos que ele deu à pátria. Provavelmente, nós que éramos os seus auxiliares directos, não fomos correctos com ele e criámos essa grande encruzilhada.

A ser ‘crucificado’ como tem sido, José Eduardo dos Santos corre o risco de passar de arquitecto da paz, como foi apelidado pelo MPLA no passado, a arquitecto da corrupção. É a história do MPLA que está a ser reescrita, onde Eduardo dos Santos será descrito como o culpado de todas as nossas desgraças?

Não é justo. Não é justo teres isto

em pensamento, respeitando a tua liberdade.

Tendo em conta o relatório da ONG Transparência Internacional, referido a semana passada pela PGR, que coloca Angola como o mais corrupto da SADC, não acha que, pelos níveis tão altos de corrupção que o País atingiu, e havendo um combate a sério contra isso, a figura que dirigiu o País durante esses anos não terá como escapar?

Penso que a maior virtude que o ser humano deve ter na vida é a capacidade de perdoar, por isso, eu creio que deve prevalecer aqui, é o perdão, em razão do contra-peso. Portanto, aqui não se pode utilizar a figura mítica religiosa do (Pôncio) Pilatos: livrar-se se disser quem é Jesus. Não! Temos que assumir todos.

Como é que é trabalhar com o Presidente Lourenço?

O mais importante aqui é o dever de obediência e não de servir. Eu tenho uma postura um pouco diferente, sou verdadeiramente independente de pensamento e liberdade. Quando estiver com razão, independentemente de ser o presidente Eduardo dos Santos ou o presidente João Lourenço, eu ponho os meus problemas ali mesmo. Não sou uma pessoa de levar os problemas para casa. É interessante

trabalhar com João Lourenço, cada pessoa é uma pessoa, o presidente tem características próprias, mas na relação directa é uma pessoa 100 estrelas. Mas é um homem, que também pode errar, se nós não o ajudarmos. Não nos esqueçamos disto, que ele também é um homem...

O próximo congresso do MPLA está apazado, julgo, para daqui a dois ou três anos. Quando é que, finalmente, teremos múltiplas candidaturas à presidência do MPLA?

Isto é um problema do MPLA. Se você é do MPLA, tem que levantar essa questão na sua organização de base...

Os problemas do MPLA são transversais para o País.

Sim, mas tudo deve resolvido a seu tempo.

Não há sinal que no próximo congresso tenhamos múltiplas candidaturas ao cargo de presidente do partido.

Nós temos que nos preocupar com as tarefas do momento. Agora temos o problema das eleições autárquicas, que será em 2020, temos este ano renovação a nível das nossas estruturas de base, portanto, temos que nos preparar nesse sentido. Para já, os nossos estatutos não mais vão permitir que o presidente fique mais de 10 anos.

UM HOMEM INDEPENDENTE

Álvaro Manuel de Boavida Neto foi eleito secretário-geral do partido dos “camaradas”, sucedendo a António Paulo Kassoma no último Congresso Extraordinário do MPLA, que pôs termo à “bicefalia”, com Eduardo dos Santos a passar o seu longo reinado ao fim de quase quatro décadas a João Lourenço. O antigo governador do Bié e do Namibe obteve 257 votos contra 84 votos de Ernesto Muangala. É oriundo de uma família tradicional do MPLA, que entretanto acabou perseguida na sequência da intentona de 27 de Maio de 1977, tendo mesmo assistido ao assassinato de três irmãos. Natural do Huambo, o dirigente de 59 anos afirma-se “verdadeiramente independente de pensamento e liberdade”, pelo que, quando estiver em causa a verdade, não hesitará “confrontar” o presidente do seu partido e da República, no sentido de se evitar os erros do passado.

OFERTA DE NATAL

Compra um telemóvel e ganha bónus. Envia ACTIVAR para 19180.

BÓNUS
500^{KZ}
por mês,
durante
3 meses

ZTL 3G
apenas

10.700^{KZ}



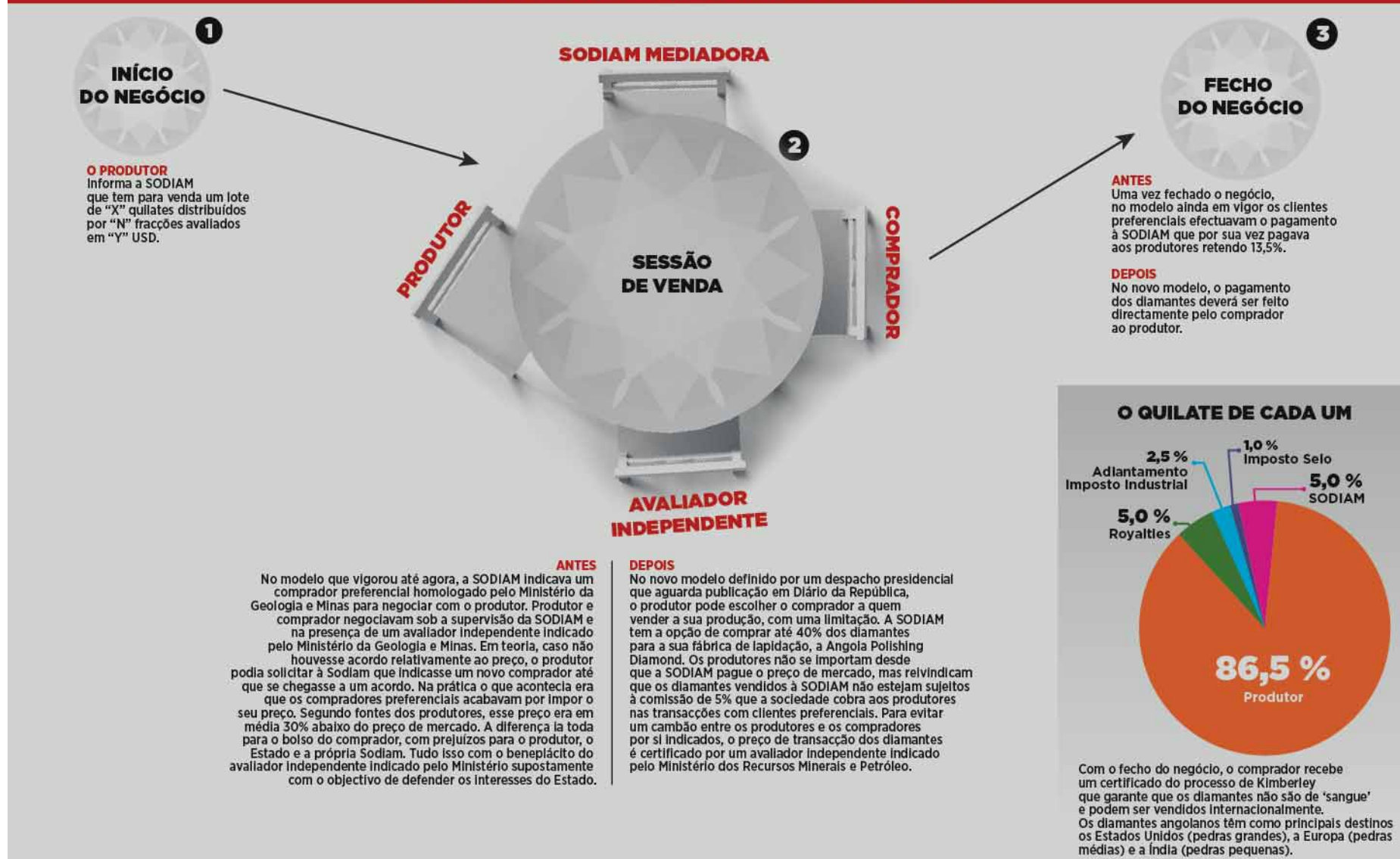
Boas Festas :)

UNITEL

Com carregamentos obrigatórios nos 3 meses.

EMPRESAS & MERCADOS

COMO FUNCIONA O NEGÓCIO DE DIAMANTES



VENDA DE DIAMANTES DO LULO EM JANEIRO 2019

Nova era da comercialização de diamantes arranca com leilão

Um diamante de 114 e outro de 46 quilates vão ser licitados na primeira venda por concurso limitado, que se realiza em Janeiro, à luz do novo modelo de comercialização que pôs fim ao monopólio do sector, que obrigava os produtores a venderem apenas aos compradores indicados pela SODIAM.

Martins Chambassuço

O primeiro leilão de diamantes após o fim do monopólio dos clientes preferenciais, que impedia os produtores de escolherem os compradores, está agendado para Janeiro e marca oficialmente o início da nova era de comercialização do sector.

A nova era da política de comercialização de diamantes, que ganhou um instrumento legal em Junho, arranca no próximo mês com a venda *spot* ou seja, leilão limitado, no qual serão licitados sete diamantes de dimensões e qualidades consideradas superiores, produzidos pela Sociedade Mineira do Lulo, na província da Lunda Norte. Entre este lote, destaca-se um

diamante de 114 quilates (conhecido também, no mundo das jóias por Illa D-colour) e uma outra gema (rosa) de 46 quilates. Para já, espera-se que as duas pedras venham a fixar um novo recorde na indústria diamantífera do País.

O evento que se realizará na sede da estatal Sociedade de Comercialização de Diamantes (SODIAM), empresa responsável pelo novo modelo do negócio de diamantes em Angola. Além de mediador, detém a obrigatoriedade da compra, venda e exportação de diamantes angolanos. Nesta sessão vão participar alguns renomados compradores de diamantes internacionais, e referências da indústria de lapidação mundial, convidados para o efeito pela Sociedade Mineira do Lulo e pela Endiama.

Operadores aplaudem

A SODIAM adianta que o leilão visa "reforçar junto da sociedade

Espera-se que as duas pedras venham a fixar um novo recorde na indústria diamantífera do País

civil e junto da comunidade empresarial o compromisso com a inovação e com a transparência na indústria diamantífera, para que os investidores olhem para o mercado nacional e para os agentes do mesmo como parceiros privilegiados para o desenvolvimento de novos projectos".

A nova venda de diamantes em leilão no País é considerada

pelos operadores do sector como sendo uma acção importante, "porque o poder executivo está empenhado em transformar Angola num País cada vez mais aberto ao investimento estrangeiro e imbuído das boas práticas internacionais nas suas actividades empresariais e porque Angola é o quinto maior produtor mundial de diamantes em termos de valor, posição que pretende ver dinamizada e reforçada".

Mercado liberalizado

O sistema de comercialização compreende diversas modalidades de vendas, nomeadamente, a venda pelos produtores a empresas indicadas ou por elas detidas de acordo com a cota de 60% da produção, venda a clientes de longo prazo, leilão, venda a clientes sazonais e ainda a aquisição directa por parte da

SODIAM de entre 15% e 20% para as fábricas de lapidação.

Em Julho, entrou em vigor o Decreto Presidencial n.º 175/18, que aprovou a nova política de comercialização de diamantes. O documento tem como objectivo a implementação de uma estratégia do Executivo para o sector mineiro, tendo em vista uma estabilidade do preço do mercado dos diamantes por via da fixação de uma política participativa uma vez que, na actualidade, a indústria diamantífera, está muito aquém das suas reais potencialidades.

No entanto, a nova política continua a prever que as operações de comercialização continuem a ser levadas a cabo por meio de um canal único, função que é desempenhada pela SODIAM, em cooperação com a Endiama e com a Comissão do Processo Kimberley.

PORTAL DO INVESTIDOR.

**INVISTA COM SEGURANÇA
E GARANTA UM FUTURO TRANQUILO
E DE SUCESSO.**

No **Portal do Investidor** você pode aplicar as suas poupanças em **Títulos do Tesouro**, de forma rápida e simples. **Basta aceder ao site** através do seu computador ou de qualquer outro dispositivo ligado à internet, fornecer o seu NIF e pronto!*

Faça como os grandes investidores: **aplique o seu dinheiro** a partir de 50.000 kz** com os **rendimentos** mais atractivos de Angola. **Garanta já um futuro seguro e de sucesso.**

COM O **PORTAL DO INVESTIDOR**
VOCÊ GANHA E ANGOLA CRESCE

BILHETES DO TESOIRO

Em Kwanzas / Prazos de 91, 182 e 364 dias / Taxa de rendimento fixa, em conformidade com a taxa média diária do leilão primário

OBRIGAÇÕES DO TESOIRO NÃO REAJUSTÁVEIS

Em Kwanzas
Prazos de 1,5 a 5 anos
Títulos sem indexação ou ajustes

OBRIGAÇÕES DO TESOIRO INDEXADA A TAXA DE CÂMBIO

Em Kwanzas / Prazos de 5 a 7 anos
Reajuste em conformidade com a variação da taxa de câmbio

SAIBA MAIS E FAÇA SIMULAÇÕES NO PORTAL DO INVESTIDOR

www.portaldoinvestidor.minfin.gov.ao

P PORTAL DO
INVESTIDOR

**MINISTÉRIO DAS
FINANÇAS**

*Certifique-se que a sua conta bancária possui uma conta de custódia já vinculada. **O valor mínimo de investimento por instrumento é de 50.000 kz para Bilhetes do Tesouro e 100.000 kz para Obrigações não Reajustáveis. Os valores mínimos das Obrigações indexadas à taxa de câmbio poderão sofrer alterações consoante a taxa de câmbio do dia.

EMPRESAS & MERCADOS

CAPITALISMO POPULAR NA NOVA LEI DAS PRIVATIZAÇÕES

Funcionários e pequenos accionistas com condições especiais na compra de acções

No seu relatório de fundamentação, o Governo admite que as privatizações realizadas entre 1990 e 2005 “confrontaram-se com vários obstáculos relacionados com a morosidade dos processos de adjudicação, a predominância do ajuste directo e uma reduzida arrecadação de receitas pelo Estado”. Nova Lei pretende virar a página. Saiba como.

Michel Pedro

Os trabalhadores das empresas públicas a privatizar e outros pequenos subscritores terão o direito de adquirir, em condições especiais, até 20% % do capital social da entidade do sector empresarial público a privatizar, de acordo com a Lei de Base das Privatizações a que o *Expansão* teve acesso.

A proposta de lei foi aprovada na terça-feira com 135 votos a favor, do MPLA, 44 contra da UNITA e oito abstenções da CASA-CE. Na apresentação do documento, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, disse que a proposta de lei do executivo visa ajustar o regime de privatizações ao novo contexto constitucional, político e socioeconómico prevalecente.

A actual Lei de Bases de Privatizações que revoga a anterior Lei n.º 10/94 de 31 de Agosto, prevê privatizações de empresas públicas, participações sociais detidas directamente pelo Estado ou por outras entidades públicas e de outros activos e bens públicos através de concurso ou de oferta na bolsa de valores. Já a anterior legislação previa apenas o concurso público e concurso limitado.

De acordo com o documento, as privatizações serão realizadas quer através de alienação das acções representativas do capital social, quer através de aumento do capital social aberto a subscrição de entidades privadas.

Segundo a nova lei, as receitas provenientes das privatizações serão alocadas apenas para o financiamento de programas que visam o desenvolvimento económico e social do País, particularmente o fomento do sector produtivo. No entanto, a lei deixa em aberto a possibilidade do Titular do Poder Executivo definir a afectação das referidas receitas para outros fins. Já a anterior legislação previa quatro prioridades para as quais essas verbas deveriam ir: o saneamento económico e financeiro do sector empresarial do Estado, o fundo de desemprego, a formação profissional e o fomento da pequena actividade económica.

O professor universitário Afonso Quaimbi disse ao *Expansão* que tendo em conta a crise financeira que o País atravessa e os níveis da dívida pública interna e externa, o produto

O QUE MUDA NAS PRIVATIZAÇÕES	
ANTES LEI 10/94 DE 31 DE OUTUBRO	DEPOIS PROPOSTA DE LEI DE BASES DAS PRIVATIZAÇÕES
ARTIGO 1º O QUE PODE SER PRIVATIZADO ARTIGO 2º ■ Prevê-se privatizar empresas públicas, participações sociais e outros patrimónios do Estado, que não estejam abrangidos pela reserva absoluta do sector público.	ARTIGO 2º ■ Serão privatizadas e reprivatizadas empresas públicas, participações sociais detidas directamente pelo Estado ou por outras entidades públicas e de outros activos e bens públicos, quando considerados isoladamente.
ARTIGO 2º OBJECTIVOS ARTIGO 5º a) O aumento da eficiência, produtividade e competitividade da economia e das empresas; b) Redução do peso do Estado na economia e o desenvolvimento do sector privado; c) O fomento empresarial e o reforço da capacidade em empresarial nacional; d) Possibilitar uma ampla participação dos cidadãos angolanos na titularidade do capital das empresas, através de uma adequada dispersão do capital, dando particular atenção aos trabalhadores das próprias empresas e aos pequenos subscritores; e) A promoção da concorrência entre os agentes económicos; f) Reservar os interesses patrimoniais do Estado e valorizar os outros interesses nacionais.	a) Promover a redução do peso do Estado na Economia; b) Promover o fomento empresarial e o reforço da capacidade empresarial nacional; c) Promover a concorrência, competitividade e eficiência da economia nacional;
ARTIGO 6º PROCESSO ARTIGO 9º ■ O processo de privatização, quer da titularidade, quer da exploração das empresas estatais, dos patrimónios estatais e das participações sociais do Estado ou empresas estatais em sociedades comerciais era sempre procedido de uma avaliação realizada por entidades credenciadas para o efeito, idóneas e independentes, seleccionadas pelo Gabinete de Redimensionamento Empresarial, a quem compete orientar a operação.	a) Decisão de privatizar; b) Avaliação prévia da entidade do sector empresarial público ou do activo a privatizar; c) Escolha da modalidade de privatização; d) Transformação das empresas públicas visadas em sociedades anónimas, sujeitas ao regime da Lei das Sociedades Comerciais.
ARTIGO 3º PROGRAMA ARTIGO 6º ■ Competia ao Governo executar política de privatizações de acordo com o seu programa.	■ Compete ao Titular do Poder Executivo a elaboração do programa de privatizações, bem como a coordenação da respectiva execução. O programa de privatizações é um documento vinculativo de onde consta a indicação das entidades do sector empresarial público e/ou activos a privatizar, bem como os objectivos e a fundamentação para as modalidades de privatização e o período de tempo dentro do qual devem ocorrer.
ARTIGO 7º MODALIDADES ARTIGO 14º a) Alienação dos activos; b) Alienação das acções ou quotas representativas do capital social das sociedades; c) Aumento do capital social das sociedades.	a) Alienação das acções representativas do capital social; b) Aumento do capital social aberto à subscrição de entidades privadas; c) Alienação de activos. As modalidades de privatização referidas em a) e b) são realizadas nos termos da Lei das Sociedades Comerciais e da legislação do mercado dos valores mobiliários, sempre que executadas em mercados regulamentados.
ARTIGO 8º PROCEDIMENTOS ARTIGOS 15º, 19º, 20º E 22º ■ Privatização através de concurso público aberto a todas as entidades que preencham as condições genericamente estabelecidas, procedendo-se à selecção dos aquirentes por apreciação comparativa e avaliação dos candidatos.	a) Concurso Público aberto em que podem participar, mediante a apresentação de propostas, todas as entidades interessadas que reúnam os requisitos estabelecidos de forma genérica no Caderno de Encargos ou no Termo de Referência. b) Concurso Limitado por Prévia Qualificação, em que são convidados a apresentar uma proposta apenas os candidatos qualificados na sequência da avaliação da sua capacidade técnica e financeira. c) Oferta em bolsa de valores, que consiste na colocação e oferta de títulos representativos do capital social da entidade a privatizar, podendo os mesmos serem adquiridos por qualquer pessoa singular ou colectiva, pelo preço estabelecido. Considera-se ainda como oferta em bolsa o leilão de um lote indivisível de participações sociais direccionado a candidatos especialmente qualificados. O leilão é acompanhado por um conjunto de obrigações acessórias para garantir a estabilidade dos novos accionistas e para a abertura do capital social da empresa através da oferta pública de acções.
CRITÉRIOS DE DECISÃO ARTIGO 10º ■ A anterior lei não especificava os critérios de decisão.	a) A modalidade de privatização; b) O procedimento de privatização; c) A percentagem reservada para aquisição por trabalhadores e outros pequenos subscritores, prevista no artigo 27.º da presente lei; d) Eventual fixação de limite máximo de percentagem de capital a adquirir ou subscrever por uma entidade singular ou colectiva.
ARTIGO 17º DESTINO DAS RECEITAS ARTIGO 26º a) Saneamento económico e financeiro do sector empresarial do Estado; b) Fundo de desemprego; c) Formação profissional; d) Fomento da pequena actividade económica;	■ As receitas das privatizações destinam-se ao financiamento de programas que sirvam o desenvolvimento económico e social do país, com particular incidência no fomento do sector produtivo. Em aberto fica a possibilidade de o Titular do Poder Executivo definir a afectação das referidas receitas para outros fins.
CAPITALISMO POPULAR ARTIGO 27º ■ A anterior lei não previa a participação dos trabalhadores no capital da empresa a privatizar.	■ A presente lei garante que os trabalhadores das entidades a privatizar e pequenos subscritores adquiram até 20% do capital social.
ARTIGO 11º CONFLITO DE INTERESSES ARTIGO 7º a) Os membros do Governo em funções; b) Todos os funcionários directamente envolvidos na condução dos processos;	a) Qualquer entidade que pelo cargo que exerça, esteja numa posição de conflito de interesses ou em que a referida aquisição constitua um acto de improbidade pública, nos termos da legislação aplicável; b) Os funcionários e agentes administrativos directamente envolvidos na condução do processo de privatização, bem como, os seus cônjuges, ascendentes e descendentes directa ou indirectamente.
ARTIGO 19º O QUE ACONTECE AOS TRABALHADORES ARTIGO 28º ■ Era salvaguardado na anterior legislação a estabilidade jurídico-laboral dos trabalhadores das empresas ou patrimónios objecto de privatização mantêm os direitos e obrigações de que sejam titulares.	■ Trabalhadores das entidades do sector empresarial público a privatizar mantêm os direitos e obrigações de que sejam titulares, nos termos da legislação laboral e de segurança social em vigor.

Receitas das privatizações serão alocadas para o financiamento de programas que visam o desenvolvimento económico e social do País

das privatizações permitiria reembolsar rapidamente os credores, sobretudo empresas nacionais e aumentar o nível de confiança dos actuais e potenciais credores. De acordo com o economista, tratando-se da alienação de importantes activos, o Estado poderá ver reduzida a sua dívida, mas poderá diminuir as suas necessidades de financiamento junto dos bancos locais ou no estrangeiro.

No seu relatório de fundamentação, o Governo admite que as privatizações realizadas entre 1990 e 2005 “confrontaram-se com vários obstáculos relacionados com a morosidade dos processos de adjudicação, a predominância do ajuste directo e uma reduzida arrecadação de receitas pelo Estado”.

Archer Mangureira realçou que a proposta do novo regime

jurídico prevê a avaliação prévia do estado financeiro das empresas, com vista a se assegurar que tenham “capacidade de fazer ‘report’ financeiro, que tenham o saneamento financeiro assegurado e que capacidade, pelo menos potencial, para trazer retorno financeiro a quem vai aplicar a sua poupança na aquisição dos activos da empresa”, ao contrário do que acontecia anteriormente.

QUE SEJAM SABOROSOS OS FRUTOS DESTA QUADRA FESTIVA!

Os dias passam, o tempo corre mas, todos nós plantamos sonhos, desejos e projectos. Neste natal, semeie os ideais de paz, amor e fraternidade para que no ano de 2019 colha os frutos da amizade e prosperidade. O **Banco KEVE** deseja que a todos os seus Clientes, Parceiros e Amigos um **Feliz Natal e um Próspero Novo Ano.**



www.bancokeve.ao

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

EMPRESAS & MERCADOS

FUNDO DE FOMENTO À HABITAÇÃO NO COMANDO

Governo afasta IMOGESTIN da gestão das centralidades

Fraco retorno dos financiamentos e a não prestação de contas terão precipitado o ‘divórcio’ entre o Governo e a imobiliária.

A IMOGESTIN, gestora de projectos imobiliários, foi afastada da gestão imobiliária das 14 centralidades, bem como da construção e venda de projectos habitacionais públicos adjudicados pelo Governo, que passa a gestão para o Fundo de Fomento à Habitação (FFH), ligado ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH), soube o *Expansão* de fonte governamental.

A medida abrange também o fim da gestão directa dos dinheiros públicos destinados ao financiamento da construção de novos projectos, venda de habitações e a execução do processo de cobranças das rendas dos imóveis. O fraco retorno dos financiamentos públicos aplicados no quadro do Programa de Fomento Habitacional Social em Angola terá precipitado o afastamento da IMOGESTIN.

Fonte do *Expansão* aponta que a falta de prestação de contas do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH), por parte da promotora imobiliária, também contribuiu para a rescisão do contrato de gestão e construção das 14 centralidades e outros projectos de habitacionais.

De acordo com fonte da IMOGESTIN, a imobiliária contratou, nos últimos anos, um sindicato de bancos para captar investimentos e financiamento e para captar os pagamentos das habitações vendidas ao público no quadro da política do Executivo da promoção da habitação social. No entanto desconhece-se quer o montante já depositado no Fundo de Activos pelos inquilinos das centralidades, quer por aqueles que compraram casas com dinheiro público.

Quanto aos reembolsos dos valores devidos ao Estado, o FFH adianta que pessoas que compraram apartamentos nas novas centralidades com financiamento do Estado não estão a fazer os reembolsos, situação que põe em causa a continuidade da implementação do Programa de Fomento à Habitação Social em Angola.

O Fundo funciona de forma autónoma e os dados indicam que 50% dos inquilinos de apartamentos das centralidades do Kilamba e Sequele, em Luanda, têm as rendas resolúveis em atraso, apesar dos descontos feitos pelo Estado, em 2017.

O FFH, é um fundo público, criado em Setembro de 2007.

Martins Chambassuco

Pessoas que compraram casa nas centralidades com financiamento do Estado não estão a fazer os reembolsos



Empresários exportadores marcam Fórum do Millennium Atlântico.

INDÚSTRIA QUER REDUZIR CUSTOS DE PRODUÇÃO

Escassez de água e de electricidade dificulta exportação

Empresários garantem que falta de condições básicas faz disparar os preços dos produtos produzidos em Angola, prejudicando níveis de exportação.

Os representantes das companhias industriais Vidrul e de uísque Best declararam esta semana que a falta de condições básicas como a distribuição de electricidade e de água têm impacto no aumento dos custos de produção. Um factor que, garantem, reduz a capacidade de exportação dos seus produtos para os mercados estrangeiros.

Numa conferência realizada no Banco Millennium Atlântico, que serviu para apresentar um plano de apoio ao produtor e exportador local, a directora geral da National Distillers, detentora da marca de uísque Best, constituída em 2015, com um investimento avaliado em 9 milhões USD, garantiu que o sector das bebidas alcoólicas necessita de ser ainda padronizado pelo Governo.

“Existe falta de normas e de standardização para o álcool. Nunca conseguiremos exportar um produto que não tenha standards no país. Nós precisamos de garantir a qualidade e isto é um trabalho que tem de ser feito em conjunto”, garantiu Ágata Russel.

O director-geral da Vidrul, Carlos Martins, assegurou tam-

bém que a sua empresa, localizada no Pólo Industrial de Viana, enfrenta os mesmos problemas na redução dos custos de produção como a escassez de energia eléctrica da rede pública.

“Temos ainda muitos assuntos por acertar para o exportador angolano atrever-se mais a competir no estrangeiro. Não podemos continuar a produzir a gasóleo. A água não pode faltar durante uma semana. É insuportável para as fábricas”, lamentou Carlos Martins que estima, até 2020, aumentar de 20 para 40% o fluxo de exportação.

A dificuldade na aquisição da matéria-prima em Angola e a capacidade de mão-de-obra nacional foram outros dos assuntos levantados pelos intervenientes. Segundo Ágata Russel, dos 420 trabalhadores da National Distillers 98% são angolanos.

Plano ‘Exporta Mais’

O Millennium Atlântico divulgou esta semana o plano ‘Exporta Mais’, lançado há 2 anos, que disponibiliza um conjunto de soluções de trade finance que visa facilitar as trocas comerciais com o estrangeiro para todas as empresas que pretendem desenvolver actividade de exportação e de importação.

Hamilton Cruz

“A água não pode faltar. É insuportável para as fábricas”, sublinhou o director-geral da Vidrul.

BREVES

BNA AUMENTA JUROS DA CONTA “BANKITA A CRESCER” PARA 12,5%

O Banco Nacional de Angola (BNA) aumentou a remuneração dos juros da “Bankita a Crescer”, uma conta de depósito a prazo, ao passar a taxa de juro de sete para 12,5% ao ano. “Bankita a Crescer” é uma conta criada em 2011 no âmbito do programa de educação financeira. Para operacionalização do referido programa, o Banco Nacional estabeleceu acordos com os bancos comerciais BCA, BCI, BFA, BIC, BIR, BMF, BNI, BPC, BSOL, KEVE, BANC e YETU.

GRUPO EMIRATES ANUNCIA RESULTADOS SEMESTRAIS 2018-19

O Grupo Emirates anunciou os resultados semestrais de 2018-19, em que obteve um crescimento estável das receitas em comparação com o mesmo período do ano passado. A receita do Grupo Emirates foi de 14,8 mil milhões USD nos primeiros seis meses do ano fiscal de 2018-19, um aumento de 10% em relação aos 13,5 mil milhões arrecadados no mesmo período do ano passado.

BANC ENCERRA AGÊNCIAS E RESTRINGE LEVANTAMENTOS

O Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A. (BANC) encerrou nove agências, repartidas em centros de empresas e balcões em diferentes distritos de Luanda. Doravante, em consequência desta acção e da falta de liquidez, os clientes só podem levantar 10 mil Kz por dia. Esta medida ocorre no âmbito do processo de saneamento em curso. Neste momento, restam duas agências em Luanda, uma no Soyo, uma em Santa Clara, no Cunene, uma no Lobito e duas no Lubango, e as que funcionam em centros comerciais.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCE PARA 1,521 MBD

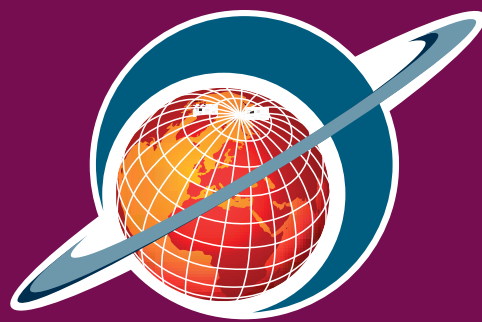
Angola produziu 1,521 milhões de barris de petróleo por dia em Novembro, um aumento de 3.000 barris face a Outubro, segundo o relatório mensal da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Os valores publicados com base em dados de fontes secundárias representam um aumento face aos 1,518 milhões de barris registados em Outubro (o valor foi revisto em baixa face aos primeiros dados, que apontavam para uma produção diária de 1,533 milhões de barris). Angola manteve assim a posição de segundo maior produtor africano de crude, atrás da Nigéria.



Fundo vai financiar fomento à habitação em Angola



The Banker



Bank of the Year 2018

ANGOLA

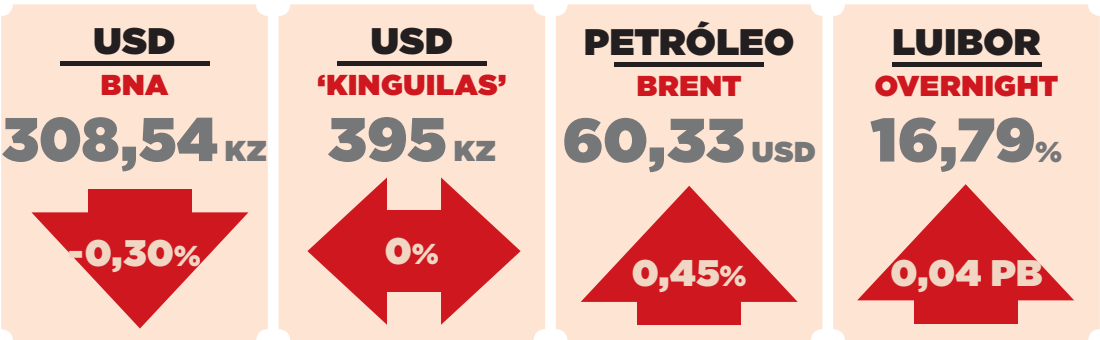
Banco do Ano em Angola.

O BFA foi distinguido como Banco do Ano em Angola 2018, pela prestigiada revista The Banker, do grupo Financial Times. Um reconhecimento da solidez, inovação e aposta no Futuro de um Banco com 25 anos de história.

A si, que faz parte dos nossos 1,8 milhões de Clientes,
e a toda a equipa BFA, o nosso muito obrigado.



EMPRESAS & MERCADOS



Dados de 07 a 14 de Dezembro de 2018; Taxas câmbio médias USD; Setas indicam variações na semana, em % ou pontos base (pb).

SEMANA DE 07 A 14 DE DEZEMBRO

OPEP corta produção mas Brent não dispara

Barril chegou a estar a ser negociado acima dos 63 USD, mas a pressionar negativamente os preços estiveram os receios em relação às perspectivas de abrandamento na economia global, em particular dos EUA.

Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros*

A reunião da OPEP e aliados, nos dias 6 e 7 deste mês, em Viena, terminou com um acordo de cortes na produção, que excedeu as expectativas do mercado. Isto fez aumentar os preços da matéria-prima em mais de 5%, durante a sessão de sexta-feira, tendo o Brent atingido o pico de 63,32 USD por barril, recuperando das quedas expressivas verificadas no início do encontro. O cartel decidiu reduzir a produção em 1,2 milhões de barris por dia (Mbpd), a partir de Janeiro de 2019. O Irão ficou isento dos cortes, dado que as sanções impostas pelos EUA implicam uma redução na produção deste país.

Entretanto, desde segunda-feira, os preços do Brent têm estado a oscilar ligeiramente acima dos 60 USD. A pressionar negativamente os preços, estiveram os receios em relação às perspectivas de abrandamento na economia global, em

particular dos EUA, e, possivelmente, uma redução da procura por petróleo no próximo ano.

Já a impulsionar o preço do cru-de esteve: (i) o encerramento do maior campo petrolífero da Líbia; (ii) a redução de 11 mil barris diários na produção da OPEP em Novembro, para 32,965 Mbpd, segundo o relatório mensal do cartel e (iii) a queda de 1,2 Mbpd nas re-

Expectativas em relação à normalização das relações China-EUA

servas petrolíferas norte-americanas, na semana encerrada a 7 de Dezembro, sendo a segunda semana consecutiva de descidas.

O cenário internacional também ficou marcado por boas expectativas em relação à normalização das relações entre os EUA e a China. O país asiático aumentou as compras de soja norte-americana e tenciona cortar tarifas sobre

os automóveis provenientes dos EUA, de 40% para 15%. Isto, associado à libertação da directora financeira da Huawei que se encontrava detida no Canadá a pedido dos EUA, reforçou o optimismo quanto aos progressos no acordo comercial entre os dois países.

Importa também comentar, que os novos desenvolvimentos políticos na Europa acabaram por afectar a evolução dos mercados financeiros do continente. Na sequência dos protestos observados na França, o Governo do País anunciou um aumento do salário mínimo nacional, implicando o aumento do défice orçamental para 2019, colocando-o acima dos 3% exigidos pela Comissão Europeia. Já no sentido positivo, o governo italiano cedeu às exigências da União Europeia e aceitou reduzir o défice no orçamento para 2,04%.

Por fim, a continuidade da actual primeira-ministra britânica, à frente das negociações do Brexit, renovou as expectativas em relação à votação do acordo de saída do País da União Europeia, após ter sido adiada nesta semana.

* Banco Angolano de Investimentos

EUROBONDS AFRICANAS PAÍS			YIELDS	VARIAÇÃO				ÚLTIMO ANO	
	Maturidade	Cupão	13-09-2018	1 Semana	1 Mês	1 Ano	Início do Ano	Mínimo	Máximo
Angola	12-11-2025	9,5000%	7,56%	-0,145%	-0,156%	-0,515%	0,722%	6,409%	7,977%
Rep. Democrática do Congo	30-06-2029	4,000%	11,57%	-0,006%	0,379%	1,354%	3,106%	7,470%	8,674%
Etiópia	11-12-2024	6,625%	7,05%	-0,147%	0,001%	0,978%	1,357%	5,401%	7,458%
Gabão	16-06-2025	6,950%	8,01%	-0,283%	-0,914%	1,007%	1,786%	5,939%	8,980%
Gana	07-08-2023	7,875%	6,71%	-0,268%	-0,418%	0,174%	1,032%	5,283%	7,448%
Costa do Marfim	03-03-2028	6,375%	7,49%	-0,200%	-0,279%	1,732%	1,998%	5,230%	7,404%
Quénia	24-06-2024	6,875%	7,57%	0,093%	0,480%	1,369%	1,974%	5,376%	7,205%
Moçambique	18-01-2023	10,500%	16,38%	0,430%	0,727%	-1,170%	-0,812%	14,209%	18,695%
Namíbia	29-10-2025	5,250%	6,35%	-0,051%	0,237%	1,581%	1,451%	4,466%	6,705%
Nigéria	12-07-2023	6,375%	6,37%	-0,147%	-0,035%	1,331%	1,346%	4,825%	6,850%
Ruanda	02-05-2023	6,625%	6,42%	-0,028%	0,153%	0,864%	0,941%	5,294%	6,733%
Senegal	30-07-2024	6,250%	6,29%	0,002%	-0,093%	1,376%	1,580%	4,550%	6,869%
Seychelles	01-01-2026	7,000%	7,35%	-0,291%	-0,240%	0,682%	0,701%	7,072%	7,698%
África do Sul	16-09-2025	5,875%	5,77%	-0,050%	0,351%	1,388%	1,318%	4,234%	5,562%
Zâmbia	30-07-2027	8,970%	15,72%	0,608%	3,147%	8,189%	8,751%	6,896%	11,290%

Fonte: Bloomberg

MERCADOS ACCIONISTAS	VARIAÇÃO		ÚLTIMO ANO	
Índice (País)	13-09-2018	1 Semana	Início Ano	Mínimo Máximo
AMÉRICAS				
Dow Jones Industrial Avg. (EUA)	26.114,57	0,76%	5,64%	22.095,79 26.616,71
S&P 500 (EUA)	2.899,05	0,93%	8,41%	2.488,03 2.916,50
Nasdaq (EUA)	8.013,52	1,40%	16,08%	6.343,96 8.133,30
NYSE Composite (EUA)	13.014,62	0,80%	1,61%	12.033,64 13.637,02
Ibovespa (Brasil)	74.702,18	-2,24%	-2,22%	69.068,77 88.317,83

EUROPA				
Euro Stoxx 50 (Europa)	3.336,37	1,31%	-4,78%	3.261,86 3.708,82
FTSE 100 (Reino Unido)	7.281,29	0,06%	-5,28%	6.866,94 7.903,50
DAX (Alemanha)	12.056,13	0,81%	-6,66%	11.726,62 13.596,89
PSI 20 (Portugal)	5.321,54	1,69%	-1,24%	5.133,76 5.801,45
IBEX 35 (Espanha)	9.346,40	1,91%	-6,94%	9.111,10 10.643,40
CAC (França)	5.333,53	1,55%	0,39%	5.038,12 5.657,44
SMI (Suíça)	8.959,80	1,32%	-4,50%	8.372,90 9.616,38

ÁSIA				
Nikkei 225 (Japão)	22.821,32	2,31%	0,25%	19.787,65 24.129,34
Topix (Japão)	1.710,02	1,53%	-5,92%	1.628,86 1.911,31
Hang Seng (Hong Kong)	27.014,49	0,15%	-9,71%	26.219,56 33.484,08
Shanghai All Share (China)	2.686,58	-0,58%	-18,77%	2.647,17 3.587,03
CSI 300 (China)	3.236,57	-1,25%	-19,71%	3.191,40 4.403,34

ÁFRICA				
FTSE/JSE All Share (África do Sul)	55.849,47	-2,14%	-6,14%	53.027,38 61.776,68
EGX 30 (Egipto)	15.308,62	-3,13%	1,93%	13.411,00 18.414,11
Botswana Gaborone Domestic Index (Botswana)	8.121,38	-0,01%	-8,42%	8.111,76 8.981,19
Nairobi SE All Share (Quénia)	157,44	-3,83%	-8,04%	154,93 196,57
Nigerian Stock Exchange All Share Index (Nigéria)	32.022,23	-5,92%	-16,27%	31.938,59 45.321,82
Ghana Stock Exchange (Gana)	2.745,90	-0,20%	6,44%	2.279,56 3.536,20
Namibia Overall Index (Namíbia)	1.266,31	-1,53%	-2,57%	11,56 1.461,15
Tanzania All Share Index (Tanzânia)	2.086,99	-4,16%	-12,91%	403,99 2.489,99
Tunindex (Tunísia)	7.978,21	-1,72%	27,00%	6.068,20 8.457,82

MATÉRIAS PRIMAS	VARIAÇÃO		ÚLTIMO ANO	
	13-09-2018	1 Semana	Início Ano	Mínimo Máximo
ENERGIA				
WTI Crude (US\$/barril)	68,72	1,43%	13,74%	48,12 75,27
Brent Crude (US\$/barril)	78,35	1,97%	17,15%	54,03 80,50
Gás Natural (US\$/MMBtu)	2,85	2,49%	-3,66%	2,53 3,66
Gasolina (US\$/galão)	198,72	0,87%	10,45%	153,66 228,55

METAIS PRECIOSOS				
Ouro (US\$/onça)	1.204,09	0,61%	-7,57%	1.160,39 1.366,15
Prata (US\$/onça)	14,24	0,46%	-15,94%	13,94 17,85
Platina (US\$/onça)	805,07	2,95%	-13,24%	755,55 1.028,70

OUTROS METAIS				
Cobre (US\$/libra)	5.997,00	1,08%	-17,25%	5.773,00 7.348,00
Alumínio (US\$/tonelada)	2.064,00	-0,29%	-8,99%	1.977,00 2.718,00
Zinco (US\$/tonelada)	2.370,50	-2,05%	-28,58%	2.283,00 3.595,50
Estanho (US\$/tonelada)	19.050,00	-0,13%	-4,39%	18.550,00 22.000,00

AGRÍCOLAS				
Cacau (US\$/tonelada)	2.355,00	2,93%	22,91%	1.845,00 2.943,00
Café (US\$/libra)	96,70	-2,13%	-27,46%	95,45 153,20
Algodão (US\$/libra)	12,41	5,26%	-20,97%	10,83 16,27
Algodão (US\$/libra)	81,79	-0,24%	9,77%	67,40 94,82
Milho (US\$)	351,00	-4,36%	-8,59%	350,25 429,50
Trigo (US\$)	501,75	-1,91%	4,05%	468,25 613,00
Soja (US\$)	837,00	-0,83%	-14,22%	821,25 1.060,50

MOEDAS	VARIAÇÃO		ÚLTIMO ANO	
	13-09-2018	1 Semana	Início Ano	Mínimo Máximo
KWANZA (ANGOLA)				
Dólar (EUA)	286,60	0,81%	72,73%	165,92 256,98
Euro	333,08	1,20%	79,66%	185,40 301,00
Libra (Reino Unido)	375,60	-2,67%	-40,29%	238,53 325,41
Rand (África do Sul)	19,45	-4,54%	-31,08%	14,42 16,37
Real (Brasil)	68,66	1,48%	-27,06%	53,36 60,99

METICAL (MOÇAMBIQUE)				
Dólar (EUA)	60,24	-0,14%	-2,67%	57,57 62,95
Euro	70,45	-1,36%	-0,11%	65,45 78,34
Libra (Reino Unido)	79,02	-1,63%	0,95%	73,39 88,96
Rand (África do Sul)	4,09	-3,48%	15,75%	3,77 5,38
Real (Brasil)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d. n.d.

RAND (ÁFRICA DO SUL)				
Dólar (EUA)	14,73	3,40%	-15,97%	11,51 15,70
Euro	17,21	2,24%	-13,72%	14,18 18,12
Libra (Reino Unido)	19,31	1,92%	-13,42%	16,08 20,13
Real (Brasil)	3,53	6,37%	6,30%	3,28 4,44

EURO				
Dólar (EUA)	1,17	1,13%	-2,67%	1,13 1,26
Libra (Reino Unido)	0,89	0,30%	-0,38%	0,86 0,91
Franco (Suíça)	1,13	-0,88%	3,58%	1,12 1,20
Iene (Japão)	130,69	-1,88%	3,51%	124,62 137,50

Fonte: Bloomberg





**LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Co-organização

aSan
Associação
Seguradoras
Angola

Apoio Institucional

ARSEG
AGÊNCIA ANGOLANA DE REGULAÇÃO
E SUPERVISÃO DE SEGUROS

ACTUARIADO E GESTÃO DE RISCOS

PÓS-GRADUAÇÃO

— ESTRUTURA DO PROGRAMA

MÓDULO	DURAÇÃO	DOCENTE
CÁLCULO FINANCEIRO	25 H	Henda da Silva
PROBABILIDADES E ESTATÍSTICA	40 H	Onofre Simões
INFORMÁTICA PARA ACTUARIADO	25 H	José P. Gaivão
MERCADOS FINANCEIROS	40 H	João Duque
MATEMÁTICAS ACTUARIAIS	40 H	Henda da Silva
MODELOS DE RISCO	40 H	Lourdes Centeno
TARIFICAÇÃO A PRIORI E A POSTERIORI	40 H	Alfredo E. Reis
PROVISÕES PARA SINISTROS	25 H	Agnieszka Bergel
MODELOS DE SOLVÊNCIA	25 H	Hugo Borginho
FUNDOS DE PENSÕES	40 H	Ivan Ernandes

DURAÇÃO TOTAL DO PROGRAMA | 340 horas



Início:
21 Janeiro
2019



Horário:
Laboral (manhãs)



Duração:
340 horas



Preço:
AOA 3.000.000 (Associados ASAN)
AOA 3.500.000 (Não Associados ASAN)

— CANDIDATURAS

As candidaturas devem ser feitas através do link: <https://goo.gl/JiFqZ> até ao dia 14 de Janeiro de 2019.

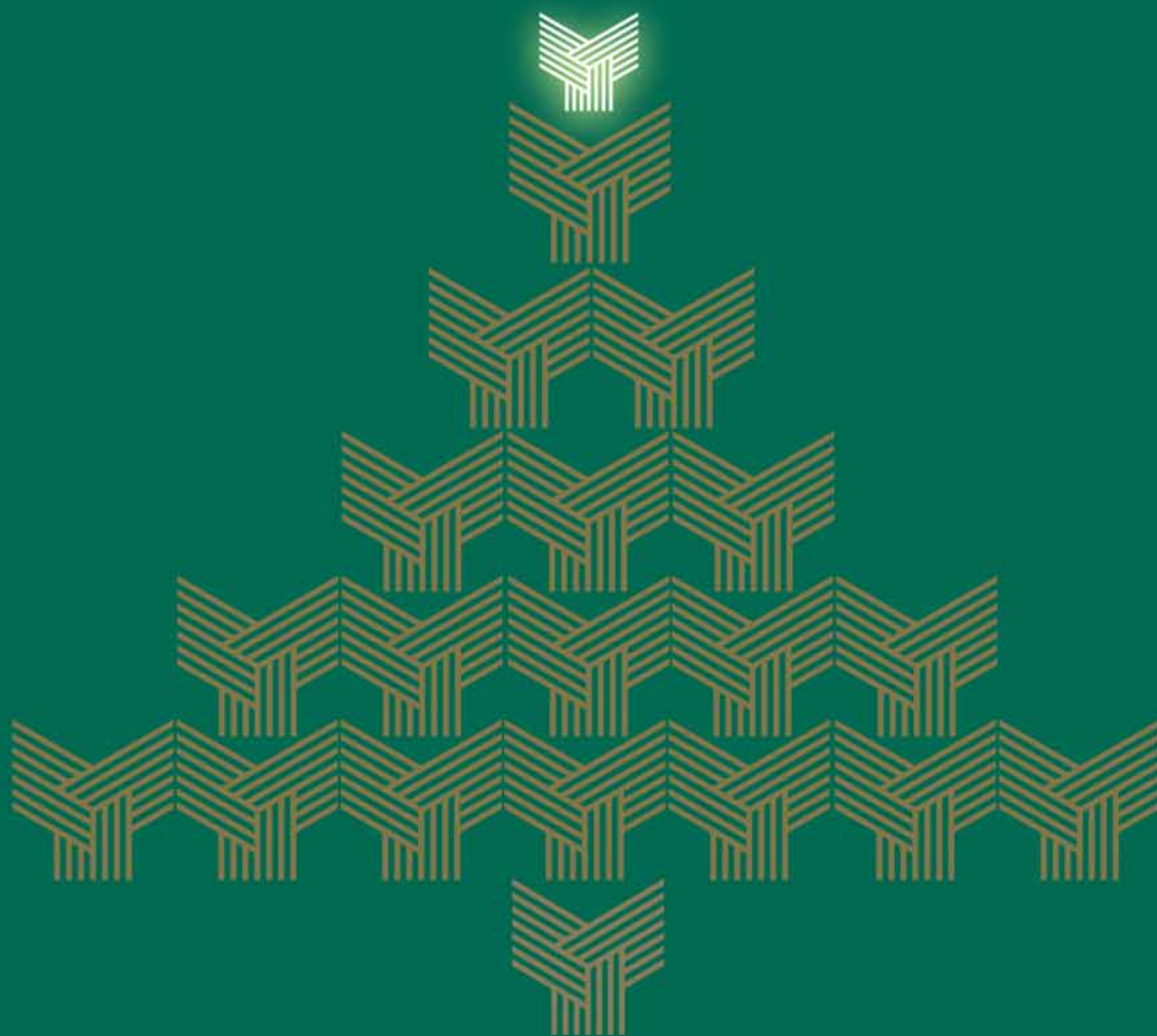
As Admissões serão confirmadas após a análise curricular dos candidatos.



RUA DO QUELHAS, 6, 1200-781 LISBOA | PORTUGAL
213 925 800 / 213 922 839

WWW.ISEG.ULISBOA.PT

Secretariado
secretaria@idefe.pt
Tel: +351 21 392 5889

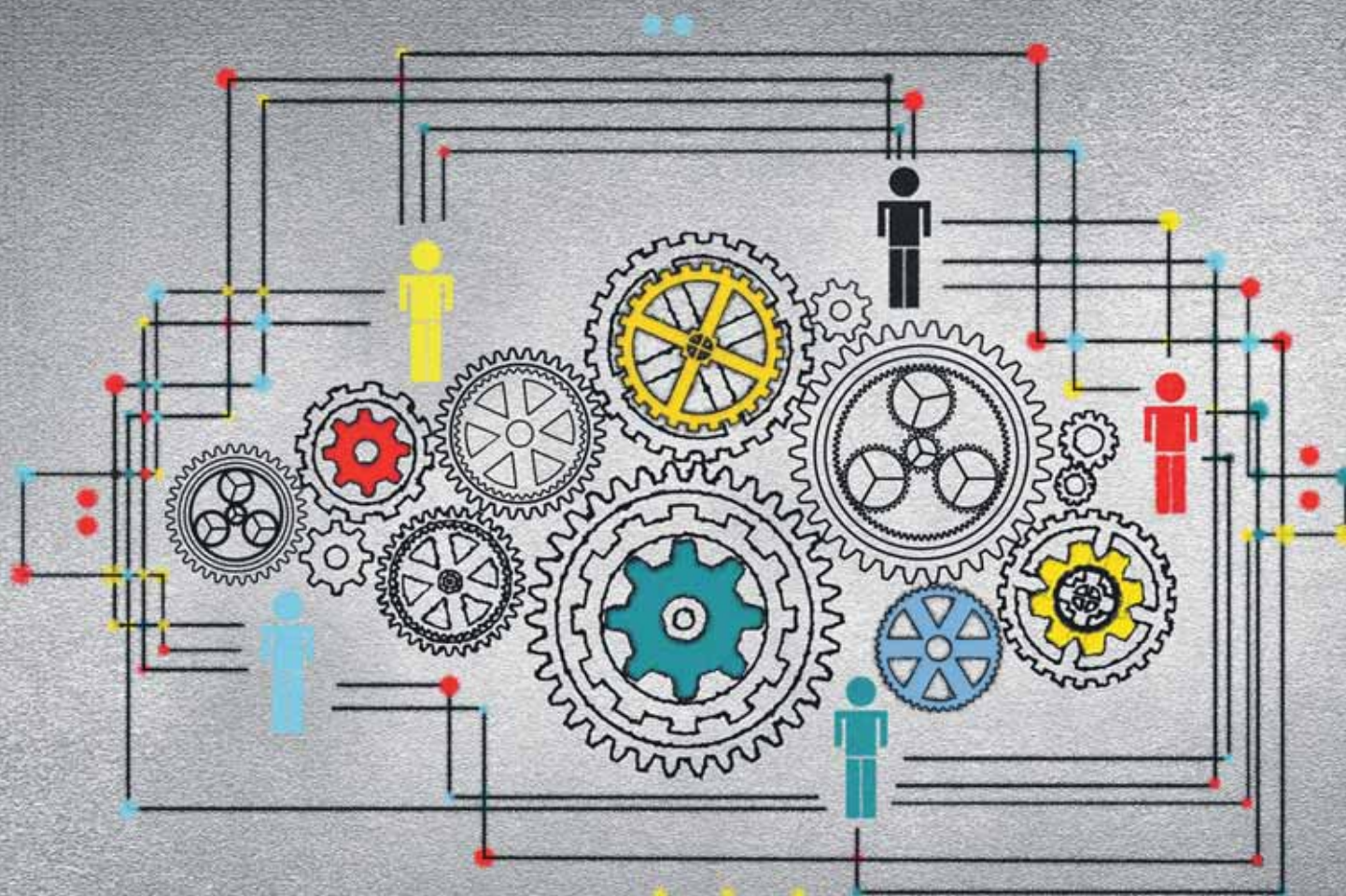


Banco**YETU**

Tradição e Inovação

*O Banco Yetu deseja-lhe
Boas Festas e um
Próspero Ano Novo*

GESTÃO



ORGANIZEM-SE

É elevado o número de empresas que fecham as suas portas por problemas de organização, essencialmente por falta de capacidade de gestão ao nível dos recursos humanos, de falta de conhecimento e controlo do mercado, e do descontrolo financeiro e operacional.

Mário Beiolas | Consultor

Em época de vacas gordas, as empresas raramente são afectadas, pois os mercados estão favoráveis e os clientes são menos exigentes, face à tendência para o consumismo desregrado.

Mal está, quando o estado da economia piora e a crise se instala, regra geral trazendo consigo, uma avalanche de competitividade e exigências, que obrigam as empresas a estarem mais atentas e simultaneamente or-

ganizadas, diria com uma muito maior capacidade de resposta.

Muitas dessas empresas, principalmente as de média e pequena dimensão, navegam à vista, não possuindo informações sobre a dimensão do seu mercado alvo, tão pouco das preferências e hábitos de consumo, da mesma forma que desenvolvem a sua actividade, com uma competitividade por "contágio" e ao sabor da corrente, calculando preços e

margens, com base em informação contaminada, sem preocupação sobre a rentabilidade, provocando quase sempre o desequilíbrio financeiro.

Evidenciam-se assim alguns sintomas de desorganização nas empresas:

■ **Desorganização da estrutura** - com reflexos directos na resposta ao mercado e aos clientes, bem como de impacto na rentabilidade - torna-se neces-

sário desenvolver estruturas flexíveis e integradas em cada domínio de resposta - garantir que as ocupações de cada posto de trabalho, são utilizadas em pleno e respondem adequadamente a todas as solicitações definidas e existentes;

■ **Deficiente e desajustado perfil de colaboradores** - com impacto directo na produtividade e na qualidade do serviço - de-

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA »

GESTÃO

» CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

vem estar bem definidas funções e perfis, garantindo a colocação da pessoa certa, no lugar certo - torna-se necessário manter um sistema de avaliação de desempenho eficaz, associado a estudos de satisfação do cliente;

■ **Falta de um modelo de negócio** que crie sintonia a todos os níveis - com implicações na falta de alinhamento, sintonia, orientação e controlo - torna-se necessário ter um plano de negócio centrado, na definição da oferta e na segmentação, comunicação e promoção, na rede de vendas - essencial ter uma orientação com base na relação custo / benefício, com motivação permanente de todos os *stakeholders*;

■ **Falta de uma gestão adequada entre a oferta e a procura** - com impacto directo na disfunção das vendas e serviços, no desalinhamento entre as compras e as vendas - é essencial ter uma equipa pró-activa, dinâmica, conhecedora do mercado, em interactividade permanente e com um controlo de *stocks just-in-time*;

■ **Compras ou produção sem competitividade - com impacto directo na rentabilidade, nas margens** - essencial ter informação permanente sobre as vendas, as tendências, os preços de mercado - prioritário fazer permanentemente estudos comparativos da oferta dos diferentes fornecedores, seleccionar os parceiros de negócio adequados, fazer compras ajustadas à realidade;

■ **Custos elevados** - com impacto directo na competitividade e na rentabilidade - essencial manter uma estrutura eficiente mínima, controlar preços de compra e da estrutura de distribuição - importante implementar um sistema de gestão da informação que monitore e controlo, com base nos principais indicadores;

■ **Problemas de tesouraria - com impacto directo na funcionalidade da empresa e no cumprimento dos seus compromissos** - essencial conciliar os objectivos de vendas com os resultados e a estratégia de compras e gestão de stocks - garantir o equilíbrio entre pagamentos e recebimentos, controlar o crédito e viabilizar um *cash-flow* favorável;

■ **Falta de financiamento - com impacto directo no crescimento** - deve garantir-se a saúde financeira da empresa, para que seja possível aceder ao crédito de forma segura e credível - essencial manter uma contabilidade organizada, analítica e um plano de gestão financeira articulado com o investimento;

■ **Estrutura desajustada face ao crescimento** - com impacto directo na qualidade dos serviços, ou na ineficácia dos serviços - essencial dimensionar a estrutura de acordo com o crescimento, ajustando-a em cada momento em função da necessidade de resposta;

■ **Concorrência descontrolada** - com impacto directo na redução dos preços diminuição das margens e desequilíbrio financeiro - essencial garantir sempre o *break-even* das vendas, não se deixando arrastar pelas acções desreguladas do mercado,

■ **Margens baixas fora da rentabilidade do negócio** - com impacto directo nos lucros - essencial fazer o reequilíbrio permanente das margens, doseando as vendas de acordo com a balança de preços e disponibilidade de produto no mercado;

Estes sintomas de desorganização, permitem-nos evidenciar, quatro áreas críticas habitualmente comuns a todos os casos, uma estrutura sem capacidade de resposta, sob ou super dimensionada, um descontrolo sobre o mercado e a oferta, a falta de controlo sobre o valor do mercado e a satisfação dos clientes e a deficiente monitorização financeira.

Costuma-se dizer, que casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão, neste caso será casa onde há desorganização, todos atrapalham e ninguém tem orientação. A desorganização, leva por isso à falta de eficiência e produtividade e está às deficiências financeiras, geradoras na maioria das vezes de discussão, confusão e perda de raciocínio estratégico.

Cada empresa tem o seu tipo de organização, de acordo com as suas particularidades, não existindo como tal um modelo único de organização.

Destacaria no entanto, três modelos de organização:

■ **Organização linear** - o tipo mais antigo e simples de organização, adoptado nas empresas na sua fase mais inicial, aten-

dendo à sua facilidade de implementação - de formato é piramidal, as linhas de responsabilidades entre gestores e equipas tem sentido único e directo - os colaboradores recebem ordens e orientações directas de um único gestor que, por sua vez, recebe ordens de outro superior - a comunicação é gerida do cimo para a base da pirâmide - as decisões são centralizadas, atendendo a que existe apenas um mando na organização - estruturas familiares, funcionais desde que a liderança seja participativa / realista e que a estrutura seja flexível com competências multidisciplinares e polivalência;

■ **Organização funcional** - a sua base é a especialização e distinção das funções - um colaborador não terá somente um gestor a quem reportar, mas vários (cada um de uma especialidade) - uma especialidade não interfere na outra - as tomadas de decisão não se orientam estritamente pela hierarquia (um gestor especialista em comunicação, não poderá por exemplo, tomar decisões sobre o financeiro) - estruturas mais especializadas e para médias e grandes empresas;

■ **Organização linha-staff-junção da organização linear e funcional**. Órgãos de Linha, que estão ligados à execução de tarefas e trazem características da organização linear, órgãos de *staff*, responsáveis por prestar assessoria e serviços especializados, características da organização funcional.

A organização linha-staff permite a combinação eficiente entre a hierarquia, a autoridade e as especialidades, bem como uma integração entre os colaboradores das diversas áreas.

A competitividade dos mercados, exige das empresas dinamismo e estruturação para atender a clientes cada vez mais exigentes, sendo por isso essencial cuidar dos processos internos de organização e respectivas metodologias

Conta assim a preocupação permanente sobre a organização

e os métodos de trabalho, associados aos respectivos processos.

A organização das empresas deve assim focar-se sobre quatro elementos dominantes:

■ **Melhoria da qualidade e dos processos** - optimização de estruturas, capacidade de resposta, gestão da informação, sintonia sectorial - garantir o aumento da produtividade, através do adequado mapeamento da capacidade de resposta de cada área chave da empresa;

■ **Reduzir custos e aumentar os proveitos** - combater desperdícios, avaliar e aproveitar recursos, gerar polivalência no âmbito das equipas de trabalho, controlar os fluxos de vendas e as margens, reduzir custos de logística, *stocks* e distribuição - avaliar e emagrecer permanentemente a cadeia de valor;

■ **Educar cada colaborador na melhoria contínua e na responsabilização** - garantir a resposta em tempo de cada colaborador, garantindo a sua formação adequada e a sua capacidade crítica sobre os sistemas, corrigindo em tempo todos os desvios;

■ **Incentivar a criatividade e a apresentação de sugestões** - utilizar a política da porta aberta, fazer reuniões de avaliação e alinhamento, com correcção imediata de desvios e melhoria dos desempenhos;

Uma empresa adequadamente organizada, parte de um adequado planeamento estratégico, garantindo a coerência da sua missão, visão e valores, tendo em conta o adequado dimensionamento do seu crescimento, da dinamização regulada das vendas articulada com as compras, de um orçamento adequado aos gastos e receitas, apoiando-se em regras e critérios de gestão, participativos mas simultaneamente controláveis.

São ainda importantes ao nível da organização aspectos como, a existência de canais de comunicação eficientes a todos os níveis, tanto vertical como horizontal, que permitam as

Poucos são os gestores que falam, sobre a sua necessidade de mudança no estilo de liderança ou, principalmente, da motivação dos seus melhores colaboradores

tomadas de decisão e iniciativas em tempo útil, a descentralização eficiente das decisões, desburocratizando, a colocação das pessoas certas nos lugares certos, sem que estas se tornem insubstituíveis e como centro de desenvolvimento do capital humano, uma adequada gestão de recursos humanos, apoiada numa adequada avaliação de desempenho e na retenção de talentos.

A maior parte dos problemas de desorganização existe, porque existe falta de monitorização e controlo em tempo real, deixando-se arrastar as situações e os problemas no tempo, com consequências quase sempre graves.

Uma organização eficiente e aberta, desenvolve a sua actividade com base no *just-in-time* das acções e das decisões, conciliando o desenvolvimento do negócio, com o controlo de gestão ao nível da contabilidade e finanças.

Uma empresa organizada é uma empresa sustentável, que considera as componentes económicas, sociais e ambientais com fonte de garantia de sucesso.

Quando questionamos alguns gestores Angolanos, senão quase todos, principalmente ao nível das pequenas e médias empresas, sobre o seu desempenho, a resposta é que fazem o melhor, possuem uma estrutura insuficiente e de recursos humanos limitados nas suas competências e que o mercado está em recessão com a crise instalada, passando as culpas para a crise mundial, nacional e para a gestão pública.

Poucos são os que falam, sobre a sua necessidade de mudança no estilo de liderança, na gestão financeira, da optimização da estrutura e melhoria dos perfis de desempenho, ou, principalmente, da motivação dos seus melhores colaboradores.

Restruir, alinhar sobre as exigências e desafios do mercado, ajustando estrutura e custos de exploração, realinhando o modelo de compra e venda, ou de prestação de serviços, deverão ser as palavras de ordem das empresas Angolanas.

Os meios e recursos estão aí, é necessária a capacidade de entender, que a época das vacas gordas já foi, pois a globalização da crise e a recessão económica, são palavras também eles com necessidade de reestruturação, passando a incluir a globalização útil e o crescimento sustentado, na visão estratégica e na criatividade empreendedora.

Mário Beirlas escreve semanalmente



O EXPLICADOR FISCAL



Gustavo Amaral

Associate Partner da KPMG

IVA E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

A minha empresa presta serviços de manutenção e reparação de equipamento para a indústria de Oil&Gas, sendo detida em 80% por uma empresa de direito local e 20% por uma empresa de uma multinacional portuguesa. Actualmente, mais de metade do volume de negócios resulta de prestação de serviços realizada para o accionista minoritário, o qual actua na actividade upstream. Resultado da retoma da economia, foi-nos solicitado um alargamento do nosso âmbito de intervenção, tendo sido seleccionados como fornecedores

para o próximo triénio. A facturação ascenderá a 7,5 mil milhões Kz em cada exercício fiscal. Foi-me referido que caso as vendas da minha empresa sejam realizadas a valores inferiores ao valor normal poderá a Administração Geral Tributária (AGT) proceder a correcções em matéria fiscal. Confirma-se esta situação?

De acordo com o novo regime do IVA a que acima fizemos referência, está previsto que, sempre que o valor da contraprestação seja inferior ou superior ao valor normal, deve considerar-se o valor normal, podendo a AGT proceder à sua correcção. Estando em presen-

ça de transacções estabelecidas entre "partes relacionadas", caberá ao contribuinte o ónus da prova dos preços praticados, seja para efeitos de IVA ou de Imposto Industrial.

Ora, resultado da facturação esperada nos próximos exercícios fiscais, é expectável que a empresa fique cadastrada na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes e sujeita, igualmente, às regras de preços de transferência.

Neste contexto, a AGT poderá proceder à correcção dos preços das transacções de natureza comercial ou financeiras estabelecidas entre partes relacionadas sempre que os termos e condições difiram dos que seriam estabelecidos em

contexto de mercado e, por conseguinte, do lucro ou prejuízo fiscal em sede de Imposto Industrial.

Para o efeito, a empresa e o accionista são considerados partes relacionadas, pelo que as prestações de serviços realizadas a favor desta ficam abrangidas pelo regime de preços de transferência.

Face ao exposto, importa efectuar uma reavaliação dos preços definidos nos serviços prestados ao vosso principal cliente, para que:

- os preços reflectam as funções e os riscos assumidos por cada entidade, face ao modelo de negócio adoptado pelas partes; e
- o valor da contraprestação, para efeitos de IVA, corres-

ponda ao valor normal. Note-se que os Grandes Contribuintes que, com referência ao exercício fiscal imediatamente anterior, tenham registado um total de proveitos superior a 7 mil milhões de Kz, estão ainda obrigados à preparação anual de um *dossier* de preços de transferência.

Este *dossier* compreenderá a divulgação da(s) política(s) de preços de transferência adoptadas pelos contribuintes, sendo expectável um cruzamento dessa informação para efeitos de IVA e do Imposto Industrial.

Parceria: 

PUB

QUEM TEM SORTE,
COMEMORA.
QUEM NÃO TEM,
TAMBÉM.



AS MELHORES TAXAS E SORTEIO
DE 8 PRÉMIOS EM DINHEIRO.

TAXA NOMINAL BRUTA. EXCLUSIVO PARA NOVOS FUNDOS.



BPC

Cuidar do presente, assegurar o futuro.

BREVES

AAEPM DISPONÍVEL PARA PARCERIAS COM ENSINO SUPERIOR

A Associação Angolana de Empresas de Publicidade e Marketing (AAEPM) pretende estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior, a fim de administrar cursos ligados à comunicação comercial, anunciou esta semana o presidente da agremiação, Nunes Fernandes. Segundo este responsável, pretende-se despertar o interesse da juventude pelas disciplinas da comunicação comercial, bem como pela formação técnico profissional. Por outro lado, a AAEPM irá realizar anualmente o Festival Nacional da Publicidade e promover o Encontro Nacional da Indústria Publicitária, dedicado a todos os agentes do mercado para debater questões ligadas ao sector. De acordo com Nunes Fernandes, existe interesse de se estabelecer relações com o Ministério da Comunicação Social, Governos Provinciais, e Assembleia Nacional, de modo a discutir um modelo de regulamento nacional de publicidade de exterior.



Maria da Natividade está suspensa de todas actividades académicas desde o dia 15 de Novembro

CEGAR MAGALHÃES

PRAZO DO INQUÉRITO DA FC/UAN FOI PROLONGADO PARA “NOVAS INVESTIGAÇÕES”

Docente de matemática da UAN contesta inquérito “ilegal”

A única doutorada em matemática do País recentemente afastada dos cargos que ocupava na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN) diz que não vai apresentar queixa contra a instituição e opta por esperar pela “reposição da legalidade”.

Sita Sebastião

Maria da Natividade, a professora de Matemática afastada da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN), considera que o inquérito instaurado contra si é “ilegal”. Em entrevista ao *Expansão*, a docente, que é a única doutorada em matemática no País, explica que o reitor da UAN orientou que se criasse uma comissão de inquérito neutra, da qual fizesse parte um jurista exterior à instituição, mas “esta orientação não foi cumprida”.

Apesar de admitir que não teve conhecimento do despacho de nomeação da comissão, Maria da Natividade afirma que o processo está ser conduzido por elementos da instituição. “Pelo que pude constatar, a maior parte do trabalho da comissão foi feito pela vice-decana para os assuntos académicos da Faculdade”, conta.

A docente acrescenta que foi ela quem solicitou a instauração da comissão, num encontro com o reitor, e em que estiveram presen-

tes a vice reitora e o director para os assuntos científicos da UAN, a decana da Faculdade de Ciências.

Maria Natividade alega que foi informada que “o processo de inquérito cuja competência é do Reitor da UAN, tem como objectivo apurar os factos ilícitos e os seus autores para eventuais responsabilidades civis, disciplinares ou outras e não por ser demasiado exigente na avaliação dos alunos”.

A professora diz que na altura do tumulto dos estudantes, a decana da Faculdade de Ciências ter-lhe-á aconselhado a demitir-se da chefia do departamento de matemática. “Neguei e solicitei um encontro com o reitor, porque não havia motivo, até porque, das constatações feitas pela direcção da Faculdade para responder às alegações dos estudantes, não se chegou a conclusão de que houve uma má gestão do departamento”, sublinhou.

Antes mesmo de ficar a saber pelas redes sociais do seu afastamento do cargo de chefe de departamento, Maria da Natividade, disse que “supostamente, no âmbito do trabalho da comissão”, foi contactada pela vice-decana para os Assuntos Aca-

“A Sra. Ministra está ao corrente e com certeza irá tomar as medidas cabíveis para repor a legalidade”

démicos, que lhe terá feito um “interrogatório” relacionado com o elevado índice de reprovações no curso de matemática. “Respondi-lhe que o professor é soberano e que os resultados que aparecem na pauta são o culminar de um processo que começa com a leccionação das aulas”, explicou. Acrescentou ainda que durante o processo o estudante tem o direito de reclamar, mas “nunca houve nenhuma reclamação nem pedido de revisão de prova por parte de nenhum estudante”.

Questionada se vai avançar com uma queixa junto do Ministério do Ensino Superior, Maria da Natividade diz que vai acompanhar com calma os próximos desenvolvimentos e agir

em conformidade. “A Sra. Ministra está ao corrente da assunto e com certeza irá tomar as medidas cabíveis para reverter essas irregularidades e repor a legalidade nos verdadeiros termos, tenho confiança na sabedoria das instâncias de direito”, finalizou.

Questionada pelo *Expansão* a Faculdade de Ciências avançou, através do porta-voz da UAN, que os vinte dias estipulados para o inquérito já terminaram, mas, durante as averiguações foram detectados outros casos com outras pessoas com os mesmos problemas que ditaram a suspensão da professora. “Vamos publicar os resultados de forma global, quando tudo estiver esclarecido”, disse Arlindo Isabel, sem avançar pormenores sobre os “novos problemas”, alegando que é uma informação interna da instituição.

Ainda segundo Maria da Natividade, um dos grandes problemas deste curso de matemática é o facto de ter disciplinas a serem leccionadas por engenheiros geógrafos e professores formados em ensino de ciências, ou seja, professores, na sua maioria, não formados em matemática.

DITO

“Os mestres em ciências da educação devem ser mais interventivos na comunidade, a fim de contribuir para a elevação da qualidade do ensino no País.”

Filipe Matias

Coordenador geral dos cursos de mestrado (ISCED-Huíla)

“As universidades são as principais instituições que têm sentido a elevada debilidade das políticas do sector da educação.”

Carlos Teixeira

Director do Centro de Investigação em Políticas Públicas da UAN

EPIC  SANA
★★★★★ Luanda

RÉVEILLON, A NOITE MAIS ÉPICA DO ANO

LUANDA.EPIC.SANAHOTELS.COM



Celebre com a família e os amigos a chegada do Ano Novo numa festa única, cheia de glamour, animação e o máximo de conforto do hotel EPIC SANA Luanda.

PROGRAMA

Jantar de Gala; Animação musical; EPIC Wishes & After Party

Desde 85.000 AKZ / 225 USD por pessoa

Programa com 2 noites de alojamento: Desde 387.000 AKZ | 1.160 USD

Informações & Reservas:

rsv.luanda@epic.sanahotels.com | +244 222 642 600 | + 244 930 405 621

ESPECIAL **AMBIENTE**

PROJECTO FINANCIADO PELO GOVERNO DE ANGOLA

LTP Energias leva luz a quem está fora da rede

A energia solar ainda é incipiente em Angola, mas permite levar electricidade onde a rede pública não chega. Um esforço que conta com a participação da LTP Energias.

Martins Chambassuco
Expansão

AS PROVÍNCIAS do Cuando Cubango, Cuanza Sul e Lunda Sul estão a beneficiar, desde 2016, de um projecto de electrificação de fonte fotovoltaica, e quem está a participar neste esforço para levar energia solar onde a rede pública não chega é a LTP Energias, empresa angolana, com 35% de capital estrangeiro.

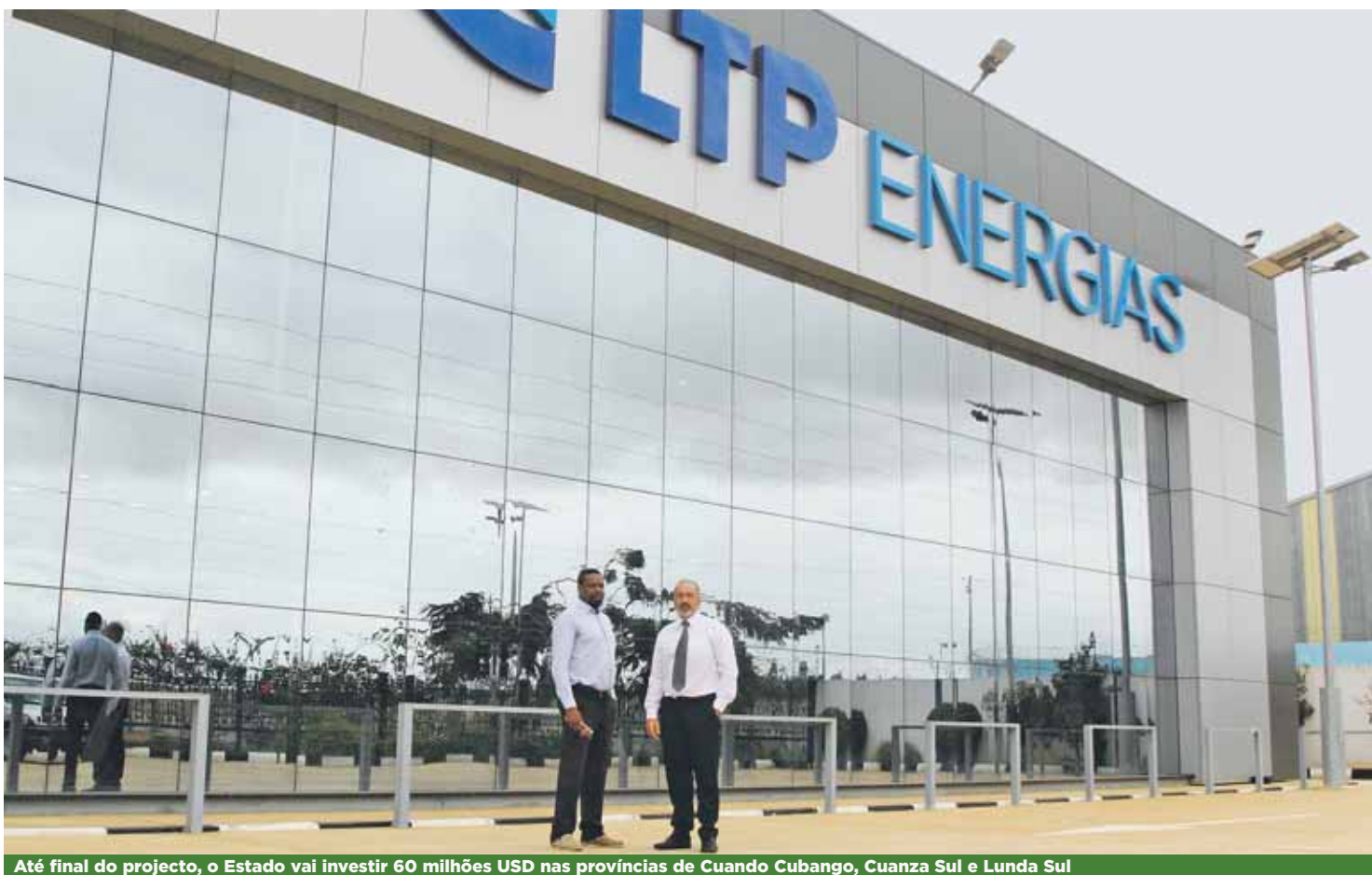
A LTP, que também está presente em Portugal e Espanha, está em Angola, desde 2011, e no espaço de sete anos consolidou-se como líder nas energias verdes, ao tomar em mãos, por concurso público, o maior projecto de produção de energia solar em Angola, financiado pelo Ministério da Energia e Águas angolano.

A iniciativa, lançada pelo Estado angolano, tem como objectivo aumentar as taxas de electrificação do País, com recurso às fontes de energias renováveis. Até final do projecto, o Estado vai investir um total de 60 milhões USD, nas três províncias. O montante será gasto na instalação de postes de iluminação na via pública e em *kits* de iluminação (compostos por painéis solares, baterias e lâmpadas ecológicas) para esquadras, residências, hospitais, centros médicos e escolas nas zonas rurais.

Luís Figueiredo, director da LTP Energias, em declarações ao *Expansão*, disse que o projecto que está a ser desenvolvido nas três regiões tem um impacto positivo na vida das comunidades, já que hoje é possível encontrar pequenos negócios à noite, quanto antes era impossível por falta de energia, além de que as famílias sentem-se mais seguras com a iluminação pública.

Como se trata de uma iniciativa quase experimental, se atendermos aos indicadores de produção de energia solar, o empresário considera que é preciso intensificar o investimento no segmento das fontes sustentáveis.

Fazendo uma avaliação dos



Até final do projecto, o Estado vai investir 60 milhões USD nas províncias de Cuando Cubango, Cuanza Sul e Lunda Sul

**HOJE
JÁ É POSSÍVEL
ENCONTRAR
PEQUENOS
NEGÓCIOS À NOITE
NO CUANDO
CUBANGO, CUANZA
SUL E LUNDA SUL,
GRAÇAS À ENERGIA
SOLAR**

projectos de produção de energia a partir de fontes renováveis, o empresário reconhece que foi uma das grandes apostas do Governo. “São sistemas completamente adaptáveis ao meio ambiente, em todos os locais, e são de manuseamento fácil. O projecto está a meio da sua execução e temos aldeias que, nos próximos oito anos, jamais conhecerão a escuridão”, afirma o responsável da empresa. Além do negócio, é gratificante “trazer alegria às comunidades” com este tipo de iniciativas, sublinha.

Sem avançar o número de beneficiários directos, nesta primeira fase, Luís Figueiredo explica que num hospital ou num centro médico é “possível iluminar todos os compartimentos sem dificuldades com lâmpadas de tipo led”, o que atesta o impacto positivo deste projecto.

Em termos de oferta, Luís Figueiredo adianta que são *kits* básicos, mas que permitem melhorar o ambiente de

trabalho. No caso dos hospitais e dos centros de saúde, para além de iluminarem, permitem alimentar uma geleira para conservar os medicamentos e um computador para o serviço administrativo.

Em relação às escolas, o projecto permitiu que, nas províncias do Cuanza Sul e da Lunda Sul, os estabelecimentos abrissem à noite para ministrar o ensino de adultos. “Na Lunda Sul e Cuanza Sul, temos zonas em que apenas havia dois turnos de aulas, mas hoje já é possível encontrar as escolas abertas à noite para o ensino de adultos”, explica, o responsável, lembrando que, no Cuando Cubango, a empresa está a trabalhar no interior de três municípios, concretamente Jamba, Mavinga e Rivungo, zonas de difícil acesso por falta de estradas, e onde até 2016 a energia era fornecida exclusivamente por geradores.

A LTP Energias, presente em Angola desde 2011, conta com 100 colaboradores, entre os quais 18 expatriados. No sector

público, a empresa desenvolve parcerias de negócios para a iluminação das vias públicas, estradas nacionais, instalação de parques de energia eléctrica fotovoltaica para injeção na rede.

Com este negócio, a partir de fontes sustentáveis, Luís Figueiredo revelou que espera uma facturação de 20 milhões USD até final do ano, embora o grande foco seja expandir a carteira de negócios desde que haja encomendas, tanto no sector público como no privado. “Fazemos vendas ao Estado angolano e aos privados e estamos prontos para responder a qualquer situação”, disse Figueiredo.

Figueiredo não fala da taxa de penetração da energia fotovoltaica no sistema eléctrico angolano, mas reconhece que os indicadores podem melhorar caso haja mais investimentos para este tipo de projectos, que permitem aumentar o nível e qualidade de vida das comunidades nas zonas rurais. ■

**SOLUTIONS
&Co** by sparknews

The Hindu BusinessLine **Portafolio** African BUSINESS **LesEchos** CincoDías Valör **Politiken**
Hong Kong Economic Journal **Il Sole 24 Ore** L'ECONOMISTE les affaires VA VENTURES AFRICA Le Quotidien de l'Économie
LÉTZEBUERGER Journal **EL ECONOMISTA** Kommersant YICAI GLOBAL FINANCIAL TIMES EXPANSÃO

Hoje, 20 dos principais jornais econômicos destacam soluções de negócio inovadoras e escaláveis a favor do clima.

#Ideas4Climate

Pelo segundo ano, o *Expansão* integra o projecto *Solutions&Co* que, este ano, arrancou a 3 de Dezembro, data de início da COP 24, Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Durante várias semanas, divulgamos projectos empresariais amigos do ambiente de vários países.

ADUBOS, FERTILIZANTES E PESTICIDAS ECOLÓGICOS

Inovação agrícola de Marrocos para a Europa

Com raízes profundas em Marrocos e África Ocidental, o grupo suíço Éléphant Vert criou o maior pólo industrial de inovação ecológica do continente. Agora a empresa está de olho no mercado europeu.

Stéphanie Jacob
L'Economiste

COMPROMETER-SE a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) significa comprometer-se a limitar o uso de fertilizantes nitrogenados na agricultura. O motivo? Esses fertilizantes aumentam fortemente os níveis de emissões de GEE do solo e, portanto, contribuem para as mudanças climáticas. Entre eles, há um que raramente é mencionado: o óxido nitroso (N₂O). De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o N₂O é o terceiro gás de efeito estufa mais lançado na atmosfera. Tem um potencial de aquecimento global 300 vezes maior que o dióxido de carbono (CO₂). E resulta de actividades agrícolas – da combustão de biomassa e de produtos químicos, como o ácido nítrico.

Para aumentar a complexidade do problema, o óxido nitroso – que representa mais de 70% das emissões globais de GEE da agricultura – permanece na atmosfera durante cerca de 120 anos. Um número crescente de agentes no sector agrícola está, portanto, a recorrer a soluções alternativas, como adubos orgânicos, para reduzir o uso de fertilizantes nitrogenados. Um deles é o grupo suíço Éléphant Vert, criado pela Fundação Antenna Technologies, onde os negócios estão a florescer. O grupo encontrou o seu nicho de mercado com a produção de adubos, fertilizantes e pesticidas ecológicos, que são orgânicos e lucrativos, e derivados de microrganismos naturais.

A Éléphant Vert começou oficialmente em Marrocos, onde abriu a sua primeira subsidiária há sete anos. Desde então tornou-se o maior centro industrial de inovações ecológicas de África. Os seus primeiros grandes investimentos industriais foram feitos neste país, com a abertura de duas fábricas; uma especializada na produção de microrganismos, pesticidas e fertilizantes ecológicos; e a outra dedicada aos adubos ecológicos concebidos para processamento e reciclagem de subprodutos agrícolas.

A fim de promover e garantir um acesso mais amplo aos métodos agrícolas da Éléphant Vert, o grupo inaugurou a sua Clínica de Plantas (Clinique des plantes, CDP), um centro de ensino em Meknès, em 2014.



A Éléphant Vert começou em Marrocos, já tem presença no Mali, Senegal, Costa do Marfim e Quênia e estuda outras localizações em África

Por meio da CDP, a Éléphant Vert treinou milhares de agricultores marroquinos, tanto em nome dos clientes da empresa como através de missões de apoio às organizações agrícolas públicas. Recentemente, a CDP adquiriu um laboratório de análise e controlo de qualidade, que foi credenciado pelo Ministério

da Agricultura de Marrocos.

Através da diversificação dos seus negócios, a Éléphant Vert desenvolveu uma abordagem que abrange todas as etapas da cadeia agrícola. “Temos a capacidade de realizar análises ambientais e de solo, desenvolver programas customizados de fertilização sustentável, facilitar o estabelecimento de culturas com base na adubação orgânica e, é claro, apoiar o agricultor durante todo o ciclo de produção através da fertirrigação [uma técnica de fertilização que usa irrigação] e do controlo biológico de pragas”, diz Anouar Alasri, director executivo da subsidiária marroquina da Éléphant Vert.

O grupo consolidou a sua posição no continente africano através da abertura de quatro subsidiárias em África Ocidental. Elas estão localizadas no Mali, um país que optou por subsidiar adubos e pesticidas ecológicos; no Senegal, onde a subsidiária vem crescendo comercialmente nos últimos dois anos; na Costa do Marfim, através da aquisição de uma empresa local que fabrica adubos ecológicos; e no Quênia, através da empresa Kenya

Biologics Limited, especializada em controlo biológico. A abertura noutros países está a ser examinada. Tendo alcançado a velocidade de cruzeiro em termos de expansão em África, a Éléphant Vert procura agora marcar presença na Europa, através da aquisição de pequenas e médias empresas inovadoras, como a Or Brun e a Xurian Environnement, em França.

“A expansão europeia vai ajudar a fortalecer as subsidiárias africanas, já que a nossa rede territorial integrada garantirá uma complementaridade singular em especialistas, tanto em pesquisa e desenvolvimento quanto em termos de geração de produtos adaptados aos contextos de cada país”, diz Alasri. Esta promissora abordagem transcultural é motivada pela necessidade urgente de uma mudança nas práticas agrícolas.

A Éléphant Vert também estabeleceu laços com instituições de pesquisa, nomeadamente o Instituto Nacional Francês de Pesquisa Agrícola (INRA). O instituto acaba de lançar um novo programa de pesquisa para examinar a dinâmica de

nitrogénio e carbono em solos marroquinos, após terem sofrido aplicações bem-sucedidas de nutrientes orgânicos (húmus e outros adubos feitos a partir de resíduos orgânicos). O estudo está preocupado sobretudo com os GEEs, nomeadamente CO₂, N₂O e metano.

“O foco está no solo, que é a base da agricultura, e cuja fertilidade é uma enorme causa de preocupação. Se ainda conseguirmos produzir, mesmo com a intensificação da agricultura, é porque ainda estamos extrapolando a exploração do solo de uma forma não sustentável”, diz Khalid Azim, especialista em agricultura orgânica e compostagem e pesquisador do INRA, em Agadir.

Por exemplo, na Europa, o solo com menos de 3% de matéria orgânica é considerado um solo de baixa fertilidade. No entanto, o nível registado pelos pesquisadores marroquinos está à volta dos 0,4% de matéria orgânica. Como a demanda daqueles que trabalham no sector orgânico está a aumentar constantemente, agora é a hora de concentrar esforços na inovação para melhorar a qualidade do solo. ■

**ATRAVÉS DA
DIVERSIFICAÇÃO
DOS SEUS
NEGÓCIOS,
A ÉLÉPHANT VERT
DESENVOLVEU UMA
ABORDAGEM QUE
ABRANGE TODAS
AS ETAPAS DA
CADEIA AGRÍCOLA**

ESPECIAL **AMBIENTE**

DETERGENTE “VERDE” NO BRASIL

Negócio imita natureza como solução para limpar a casa

Um encontro com um químico levou o brasileiro José Luis Majolo, administrador de empresas, a mudar o rumo da sua carreira, pela segunda vez, num processo que resultou na criação de uma empresa inovadora e sustentável.

Sergio Adeodato
Valor Econômico

EM 2003, após 35 anos no mundo corporativo e financeiro, Majolo inaugurou um hotel *boutique* na Mata Atlântica, próximo a São Paulo. Certo dia, um químico interessado em vender uma nova fórmula para produtos de limpeza, desenvolvido por pesquisadores do Ceará - sem cloro, fosfato e outros compostos tóxicos usualmente encontrados nos produtos de limpeza, foi à procura dele no estabelecimento. A compra visava o bem-estar dos hóspedes, mas a partir dela surgiu a ideia de criar um novo negócio que resultou na TerpenOil, empresa de químicos à base de activos naturais de fontes renováveis para o mercado de limpeza de alta *performance*.

Produtos de limpeza tradicionais podem ser prejudiciais à saúde e ao ambiente. Uma pesquisa recente da Universidade de Bergen, na Noruega, publicada pela Sociedade Torácica Americana, aponta que limpar a casa pode ser tão prejudicial quanto fumar 20 cigarros por dia, ao aspirar os componentes químicos dos produtos.

A agência de protecção ambiental americana, EPA, associa produtos químicos de limpeza a questões ambientais porque os seus compostos orgânicos voláteis (VOCs) tendem a prejudicar sistemas hídricos - por dificuldades de descarte - e a qualidade interna do ar. Também contribuem para a poluição externa e danificam a camada de ozônio, reduzindo sua capacidade de absorção de raios ultravioleta. O estudo da EPA sugere que o ar interno é de duas a cinco vezes mais poluído que o externo, devido a fontes de combustão e produtos de limpeza.

Em 2017, Majolo comprou a patente da fórmula de limpeza da Universidade do Ceará e depois foram desenvolvidas formulações mais adequadas à produção industrial. “O desafio combinou com o antigo desejo de levar ao mundo algo positivo e ao mesmo tempo lucrativo”, conta o empresário. Para ter sucesso, o produto também precisava alinhar preço, escala e qualidade.

“A pegada está em replicar o funcionamento da natureza no



O produtos reduz 90% dos fundos e 80% das bactérias

**NO BRASIL,
O MERCADO
DE PRODUTOS
DE HIGIENE
E LIMPEZA
FACTUROU
5,5 MIL MILHÕES
USD EM 2016,
UM CRESCIMENTO
DE 44,3%
FACE A 2011**

dia-a-dia, recuperando com novas tecnologias o que perdemos ao longo dos milênios, sem voltar à Idade da Pedra”, diz Majolo. A novidade do produto, além da eficiência contra a sujidade, o mofo ou o bolor, estava na origem: a natureza. A fórmula é baseada em terpeno - composto presente em cítricos e outros vegetais, com propriedades bactericidas e fungicidas.

Sediada em Jundiaí, a 60 km da capital de São Paulo, a TerpenOil obtém a maior parte da sua matéria prima de laranjas processadas em fábricas de sumo. Mas também usa pinho, eucalipto e citronela. Os principais consumidores são empresas que procuram bons índices de sustentabilidade e de saúde do trabalhador. Mensalmente são produzidos 60 mil litros de soluções de limpeza, todos biodegradáveis e baseados em recursos renováveis.

Testes realizados com amostras da TerpenOil no Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, mostraram a capacidade

de reduzir 90% dos fungos e 80% das bactérias presentes no que se respira em ambientes fechados. A empresa é a única do sector no país a ter o selo ABNT, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, como chancela para fornecimento a “green buildings”.

No Brasil, o mercado de produtos de higiene e limpeza facturou o equivalente a 5,5 mil milhões USD, em 2016, com crescimento de 44,3% desde 2011. “Encontramos espaço na onda da procura por vida saudável e produtos naturais de fontes renováveis”, diz Marcelo Ebert, director da TerpenOil.

O modelo de negócios original estava centrado nas vendas corporativas, faltava chegar aos retalhistas. O que aconteceu em 2018 com o lançamento da marca YVY, com o seu próprio modelo de vendas de cápsulas de produtos de limpeza concentrados para clientes domésticos - por *e-commerce*, no modelo de clube de assinatura. O produto concentrado em cápsulas evita

a embalagem em recipientes plásticos que, em grande parte, são ocupados com água e reduzem as necessidades de transporte.

A empresa investiu 10 milhões USD nas duas linhas, com aumento das vendas entre 20% e 40% ao ano. Embora recentes, as vendas no retalho têm apresentado um crescimento consistente de 20% ao mês. Os concorrentes da TerpenOil são outros fabricantes de produtos de limpeza com base em terpenos, mas apenas no mercado corporativo.

A TerpenOil também desenvolveu produtos para tratamento de emissões de gases, que neutralizam VOCs e odores em condutas de ar condicionado de ambientes industriais. Hoje, esse produto representa uma pequena parte do leque oferecido pela companhia e é voltado só para o cliente corporativo. “A medida que o mercado se torna mais consciente, o plano é expandir o portfólio de produtos”, diz Ebert. ■

APROVEITAR A DURABILIDADE E RESISTÊNCIA DOS RESÍDUOS

Habitação de baixo custo a partir de plásticos reciclados construída no México

Fundada pelo empresário mexicano Carlos González, a EcoDom transforma plásticos reciclados em casas acessíveis para famílias de baixa renda. Um duplo objectivo, que permite gerar receita com um negócio de alto rendimento.

Hadassah Egbedi*
Ventures Africa

A PRODUÇÃO de plásticos cresceu exponencialmente desde a sua criação. Segundo o estudo “Produção, uso e destino de todos os plásticos já produzidos”, publicado na revista Science Advances, em 2017, 8,3 mil milhões de toneladas foram produzidas em todo o mundo nos últimos 65 anos – pesando o equivalente a 10 mil Torres Eiffel ou 35 mil edifícios Empire State.

O problema é que apenas 9% de todos os resíduos plásticos são reciclados, enquanto o resto acaba na natureza. Oito milhões de toneladas de plásticos vão para o oceano todos os anos – um número que pode subir para 500 milhões até 2020, se a situação não melhorar.

No México, o consumo de PET atinge 722 mil toneladas por ano. O país ocupa o primeiro lugar no consumo de água engarrafada em todo o mundo, de acordo com a Comissão Ambiental da Câmara dos Deputados do México, e em segundo lugar quando se trata de garrafas de refrigerantes.

Mas o país fez progressos importantes, segundo a ONG ambiental local Ecoce; a recolha e a reciclagem de PET aumentaram de 6% para 58% nos últimos 15 anos, à frente do Brasil (42%), do Canadá (40%) e dos Estados Unidos (31%). A cultura de reciclagem da Noruega lidera com uma taxa de 95%.

A crescente consciencialização sobre as consequências ambientais do PET está a incentivar as pessoas a agirem. O mexicano Carlos González, CEO da EcoDom, é um exemplo. A sua empresa, com sede em Xicotepec de Juárez, Puebla, transforma resíduos de plástico em materiais de construção para construir moradias acessíveis para famílias de baixa renda.

González cresceu nas montanhas perto de Puebla, uma das regiões mais desfavorecidas do país, cercada de pobreza, falta de acesso a moradias decentes e de poluição plástica. Ele concebeu e criou o seu modelo de negócios em 2012.

“O nosso objectivo é limpar profundamente o México e o



Cerca de 10% dos lucros da empresa são destinados a causas sociais, ampliando os benefícios de um negócio verde e rentável

mundo do plástico, aproveitando o potencial das suas propriedades para a construção – ele não é biodegradável, nem fica húmido ou é comido por pragas”, explica o empreendedor. A empresa recicla principalmente PET,

mas também polietileno de alta densidade (PEAD), polipropileno e acrilonitrila butadieno estireno (ABS), normalmente encontrados em baldes, brinquedos ou sacolas descartadas.

González compra o material ao quilo de pequenas empresas ou de colecionadores independentes com quem a empresa trabalha regularmente. A EcoDom também organiza operações de recolha selectiva em Puebla, onde os voluntários se juntam aos funcionários da empresa para recolher plásticos de residências ou empresas.

“Nós seleccionamos e moemos os plásticos através de um processo industrial para transformá-los em flocos, que são então colocados num molde, derretidos, e, uma vez em estado pastoso, são levados a uma prensa que aplica pressão para produzir a matéria-prima para os nossos produtos”, explica González.

Para criar uma parede, a empresa transforma cerca de 6 kg de plásticos. Todo o processo custa entre 50 a 60 pesos mexicanos, ou seja quase 3 USD.

A EcoDom gera receitas com a venda de materiais de construção derivados do

plástico, como paredes, faianças, mezaninos e telhados térmicos; mas também da construção de casas e venda de propriedades para famílias de baixa renda.

Cerca de 10% dos seus lucros são destinados a causas sociais. Com esses fundos, a empresa pode vender casas de 42 m2, parcialmente subsidiadas, por 5 mil pesos (265 USD) ou quartos individuais por 1 mil pesos (50 USD). Os compradores podem pagar com trabalho em vez de dinheiro.

“As nossas casas custam menos do que outras feitas inteiramente de cimento. Uma das vantagens do nosso sistema é que o material pode resistir até ao dobro da carga que os materiais de construção tradicionais, o que acelera a fase de construção e permite economias de até 25% do custo total. Os materiais de construção tradicionais resistem a 2,5 kg por centímetro quadrado, enquanto os nossos podem suportar até 5,3 kg por centímetro quadrado”, diz o director-executivo da EcoDom.

A empresa também começou a doar casas para famílias no ano passado. Até agora, ela já vendeu duas casas, e doou

cinco casas e três quartos. Agora, está a negociar os termos de um acordo com a Universidade Cuauhtémoc de Puebla para doar outras cinco casas.

González começou este projecto sozinho, mas com a ajuda da sua agora parceira, Eily Cristell Velázquez. Hoje, a EcoDom tem mais três accionistas. Juntos, investiram mais de 8 milhões de pesos (394 mil USD) até agora e conseguiram despertar o interesse de empresas da Índia, Canadá, França, Brasil, África do Sul, Guatemala e República Dominicana. Um acordo com o governo deste último país está em negociação, numa tentativa de resolver o problema da poluição plástica maciça ao largo da costa de Santo Domingo, que ocupou as manchetes no início deste ano.

González diz que está orgulhoso do que a sua empresa alcançou e planeia ampliar o seu objectivo por meio de um modelo de franquia. Em Dezembro, ele se juntará à construtora mexicana Haras para construir 250 casas em Puebla. A EcoDom espera fornecer os materiais e conhecimentos necessários para construir pelo menos metade das casas. ■

**PARA CRIAR
UMA PAREDE,
A EMPRESA
TRANSFORMA
CERCA DE 6 KG
DE PLÁSTICOS.
TODO O PROCESSO
CUSTA ENTRE
50 A 60 PESOS
MEXICANOS, OU
SEJA, QUASE 3 USD**

PAULO AZEVEDO

“Se não insistires e persistires, nunca vais vencer”

Nasceu sem braços e pernas, o que o obriga a usar uma prótese para caminhar, mas não tem nenhum receio de “despir-se” e mostrar as suas deficiências. Visitou Angola pela primeira vez para dizer às pessoas que ser diferente é normal.

Mirene da Cruz

O que o trouxe a Angola?

É a primeira vez que visito o País. Quem me permitiu concretizar este sonho foi a Bonws Seguros que conheceu o meu trabalho e achou importante passar um pouco da minha experiência aos angolanos.

Além da palestra tem agendadas visitas?

Sim, visitei o centro de acolhimento Arnaldo Jansen “Padre Horácio”, foi um momento único e fantástico para mim. Fui conhecer as instalações, mas, acima de tudo, falar com os meninos e mostrar-lhes que ser diferente não é ser inferior, que se eles acreditarem nos seus próprios valores podem fazer coisas impressionantes.

Quando é que o percebeu que ser diferente é ser normal, numa sociedade preconceituosa?

Cresci a ouvir das pessoas “coitadinho, mais valia não ter nascido”, porque a minha família não me escondia. Aprendi a ganhar forças nessa frase e assumi um compromisso comigo mesmo: ‘sou eu que vos vou mostrar se valeu apenas ou não’. Acho que este é o segredo: aceitar-se a si.

Como foi usar a sua deficiência para ajudar as outras pessoas, com deficiência física ou não?

Isto surgiu de uma forma que eu não estava a espera. Em Portugal escreveram um livro sobre a minha vida e comecei a apresentá-lo às escolas. Começou a ficar mais sério quando percebi que, se calhar, as pessoas olhavam para mim de uma forma como um exemplo: ‘se ele consegue, eu também consigo’. Então comecei a usar isso para fazer a diferença na vida das pessoas.



ASSINATURA DE FOTO

Conta com apoios para as actividades que realiza?

Em Portugal começou por conta própria, mas agora vivo disto. Comecei a fazer as palestras a nível de empresas, mas se tivesse apoio conseguia estar em escolas e instituições para passar a minha palavra. Mas para isso, preciso de apoio financeiro.

Foi fácil conseguir membros para a associação “Eu Desafio-te”?

Reuni os meus amigos, porque quando conto a minha história falo de heróis da vida real, e muitos deles são os meus amigos. Tudo o que angariamos tem que ser para ajudar e não para proveito próprio, como muitos fazem.

Durante a apresentação da associação falou do papel das famílias...

Este é o meu foco principal, mostrar que aquele filho ou neto deficiente tem valor. O objectivo é mudar a mente da família e proporcionar momentos de lazer, porque muitas vezes, uma criança numa cadeira de rodas, quando for adulto não volta a andar e torna-se mais pesado, a família cansa-se. Então, programamos dias de férias a estas famílias e com pessoas para cuidar das crianças.

Percebe mudanças significativas com as suas palestras, no que toca a arquitectura urbana, por exemplo?

Luto para as mudanças, mas é uma luta inglória, porque nem toda gente faz aquilo que é necessário. A maior barreira arquitectónica é a mente. Temos que deixar de olhar para as pessoas e deixar de vê-las como as minorias, como a parte fraca, seja por deficiência ou por orientação sexual, seja o que for, temos que olhar para as pessoas de igual para igual.

É fácil conciliar as actividades de actor e orador?

Agora só faço apenas as palestras na “mesa da superação”... É assim que lhe chamo porque faço as palestras em cima de uma mesa. E neste momento não me vejo a fazer outra coisa.

Como é que ajuda as pessoas a terem independência económica?

Digo-lhes para não terem medo de arriscar. O principal ponto para qualquer independência é sentir-se a vontade de tentar, porque vão dizer que NÃO umas 30 vezes, mas se não insistires e persistires, nunca vais vencer. Quando caímos, não somos nós que decidimos cair, mas a decisão de nos levantarmos é nossa.

Sem pernas e braços, apenas uma “mesa da superação”

O português Paulo Azevedo percebeu desde cedo que tinha que gostar e respeitar-se a si próprio para exigir o mesmo dos outros. Apesar da deficiência, a família nunca se envergonhou e levava-o onde fosse. E permitiu ao Paulo ser actor e orador de palestras para dizer que “ser diferente é ser normal”. Hoje, é pai de dois filhos e vive das receitas das palestras. É licenciado em jornalismo e fez uma especialização em motivação de futebol, no Real Madrid. Gosta de fazer desporto, sobretudo o surf. Estar

com os filhos é outra ocupação nos tempos livres. Também gosta de ler, ir ao cinema, mas principalmente, gosta “de sorrir”. Até ao momento, Angola é o único País que recebeu a “mesa da superação”, como Paulo apelidou as suas palestras. Em Luanda teve a oportunidade de dividir o palco com o João das Dores Chiquete, atleta da selecção nacional em futebol adaptado, para passarem o testemunho de superação, apesar das deficiências físicas.



MÚSICA

Show “Eu e Elas” para fechar 2018 em grande

Euclides da Lomba sobe ao palco ao lado de quatro vozes femininas no seu último show do ano no Cine Tropical.

O espectáculo musical que acontece hoje, dia 14 de Dezembro, no Cine Tropical, em Luanda, vai juntar a voz de Euclides da Lomba com as de Edmázia Mayembe, Anna Joyce, Ary e Bruna Tatiana, com suporte da Banda Maravilha.

A ideia inicial do “Eu e Elas”, segundo Euclides da Lomba, era a de ter dez vozes femininas a dividir o palco, mas a agenda preenchida de outras artistas não permitiu que isso acontecesse.

Recentemente, o cantor disse que fazer música em Angola é muito caro, principalmente para quem tem uma carreira individual. “Nenhum artista em Angola ganha dinheiro com

a venda de discos, visto que se gasta mais do que se ganha em termos de dividendos finais”, considerou,

Segundo Euclides da Lomba, ganha-se mais com espectáculos, “mas, se não estás na capital do País, não tens esta oportunidade e ficas reduzido a quase nada”.

Para mudança do contexto, o músico entende o Governo deve criar políticas que valorizem o trabalho dos criadores, uma vez que o Estado ainda funciona como o promotor e patrocinador de eventos, competências estas que devem ser realizadas pela iniciativa privada, defende.

Mirene da Cruz

AGENDA CULTURAL

SHOW



MÚSICA TOTÓ MOSTRA “TRAJECTÓRIA” NO CAMÕES

Concerto começa às 19h30 e o artista será acompanhado pelo cantor de música popular angolana Gari Sinedima.

14 de Dezembro

MÚSICA



DE 14 A 16 2º FESTIVAL JAZZ NO KUBIKO FUSION

Artistas nacionais e internacionais mostram o melhor da *World Music*, a partir das 17h, no Clube Naval de Luanda.

14 de Dezembro

FESTA



ANIMAÇÃO LISALUNDA POOL PARTY 2018

Com apoios de Night Lounge, Bratva, HQ, Gang Marreta, Adilson Lopes, Elvia Drinks, no Lar do Patriota, das 14h às 02h.

16 de Dezembro

LITERATURA

“Aventuras de AMOR-FLOR em ÁFRICA”

O novo livro de Maria Eugénia Neto leva-nos a uma viagem pela história do continente africano com as suas culturas milenares.

A escritora Maria Eugénia Neto vai lançar a obra infanto-juvenil “As Aventuras de AMOR-FLOR em ÁFRICA”, no dia 20 de Dezembro, às 18h, no Centro Cultural Português.

A história narra as aventuras de AMOR-FLOR, o cão cavaleiro, e do seu dono que viajam pelo continente africano e pela península Arábica.

Uma viagem por diferentes povos, suas culturas, sua história, seus hábitos e estórias, mas também por uma prodigiosa e

diversificada natureza. Na obra infanto-juvenil, Maria Eugénia Neto, conta que “AMOR FLOR” quer que o seu dono seja uma pessoa culta e, por isso, leva-o a conhecer as grandes civilizações da história do continente africano (...).

O livro traz também como um dos protagonistas o Rio Nilo, que nasce no Uganda, atravessa o Sudão, o Chade e o Egipto, para desaguar em delta no mar Mediterrâneo.

M.C.



FESTA DE NATAL EM LUANDA

“Boas Festas” cantadas na Baía de Luanda

A Unitel vai realizar mais um *show* de final de ano para celebrar a quadra festiva com os seus clientes. O espectáculo terá transmissão em directo na ZAP.

O *Show Boas Festas Unitel* acontece dia 15, a partir das 19h, na Baía de Luanda, com os músicos Yola Semedo, C4 Pedro, Anderson Mário, Noite e Dia, Preto Show e Biura.

Para acesso ao espectáculo, os interessados devem solicitar um ingresso após a aquisição de uma recarga no valor de mil kz nas lojas Unitel Belas Shopping, Kero

Viana, Kero Nova Vida, Largo da Independência, Shopping Avenida Morro Bento, São Paulo, Cazenga, Ilha de Luanda, Couqueiros, Golf-2 e na sede.

Anderson Mário que interpretou Michael Jackson, vencedor do concurso Unitel Estrelas ao Palco, vai abrir o concerto com o tema “Natal Unitel”.

M.C.

OPINIÃO

CARTAS DO LEITOR

Quer opinar, criticar, elogiar ou simplesmente desabafar sobre um tema da actualidade económica nacional ou internacional? Escreva ao Director do Expansão para: **redacao@expansao.co.ao** ou Avenida Lénine, n.º 72, 3.º andar — Edifício Domo Business Center, Ingombota, Luanda, indicando nome, profissão e local de residência. Por questões de espaço, o *Expansão* reserva-se o direito de resumir as cartas seleccionadas para publicação.

FMI aprova ajuda de 3,7 mil milhões a Angola, mil milhões vêm de imediato

“Com o FMI não se brinca. Isso quer dizer o remanescente desembolsado ao longo da duração do programa de três anos está sujeito a avaliações semestrais. Caso o Governo não cumprir com aquilo que o FMI quer como prioridade, vão sancionar o desgoverno e não verão mais o remanescente. Acho que eles também já sabem que o dinheiro do FMI não é como o da China que dá pra pôr no bolso”.

Isaac Costa
Facebook

PGR investiga dirigentes angolanos e empresários libaneses suspeitos de financiamento ao terrorismo

“Angola está bem assim. Prendam esses indivíduos que brincaram no tempo do JES”.

Cle Inédito
Facebook

Bancos ficaram com 960 milhões USD em divisas no mês de Novembro

“E nunca têm disponibilidade cambial!!!”.

Divaldo Cruz
Facebook

Agentes públicos desviaram 5 milhões de USD em dois anos

“Recuperando essa quantidade de dinheiro não seria necessário pedir empréstimo ao FMI”.

Nsenga Albert
Facebook

Crude estabiliza abaixo dos 60 USD

“A morte de Jamal Khashoggi, deu um grande trunfo aos Estados Unidos da América”.

Miguel da Silva Sousa
Facebook

CONVIDADO



António Estote
Economista

A maka dos cofres cheios ou vazios

Omês de Novembro foi marcado pelo inédito contraditório entre o Presidente da República, João Lourenço, e o seu antecessor, José Eduardo dos Santos, sobre a situação dos cofres do Estado, que levantou dúvidas sobre quais os valores detidos pelo Tesouro Nacional, onde estão guardados e quem os pode movimentar.

As Estatísticas Monetárias e Financeiras do BNA ajudam a responder a estas perguntas ao permitirem analisar a relação, em dólares americanos, entre os cofres do Estado e as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) e pôr em evidência a relação perigosa entre o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Ministério das Finanças (MinFin).

Quando falamos em cofres do Estado não estamos a falar em casas fortes blindadas, mas de uma conta domiciliada no banco central, chamada Conta Única do Tesouro (CUT), com várias subcontas, nomeadamente a CUT em Moeda Nacional (MN) e a CUT em Moeda Externa (ME), que, por sua vez, também se encontram subdivididas em subcontas.

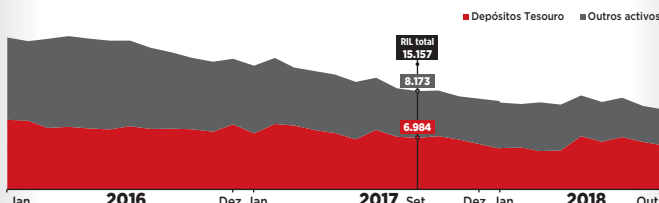
A CUT encontra-se à guarda exclusiva do BNA. Além de emitir moeda e preservar o valor do Kz, através das políticas monetária e cambial, o BNA também é o único banco depositário do Estado. Nos últimos anos tem ainda concedido empréstimos ao Governo.

As RIL são o principal instrumento do BNA para preservar o valor do Kz. São constituídas por activos externos de disponibilidade imediata, nomeadamente, ouro, depósitos e títulos de dívida soberana de baixo risco em moeda estrangeira, entre outros. Uma grande parte da RIL são alimentadas pela CUT ME. Os depósitos do Estado em moeda estrangeira junto do banco central não só entram nas RIL como representam a componente com maior liquidez porque não têm restrições de movimentação. Embora pertençam ao Estado, o Governo não pode movimentar livremente os valores da CUT ME, sob pena de desencadear uma crise monetária. O remanescente das RIL apresenta menor liquidez porque os valores estão aplicados em depósitos a prazo e outros activos menos líquidos ou títulos de dívida soberana que têm sido cedidos como garantia de empréstimos.

Em Setembro de 2017, as RIL ascendiam a 15.157 milhões USD correspondentes a 6 meses de importação, nível mínimo recomendado pela SADC. Destes pouco mais de 15 mil milhões, 6.984 milhões USD equivalentes a 46% do total correspondiam aos depósitos do Estado em

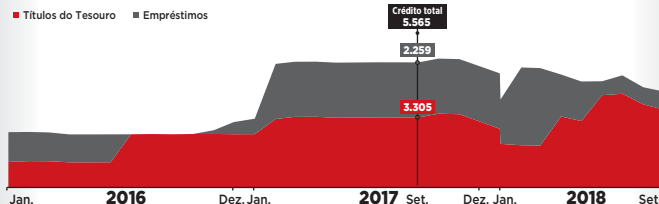
RIL SEMPRE A DESCER

Evolução das Reservas internacionais líquidas do BNA, milhões USD



KILAPIS DO GOVERNO NO BNA EM ALTA

Crédito do BNA ao Estado, milhões USD



Os cofres estavam vazios, porque o dinheiro disponível era para importações e para defender o Kz

moeda estrangeira junto do banco central, ou seja à CUT ME ver gráfico.

Se o Governo utilizasse estes valores, as RIL cairiam para 8.173 milhões garantindo apenas três meses de importação. As RIL a este nível sinalizariam poucas divisas para pagamentos em moeda estrangeira, seja para importações de bens essenciais, seja para credores externos. Muito provavelmente o Kz seria sujeito a uma forte pressão para desvalorizar e não seria mesmo de excluir uma crise monetária e cambial.

Em suma, somos levados a concluir, que em Setembro de 2017 os cofres do Estado estavam vazios ou quase, porque o dinheiro disponível em depósitos em moeda estrangeira era para pagar importações e credores e para defender o Kz.

Com os cofres vazios, o Governo teve de recorrer a empréstimos junto do BNA. Os empréstimos do Estado junto do BNA ascendiam em Setembro de 2017 a 5.565 milhões USD o equivalente a 8% do OGE

2019. Deste montante, 3.305 milhões eram financiamentos concedidos através da aquisição de Obrigações do Tesouro e 2.259 milhões eram financiamentos directos.

O BNA intensificou os empréstimos ao Estado em 2015 com a concessão de 1.500 milhões através de uma conta corrente no banco central. Esta CC foi liquidada com a emissão de títulos da dívida pública de longo prazo. Em 2016 o BNA repassou para o Estado um financiamento de 500 milhões USD obtido junto de uma sociedade financeira. Em 2017 o Governo recebeu mais 1.759 milhões USD de créditos através da CC que liquidou novamente com a emissão de títulos.

Ao receber do Estado títulos da dívida pública para liquidar créditos ao abrigo da CC, o BNA arrisca-se a ficar sem liquidez para cumprir com as obrigações de curto prazo enquanto banco central. Para corrigir o que está mal, o Governo deveria vender títulos ao público e usar os recursos assim obtidos para liquidar os empréstimos junto do BNA.

Não é recomendável o Governo continuar a recorrer à CC junto do BNA para financiar despesas correntes e depois pagar essa CC com dívida titulada de médio e longo prazo que devia ser usada para financiar investimento. Esta prática reiterada pode pôr em causa a sustentabilidade das finanças públicas, sobretudo porque aumenta a dívida pública sem que se aumente a capacidade produtiva.

EXPANSÃO

DIRECTOR
Carlos Rosado
de Carvalho
carlos.rosado@expansao.co.ao

SUPERVISOR DESK
Joaquim José Reis
joaquim.reis@expansao.co.ao

SUPERVISOR DESK-ADJUNTOS
Isabel Costa Bordalo
isabel.bordalo@expansao.co.ao
Luis Galvão
luis.galvao@expansao.co.ao

REDACÇÃO
Alexandre Lourenço
alexandre.lourenco@expansao.co.ao
Hamilton Cruz
hamilton.cruz@expansao.co.ao
Martins Chambassuco
martins.chambassuco@expansao.co.ao

Mirene da Cruz
mirene.cruz@expansao.co.ao
Nelson Francisco Sul
nelson.sul@expansao.co.ao
Sita Sebastião
sita.sebastiao@expansao.co.ao
Patrícia Rios
(SECRETÁRIA DE REDACÇÃO)
patricia.rios@expansao.co.ao

CONTACTO REDACÇÃO
Telef.: (+244) 938 945 970
redacao@expansao.co.ao

COLABORADORES
António Estote,
Francisco Miguel Paulo,
Gustavo Amaral (KPMG),
Nauwick Tchilau, Nuno
Oliveira Matos (PwC)
e Telma Van-Dúnem

COLONISTAS
Alves da Rocha,
Eva Santos, Fernandes
Wanda, José Alberto
Rodrigues, Maria Luísa
Abrantes, Mário Beírolas
e Norberto Carlos

DESIGN GRÁFICO
Pedro Morais
(COORDENAÇÃO)
Ngombo José Manuel

FOTOGRAFIA
Quintiliano dos Santos
(COORDENAÇÃO)
César Magalhães
e Lídia Onde

MOTORISTA
Anselmo Moreira
António N'Gola Logila

PROJECTO GRÁFICO
Jorge Ribeiro

PROPRIEDADE
INVERSÃO, SA

REGISTO
MCS-520/B2009

TIRAGEM
15.000 exemplares

IMPRESSÃO
Damer Gráficas, SA

DEPARTAMENTO COMERCIAL
Alide Hussen
alide.hussen@novavaga.co.ao
+244 941 114 883

CONTACTO COMERCIAL
comercial@novavaga.co.ao
ASSINATURAS DIGITAIS
+244 921 358 582

DISTRIBUIÇÃO
Vaspe, SA
CONTACTOS
+244 937 581 904
+244 921 303 903
assinaturas@vaspe.co.ao

NOVA VAGA, SA
MORADA
Avenida Lénine, nº 72,
3º Andar, Edifício Domo,
Ingombotas, Luanda
Angola

CONTACTOS
Telef.: (+244) 222 332 819

NOVA VAGA PUBLISHING

DIRECTOR-EXECUTIVO
Victor Jorge

MORADA
Av. Elias Garcia, nº 137, 7ºC,
1050-099 Lisboa, Portugal

CONTACTOS
(+351) 215 801 682
geral@novavaga.pt

ASSINATURAS
Semestral: €87,50
(1 EDIÇÃO DE OFERTA)
Anual: €168,00
(4 EDIÇÕES DE OFERTA)

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO
VASP

LABORATÓRIO ECONÓMICO



Alves da Rocha
Economista

Para onde vai a economia angolana?

Pelo calendário do Instituto Nacional de Estatística (INE) as Contas Nacionais do III trimestre de 2018 só serão divulgadas em Janeiro do próximo ano, ficando assim por se saber, neste momento, qual vai ser o desfecho do crescimento económico do país. Algumas instituições com responsabilidades na definição e gestão da política económica continuam, a meu ver excessivamente, concentradas na busca e garantia de alguns equilíbrios monetários, cuidando menos do que se passa na parte real do sistema, afectado por vícios, debilidades, imponderabilidades e estrangulamentos diversos e que prejudicam o seu normal e bom desempenho.

E um deles é a convergência, a todo o custo, das taxas de câmbio dos dois mercados, afirmando-se mesmo existirem evidências de que o processo de desvalorização influenciou pouco o movimento ascendente dos preços observados no índice de preços no consumidor. Se assim for – pessoalmente não estou completamente persuadido deste facto – então o problema económico do país desloca-se para a compreensão da rigidez da taxa de inflação (no final deste ano poderá situar-se em 20%) e das razões do fraco crescimento económico, havendo o convencimento de que a solução final (perdoem-me a analogia com a História) passa pela redinamização do sector real da economia.

Atentemos em alguns indicadores relativos às finanças públicas, aos salários e ao Produto Interno Bruto (PIB) e seus componentes.

Evidentemente que ocorreu um efeito contágio (*spillover effect*) sobre as restantes variáveis do sistema económico nacional, com saliência para o défice orçamental (-22,8% do PIB em acumulado entre 2013 e 2018) e a dívida pública (70,5% do PIB em Agosto de 2018). Mas também sobre o consumo privado – factor importantíssimo do crescimento económico em situação de necessidade de contracção do consumo público (com investimento público) e das exportações de petróleo – cuja taxa real de crescimento tem vindo a diminuir.

Os salários, enquanto componente relevante do consumo das famílias e da melhoria das suas condições de vida, apresenta igualmente um comportamento de degradação do seu valor real.

No Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 as expectativas de crescimento futuro acabam por seguir a tendência de desaceleração da dinâmica de crescimento do PIB.

ECONOMIA EM RECESSÃO... Variação real anual do PIB, em %										
Fonte: Contas Nacionais e Relatórios de Fundamentação do OGE.										
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
10,48	2,01	4,61	1,86	5,20	4,95	4,70	2,80	-2,60	-0,10	-1,1

... E COM FRACAS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO Variação real anual do PIB, em %							
Fonte: PDN 2018-2022							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média
PIB	-2,1	2,3	3,5	2,4	2,6	4,1	3,0
PIB petrolífero	-5,2	0,8	0,6	-3,6	-2,5	-4,5	-1,8
PIB não petrolífero	-4,7	2,4	4,4	5,0	6,2	7,5	5,1

DEGRADAÇÃO DOS SALÁRIOS... Variação real anual dos salários, em %							
Fonte: Contas Nacionais							
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
-1,4	18,2	5,1	-2,1	-2,7	1,7	-21,7	0,3

... PENALIZA CONSUMO DAS FAMÍLIAS Variação real anual do consumo, em %							
Fonte: Contas Nacionais							
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1,5	16,2	10,6	6,3	19,6	1,1	-11,2	1,7

[Vêm aí] tempos difíceis que vão ter consequências sobre o aumento da pobreza e exclusão social

As informações para 2017 e 2018 acabam por ser contraditórias: o Relatório de Fundamentação do OGE de 2019 (com data de 31 de Outubro de 2018) aponta para uma recessão global de -0,1% em 2017, enquanto o PDN 2018-2022 (datado de Abril de 2018) estabelece-a em -2,1%. Para 2018, os mesmos documentos apontam para -1,1% e 2,3%, respectivamente. Seguramente que neste ano a

economia nacional não vai sair da recessão, sendo, por isso, mais consistente o valor de -1,1% para o PIB global, atendendo aos valores registados, pelas Contas Nacionais, para o I e II trimestre deste ano, na sequência, -4,7% e -7,4%, um acumulado semestral de -6%. Em cálculos lineares, para que a taxa se estabelecesse em zero por cento, a economia teria de crescer a um ritmo de 6% no segundo semestre do corrente ano, o que se afigura difícil. Segundo o Boletim de Conjuntura do INE do III Trimestre deste ano, todos os sectores aí observados apresentam um comportamento bastante negativo:

a) A Indústria Transformadora apresenta um comportamento negativo (-21 pontos em variação homóloga face a 2017), que se vem repetindo desde o I Trimestre de 2015, sendo o seu valor inferior ao do índice de Conjuntura Económica.

b) O mesmo se passa com a Indústria Extractiva (petróleo e gás incluído), com um valor de -14 pontos no III Trimestre. A degradação deste indicador começa a ocorrer depois do III Trimestre de 2014 (seguramente influenciado pela crise petrolífera).

c) O Turismo – uma das grandes esperanças para a retoma do crescimento e a diversificação da economia – posiciona-se exactamente na mesma linha dos sectores anteriores: -23 pontos no III Trimestre deste ano e um início de crise estabelecido depois do IV Trimestre de 2014.

d) A conjuntura permaneceu desfavorável para os sectores do Comércio (-29 pontos) e da Construção (-33 pontos).

e) O único sector a apresentar um índice de conjuntura positivo no III Trimestre foi o dos Transportes, com um valor de 5 pontos. Se se pensar que o conjunto dos seis secto-

res anteriores pesa mais de 70% no PIB, fácil é de concluir que a economia nacional vai permanecer em recessão este ano, sendo, portanto, mais realista o valor de -1,1% de crescimento do PIB estimado no Relatório de Fundamentação do OGE 2019.

O PDN apresenta também o seu ponto de vista quanto aos elementos da procura agregada nacional que normalmente são os indutores do crescimento da economia: consumo privado, consumo público, investimento e exportações. Como referido, o consumo das famílias teve, durante o período 2010-2017 um comportamento muito irregular, apresentando para 2014-2017 uma taxa real de variação anual de -2,8%. A falta de capacidade de consumo das famílias tem sido uma das razões da contracção da produção do sector não petrolífero e uma fonte de degradação das suas condições de vida. O PDN projecta uma taxa média anual de crescimento para o consumo final agregado de 3,1%, igual à do crescimento do PIB, enquanto para as exportações – ainda e durante mais algum tempo principalmente as petrolíferas – a previsão é igualmente de 3,1%. Pensando que o Programa com o Fundo Monetário Internacional venha a acomodar alguma restrição aos gastos públicos, parece dever concluir-se que vai competir ao consumo privado subscrever uma maior contribuição para o crescimento do PIB, o que se afigura complicado num contexto de perda do valor real dos salários, como referido. Ainda em relação às exportações – num contexto real de a percentagem das exportações não petrolíferas ser muito baixa – como compatibilizar uma variação anual de 3,1% com um crescimento médio do PIB petrolífero de -1,8% em média anual entre 2018 e 2022?

O investimento é outro dos elementos patrocinadores do crescimento, mas uma taxa média anual de apenas 2,7% durante o período do plano pode revelar-se insuficiente para garantir os 3,1% anuais do PIB. A intenção do Governo é de manter os montantes de investimento público – provavelmente uma proporção média do PIB de cerca de 15% – ainda que seja à custa da elevação do montante da dívida pública (70,5% do PIB em Agosto deste ano), sem se cuidar devidamente da sua sustentabilidade e eficácia (ver meu artigo na edição de 30 de Novembro).

Tempos difíceis que vão ter consequências sobre o aumento da pobreza e exclusão social. Seguramente que não é um Bom Natal para a maioria das famílias angolanas.

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

OPINIÃO

CONVIDADA



Lurdes Caposso Fernandes

Advogada

Porque valores éticos valem mais do que valores financeiros, a corrupção é um combate de todos para todos

“Tudo tem um preço, um dia a conta chega” a nossa reflexão hoje tem como ponto de partida o ditado popular supra citado que é uma frase consequential. Normalmente usamos tal dito quando estamos a analisar uma sequência de factos negativos cujo somatório é o pagamento de um preço muito alto numa conta que pode ser ou não pecuniária. O combate contra a corrupção em Angola é um facto real, estamos a viver o momento em que os corruptos estão a pagar as suas contas devido ao incumprimento de valores éticos. A corrupção denigre o bom nome de uma nação, queremos exibir com orgulho a nossa nacionalidade de uma Angola que enfrenta de forma acérrima a prevenção e o combate à corrupção. Na história da República de Angola, 2018 fica marcado como ano do combate efectivo à corrupção.

Grande exemplo são as comemorações em alusão ao 9 de Dezembro Dia Internacional da Luta Contra Corrupção. A apresentação pública do Plano Estratégico de Prevenção e Combate à Corrupção da Procuradoria-geral da República (2018-2022) é um instrumento do trabalho que envolve toda sociedade angolana. Basta analisarmos o bilhete de identidade do plano supra citado a saber: missão, visão, valores e objectivos institucionais.

Durante estes sete dias (de 6 a 12 de Dezembro de 2018) de celebração da luta contra corrupção assistimos em Angola à materialização de um princípio central para o sucesso de todo processo de moralização e mudança de mentalidades que é a Exemplaridade: a Presença do Senhor Procurador-geral da República e do Procurador-geral adjunto nas ruas a distribuírem panfletos sobre a prevenção e combate à corrupção é o caminho certo para uma regra básica do *compliance* denominada *topdown* - o exemplo de uma actuação, em conformidade com as leis e valores éticos, deve ser apresentado em primeiro lugar pelos líderes institucionais. Devemos sempre liderar por exemplo.

Como activista de *compliance* desde 1999, é indiscutível a minha satisfação profissional ao ver formações gratuitas sobre *compliance* por especialistas internacionais, pois a globalização da corrupção exige um trabalho internacional de proximidade técnica e diplomática.



Os fluxos financeiros ilícitos relacionados com a corrupção custam a África entre 30 e 60 mil milhões USD ano

Como activista de valorização do capital humano angolano, relevo o cumprimento rigoroso de um ponto de sustentabilidade patriota estatuído no Plano Estratégico quando dita o foco em contratar peritos imprescindíveis na execução exitosa das atribuições de todas as instituições que possuem responsabilidades na prevenção e combate à corrupção. Os parabéns não são somente para a Procuradoria-geral da República, mas para os Ministérios do Interior e da Justiça e dos Direitos Humanos pelo alinhamento directo nestas materializações de combate à corrupção.

Devemos ainda sublinhar o papel activo da Organização Nações Unidas ONU) nesta semana de comemorações da luta contra corrupção aliás, a institu-

cionalização internacional desde dia 9 de Dezembro foi feita pela ONU para celebrar este ano o 15 aniversário da Convenção da Luta Contra Corrupção. O PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas é a agência responsável pelo combate à corrupção, mas durante os três dias, de conferência internacional contra corrupção no Palácio da Justiça, vimos a presença entusiasmada do alto representante da ONU em Angola. Este ano a declaração das organizações sobre o dia do combate corrupção teve dois pontos principais: Por um lado, a declaração recomenda aos Países a assumpção de um compromisso de implementação rigorosa dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável como prova do seu foco no combate a corrupção e ao suborno; Por outro lado, apresenta dados estatísticos sobre a corrupção no Mundo, em geral, e África, em particular. Anualmente, um bilião USD é pago em subornos e 2,6 biliões USD são roubados na execução de crimes de corrupção.

Meditando ainda sobre a corrupção em África, temos que frisar que os jovens são os mais prejudicados com os males da corrupção - mais de dois terços da

população da África tem menos de 35 anos. Isso faz da África o Continente mais “jovem” do mundo. Sendo a corrupção uma das principais causas que prejudica o desenvolvimento sustentável do nosso Continente nos últimos 40 anos, os jovens serão responsáveis por pagar todos os preços e dívidas contraídas pelas gerações anteriores, onde muitos valorizaram os valores financeiros nas suas contas pessoais em vez de valorizarem os valores éticos como o maior legado da ponte geracional. Vamos começar todos juntos combater a corrupção pois os nossos filhos e netos apresentarão questões complicadas.

Os fluxos financeiros ilícitos relacionados com o crime de corrupção custam a África entre 30 mil milhões USD e 60 mil milhões USD por ano. As áreas sociais tais como saúde, educação, empreendedorismo, investigação científica, inovação e protecção de jovens, mulheres, idosos e crianças em África são as sete áreas mais prejudicadas directamente pela corrupção. Isso significa que, todos os dias, devido à corrupção, africanos perdem de oportunidades de emprego, lidam com um acesso marginal a serviços básicos e,

muitas vezes, a corrupção origina desilusão e desesperança logo alguma doutrina, que concordo, defende que a corrupção viola os direitos humanos dos cidadãos

Todos temos fé e certeza que a Procuradoria-geral da República continuará a cumprir integralmente as suas competências previstas na Constituição da República de Angola e em todos os artigos da toda legislação ordinária tais como defender a legalidade democrática e os interesses do Povo Angolano. Claramente que o crime de corrupção é um atentado directo contra os interesses de cada cidadão. Toda a sociedade angolana deve estar envolvida directamente neste combate contra corrupção: cumprindo o *slogan* Corrupção um Combate de Todos para Todos.

Nesta quadra festiva as famílias poderão ter menos valores financeiros para usufruir de uma mesa farta, mas com certeza terão mais valores éticos para compreender o que devemos viver com base nos nossos salários e não aguardar por cabazes envenenados de corrupção ou comissões financeiras do final do ano apresentadas em envelopes de subornos.

Festas felizes para todos os leitores do Expansão.

CONVIDADA



Jessica Hand

Embaixadora do Reino Unido em Angola

Anticorrupção no Reino Unido, em Angola e no Mundo

Para marcar o Dia da Anticorrupção, dia 09 de Dezembro, gostaria de falar um pouco sobre como a corrupção afecta o desenvolvimento dos países, como o Reino Unido actua nesta área e como vejo a nova abordagem do Governo de Angola na implementação de práticas de anticorrupção.

O termo ‘corrupção’ vem do latim *corruptus*, que significa quebrado em pedaços. A corrupção pode ser definida como utilização do poder ou autoridade para obter vantagens e fazer uso do dinheiro destinado a um fim público para o seu próprio interesse, de um integrante da família ou amigo. A corrupção é então uma barreira fundamental para o crescimento económico em todos os países do mundo, mas particularmente dos países em desenvolvimento pois reduz o investimento em serviços públicos, prejudica o ambiente de negócios e inibe o comércio.

Todos os anos, a corrupção tem um custo global exorbitante de 2,6 biliões USD, este valor é mais elevado do que o Produto Interno Bruto (PIB) total de todos os países da África Subariana. Infelizmente, a corrupção está presente em todas as camadas da sociedade e nas três esferas do poder: executivo, legislativo e judiciário. Podendo se fazer sentir nas instituições públicas ou privadas, no sector da educação, no sector da saúde e em qualquer outro sector da sociedade civil.

A liderança de um país tem o poder de influenciar o comportamento de uma nação e quando a esfera Governamental de um país tem transparência na sua administração é mais provável que haja menos incentivo para a prática da corrupção. Países mais desenvolvidos e com taxas de democracia mais elevadas são considerados menos corruptos, pois a sua população é – em geral – mais esclarecida acerca dos seus direitos e deveres. A prática da corrupção desperdiça os recursos económicos dos países a uma escala elevada, imagine o que poderia ser alcançado se esses fundos fossem canalizados e investidos para a melhoria da saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico...



Já ajudamos a recuperar 321 milhões USD no âmbito da “Declaração Global Contra a Corrupção”

Infelizmente o grupo mais atingido pelas práticas de corrupção em todo o mundo são as Mulheres, Adolescentes e Meninas, estas que são metade da população mundial. Angola não é excepção há regra, pois muitas dependem dos serviços públicos, como educação e saúde, áreas que se tornam mais debilitadas devido à corrupção.

O Reino Unido enaltece o compromisso de Angola em prevenir a corrupção, implementar práticas de anticorrupção e de combater a impunidade. Endossa a opinião de que é imperativo compartilhar a responsabilidade por todos os integrantes da sociedade, de modo a evitar comportamentos que facilitam a continuidade de práticas corruptas. Na sua cerimónia de investidura, Sua Excelência Presidente João Lourenço listou a campanha anticorrupção e a luta contra a impunidade como sendo duas das principais acções do seu Governo.

Marcando a campanha com a seguinte frase: “Ninguém é rico ou poderoso demais que não possa ser punido, ninguém é pobre demais ao ponto de não poder ser protegido”. A implementação desta campanha e pensamento é fundamental para que se faça sentir a luta contra a impunidade a todos os níveis da sociedade, em todas as esferas do poder e de acordo aos preceitos da lei.

Existe um ditado inglês que diz “As you sow so you shall reap”, que significa: cada um colhe o que semeou. Eu interpreto este ditado como as acções de cada um podem ser positivas ou negativas, e determinam o que cada um colhe/recebe, ou seja, para que Angola consiga transmitir segurança a parceiros externos e por conseguinte atrair investimento estratégico estrangeiro e novas trocas comerciais que vão fortalecer a economia Angolana, é preciso demonstrar real comprometimento com a transparência e práticas legais. Dessa forma, Angola atrairá mais parceiros externos e fortalecerá a economia e o desenvolvimento social para todos.

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2003, é instrumento importante na luta para construir economias e sociedades mais fortes. Ela surgiu da necessidade que as nações sentiram de

combater a corrupção em todas as suas formas e de maneira conjunta. Somente através da cooperação internacional através da assistência legal mútua na recolha e transferência de evidências, em processos de extradição, acções conjuntas de investigação, rastreamento, congelamento de bens, apreensão e confisco de produtos da corrupção será possível acabar com este mal.

Em 2010, o Reino Unido sentiu a necessidade de reforçar acções nesta área e estabeleceu o “Bribery Act 2010”, uma legislação anticorrupção que considera e penaliza dois novos tipos de crime: o acto de corromper funcionários de Estados estrangeiros para fins de negócios e o crime relacionado com as empresas que não evitem a prática de subornos em seu nome. Esta lei melhorou as metodologias anticorrupção no Reino Unido e constitui um passo importante nos esforços do Reino Unido de combate à corrupção, bem como proporcionou aos tribunais Britânicos um dos mais robustos instrumentos legais do mundo no assunto de corrupção.

Em 2016, o Reino Unido lançou então a primeira “Declaração Global Contra a Corrupção” na qual 43 países de comprometeram a agir. Desde então, fortalecemos ainda

mais as nossas leis e já ajudamos a recuperar 321 milhões USD em activos desviados. E claro, não poderia estar mais contente por ter havido uma cooperação produtiva entre as autoridades Angolanas e Britânicas, através da National Crime Agency (NCA), a Agência Criminal Britânica, no caso do repatriamento dos 500 milhões USD. A NCA é um departamento independente do Governo Britânico, cujas acções não estão relacionadas com o Governo Britânico e que detém a missão de combater o crime organizado grave no Reino Unido.

Vamos continuar a trazer todas as capacidades da aplicação da lei Britânica para suportar acções do Governo de Angola em anticorrupção. No próximo ano, o Reino Unido lançará o Programa Global de Anticorrupção, avaliado em 57 milhões USD e que ajudará outros países a fortalecer as suas leis e agências de fiscalização. Este Programa Global de Anticorrupção visa a promover campanhas para incentivar práticas anticorrupção, cooperar com diversos Governos para implementar mecanismos que permitam detectar a corrupção, criar barreiras que dificultam práticas corruptas, aumentar as sanções para aqueles que se engajam em actividades corruptas, bem como certificar que estes métodos são devidamente esclarecidos e implementados por todos os membros da sociedade.

Na luta por um país livre da corrupção, o Reino Unido aperfeiçoou as suas leis para os crimes relacionados com corrupção e aprendeu que é essencial criar e motivar uma atmosfera em possa existir a cultura da denúncia sustentada por provas. O Reino Unido apela aos outros países para que reavaliem as suas leis e regulamentos sobre corrupção e suborno e tomem medidas rigorosas para os combater, pois este é um problema global.

Quanto mais se juntarem a nós neste combate, mais rapidamente erradicaremos o problema.

Todos nós precisamos colaborar para derrotar a corrupção e o Governo Britânico fará tudo o que puder para ajudar nesta luta.

14.12.18

EXPANSÃO



Prémio
Maboque
de melhor
Órgão de
Comunicação
Social de
Angola 2018

DÊ-NOS
NOTÍCIAS

O **Expansão** quer saber notícias da(s) sua(s) empresa(s), do(s) seu(s) negócio(s), do(s) seu(s) trabalho(s) e do(s) seu(s) eventos.

Informe para redacao@expansao.co.ao ou para (+244) 938 945 970

NATAL

Crise baixa preço dos cabazes nas grandes superfícies | P. 12

ESPECIAL AMBIENTE

Os negócios e as oportunidades mais ecológicas | P. 38

COMBATE À CORRUPÇÃO

Embaixadora inglesa diz 'yes' no apoio a Angola | P. 47



PRIMEIROS TÍTULO ADMITIDOS À COTAÇÃO NA BODIVA

Standard estreia mercado de obrigações corporativas

O Standard Bank Angola (SBA), SA é a primeira empresa de direito angolano a ver as suas obrigações admitidas à cotação na BODIVA, acrónimo de Bolsa de Dívida e Valores de Angola, mais precisamente no mercado de bolsa de obrigações privadas que começará esta sexta-feira a negociar os títulos do banco de origem sul-africana.

O SBA é a primeira empresa a ser admitida à cotação mas não a primeira a emitir obrigações privadas. O banco Keve e o BAI realizaram anteriormente emissões privadas de obrigações no mercado angolano. Em 2007, o então Banco Africano de Investimento emitiu obrigações de caixa no valor de 50 milhões USD naquela que foi a primeira emissão autorizada pela Comissão de Mercado de Capitais (CMC). Em 2012 o Keve emitiu 20 milhões USD de obrigações subordinadas.

O banco controlado pelo maior

banco sul-africano emitiu de 4,7 mil milhões Kz, cerca de 15 milhões USD, com maturidade de três anos, a uma taxa de juros de 17% ao ano, pagos semestralmente. O *roadshow* de lançamento da emissão aconteceu no dia 8 de Novembro de 2018 com cerca de 100 investidores em formato de conferência. A colocação aconteceu no dia 11 de Dezembro.

Colocados 4,7 mil milhões KZ a três anos à taxa de 17%

A emissão de 4,7 mil milhões Kz é a primeira tranche de cerca correspondente a 50% do programa de emissão de obrigações do Standard Bank de Angola no valor global de 9,5 mil milhões Kz, aprovado este ano pela CMC.

A emissão de obrigações do Standard Bank representa um momento histórico para a economia Angolana e poderá funcionar como catalisador do mercado de obrigações empresariais, consideram analistas. Mas a taxa de juro pode ser um empecilho. Como referido o SBA colocou as obrigações a uma taxa de 17%, taxa inferior aos 19% oferecidos pelos Bilhetes do Tesouro a um ano, mas ainda assim elevada. Dificilmente bancos angolanos conseguirão a proeza do SBA de colocar títulos a uma taxa inferior à do Estado. O normal é a taxa de juro mais baixa ser a do Estado, considerado investimento sem risco, confirma o economista Afonso Quiambi. O desconto de dois pontos percentuais conseguido pelo SBA é justificado pelo facto de ser controlado pelo maior banco sul-africano.

Mirene da Cruz

EDITORIAL



Carlos Rosado de Carvalho
Director

Ainda o branqueamento, perdão, repatriamento

Faço parte do grupo de angolanos que pensa que o dinheiro roubado, esteja cá ou no estrangeiro, devia ser simplesmente confiscado. Quem repatriasse voluntariamente o 'kumbu' também ficaria sem ele. Admito apenas que estes beneficiassem de uma redução das multas e taxas pelos ilícitos fiscais, cambiais e criminais cometidos.

A maioria qualificada dos nossos deputados, leia-se do MPLA, entendeu o contrário e aprovou a Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros Domiciliados no Exterior. A lei que lhes foi submetida pelo Governo não só prevê perdão total para quem traga o dinheiro de volta no prazo de seis meses a contar do dia 26 de Junho de 2018 como lhes garante o anonimato.

Em minha opinião em vez de Lei do Repatriamento, a lei devia chamar-se Lei de Lavagem/Branqueamento.

Apesar de ser contra a lei, após a sua aprovação comecei a torcer para que desse certo. Digo torcer porque me incluía e incluo no grupo dos que acham que a lei não vai dar em nada. É minha convicção que os capitais que serão repatriados serão marginais e, por isso, ficarão muito longe de corresponder às (boas) intenções que estiveram na origem da criação da lei e que eram de obter recursos para financiar a diversificação da economia. Acredito que apenas os nossos ricos que estiverem a ser enxotados do estrangeiro é que trarão o 'kumbu' para cá.

É minha convicção que os capitais repatriados serão marginais e, por isso, ficarão muito longe de corresponder às (boas) intenções que estiveram na origem da criação da lei

À medida que o tempo foi passando, mais convencido fiquei das minhas convicções sobre a ineficácia da lei. Ineficácia agravada pelo atraso na aprovação dos regulamentos sobre a sua aplicação. Vários banqueiros com quem falei disseram que reuniram com algumas entidades que queriam repatriar os capitais, mas que não sabiam o que lhes dizer porque faltava regulamentação.

O regime jurídico sobre o repatriamento apenas viu a luz do dia a 30 de Novembro, quando faltava menos de um mês para o fim do prazo para repatriamento voluntário que expira a 26 de Dezembro. Para uns a solução é adiar. Para outros não é preciso adiar porque a própria lei prevê casos de impossibilidade legal ou administrativa de repatriamento.

Não sou o único a duvidar do repatriamento voluntário. O próprio Governo criou uma lei de repatriamento coercivo. Quem não aproveitar o repatriamento voluntário verá o dinheiro puro e simplesmente confiscado.

Parece que o Governo acabou por escrever direito por linhas tortas. Mas as minhas dúvidas sobre a eficácia da lei do repatriamento estendem-se ao repatriamento coercivo. Como chegar ao dinheiro angolano no estrangeiro? Espero que o tempo, as ajudas de países amigos e os caça fortunas que o Governo que contratar me desmintam.

PUB

10% BÓNUS*
CONDUÇÃO SEGURA

ENSA AUTOMÓVEL
15% DESCONTO*

PAGUE ATÉ 12 MESES SEM JUROS!

ENSA
SEGUROS DE ANGOLA
A ESTRELA QUE PROTEGE

Aproveite esta Excepcional Campanha

SÓ O LÍDER PROTEGE O SEU AUTOMÓVEL OU A FROTA DA SUA EMPRESA E AINDA OFERECE UM BÓNUS POR CONDUÇÃO SEGURA!

*Campanha + AUTO é válida de 15 Outubro 2018 a 26 Abril 2019